

ALMIR DE CARVALHO BUENO



# VISÕES DE REPÚBLICA

IDEIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS  
NO RIO GRANDE DO NORTE  
(1880-1895)



## **REITORA**

Ângela Maria Paiva Cruz

## **VICE-REITOR**

José Daniel Diniz Melo

## **DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA EDUFRN**

Luis Passeggi (Diretor)

Wilson Fernandes (Diretor Adjunto)

Judithe Albuquerque (Secretária)

## **CONSELHO EDITORIAL**

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)

Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra

Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha

Anne Cristine da Silva Dantas

Christianne Medeiros Cavalcante

Edna Maria Rangel de Sá

Eliane Marinho Soriano

Fábio Resende de Araújo

Francisco Dutra de Macedo Filho

Francisco Wildson Confessor

George Dantas de Azevedo

Maria Aniolly Queiroz Maia

Maria da Conceição F. B. S. Passeggi

Maurício Roberto Campelo de Macedo

Nedja Suely Fernandes

Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento

Paulo Roberto Medeiros de Azevedo

Regina Simon da Silva

Richardson Naves Leão

Rosires Magali Bezerra de Barros

Tânia Maria de Araújo Lima

Tarcísio Gomes Filho

Teodora de Araújo Alves

## **EDITORAÇÃO**

Kamyla Alvares (Editora)

Alva Medeiros da Costa (Supervisora Editorial)

Natália Melão (colaboradora)

Emily Lima (colaboradora)

## **REVISÃO**

Wildson Confessor (coordenador)

Irlane Lira (colaborador)

## **DESIGN EDITORIAL**

Michele Holanda (coordenadora)

Rafael Sordi (capa)

Erinaldo Silva de Sousa (miolo)

ALMIR DE CARVALHO BUENO

# **VISÕES DE REPÚBLICA**

ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte  
(1880-1895)



Coordenadoria de Processos Técnicos  
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Bueno, Almir de Carvalho.

Visões de República [recurso eletrônico] : ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895) / Almir de Carvalho Bueno. – Natal, RN: EDUFRN, 2016.  
314 p. : 8,34 MB ; PDF

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

ISBN 978-85-425-0581-8

1. Política – Rio Grande do Norte. 2. República – Rio Grande do Norte. 3. Rio Grande do Norte – História. I. Título.

RN/UF/BCZM

2016/28

CDD 621.384

CDU 654.195(813.2)(091)

## PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Este livro, originalmente tese de Doutorado defendida em outubro de 1999 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, teve sua primeira edição em 2002 e está esgotado há vários anos. De lá para cá foram muitos os pedidos para que fosse feita uma nova edição, porém os compromissos crescentes com a vida universitária e o engajamento em outros projetos de ensino e pesquisa foram adiando a execução da tarefa. O fato de não surgirem muitos trabalhos sobre o tema desde então terminaram por me convencer finalmente da necessidade de republicar o livro quase sem nenhuma alteração. Acrescentei apenas uma apresentação escrita pelo professor Helder do Nascimento Viana, a quem aproveito para agradecer a gentileza e, igualmente, render minha gratidão ao professor Helder Alexandre Macedo de Medeiros, ao aceitar a tarefa de pensar e executar o projeto para a capa desta nova edição, ambos professores da UFRN, um do campus de Natal e o outro de Caicó.

Ainda julgo pertinente mencionar as instigantes sugestões da Banca Examinadora na ocasião da arguição da tese, composta pelos professores Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB), Modesto Florenzano (USP), José Antônio Spinelli Lindoso (UFRN) e Marcus Carvalho (UFPE), bem como ao professor Marc Jay Hoffnagel, orientador arguto e perspicaz e ao professor Raimundo Pereira Alencar Arrais, prefaciador da primeira edição.

Caicó, agosto de 2015

# O POVO

Publicação Semanal

ESTANTE \_\_\_\_\_  
CATELEIRA \_\_\_\_\_  
NUMERO \_\_\_\_\_  
19 \_\_\_\_\_  
PROPRIETARIO \_\_\_\_\_  
ESCRITORIO PRAÇA do MERCADO \_\_\_\_\_

REDACTORES:  
D. GIGENES DA NOBREGA,  
OLEGÁRIO VALLE.

SERIDÓ - PRINCÍPE, 9 DE MARÇO DE 1889

## EXPEDIENTE

### ASSIGNATURAS

Para qualquer parte

Por anno ..... 58000  
Por duas prestações, a primeira de 38000 no 1.º mez, a segunda de 28000 no 4.º mez.

A assignatura finda no ultimo de Fevereiro, e aquella que fôr tomada depois de comecado o anno (depois de Março) será paga até o fim de Fevereiro do anno seguinte, na razão de 3000 mensaes.

Os annuncios pagados 15 rs. por linha nos quintos, e os que não o foram 80 rs.

Os editaes pagados 60 rs. por linha.

## O POVO

III

Príncipe, 9 de Março de 1889.

Nesta epoca de demencia politica em que os partidos monarchicos se retinham, se perseguem, se abatem, se baralham, se confundem na forma desconhecida de galgar o poder por todos os meios, com desrespeito de seus programas, com renegação de seus ideaes, com desbarato dos dinheiros publicos, com violação dos leis, com menoscação dos interesses nacionaes, em favor do egoismo de um partido, e da ignorancia de outro, e da

ta — a evoluçã social e o desenvolvimento physico, moral e intellectual do povo —. Em todos os terrenos atacamos as irregularidades sociais. Seremos inexoraveis em profligar os erros, atacar os preconceitos, desfazer os sophismas e derrucar as superstições em todos os ângulos. Em fim nosso alvo é, advogando os interesses do povo, doutrinal-o racionalmente, esclarecendo-lhe o horizonte intellectual, tanto quanto permitirem nossos conhecimentos.

Vivendo em um meio acanhado, afastados dos centros civilizados, no interior de sertões depauperados pelas secas que se continuam de 1877 para cá, os partidos dos poderes em

o respeito e acatamento que nos concedamos a vida familiar e melindres das familias.

Jamais nos conservaremos indifferentes a qualquer violação da direito ou da moral social, seja por particulares, seja por funcionarios publicos de qualquer especie, que desvirtuem no exercicio de seu cargo, ou emittirem o cumprimento de seus deveres.

Seremos vigilantes, attentos e intrasigentes no desempenho da tarefa que nos impoem.

Essa é a norma de conduta a que chamamos de



Considera-se assignante aquelle que não devolve o jornal.

SÃO NOSSOS AGENTES: EM —  
Serra Negra - José Pastore L.  
S. João - Ten. A. Benigno M.  
S. Miguel - Basilio B. Branco  
Jardim - Alexandre M. M. de  
Açary - João Serella P. Brás  
Flores - Professor J. Ayala.  
T. Thompho - Estevão R. Guerra  
Imperial - Seleção D. Cunha  
Mossoró - Ten. Urbano P. M.  
Carnilias - Professor Aderaldo.  
Palé - Raimundo Basilio.  
Brevemente daremos os nomes dos agentes de outras localidades.

EPIHEMERIDES

mentos a responsabilidade de impressionista e delgada da imprensa; mas da imprensa digna d'esse nome, a que constitue a fiel e legitima representante das necessidades nacionaes, a que se move aos impulsos do patriotismo, e se identifica com o senso publico da nação, a imprensa sã, consciente e criteriosa, que não tem sua acção enfiada nos monopólios e explorações indecentes, nem ageitada aos acnos corruptores dos governos divorciados da opiniaõ publicã.

Escrevendo especialmente para os nossos sertões é nosso dever adaptar nossa linguagem ao meio pouco culto em que vivemos, tendo no desenvolvimento de nossa missão, desenvolver idéas inteiramente modernas em qualquer collectividade social, mas que entre nós têm real oportunidade, não apenas embora

anupial da cidade para o estabelecimento de carnes secas, segundas, e de de loi. Suspeito por pelo Sr. Excm. Sr. Provedor da Prociã de Pernambuco de 2 de Janeiro ultimo.

S. Exe., posto que acreditamos que seo acto foi apenas esculado na politica, todavia prestou aos sertões um relevantissimo serviço.

O contrato de carnes vendidas do Recife por uma companhia, flagellou tanto os sertões por espaço de tres annos, que devemos chama-lo de sobre-secca. Agradecemos devem ser os sertanejos a illustrada redacção da Gazeta do Seridó de Campina Grande pela coragem e civismo com que defendeo os seus interesses n'essa cauza.

## APRESENTAÇÃO

Há muito tempo os estudiosos têm se perguntado acerca da relação entre ideias e práticas políticas e sociais. Até que ponto as ações dos agentes políticos são movidas por ideologias? Serão as ideias políticas como o nacionalismo, o liberalismo, o monarquismo, o republicanismo, o socialismo e o ambientalismo, entre outras, os principais elementos de motivação e de identificação de nossas práticas políticas? Essas questões parecem banais, mas não são.

Tradicionalmente, muitos pesquisadores procuraram explicar as ações políticas por meio do estudo das obras clássicas das ideias políticas. Como explicar a Revolução Francesa sem para isso tomar como chave as obras de Rousseau, Montesquieu e Voltaire? Como compreender a Revolução Bolchevique sem avaliar a obra de Marx e Engels? Durante muito tempo foi comum pensar que os estudos das obras políticas clássicas seriam suficientes para se compreender as ideias que motivaram os agentes políticos em suas ações.

No entanto, nas últimas décadas, os historiadores passaram a colocar a questão de outra forma: no lugar de tomar os conteúdos dessas obras como um dado *a priori* para as ações políticas e sociais eles procuraram contextualizá-las, entendê-las não como supostamente elas teriam atuado no mundo social, mas como de fato, os agentes sociais as interpretaram, as transmitiram e as utilizaram.

Uma das constatações que esses historiadores chegaram é que nem sempre foram os “tratados filosóficos” os responsáveis

por dar sentido às ações dos agentes políticos. Muitas vezes, foram as obras menos pretensiosas, de caráter jornalístico ou literário, que teriam desempenhado um papel central na agitação política. Assim, ao estudar a Revolução Francesa, o historiador Robert Darnton sublinhou a importância da literatura ilegal e *underground* nos processos de sedição. Nesse contexto, os artigos de jornais e de revistas, além da produção subliterária, desempenharam uma função mais mobilizadora do que as maiores obras do Iluminismo.

Em *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, o historiador Almir Bueno, ao analisar as ideias republicanas no contexto potiguar, deu prova desse novo esforço. Muito mais do que recorrer apenas ao exame das grandes obras do republicanismo mundial, ou mesmo nacional, ele se concentrou nas “obras menores”, aquelas expressas nos embates dos vários jornais locais, nos panfletos partidários e até mesmo nas correspondências particulares. Em seu trabalho fica clara a ação das ideias como elemento importante da trama política, ao dar sentido aos atos dos sujeitos, justificando suas opiniões e suas posições políticas frente a outros.

Por outro lado, os estudos de história das ideias têm demonstrado que não cabe tomar a relação entre ideias e práticas políticas como algo coerente e integrado, que resulta de uma determinada funcionalidade social. A relação entre ideias e práticas está sempre marcada por conflitos e incoerências.

A vida política brasileira tem dado provas de que a relação das ações políticas com as ideias políticas é muito mais complexa do que se imagina. Estamos acostumados a sentir nossa vida partidária nacional como algo muito mais frouxo, pouco sujeito às disputas de ideias políticas. Ainda hoje, alguns partidos políticos brasileiros são organizados por motivações corporativas, de interesse de grupos restritos ou por preocupações conjunturais e até mesmo casuísticas. O que dizer do antigo Partido dos Aposentados do Brasil, ou dos ainda em atuação

como o Partido da Mobilização Nacional, o Partido Progressista, o Partido Pátria Livre e o Solidariedade, ou mesmo daquele que luta por sua legalização como o Partido dos Servidores Públicos do Brasil?

Mesmo entre aqueles que fundamentam seu programa a partir de um conjunto de ideias políticas coerentes isso não nos faz crer que tal princípio seja, necessariamente, o motivo do interesse e da filiação de seus membros. Na maioria dos casos, os filiados são seduzidos por alguma conveniência ou identificação de natureza não ideológica, como a possibilidade de poder intervir na vida do próprio partido e, desse modo, ter mais acesso a cargos e a posições nos governos administrados por esse. Prática muito comum ainda hoje é a filiação de pessoas a um partido político visando fortalecer um parente ou amigo que disputa o poder no interior da agremiação partidária.

O que dizer do adesismo, também muito comum na nossa vida política? Esse comportamento que leva um político ou um grupo deles a transferir seu apoio ou, mais ainda, sua filiação a um partido vitorioso eleitoralmente a fim de garantir as benesses do poder.

O livro do professor Almir Bueno nos provoca a interrogar sobre o processo de construção de nossas instituições republicanas e na formação da democracia no país. Mais do que algo idealizado, devemos ver esses processos como algo conflituoso e até mesmo ambivalente.

Seria banal dizer que as práticas políticas nem sempre correspondem às ideias políticas professadas. A máxima “faça o que eu digo, não faça o que eu faço” caberia muito bem aqui. Porém, não dá para pensar simplesmente que a política é uma prática de homens mal-intencionados, como muitos comumente propagam.

Se essa dissonância entre ideias e práticas acontece, até que ponto a identificação das estruturas políticas e sociais nos

permitiriam dar uma melhor compreensão do fenômeno? Ao reconstituir a trama dos acontecimentos que levaram à instalação do governo republicano no Rio Grande do Norte, Almir Bueno nos ajuda a pensar os sistemas de interesses e de poder que estavam na base dos principais grupos políticos locais.

Uma prova disso é que até mesmo importantes propagadores do republicanismo no estado não conseguiram capitanear para si o poder político no novo governo instaurado a partir de 1889. Assim, mais do que os arranjos ideológicos, a composição desse governo estava muito mais propensa a ceder aos interesses de antigos adversários. A defesa de princípios democráticos, como o da ampla participação social na política, nem sempre encontrava lugar nas práticas clientelísticas em vigor e na visão negativa de “povo” como uma massa ignorante sempre sujeita à manipulação. A luta pela liberdade de expressão propagada pelos republicanos tinha muita dificuldade de se coadunar com a partidarização dos jornais e os tons acusatórios que tomou a política naquele contexto.

O livro de Almir Bueno mostra-se como um ótimo exercício para pensar a vida política dos primeiros republicanos como um misto de utopia e de descrença, de coragem e de oportunismo, de libertação e de manipulação, de amizade e de traição. Ao falar do passado ele não deixa de estar interrogando o nosso presente, bem como o nosso futuro.

Natal, agosto de 2015

Helder Viana

Professor do Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

# Sumário

INTRODUÇÃO, 13

Parte I – IDEIAS FILOSÓFICAS E AÇÃO POLÍTICA  
NO RIO GRANDE DO NORTE NA TRANSIÇÃO  
PARA A REPÚBLICA (1880-1892), 27

CAPÍTULO 1 – O RIO GRANDE DO NORTE  
NO FINAL DO SÉCULO XIX, 29

1.1 *A economia norte-rio-grandense às vésperas da República, 32*

1.2 *A sociedade potiguar no final do Império, 37*

1.3 *A política rio-grandense-do-norte em 1889, 56*

CAPÍTULO 2 – “NÓS, OS REGENERADORES DA PÁTRIA”, 65

2.1 *O reformismo monárquico Conservador, 82*

2.2 *O radicalismo Liberal democrático, 86*

2.3 *O republicanismo “romântico”, 91*

2.4 *O republicanismo oficial, 98*

2.5 *Autonomia provincial, descentralização administrativa e federalismo na propaganda potiguar, 106*

CAPÍTULO 3 – DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA  
À ELEIÇÃO DE PEDRO VELHO (1889-1892), 117

3.1 *O golpe republicano, o Governo Provisório e as elites potiguares, 117*

3.2 *“cisma” Deodoro no Rio Grande do Norte, 137*

3.3 *A queda dos deodoristas e a ascensão de Pedro Velho, 145*

Parte II – A REPÚBLICA POSTA À PROVA: PRÁTICAS  
POLÍTICAS NO RIO GRANDE DO NORTE (1892-1895), 157

CAPÍTULO 4 – PODER CENTAL E AUTONOMIA  
ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE: ,159

- 4.1 *Civilismo, Positivismo e Florianismo na elite política norte-rio-grandense*, 164
- 4.2 *A relação União/Estados no pensamento político potiguar*, 174
- 4.3 *O “Cronos potiguar” e o “Marechal de Ferro”*, 183

CAPÍTULO 5 – A POLÍTICA REPUBLICANA  
NO RIO GRANDE DO NORTE, 213

- 5.1 Os alicerces do novo regime: República, Democracia e Povo, 214
- 5.2 Liberdade/Coerção, 223
- 5.3 Igualdade/Desigualdade, 241
- 5.4 Fraternidade/Filhotismo, 250

CAPÍTULO 6 – ECOS DA MONARQUIA, 263

- 6.1 Oliveira Santos e a Monarquia representativa, 268
- 6.2 O Rio Grande do Norte, o “Lucenismo” e o “Sebastianismo”, 278
- 6.3 Elias Souto, a “República unitária” e o “saudosismo monárquico”, 287

Conclusão, 299

Fontes utilizadas e bibliografia citada, 303

Bibliografia geral, 303

Anexos, 307

Lista de siglas e abreviaturas, 311

# INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi estudar as ideias e as práticas dos grupos políticos e correntes de pensamento existentes no Rio Grande do Norte na transição do Império para a República (1880-1895).

Às vésperas da proclamação, o Partido Republicano do Brasil estava cindido em dois grupos principais: o “evolucionista”, liderado por Quintino Bocaiúva, e o “revolucionário”, de Silva Jardim. Nas poucas províncias em que estavam organizados, os republicanos viram-se obrigados a se posicionar quanto a essa divisão, especialmente depois da publicação do manifesto radical de Jardim, no início de 1889.<sup>1</sup> No Rio Grande do Norte, alguns republicanos apoiaram, então, a postura “revolucionária” de Silva Jardim. A reflexão sobre esse fato apontava uma sugestiva linha de investigação para se conhecerem as correntes ideológicas atuantes na província potiguar na passagem para o novo regime.

A existência de um clube republicano no Seridó desde 1886 forneceu uma pista importante a ser seguida nessa investigação.<sup>2</sup> No manifesto desse clube, datado de abril de 1889, os republicanos de Caicó – centro político e econômico da região – se aproximavam, à primeira vista, das ideias dos “positivistas

---

1 Sobre a fundação do Partido Republicano e seus desdobramentos, consultar o estudo pioneiro de George BOEHRER, *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*, p. 197-211.

2 Ver Muirakytan K. de MACÊDO, *Aspectos da ideia republicana no Seridó*.

revolucionários” liderados por Silva Jardim e Aníbal Falcão. Apresentava-se, assim, uma hipótese a ser testada: a da reprodução, no Rio Grande do Norte, da divisão existente no movimento republicano nacional – de um lado, estariam os “radicais” do Seridó e, de outro, os “moderados” da capital. O desenrolar da pesquisa mostrou que a realidade não era tão simples assim.

Na sociedade rural e patriarcal da época, os princípios republicanos mais tradicionais – “liberdade, igualdade e fraternidade” – foram transformados pelos novos donos do Rio Grande do Norte oligárquico em uma prática política pautada pela coerção, pela desigualdade e pelo nepotismo, na qual, por sobre conceitos abstratos de “soberania popular” ou “governo do povo”, predominavam as relações de parentesco e amizade características dessa “sociedade do compadrio”. Ao mesmo tempo, uma das propostas históricas do movimento republicano nacional – o federalismo – encontrou campo fértil para florescer no Rio Grande do Norte, onde desde o Império era forte um discurso queixoso contra o descaso do poder central pela esquecida e pobre “pátria potiguar”. Esse sentimento levou grande parte da elite política norte-rio-grandense, civilista por excelência, a se chocar várias vezes com os senhores do Brasil republicano – primeiro com os militares, depois com os presidentes paulistas – e deu sobrevida a um discurso nostálgico a favor da Monarquia deposta. É o que procuramos acompanhar e compreender neste trabalho.

A bibliografia geral sobre esse período no Rio Grande do Norte, embora rica do ponto de vista factual, é antiga e carece de um espírito interpretativo maior. As clássicas “Histórias do Rio Grande do Norte”, de Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, foram publicadas entre as décadas de 20 e 50 do século passado.<sup>3</sup> Esses livros pioneiros trataram do movi-

---

3 Tavares de LYRA, *História do Rio Grande do Norte*; Rocha POMBO, *História do Estado do Rio Grande do Norte*; Câmara CASCUDO, *História do Rio Grande do Norte e História da República no Rio Grande do Norte*, escrita em 1931, mas publicada em 1965. Há obras de síntese histórica mais recentes,

mento republicano potiguar como “grande acontecimento”, sob a ótica exclusiva dos “grandes homens”. Tavares de Lyra, por exemplo, contemporâneo dos eventos e membro da oligarquia que dominou o estado por muito tempo, faz a República no Rio Grande do Norte parecer resultado apenas da ação dos “grandes líderes”, particularmente de seu sogro, Pedro Velho, o “organizador” do regime. Nessas obras não há a preocupação pelo entendimento mais amplo do significado da implantação do governo republicano no Rio Grande do Norte ou pela busca, para além do narrativo, das conexões com o socioeconômico ou com a ideologia dos “construtores” da República no estado. São indispensáveis, contudo, como ponto de partida para vãos maiores, úteis para o “estabelecimento dos fatos”.

A historiografia crítica do pensamento republicano no Rio Grande do Norte data praticamente de 1978, com a publicação do estudo de Janice Theodoro da Silva sobre as “raízes da ideologia do planejamento” no Nordeste durante a Primeira República, utilizando-se do caso potiguar.<sup>4</sup> A autora considera que os anos iniciais do regime republicano no Rio Grande do Norte (1889-1892), que ela denomina de “período das oposições significativas”, correspondem à luta entre os partidários da descentralização oligárquica (Pedro Velho) e os defensores da centralização industrialista (Amaro Cavalcanti). Em que pese o fato de Janice Theodoro ter, antes de qualquer outro estudioso, chamado atenção, de uma maneira sistemática, para a existência de projetos políticos diferenciados para o Estado republicano recém-implantado, parece que ela, no afã de abandonar as explicações tradicionais para essas divergências, perdeu um pouco de vista a concretude histórica local. Ao debruçar-se sobre a complexidade das relações entre poder central e regional, a

---

como as de Tarcísio MEDEIROS, *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte* e de Itamar de SOUZA, *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*.

4 Janice Theodoro da SILVA, *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)*, p. 28-29.

historiadora subestimou o papel dos diversos agrupamentos políticos que vinham da Monarquia e que continuaram a atuar no início da República no Rio Grande do Norte. Mesmo assim, sua pesquisa foi o primeiro e importante antídoto às narrativas anteriores.

Nos anos 1980/90 apareceram algumas pesquisas no meio universitário potiguar com explícita preocupação analítica, mas que trataram da época da implantação do regime republicano no estado apenas tangencialmente, como introdução ao estudo de conjunturas políticas posteriores, ou então cuidaram de aspectos da história econômica do Rio Grande do Norte.<sup>5</sup> Fazia-se necessário, portanto, retomar as pesquisas sobre a história política do início do período republicano no estado, não só com a perspectiva de tirá-la do meramente factual em que se enclausurara mas também de não esterilizá-la com “análises estruturais” que eliminam a possibilidade de intervenção real dos sujeitos historicamente determinados no curso dos acontecimentos.<sup>6</sup>

A historiografia política tradicional, de forte inspiração positivista, sofreu um processo de desmontagem na academia já há algumas décadas (na Europa, desde os anos 30, pelo menos, com a “Escola dos Annales”), contudo, a partir da década de 70, essa desmontagem foi igualmente acompanhada por um movimento de “retorno do político”, inclusive com a volta da

---

5 Sobre a história política ver Marlene MARIZ, *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934)*, p. 42-47 e Spinelli LINDOSO, *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-35*; a respeito da história econômica, István I. C. ARBOCZ, *Ensaio sobre a história econômica do RN*; Denise Monteiro TAKEYA, *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1890-1915)* e TAKEYA e LIMA, *História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte (1892-1930)*.

6 Para um balanço historiográfico sobre a relação História/Política e o estado da questão no Brasil, consultar Vavy Pacheco BORGES, História e Política: laços permanentes, *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, p. 7-18, set./1991-ago./1992.

narrativa como forma válida da escrita da história. É a chamada “nova história política”.<sup>7</sup>

Apesar da grande quantidade de obras sobre história política na historiografia brasileira, apenas a partir dos anos 80 surgiram pesquisas inovadoras, utilizando novos pressupostos teóricos, novas abordagens. No caso da história política do início da República, no entanto, em que pese um revigoramento que buscou integrá-la aos avanços da história social e da cultura, ainda há muito que fazer, como nos mostram Amaral Lapa e Vavy Pacheco Borges.<sup>8</sup>

No que se refere ao Rio Grande do Norte, a renovação nessa área praticamente inexistente. A necessidade de mais estudos monográficos foi constatada por Spinelli Lindoso, ao sentir falta de pesquisas que esclarecessem melhor as questões levantadas por suas reflexões e propor que “recuperar a trama destes episódios, perdidos na poeira dos arquivos, é uma tarefa que deveria sensibilizar aos que procuram desvendar, de forma crítica e científica (e não apenas factual ou, na pior hipótese, apologética) os avatares da história potiguar”.<sup>9</sup>

É ao estudo das ideias políticas dos atores que viveram a transição do Império para a República no estado – nem heróis nem vilões – e de como eles procuraram materializá-las na

7 A expressão “retorno do político” generalizou-se a partir de um artigo de René RÉMOND, *Le Retour du Politique*, *apud* BORGES, op. cit., p. 7. Sobre a proposta de renovação do “político” nos anos 70 ver o ensaio de J. JULLIARD, *A Política*, in: J. LE GOFF e P. NORA (Dir.) *História: novas abordagens*, v. 2, p. 182-193. Para uma recente avaliação sobre a “nova história política”, ver a coletânea organizada por René RÉMOND, *Por uma história política*.

8 A respeito da produção historiográfica sobre a República, ver um balanço sumário em José Roberto do Amaral LAPA, *Historiografia da República*, in: LAPA (Org.) *História política da República*, p. 18-22; também BORGES, op. cit., p. 16-18.

9 LINDOSO, *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República*, p. 7.

construção do Estado republicano no Rio Grande do Norte que nos dedicamos neste livro.

Ao optar pelo objeto “pensamento político republicano” no Rio Grande do Norte dos finais do século XIX, nos deparamos com o problema do *discurso político*. Como todos os personagens desta história eram parlamentares e/ou jornalistas que “faziam” política intensamente, utilizavam a linguagem que seu tempo e sua atividade mais conheciam: a retórica. Nas principais fontes que utilizamos para conhecer as ideias da elite política potiguar da época – manifestos da propaganda, artigos na imprensa partidária, discursos nas tribunas do Congresso Nacional, relatórios administrativos no exercício do poder – predominam as frases grandiloquentes, tão comuns ao período.

Nesse momento, surge o dilema do historiador de ideias políticas: acreditar pura e simplesmente no que afirma o discurso ou, no outro extremo, desqualificá-lo como mero “efeito ideológico”?<sup>10</sup> Que critérios podem ser considerados mais adequados para se discernir, na retórica do discurso político, a essência do pensamento de um Pedro Velho ou de um Amaro Cavalcanti?

Para dar conta desse dilema é que procuramos conhecer diferentes posturas metodológicas diante do discurso político, reconhecendo as contribuições e limites das diversas abordagens. Foi o caso da chamada “análise do discurso”, que desde finais da década de 60 e início da de 70 procurou utilizar conceitos da Linguística e integrá-los com a História, como os trabalhos de Régine Robin buscavam.<sup>11</sup>

Da mesma forma, as importantes observações de Pierre Rosanvallon, no sentido de propor uma nova abordagem – que chamou *história conceitual do político* – a qual possibilitasse

---

10 Uma síntese sobre os conceitos de ideologia em Helena N. BRANDÃO, *Introdução à análise do discurso*, p. 21-24.

11 R. ROBIN. *História e Linguística*. Uma síntese sobre a trajetória da “análise do discurso” encontra-se em BRANDÃO, op. cit., p. 13-42. Para uma caracterização sobre a natureza própria de cada discurso, particularmente o “histórico”, ver Eni P. ORLANDI, *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*, p. 9-14.

aos historiadores das ideias políticas ultrapassar os impasses dessa natureza, com os quais se deparam na prática cotidiana. Defendendo a necessidade de interação entre a “história das mentalidades, das ideias e mesmo dos acontecimentos”, o historiador francês define assim seu objeto:

Ela [a história conceitual do político] é história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação.<sup>12</sup>

Além da interessante proposta metodológica de Rosanvallon, também foram fundamentais para nossa perspectiva quanto ao objeto deste trabalho as leituras de René Rémond e Claude Nicolet.<sup>13</sup> Numa coletânea organizada pelo primeiro em favor da renovação da história política, historiadores franceses apresentam as últimas pesquisas e o estágio atual da discussão sobre o tema bem como formas inovadoras de abordar novos e velhos objetos. De particular importância para nós foram os ensaios de Rémond e Michel Winock.<sup>14</sup>

Essencial, por fazer a “ponte” entre teoria e prática, foi o livro de Nicolet sobre “a ideia republicana na França”, da Revolução até as primeiras décadas do século XX. Com uma

---

12 P. ROSANVALLON. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho), *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, p. 9-22; com outra perspectiva metodológica (a da “história contextual das ideias”), ver Quentin SKINNER, *Los fundamentos del pensamiento moderno*, prólogo, p. 7-13.

13 René RÉMOND (Org.), op. cit. e Claude NICOLET, *L'idée républicaine en France (1789-1924)*.

14 RÉMOND, Do Político e WINOCK, As ideias políticas, in: RÉMOND (Org.), op. cit., p. 441-450 e 271-294. Ver também uma conferência proferida por RÉMOND em setembro de 1993 no CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, intitulada Por que a história política?, *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 7-19.

excelente introdução metodológica na qual apresenta o último estado da questão e sua própria posição a respeito desse assunto, o historiador francês nos fornece um sólido conhecimento sobre o processo de implantação e consolidação de uma “ideologia republicana”, suas marchas e contramarchas em mais de um século de avanços e recuos. Mostra-nos uma República e um sentimento republicano na França continuamente a construir-se, espreitados sempre por “inimigos” dispostos a golpeá-los na primeira oportunidade e que têm de ser enfrentados eternamente, mesmo depois de consolidado institucionalmente o regime, o que é bastante ilustrativo para a República brasileira. Na segunda parte do ensaio, Nicolet realiza o balanço da aplicação dos princípios republicanos na prática histórica cotidiana,<sup>15</sup> uma escolha metodológica abrangente que muito nos influenciou para o estudo da ideia republicana no Rio Grande do Norte, igualmente às voltas com os ecos do “antigo regime” e as contradições entre um discurso que se dizia democrático e uma prática que se fazia oligárquica.

Assim, pensamos enfrentar o “problema” do discurso político em nosso trabalho, articulando teoria e prática, pensamento e ação. É na atuação concreta dos indivíduos na sociedade historicamente determinada em que viveram que podemos perceber como o ideário que defendiam foi praticado no dia a dia e, no caso daqueles que “fizeram” a República no Rio Grande do Norte, confrontar seu republicanismo de propaganda com sua atuação no exercício do poder executivo e legislativo no novo governo. Em outras palavras, como conceitos abstratos como “República”, “democracia”, “povo”, “federalismo” (que não tinham o mesmo significado que têm hoje) foram aplicados na realidade. Para tanto, foi preciso acompanhar as vicissitudes da história política norte-rio-grandense e nacional nesse período instável, repleto de idas e vindas, por isso mesmo rico

---

15 C. NICOLET, op. cit., esp. a introdução, p. 9-43, e os cap. 1 e 7, p. 47-82 e 249-277, respectivamente.

em experiências humanas, do qual saiu o regime que duraria até 1930. É aí que se imbricam ideias e ação, crenças filosóficas mais íntimas com o pragmatismo da construção de um novo sistema político.

Tratando-se de ideias e ação políticas de sujeitos históricos que utilizavam a imprensa partidária como forma privilegiada de divulgação de seu pensamento e de suas propostas para a sociedade em que viviam, os jornais das diversas correntes de opinião existentes no Rio Grande do Norte às vésperas da República constituíram a principal fonte de nossa pesquisa. Era nas gazetas que se publicavam não só os manifestos partidários ou as cartas nas quais se apresentavam os programas eleitorais, mas também os artigos editoriais sobre a conjuntura política do momento ou sobre questões candentes em que se expunha a posição do partido ou do articulista independente. No caso do partido que ocupava o poder, o jornal publicava os atos oficiais e as mensagens governamentais. Em suma, para se conhecer o ideário e a ação política nessa época, os jornais são imprescindíveis.<sup>16</sup>

Como quase todos os expoentes das correntes políticas do período eram parlamentares, é em seus discursos no Congresso Nacional que podemos encontrar outra importante fonte para o estabelecimento de suas ideias sobre a organização do novo regime, bem como seu posicionamento sobre os principais acontecimentos políticos que marcaram os primeiros tempos republicanos no Rio Grande do Norte. Quase nenhum deles deixou obra escrita que não fosse na forma de artigos na imprensa ou discursos no parlamento. A exceção fica por conta de Amaro Cavalcanti, que escreveu vários livros abarcando áreas como educação, religião, direito, política e finanças, sendo um dos principais teóricos do federalismo no Brasil. Para os objetivos

---

16 Uma boa introdução sobre a importância da utilização de jornais no estudo de correntes de pensamento pode ser encontrada em WINOCK, op. cit., in RÉMOND (Org.), op. cit., p. 282-284.

deste estudo, seu balanço sobre o primeiro decênio da República brasileira, *Regime Federativo e República Brasileira*, foi fundamental.

Uma fonte praticamente inexplorada para o estudo da história política republicana do Rio Grande do Norte é o arquivo particular de Floriano Peixoto, que se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. A correspondência de Floriano com autoridades e políticos potiguares forneceu importantes esclarecimentos sobre os bastidores das relações entre a União Federal e os estados, nos tempos turbulentos da disputa de espaço entre as várias facções civis e militares, no início da República brasileira.

Tradicionalmente, a periodização sobre o movimento republicano brasileiro se inicia nos finais de 1870, quando foi divulgado um manifesto no Rio de Janeiro, a 3 de dezembro. Em 1873, a convenção de Itu fundou o Partido Republicano Paulista, como se sabe, o mais organizado e influente do país até 1930. Uma série de congressos, manifestos e a atuação propagandística foram fortalecendo os partidos republicanos no sul, notadamente em São Paulo, no Rio Grande do Sul, e no Rio de Janeiro. Na região então denominada genericamente de “Norte” e que ia do Amazonas à Bahia, o movimento era fraco, com exceção de Pernambuco, e se organizou partidariamente muito tarde; o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, que nos interessa aqui, foi fundado apenas em 27 de janeiro de 1889, no ano da Proclamação da República. Apesar de manifestações de apoio ao manifesto de 1870 na província, iniciar um estudo sobre ideias republicanas no Rio Grande do Norte a partir dos anos 70 do século XIX parece absolutamente artificial e demonstra uma postura metodológica de desprezo pelas vicissitudes do processo histórico local e uma visão desse “local” apenas como um apêndice do nacional.

A década seguinte (1880-89) pareceu-nos mais apropriada. Foi durante ela que o movimento abolicionista recrudesceu intenso no Norte, contando entre seus principais entusiastas

alguns dos futuros “quadros” do republicanismo potiguar, como Almino Affonso, João Avelino, Pedro Velho e Janúncio da Nóbrega. Mossoró aboliu a escravidão já em 1883 e Caicó teve seu primeiro clube republicano em 1886. Datam dessa época as primeiras profissões de fé republicana na Assembleia Provincial e o surgimento de várias “colunas republicanas” nos órgãos da imprensa monarquista, especialmente na liberal. Daí a adoção de 1880 como marco cronológico inicial da pesquisa.

O ano de 1895 como limite para o estudo também merece uma justificativa. Apesar de alguns autores, como Edgard Carone e Janice Theodoro da Silva,<sup>17</sup> colocarem a eleição indireta de Pedro Velho em 1892 como o fato que encerra a etapa mais violenta da instalação do regime republicano no Rio Grande do Norte, pensamos, ao contrário, que a eleição apenas iniciou o processo. Preferimos adotar como marco determinante para o fechamento do ciclo de oligarquização do estado pela família Maranhão a eleição direta do sucessor de Pedro Velho, em julho de 1895, concordando nesse ponto com Spinelli Lindoso. Para este, todo o governo de Pedro Velho (1892-95), longe de significar a consolidação da oligarquia Albuquerque Maranhão, “foi um período crítico, de luta pelo controle do aparelho (regional) do Estado [...] envolvendo um confronto direto e cruento”.<sup>18</sup> Somente a eleição de Ferreira Chaves, em 1895, demonstrou cabalmente que Pedro Velho e sua família dominavam totalmente o Partido Republicano e o Rio Grande do Norte: num universo de cerca de 12 mil votos, a oposição não terá mais do que 832! A partir daí, e pelo menos até 1917, os Albuquerque Maranhão reinarão absolutos, até o próprio Ferreira Chaves, durante seu segundo mandato (1914-19), promover o rompimento com os antigos patronos. As disputas desse período parecem corresponder

---

17 CARONE, *A República Velha*, v. 1: Instituições e Classes Sociais, p. 282-283 e v. 2: Evolução Política, p. 83; Janice Theodoro da SILVA, op. cit., p. 29.

18 LINDOSO, op. cit., p. 24.

aos conflitos políticos nacionais da época que Renato Lessa chamou de “década do caos” (1889-1898), caracterizada por intensas lutas intraoligárquicas, que se acomodariam apenas com a implantação “demiúrgica” da “política dos governadores” de Campos Sales.<sup>19</sup>

Este livro tem duas partes, com três capítulos cada uma. A primeira estuda as ideias e a ação políticas no Rio Grande do Norte durante a transição para a República, até a eleição indireta de Pedro Velho para governador, em 1892. O primeiro capítulo é introdutório, descrevendo o quadro econômico-social da província às vésperas da Proclamação e as correntes políticas que disputavam o poder em 1889. Esse capítulo visa esclarecer melhor o ambiente que moldou a visão de mundo particular dos homens que construíram o regime republicano no Rio Grande do Norte.

No segundo capítulo, estabelecemos as matrizes ideológicas do pensamento filosófico e político da elite potiguar e suas especificidades, quando aplicadas à realidade de seu meio social, e discutimos os modelos de organização política das Revoluções Americana e Francesa, respectivamente o federalismo e o unitarismo, e de como esses modelos foram absorvidos pelos republicanos potiguares e seus adversários monarquistas. Também apontamos as peculiaridades do republicanismo no Rio Grande do Norte, o problema da autonomia provincial e as propostas de descentralização administrativa e/ou política que tinham as diversas correntes de pensamento, além dos meios de ação defendidos pelos grupos republicanos para se chegar à República.

---

19 Renato LESSA, *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da 1ª República Brasileira*, particularmente a introdução, p. 11 e segs. J. T. da SILVA, op. cit., p. 21-24, distingue o período da República Velha em “oposições significativas” (até 1892) e “oposições neutralizadoras” (até 1930), conceitos com que concordamos em seu conteúdo embora não aceitemos o seu primeiro corte cronológico, no caso do Rio Grande do Norte, como assinalamos acima.

A instabilidade política inicial nas relações dos republicanos potiguares com o Governo Provisório, fruto de um entendimento todo próprio do que seria o federalismo republicano e de um exacerbado “sentimento nativista” existente na elite política norte-rio-grandense desde o Império, é o objeto do terceiro capítulo, que analisa as acirradas lutas político-partidárias comuns a esse período. Foram discutidas as razões do rompimento dos republicanos “históricos” com o grupo de Pedro Velho bem como os motivos da quebra – por ocasião da eleição de Deodoro à presidência – da aliança entre republicanos e adesistas, que haviam assumido o poder estadual após o 15 de novembro.

A segunda parte do livro dedica-se à análise das práticas políticas no Rio Grande do Norte republicano durante o governo de Pedro Velho, cotejando as propostas “democráticas” da propaganda com a realidade oligárquica dos novos donos do poder. O quarto capítulo dissecou a relação política entre Pedro Velho e Floriano Peixoto, verdadeira queda de braço, na qual questões como autonomia estadual, antimilitarismo, nativismo e antipaulismo, estiveram na ordem do dia. As disputas pelo poder colocaram frente a frente florianistas radicais, antiflorianistas (todos igualmente adversários ferrenhos de Pedro Velho) e quase levaram à deposição do governador em outubro de 1894, no auge das tensões entre as forças militares federais estacionadas no Rio Grande do Norte e a polícia estadual, fortalecida pelo governador.

O quinto capítulo confronta justamente os princípios teóricos de uma verdadeira política republicana (conceitos de República, democracia e povo) com as práticas políticas oligárquicas do governo de Pedro Velho, que desvirtuaram o lema francês de liberdade, igualdade e fraternidade, tão lembrado por situacionistas e opositoristas. Por sua prática eleitoral viciada, improbidade administrativa e nepotismo desenfreado, o regime republicano implantado no Rio Grande

do Norte transformou o lema da Revolução Francesa em coerção, desigualdade e filhotismo.

Por fim, no último capítulo, procuramos demonstrar como um difuso sentimento monarquista, travestido de desilusão com os rumos da República, continuou presente no discurso de parte da elite política potiguar. Seu saudosismo em relação à excelência do antigo regime e à superioridade deste em relação ao novo multiplicou, na imprensa oposicionista, artigos do tipo “o passado melhor do que o presente”, que apelavam ao “paraíso perdido” com a queda do Segundo Reinado. Esses “nostálgicos da Monarquia”, que, na época da Revolução Federalista e da Revolta da Armada apostaram tudo na queda de Floriano, acabariam, uma vez afastados os perigos “à direita e à esquerda” durante o governo Prudente de Moraes, por articular-se ao discurso republicano oficial. Com o tempo, essa articulação seria a responsável pela construção da imagem positiva e simpática de Pedro II e do Império que, através dos manuais escolares de História, cristalizaria por gerações a visão de que a Monarquia fora um tempo em que o Brasil e seu povo haviam sido prósperos e felizes.

# Parte I

IDEIAS FILOSÓFICAS E AÇÃO POLÍTICA NO RIO GRANDE  
DO NORTE NA TRANSIÇÃO PARA A REPÚBLICA  
(1880-1892)

# O POVO

ESTANTE \_\_\_\_\_  
 PRATELEIRA \_\_\_\_\_  
 NUMERO \_\_\_\_\_  
 PROPRIETARIO: \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_\_  
 ESCRITORIO: PRAÇA DO MERCADO \_\_\_\_\_

Publicação Semanal

REDACTORES:  
 P. GIGENES DA NOBREGA,  
 OLEGARIO VALE.

SERIDÓ - PRINCÍPE, 9 DE MARÇO DE 1889

## EXPEDIENTE

ASSIGNATURAS  
 Para qualquer parte  
 Por anno ..... 58000  
 Por duas prestações, a primeira de 38000 no 1.º mez, a segunda de 28000 no 4.º mez.  
 A assignatura finda no ultimo de Fevereiro, e aquella que fôr tomada depois de comecado o anno (depois de Março) será paga até o fim de Fevereiro do anno seguinte, na razão de 3000 mensaes.  
 Os annuncios pagados 18. por linha nos primeiros, e os que não o foram 80. os.  
 Os cartões pagados 60. os. por linha.

## O POVO

Príncipe, 9 de Março de 1889.

Nesta época de demência politica em que os partidos monarchicos se retinham, se perseguem, se abatem, se baralham, e confundem na forma desconhecida de galgar o poder por todos os meios, com descredito de seus programmaes, com renegação de seus ideaes, com desbarato dos dinheiros publicos, com violação dos leis, e em menoscação dos interesses nacionaes, em cada dia de mais que se levanta a voz da opinião publica, e se manifesta a indignação dos cidadãos...

ta — a evolução social e o desenvolvimento physico, moral e intellectual do povo. — Em todos os terrenos atacamos as irregularidades sociais. Seremos inexoraveis em profligar os erros, atacar os preconceitos, desfazeros sophismas e derrucar as superstições em todo ordem de ideias. Em fim nosso alvo é, advogando os interesses do povo, doutrinal-o racionalmente, esclarecendo-lhe o horizonte intellectual, tanto quanto permitirem nossos conhecimentos.

Vivendo em um meio acanhado, afastados dos centros civilizados, no interior de sertões depauperados pelas séccas que se continuam de 1877 para cá, os partidos dos poderes constituídos...

o respeito e acatamento que nos dirigimos a vida familiar e melindres das familias.

Jamais nos conservaremos indifferentes a qualquer violação da direito ou da moral social, seja por particulares, seja por funcionarios publicos de qualquer especie, que desvirtuem no exercicio de seu cargo, ou emittirem o cumprimento de seus deveres.

Seremos vigilantes, attentos e intrasigentes no desempenho da tarefa que nos impoem.

Essa é a norma da conduta que a quem se chama a imprensa...



...  
 São Nossos Agentes: EM —  
 Serra Negra - José Pastore L.  
 S. Miguel - Ten. A. Benigno M.  
 S. Antonio - Basilio B. Branco  
 Javita - Alexandre M. M. M.  
 Acaçay - João Serella P. Brás  
 Flores - Professor J. Pinto.  
 T. Thompho - Estevão R. Guerra  
 Imperial - Seleção D. Cunha  
 Mossoró - Ten. Urbano P. M.  
 Carnubas - Professor Aderaldo.  
 Palé - Raimundo Basilio.  
 Brevemente daremos os nomes dos agentes de outras localidades.

...  
 A imprensa, que de ha muito tempo se encontra em um estado de profunda decadencia, e que se encontra em um estado de profunda decadencia, e que se encontra em um estado de profunda decadencia...

...  
 A imprensa, que de ha muito tempo se encontra em um estado de profunda decadencia, e que se encontra em um estado de profunda decadencia, e que se encontra em um estado de profunda decadencia...

...  
 Escrevendo especialmente para os nossos sertões é nosso dever adaptar nossa linguagem ao meio pouco culto em que vivemos, tendo o desempenho de nossa missão, desenvolver idéas inteiramente modernas em qualquer collectividade social, mas que entre nós tem real oportunidade, não é o caso embora...

...  
 municipal da cidade para o estabelecimento de carnes secas, segundas, e de de lei suspenso por pelo Sr. Excm. Sr. Provedor da Província de Pernambuco de 2 de Janeiro ultimo.

S. Exe., posto que acreditamos que seo acto foi apenas esculdo na politica, todavia prestou aos sertões um relevantissimo serviço.

O contrato de carnes vendidas do Recife por uma companhia, flagellou tanto os sertões por espaço de tres annos, que devemos chama-lo de sobre-sécca. Agradecidos devemos ser os sertanejos a illustrada redacção da Gazeta do Seridó de Campina Grande pela coragem e civismo com que defendeo os seus interesses n'essa cauza.

## CAPÍTULO 1 – O RIO GRANDE DO NORTE NO FINAL DO SÉCULO XIX

O atual estado de cousas é desanimador, é verdade. O nosso comércio não tem porto nem estradas, a nossa lavoura de exportação não tem máquinas, a cultura dos cereais e legumes é sobrecarregada pela construção de cercas que protegem a lavoura do gado que pasta solto nas zonas agrícolas. (Todos proclamam a urgência de retirar-se o gado do agreste, mas todos igualmente receiam que esta medida de interesse geral vá irritar algum potentado de aldeia, cujo egoísmo antepõe ao bem público os seus prazeres e os seus caprichos). Finalmente a nossa indústria pastoril, de que vive quase metade da população, vegeta numa rotina precursora de decadência, sentindo-se invadir dum desânimo completo. A falta d'água coloca-a na mais assustadora das contingências; o terrível flagelo das secas ameaça-a de aniquilamentos periódicos. Entretanto o solo é de uma uberdade extraordinária, e a falta d'água seria perfeitamente remediável por meio de numerosos açudes (MANIFESTO do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, 27 de janeiro de 1889, in: CASCUDO (Org.) *Antologia de Pedro Velho*, p. 28).

Se voltarmos ao estado desolador em que ela [Natal] se achava, a dois anos passados, veremos como prospera, conseguindo vencer as dificuldades com que tinha de lutar para o seu engrandecimento. Cercada de morros e outros obstáculos materiais, impossível tornava-se o seu comércio com o interior do Estado [...].

Veio, porém, a estrada de rodagem, daqui para Macaíba, remover esta última dificuldade; a abertura

da barra, com a extração da cabeça do Negro, já deixou de ser uma esperança vã para se tornar realidade, e com ela a canalização do rio e a arborização dos morros. Iniciadas estão as relações com o estrangeiro; a importação direta vem libertar-nos o comércio do monopólio de Pernambuco.

Amplas negociações com o interior, fomentação no comércio marítimo, trânsito mais animado pelas ruas, fundação de novos estabelecimentos comerciais, fábricas etc., tudo atesta uma nova fase de prosperidade para esta cidade, até hoje sem vida (NATAL progride, *Potiguarânia*, 24 de setembro de 1890).

Os dois textos que abrem este capítulo, escritos com um espaço de tempo de pouco mais de um ano e meio, durante o qual se situa a Proclamação da República, são ilustrativos de como os republicanos norte-rio-grandenses viram o regime político inaugurado em 15 de novembro de 1889: a panaceia que, como num passe de mágica, estava resolvendo todos os problemas da pobre província potiguar, que vivera um tempo de decadência e estagnação, causada exclusivamente pelo descaso imperial. A “era de decadência” estava sendo superada por outra, a republicana, de prosperidade e desenvolvimento.

Dentre as visões que os republicanos do Rio Grande do Norte tinham sobre o governo que queriam implantar no país e na província, a crença otimista de que ele curaria todos os males provocados por 65 anos de Monarquia era uma das mais recorrentes. Comparando-se os dois textos, torna-se claro que a expectativa confiante em relação à República tendeu a construir uma imagem bastante idealizada do novo regime, imagem essa que não correspondia à situação econômica e social do pequeno estado nortista, marginal em sua própria região. Essa contradição gerou desilusão nos republicanos mais sinceros e contribuiu para que surgisse um contra-discurso, igualmente idealizado por parte dos antigos setores monarquistas mal aderidos à República, que realçava a “época de ouro” que a nação vivera sob o Império, comparada à anarquia e o caos dos primeiros anos republicanos no Brasil.

Os melhoramentos apontados pelo *Potiguarânia*, considerados como fiadores do progresso da nova era republicana, tornaram-se exemplos clássicos de desvio de verbas públicas que se arrastarão por muito tempo, como a reforma da barra do porto de Natal, ou ficaram inconclusos, transformados em instrumentos fáceis de favorecimento aos esquemas do clientelismo e do nepotismo, como a estrada para Macaíba.<sup>1</sup> Após a Proclamação, continuou a rotina na pecuária e na agricultura, os engenhos não se modernizaram, os fazendeiros e agricultores não se adaptaram aos novos tempos ou não estavam preparados para eles. Agravada por intempéries como a seca no interior ou o excesso de chuvas no litoral, a economia potiguar se desestruturou, aumentando com isso o sentimento de muitos de que nada mudara com a República, por mais que se afirmasse o contrário nos pronunciamentos oficiais ou na imprensa governista.

Os próprios republicanos, no poder, acabarão por admitir as dificuldades e abandonar o tom otimista da propaganda, embora responsabilizando as catástrofes naturais pela situação. Em 1895, último ano da administração de Pedro Velho, é o tom sombrio que predomina em sua mensagem ao Congresso Legislativo estadual, ao lamentar que “as tristes previsões [...] sobre a crise financeira a que nos levaria o quase aniquilamento da colheita dos nossos gêneros de exportação, entre outros o açúcar [...] realizaram-se ainda além dos cálculos mais pessimistas trazendo em consequência o desequilíbrio orçamentário que nos assoberba”.<sup>2</sup>

---

1 Para acompanhar os casos citados ver Itamar de SOUZA, *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, p. 67-68 e 220-221.

2 *MENSAGEM ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte pelo Governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão em 31 de Janeiro de 1895*, p. 3 (Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte, estante 3, CL, doravante citada como MENSAGEM, seguida do ano em que foi lida; no caso, MENSAGEM, 1895).

Diante desse quadro desolador, o pragmático governador que agora tomava o lugar do esperançoso administrador dos primeiros tempos, recomendou, em vista do déficit financeiro que se avolumava, “redução considerável das despesas, eliminando tudo que não seja absolutamente indispensável à boa marcha da administração e adiando quaisquer outras, mesmo aquelas que entendem com os melhoramentos materiais de que carecemos”.<sup>3</sup> Tal austeridade, se por um lado atendia ao discurso republicano da moralidade administrativa, ainda que no final de uma gestão que o desmentia na prática, por outro nada lembrava o entusiasmo ingênuo dos jovens republicanos do *Potiguarânia* em 1890. A República, como qualquer outro sistema político, não se tornara a panaceia cantada em prosa e verso na época da propaganda.

A seguir apresentaremos os traços gerais de como o Rio Grande do Norte se encontrava no último quartel do século XIX, do ponto de vista econômico, social e político.

### *1.1 A economia norte-rio-grandense às vésperas da República<sup>4</sup>*

Na segunda metade do século XIX, a economia do Rio Grande do Norte estava apoiada basicamente na criação de gado na região Agreste e no sertão do Seridó; na agricultura da cana-de-açúcar no litoral e zona da Mata; e, finalmente, na extração de sal mineral na região Oeste, entre Mossoró, Areia Branca e Macau.

---

3 Ibid., p. 6.

4 O panorama econômico do Rio Grande do Norte apresentado nesta seção foi baseado fundamentalmente em A'RBOCZ, op. cit., p. 16-49 e TAKEYA, op. cit., p. 21-83. Sobre as relações da província com as demais regiões do Nordeste e com o poder central imperial, ver Evaldo Cabral de MELO, *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*, p. 258 e segs.; ver também, Gadiel PERRUCCI, *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste*, p. 105-27.

Cerca da metade dos 233.979 habitantes da província, em 1872, vivia da pecuária, principal atividade do Agreste e do sertão até fins do século XIX.<sup>5</sup> Contudo a criação de gado começou a se retrair a partir do último quartel do século, em razão do aumento nos preços internacionais do açúcar e do algodão, entre 1860 e 1885 e de 1892 a 1901, mas principalmente pelas periódicas secas que dizimaram o rebanho bovino do Rio Grande do Norte, particularmente a de 1877-79.<sup>6</sup>

Esses fatores acabaram por fixar a cultura do algodão, em finais do século XIX e inícios do XX, como a principal do Seridó, voltada a partir de então mais para o nascente mercado têxtil nacional, embora em condições de competitividade cada vez mais desvantajosas em relação a Pernambuco e ao sul do país.<sup>7</sup> O algodão foi o responsável pela ascensão dos políticos do Seridó, que chegarão ao poder estadual na década de 1920, substituindo a oligarquia Maranhão do litoral.

A partir de meados do século passado, a cana-de-açúcar teve uma expansão acentuada em Canguaretama, Ceará-Mirim e Macaíba, tornando-se o principal produto de exportação do estado no início da República e atingindo o auge em 1891, ano em que chegou a um índice jamais superado.<sup>8</sup> No entanto a

---

5 A'RBOCZ, op. cit., p. 21. Para os dados populacionais do censo de 1872, ver BOLETIM COMEMORATIVO da Exposição Nacional de 1908, p. 71-90; para o Rio Grande do Norte, Recenseamento realizado a 1<sup>o</sup> de Agosto de 1872, in: RELATÓRIO do presidente da província, João Capistrano de Melo Filho, de 13 de setembro de 1874, microfilmado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, 3<sup>o</sup> rolo, 1874-1882.

6 A'RBOCZ, op. cit., p. 24.

7 Sobre os efeitos da cultura algodoeira na economia potiguar à época, consultar TAKEYA, op. cit., p. 32-33 e 47-49.

8 Sobre os dados referentes ao açúcar, ver SOUZA, op. cit., quadro 8, p. 45 e segs.. É de se observar que o início de nosso período coincide com uma fase de queda no preço internacional do produto (1885-1892). Para um quadro geral sobre a economia açucareira no Nordeste, FERRUCCI, op. cit., p. 111-113. Sobre o Rio Grande do Norte, ver A'RBOCZ, op. cit., p. 24-25.

concorrência externa do açúcar de beterraba e a grande cheia de 1894-95 atrofiaram a exportação do Rio Grande do Norte em fins do século. Tentativas de modernização, como a introdução dos engenhos centrais e mesmo das usinas, fracassaram ou tiveram pouca repercussão entre os senhores de engenho, conhecidos por seu espírito rotineiro e atrasado.<sup>9</sup> Na entrada do século XX, toda a produção de açúcar em terras potiguares ainda era feita nos antigos banguês.

A indústria salineira, entre a foz dos rios Açu e Mossoró, abastecia os mercados de Pernambuco e do Centro-Sul, desenvolvendo boa escala industrial após 1886, em Mossoró e nos portos de Macau e Areia Branca, mas permaneceu subaproveitada até bem avançado o século XX.<sup>10</sup> Apesar de tudo, já se tinha ideia das potencialidades de sua exploração comercial, como atestam os artigos saídos em *O Macauense*, ainda no Império, e os discursos de parlamentares potiguares no Congresso Nacional, já na República.<sup>11</sup>

Em termos de indústria propriamente dita, a situação do Rio Grande do Norte no final do século XIX também não era nada auspiciosa.<sup>12</sup> Havia apenas algumas pequenas indústrias de alimentos e somente uma fábrica têxtil, a Fábrica de Fiação e Tecidos Natal, de propriedade do cunhado do governador Pedro

---

9 Manuel Correia de ANDRADE. *A Terra e o Homem no Nordeste*, p. 110 e PERRUCCI, op. cit., p. 113-5, que questiona a “rotina” como motivo principal da decadência, atribuindo-a antes a “problemas socioeconômicos e políticos”.

10 A'RBOCZ, op. cit., p. 31.

11 EXPORTAÇÃO de sal e INDÚSTRIA do sal, *O Macauense*, 13 e 23/8/1886. Ver também os discursos de Augusto Severo nas sessões de 4 e 11/11/1895, *Anais da Câmara dos Deputados*, 1895, v. 7, p. 25-7 e 193 e de Almino Affonso, nas sessões de 18/10 e 23/12/1895, *Anais do Senado Federal*, 1895, v. 6, p. 143 e v. 8, p. 235. Doravante os discursos na Câmara dos Deputados e Senado Federal serão citados pelas siglas ACD e ASF, respectivamente.

12 A'RBOCZ, op. cit., p. 34 e TAKEYA, op. cit., p. 48-9.

Velho, Juvino César Paes Barreto (1847-1901), de tradicional família pernambucana, durante muito tempo a única tecelagem do estado, inaugurada em 1888. Em 1893, a fábrica contava com 80 operários e produzia 1 milhão 371 mil metros de tecidos ao ano, insuficientes para fazer frente à crescente concorrência das indústrias do sudeste e mesmo de Pernambuco, sobrevivendo com dificuldade até seu fechamento nos anos 20.<sup>13</sup>

Com esse perfil econômico, era natural que o comércio fosse a principal atividade do Rio Grande do Norte no último quartel do século XIX. Os principais centros comerciais, além da capital, eram Canguaretama, São José do Mipibu e Macaíba, no litoral e Zona da Mata; Angicos, no Agreste; Mossoró, Macau e Açu, no Oeste e, finalmente, a Vila do Príncipe (Caicó), no Seridó. O comércio interno, pequeno, ressentia-se das dificuldades de locomoção e comunicação entre as localidades do interior e o litoral. As estradas eram poucas e ruins, na verdade apenas caminhos de terra. Aliás, o serviço dos correios era alvo constante das críticas dos jornais e um presidente da província chegou a considerá-lo “o pior do Império”.<sup>14</sup>

O comércio exterior era realizado através da compra e venda do sal de Areia Branca e Macau e, principalmente, do açúcar levado de Ceará-Mirim e Canguaretama, pelo rio Jundiá, até Macaíba. Daí, esses produtos eram embarcados para o Recife com destino à Europa e aos EUA. Essa dependência para

---

13 TAKEYA, op. cit., p. 48-49. Sobre o número de estabelecimentos industriais do Rio Grande do Norte (por setores de produção), consultar SOUZA, op. cit., quadro 14, p. 58.

14 Foi o presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto quem chamou a atenção para o problema, em sua “fala”, ao abrir a Assembleia Provincial em 9 de fevereiro de 1883, afirmando que “esse ramo do Serviço Público continua em péssimas condições, parecendo-me que nenhuma província do Império é tão mal servida de Correios como a do Rio Grande do Norte” (ver *Relatórios, Falas e Mensagens de Presidentes da Província do Rio Grande do Norte*, APESP, 4º rolo (1883-1888), p. 21). Para uma análise mais criteriosa, ver A'RBOCZ, op. cit., p. 34-36.

com Pernambuco, agravada pelas dificuldades estruturais da entrada do porto de Natal, dificultava a expansão do comércio exterior do Rio Grande do Norte e gerava inúmeros protestos dos comerciantes potiguares, do que a propaganda republicana se aproveitava para responsabilizar a Monarquia pela situação.<sup>15</sup>

Em 1889, havia cinco casas importadoras/exportadoras na província (duas em Mossoró e três na capital e litoral oriental). A mais destacada dentre elas fora criada em 1859 pelo avô materno de Pedro Velho, o paraibano Fabrício Gomes Pedrosa (1809-1872), nos Guarapes, então município de Macaíba, e trabalhava com a compra e venda de açúcar e algodão.<sup>16</sup> Em decadência após a morte do velho Fabrício, a casa comercial, revitalizada em 1892 por seu filho de mesmo nome, constituiu-se num dos suportes econômicos da família Maranhão, que, assim, dominava também o grande comércio atacadista importador/exportador e a única indústria têxtil do estado, além de grandes engenhos na zona da Mata.

Apesar de tudo, com relação a Natal, a expectativa otimista dos republicanos, ainda que exagerada e, no final, frustrada, pode justificar-se, se levarmos em conta alguns indicadores da época. A partir da década de 50, a pequena capital do Rio Grande do Norte, até então quase exclusivamente um centro político-administrativo, vai se transformando aos poucos, graças à difusão da navegação regular a vapor (1857), no principal polo comercial do litoral oriental e da região Agreste, aproveitando os vales dos rios Potengi e Ceará-Mirim. O primeiro telégrafo, em 1878, entre Natal e Angicos, e a estrada de ferro Natal-Nova Cruz (1880-83), da companhia inglesa Great Western of Brazilian Railway, ligando a capital da província à vizinha Paraíba, trouxeram certos ares de modernidade à cidade. Aliás, até o começo do século XX essa era a única ferrovia que cortava

---

15 TAKEYA, op. cit., p. 85-7 e A'RBOCZ, op. cit., p. 34.

16 Para informações sobre as origens de Fabrício Pedrosa, ver CASCUDO, APV, p. 221-223.

o Rio Grande do Norte, embora intensamente criticada, por seu crônico déficit orçamentário e pelo suposto erro de traçado, pois não atendia o vale açucareiro do Ceará-Mirim.<sup>17</sup>

Mesmo assim, não se pode afirmar que esses indicadores “modernizadores”, de resto bastante modestos, tivessem condições de alterar substancialmente as precárias condições econômicas da província norte-rio-grandense e muito menos a característica rural, patriarcal e acanhada da sociedade potiguar da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, mais uma vez, a realidade insistia em desmentir o exagerado otimismo dos jovens republicanos do *Potiguarânia*, em 1890.

## 1.2 A sociedade potiguar no final do Império

No Rio Grande do Norte, província pobre, de economia baseada em grande parte na pecuária, atividade pouco absorvedora de mão de obra, a escravidão não se desenvolveu muito, concentrando-se, em dimensões relativamente modestas, nos engenhos do litoral e nos serviços domésticos.<sup>18</sup> Em 1864 existiam 23 mil escravos; oito anos depois, o censo de 1872 apontava apenas 13.020 em toda a província (5,56% do total da população), o

---

17 A'RBOCZ, op. cit., p. 34 e TAKEYA, op. cit., p. 87. Sobre a ferrovia, consultar o artigo de Josemir Camilo de MELO, A ferrovia inglesa Natal-Nova Cruz, *Caderno de História, UFRN*, v. 2, n. 1, p. 28-33. A respeito do suposto erro no traçado da ferrovia, com o qual não concorda, ver Evaldo C. de MELO, op. cit., p. 210-2. Para ele, o vale do Ceará-Mirim não sentia a mesma necessidade de transporte ferroviário que os centros algodoeiros do interior, pois era fácil a comunicação de Macaíba com Natal pelos rios Jundiá e Potengi. Por outro lado, a estrada de ferro em seu trecho inicial concorria com a pequena navegação de cabotagem, mais barata, daí o crescente déficit da companhia.

18 Dados estatísticos sobre a escravidão nas províncias podem ser encontrados na *História da vida privada no Brasil*, v. 2, apêndices p. 478-481 e 484, organizado por Luiz Felipe de ALENCASTRO. Para uma análise interpretativa sobre esses dados, consultar Robert CONRAD, *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, p. 345-349, 351-353 e 358.

menor em termos absolutos entre as seis províncias nordestinas. Esse contingente foi diminuindo gradualmente: nos dez anos entre 1874 e 1884 reduziu-se a 7.209 (queda de 47,1%) e o tráfico interprovincial levou, nesse mesmo período, 1.876 para o sul. Em 1887 restavam 3.167, e a Lei Áurea encontraria apenas 482 escravos em toda a província, a imensa maioria localizada nos sítios das zonas rurais, os grandes centros produtivos.<sup>19</sup>

Portanto, a maior parte da força de trabalho rural no Rio Grande do Norte, muito antes de 1888, já era composta de mão de obra “livre”, em regime de meação ou de parceria, não assalariada, em sua maioria.<sup>20</sup> População, aliás, que não cessou de diminuir no último quartel do século, em razão das grandes secas de 1877-79 e 1889-90, que, além de grande mortandade, provocaram migração intensa dos sertanejos para a Amazônia, onde se iniciava o “boom” da extração da borracha. O próprio município de Natal sentiu esse movimento, caindo sua população de 20.392 habitantes em 1872 para 13.725 em 1890. Somente após 1910 houve uma recuperação demográfica na capital.<sup>21</sup>

O trabalhador rural, pobre, era visto por boa parte da elite potiguar como “indolente”, “preguiçoso”, “vagabundo”. Propostas para remediar esse “mal”, como o “trabalho obrigatório”, passaram a ocupar um espaço cada vez maior nos programas partidários de monarquistas e republicanos, principalmente depois da abolição.<sup>22</sup> Conforme as filiações ideológicas

---

19 CONRAD, op. cit., Tabela 3, p. 346; CASCUDO, APV, p. 225 e *Notas e documentos sobre a história de Mossoró*, Coleção Mossoroense, série C, v. 849, p. 168.

20 TAKEYA, op. cit., p. 68-69.

21 A'RBOCZ, op. cit., p. 32; TAKEYA, op. cit., p. 73 e LINDOSO, op. cit., p. 34.

22 Ver, por exemplo, a série de 25 artigos do magistrado e político conservador alagoano, radicado no Rio Grande do Norte, Manoel Porfírio de Oliveira Santos (1851-1933), publicados na *Gazeta do Natal*, entre 25/2 e 23/5/1888, intitulados *Questões Sociais*. Nesses artigos,

dos porta-vozes das diferentes correntes, as explicações para essas “características” do trabalhador brasileiro variavam, mas todas tinham como pano de fundo as teorias racistas e/ou climáticas muito em voga na Europa da segunda metade do século XIX, graças à grande divulgação do darwinismo social.<sup>23</sup> Veja-se a explicação de Oliveira Santos, por exemplo, para as causas de “nossos males”, ao afirmar taxativamente que elas estavam “principalmente no sistema burocrático que impera entre nós, nos nossos hábitos de indolência e de indisposição para o trabalho, e até no fato de sermos uma nação essencialmente agrícola”.<sup>24</sup> Ainda que defendendo medidas para erradicar esses “males”, como a obrigatoriedade do trabalho e do ensino profissional, Oliveira Santos responsabilizava, em larga medida, a “preguiça nacional” pelo atraso do país.

Já Manoel Dantas, da ala radical do Partido Liberal, adepto do evolucionismo darwinista de Ernst Haeckel, também reconhecia uma certa indolência no sertanejo. Acreditava também que esse traço de seu caráter podia ser modificado pela educação, pois era consequência “do estado de ignorância em que laboram os nossos conterrâneos”, teorizando:

---

ele discute, numa linguagem erudita e sociologizante, temas como escravidão, reorganização do trabalho nacional, instrução pública profissional. Ver também os artigos, igualmente eruditos, do acadêmico de Direito, Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867-1924), liberal radical seridoense adepto do evolucionismo darwinista, publicados no *O Povo*, de Caicó, entre março e dezembro de 1889. Por fim, ver o Manifesto do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, escrito por Pedro Velho a 27 de janeiro de 1889, reproduzido por CASCUDO, op. cit., p. 19-33.

- 23 Duas boas sínteses sobre a influência do darwinismo social no Nordeste podem ser encontradas nos artigos de G. M. GREENFIELD, *The Great Drought and Elite Discourse in Imperial Brazil*, *Hispanic American Historical Review*, v. 72, n. 3, p. 375-400 e M. C. EAKIN, *Race and Identity: Sílvio Romero, Science, and Social Thought in Late 19th Century Brazil*, *Luso-Brazilian Review*, v. 22, n. 2, p. 150-174.
- 24 “Questões Sociais XV: Liberdade comercial”, *GZN*, 14/4/1888.

O sertanejo é ativo e empreendedor, e a indolência ou inércia que às vezes se observa em seu caráter, não destrói o princípio estabelecido; é uma consequência da má orientação que ele tem de sua vitalidade. Deem-lhe os conhecimentos precisos, ponham-no a par do progresso em suas diversas manifestações e o sertanejo será o modelo típico do povo do trabalho como esse deve sê-lo. Todo nosso mal tem sido não se educar o povo por meio de um ensino proveitoso.<sup>25</sup>

Divergentes quanto às causas da “indolência”, Oliveira Santos e Manoel Dantas concordavam que ela só seria superada através da *educação e do trabalho*, solução que os republicanos da propaganda também encampariam. Para estes, os responsáveis por essa situação, que a República fatalmente reverteria, eram os anos de estagnação e descaso da Monarquia pelo norte do país. Num estado em que o precário censo de 1890 apontou 84,62% da população como “não sabendo ler nem escrever”, a missão era hercúlea!

Não obstante, às vésperas da Proclamação, essa população sertaneja, tida como “preguiçosa”, era vista com um misto de veneração e temor pelos mesmos intelectuais que a consideravam indolente. Manoel Dantas é quem descreve melhor o sentimento do homem letrado, culto, ao mesmo tempo sensível ao drama dos flagelados pelas secas periódicas, mas temeroso das consequências sociais de uma “explosão popular” desses retirantes, que fugiam em grande número para centros urbanos regionais, como Caicó, Mossoró, ou mesmo Natal. Por ocasião da estiagem de 1888-90, quando os jornais, alarmados, noticiavam a chegada de “multidões de indigentes” à capital da província, Dantas exprimia seus receios com todas as letras, tornando públicas suas “apreensões aterradoras sobre a seca e a fome que nos assola atualmente” e pedindo resignação aos famintos:

---

25 A vida sertaneja I: Presente e Futuro, *OPV*, 30/11 e 14/12/1889.

Estamos portanto em uma época toda anormal. O povo desconfia de todos e de tudo, olhando para nossas propriedades com o sobrececho carregado [...] estamos à mercê do povo [...] o que nos cumpre fazer é acautelarmo-nos, vigiar os nossos haveres e aconselhar o povo para se resignar com a sua sorte não envolvendo [sic] no crime a sua infelicidade [...].<sup>26</sup>

Data da seca de 1877-79 a ideia de que o poder público deveria ajudar, de alguma forma, os flagelados. O governo imperial, então, criou as famosas “comissões municipais de socorros”, que recebiam verbas destinadas a empregar os flagelados em “obras públicas” com o objetivo de minorar os efeitos da própria seca, mas que se transformaram na mais deslavada fonte de corrupção e desvio de dinheiro público que jamais se vira. Ignorando o sofrimento alheio, a maioria dos integrantes das comissões embolsava a verba para si mesmo.<sup>27</sup> Essas comissões causaram constantes embaraços às autoridades imperiais e posteriormente às republicanas, ambas preocupadas em moralizá-las, normalmente sem sucesso, como demonstra o caso, fartamente acompanhado pela imprensa da época, da malversação da verba pelo presidente da comissão em Caicó, uma das regiões mais afetadas pela seca em 1889, já na República.<sup>28</sup>

---

26 A Fome e Acautelemo-nos, *OPV*, 18 e 25/1/1890. Sobre a multidão de indigentes, ver *A Secca, O Macauense*, 9/5/1888, reclamando ajuda governamental para transportar os atingidos para o sul, onde “tanta falta há de braços para a lavoura...”.

27 A respeito das denúncias sobre irregularidades nas “comissões de socorro” no Império, ver *OPV*, de 16/3, 23/3 e 6/4/1889; sobre as repercussões das fraudes praticadas pelas comissões no Rio Grande do Norte durante a seca de 1879, que provocaram inclusive a intervenção das autoridades imperiais, ver GREENFIELD, op. cit., p. 377; também CASCUDO, *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 86, doravante citado como *HRRN*.

28 COMISSÃO de Socorros e PURAS verdades, *OPV*, 22/2 e 3/8/1890. Este último número cita trechos do relatório do governador Adolfo Gordo, também reproduzido por Tarcísio MEDEIROS, *O governo do Dr. Adolfo Gordo, a República e a seca no RN*, p. 11-18.

Por ora, é interessante acompanhar a descrição, levada a cabo pelo governador Adolfo Gordo, do trabalho dos retirantes em Natal, embora fosse contrário a esse tipo de paliativo, preferindo propor ajuda financeira subsidiada aos produtores:

Quando assumi a administração, existiam nesta capital cerca de 3.000 indigentes empregados no calçamento das ruas. O trabalho das mulheres consistia em transportar por dia, para o lugar onde se fazia o calçamento, um ou dois lenços com areia; e o dos homens era transportar uma pequena pedra cada um. Recebiam os homens 500 réis, as mulheres 300 e as crianças 240 réis. O calçamento de um pequeno trecho de uma rua demandava muitas semanas e custava muitos contos de réis! [...] acostumou-se a população à ociosidade e extinguiu-se completamente a iniciativa particular.

Para ele, a corrupção das comissões e essas “frentes de trabalho” davam lugar apenas à formação de “uma raça nômade pelo seu constante deslocamento, sem estabilidade, sem hábito de trabalho”.<sup>29</sup> Darwinistas sociais, como Manoel Dantas e Diógenes Celso da Nóbrega (1861-1928), acantonados no jornal *O Povo*, de Caicó, defendiam a fórmula “socorro público mediante trabalho” (medida provisória enquanto não viessem as “soluções racionais” como a “arborização e os açudes”), como meio de combater a ociosidade e baratear as despesas do Estado. Entretanto, como Adolfo Gordo, eles também criticavam a forma de distribuição do “socorro”, que possibilitava aglomerações consideradas perigosas para a propriedade e mesmo para a vida dos cidadãos e favorecia a corrupção dos membros das comissões municipais.<sup>30</sup> O sertanejo, já com dificuldades imensas de sobrevivência num meio hostil, ainda se via às voltas com os preconceitos da elite letrada.

---

29 PURAS verdades, *OPV*, 3/8/1890.

30 A Fome, *OPV*, 25/1/1890.

Nos acanhados centros urbanos da província,<sup>31</sup> a situação de dependência dos trabalhadores era quase a mesma do campo: funcionários públicos sob o tacão da demissão se votassem contra o governo, empregados no comércio e os pouquíssimos operários submetidos ao regime de trabalho e aos baixos salários impostos pelos patrões, na ausência de qualquer legislação que regulasse as relações patrão/empregado.<sup>32</sup> Estes últimos compunham-se basicamente de caixeiros do comércio, empregados domésticos e uma ínfima quantidade de operários das indústrias de sal e tecidos, ferroviários, portuários e gráficos. Havia uma incipiente organização sindical, dominada pelo assistencialismo da época (como a Sociedade Beneficente dos Artistas e a Sociedade dos Homens que Trabalham no Sal) ou por sindicatos criados pelo governo (como o Centro Operário Luiz de França, de 1890). Ainda em 1893, quando o jornal oposicionista *Rio Grande do Norte* denunciou as péssimas condições de trabalho e os salários aviltantes pagos por Juvino Barreto em sua fábrica de tecidos, este se mobilizou, aproveitando suas ligações familiares com o governador, e fez publicar, no órgão oficial do

---

31 Dos 36 municípios do Rio Grande do Norte em 1890 apenas 9 tinham mais do que 10 mil habitantes e nenhum deles 14 mil (o mais populoso, Natal, tinha 13.725 hab.). Consultar o censo de 1890, *Sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890*, p. 102-103 e segs.

32 Oliveira Santos, em 1893, reivindicava uma lei que regulasse o aluguel dos “creados de servir” pois desde a abolição só valia o ajuste verbal, sem nenhum contrato, apesar de existir uma lei, de 9/6/1892, que incumbia o chefe de Polícia de manter um livro de matrícula dos empregados. Daí resultava a situação que Santos deplorava, que trazia “a inconstância de nossos creados que jamais se querem conformar com a sujeição resultante de suas obrigações naturais. *Vagabundos e errantes, eles não pretendem senão viver ‘au jour le jour’, sem estabilidade em parte alguma, sem domicílio e sem ofício*”, Locação de Serviços, *Diário do Natal (DdoN)*, 45, 25/8/1893. Itamar de SOUZA, op. cit., p. 73-85 faz uma síntese geral sobre os trabalhadores urbanos e sua organização no Rio Grande do Norte do final do séc. XIX.

Partido Republicano, um abaixo-assinado dos operários a favor do patrão, chamado de “nosso constante protetor”.<sup>33</sup>

Temos notícias de pequenas e rápidas greves entre os salineiros, ferroviários ou gráficos, motivadas por atraso no pagamento dos salários ou péssimas condições de trabalho, mas, esporádicas e isoladas, não conseguiram maior repercussão.<sup>34</sup> Predominava, no diminuto meio operário do Rio Grande do Norte republicano, o mesmo assistencialismo, clientelismo e submissão aos patrões que vigorava nas áreas rurais. Assim, a sociedade patriarcal alargava seus tentáculos também nas inexpressivas zonas urbanas.

Essa mesma submissão também se encontrava no funcionalismo público, civil e militar, cujas camadas mais pobres situavam-se economicamente junto ao operariado. Por demais dependentes do governo, os empregados públicos provinciais se transformavam em obedientes eleitores da situação, sob pena de transferência compulsória e mesmo demissão por justa causa e, em relação a isso, nada mudaria com a República.

As classes dominantes no campo potiguar – fazendeiros de gado ou plantadores de algodão no sertão, senhores de engenho no litoral – eram todo-poderosas em suas terras e propriedades. Esses proprietários eram considerados pelo governo imperial como última reserva da ordem pública, em sua função de oficiais da Guarda Nacional, que, aliás, continuou a ser prestigiada durante algum tempo pela República, embora com um caráter cada vez mais honorífico, mas nem por isso menos disputado.

Câmara Cascudo traçou um perfil bastante simpático do “coronel sertanejo”, o típico representante das famílias criadoras do sertão norte-rio-grandense, tomando como modelo o “coronel”

---

33 A denúncia oposicionista está nos artigos EM favor do Operário e EM favor do Proletariado, *Rio Grande do Norte* (RGN), 25/1 e 5/2/1893; o abaixo-assinado pode ser encontrado em *A República* (AREP), 28/1/1893; a narração sintética dos acontecimentos, em SOUZA, op. cit., p. 86.

34 AREP, 26/4/1890; FRUCTAS do Tempo, *O Nortista* (ONTT), 26/2/1892; SOUZA, op. cit., p. 75-76.

Silvino Bezerra de Araújo Galvão (1836-1921), de Acari (no Seridó), considerado por ele o “grande-homem sertanejo, leal, trabalhador, enérgico, [...] hospitaleiro, mesa farta e regional [...]”.<sup>35</sup> Esse perfil vale igualmente tanto para o “tenente-coronel” José Bernardo de Medeiros (1837-1907), de Caicó, quanto para o “coronel” Francisco Gurgel de Oliveira (1848-1910), de Mossoró.<sup>36</sup> Cascudo acrescenta que não era a riqueza monetária que justificava o poderio econômico ou político dos “coronéis”, mas “o vínculo poderoso do *compadrio*” e a propriedade da terra, idealizando essa relação: “Como todos os velhos chefes do sertão, sua riqueza era a terra, suficiente no ritmo da produção para manter o bem-estar caseiro [...] Todos morreram em condição modesta de fortuna”.<sup>37</sup>

Como rezavam as regras do *compadrio*, era tarefa do “coronel” suprir as necessidades de seus inúmeros parentes, afilhados, compadres, agregados ou clientes, importantes para manter seu “curral eleitoral”. O clientelismo teve papel fundamental na própria formação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e, posteriormente, na conquista do poder político estadual, primeiro pela oligarquia Maranhão, depois pelos Bezerra de Medeiros, do Seridó, nos anos 20.<sup>38</sup>

---

35 CASCU DO, HRRN, nota 4, p. 252.

36 Para a caracterização clássica do fenômeno do *coronelismo*, ver Vítor Nunes LEAL, *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil* e Nestor DUARTE, *A Ordem Privada e a organização política nacional*. Neste livro, quando patentes militares aparecem entre aspas referem-se a oficiais da Guarda Nacional e não a oficiais do Exército ou da Marinha.

37 CASCU DO, HRRN, p. 252-253.

38 Sobre a importância do *compadrio* na sociedade e na política do Rio Grande do Norte, ver o sucinto mas perspicaz artigo de Manuel Rodrigues de MELO, Introdução ao estudo do *compadrio* brasileiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 48/49, p. 203-207. Linda LEWIN, *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de casoda oligarquia de base familiar*, cap. 3-5, p. 113-238, faz uma análise abrangente sobre a influência do parentesco na política brasileira, utilizando o caso de Epitácio Pessoa na Paraíba.

Por trás desse quadro idílico do coronel sertanejo pintado por Cascudo, escondia-se o lado autoritário e violento do clientelismo e do compadrio. Segundo apontavam frequentemente os relatórios dos presidentes da província e os jornais da época, predominava no interior do Rio Grande do Norte um clima de insegurança individual latente, protagonizado pelos jagunços e capangas dos grandes proprietários de terra. Ao lado da “ignorância, embriaguês e jogo” dos moradores pobres, sem “nenhuma educação moral e religiosa”, em eterna dependência econômica e política para com seus patrões, as autoridades imperiais responsabilizavam diretamente os proprietários rurais pela violência no campo, em razão da “proteção dispensada aos criminosos pelos potentados locais”, sob as bênçãos do compadrio e do clientelismo.<sup>39</sup>

O que importava mesmo era a relação de poder, que mantinha as populações que viviam nas terras dos “coronéis” em completa dependência de seus “padrinhos” e “compadres”, que não tinham interesse algum em modificar a situação de seus “afilhados”. Lembremo-nos da advertência de Pedro Velho, no manifesto republicano, quanto à resistência desses “potentados de aldeia” a medidas de interesse geral, sempre obedecendo ao seu interesse particular – que se confundia com o de seus parentes e amigos – antepondo-se, com seus empregados armados, às autoridades constituídas, elas próprias, em sua maioria, submetidas às teias sinuosas do parentesco e do compadrio.

---

39 Como mostram, por exemplo, os RELATÓRIOS de presidentes da província (PP-RN, APESP, 4º rolo, 1883-88): Cunha Barreto, 9/2/1883, p. 8; Antônio da Costa, 22/10/1885, baseando-se no relatório de 14/8 de seu chefe de Polícia, também anexado ao relatório, p. 4-5 e do secretário de Polícia ao presidente Rosa e Silva, de 20/10/1888, p. 12. Sobre a relação do parentesco e do compadrio permeada pela violência privada, ver o clássico de Maria Isaura Pereira de QUEIROZ, *O Mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios*. Uma pesquisa mais atual sobre clientelismo e política, recentemente publicada no Brasil é a de Richard GRAHAM, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*.

Essa dependência também existia nos engenhos de cana do litoral e mesmo nos pequenos mas economicamente importantes centros urbanos da província, como Macaíba, Mossoró ou Natal, onde dominavam os grandes negociantes exportadores e importadores, a “burguesia agrocomercial”, como os denomina Itamar de Souza.<sup>40</sup> Talvez a representante mais típica dessa camada social tenha sido a família Albuquerque Maranhão, na qual se imbricaram exemplarmente as atividades agrícolas produtoras de açúcar com o capital comercial e industrial.

Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão (1827-1896), pai de Pedro Velho, era um caixeiro-viajante que enriqueceu comprando terras. Casou-se com a filha do proprietário da principal casa comercial da região litorânea, Fabrício Pedrosa que, por sua vez, herdara terras do sogro nos Guarapes, em Macaíba. Amaro Barreto tornou-se senhor de engenho em Canguaretama e depois se estabeleceu em Natal como comerciante, deixando a terra aos cuidados do filho mais velho, Fabrício Maranhão. Misturavam-se assim, na mesma família, a tradição aristocrática do senhor de engenho do litoral com o espírito aventureiro mas empreendedor do comerciante itinerante, sem contar, logo depois, sua ligação com o capital industrial, graças à fábrica de tecidos do genro, Juvino Barreto, em Natal. Era o capital comercial de origem agrícola, já há algum tempo estabelecido na região, o qual ocupava espaço no meio urbano, fazendo parte de sua elite, da qual adquirira os gostos e os hábitos.

Dessa família de senhores de engenho de modos aristocráticos, dada à música e à boêmia, é que saiu a oligarquia que dominou incontestemente o Rio Grande do Norte republicano por cerca de 25 anos. Seu membro mais proeminente foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907), formado em Medicina no Rio de Janeiro em 1881, Inspetor da Saúde Pública provincial em 1885-86 e professor de História do único estabelecimento de ensino secundário da província, o Atheneu Rio-Grandense, em

---

40      SOUZA, op. cit., p. 75.

1886. Abolicionista e principal líder republicano da propaganda, foi um dos fundadores do Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN), em janeiro de 1889.<sup>41</sup> A partir daí, dedicou-se exclusivamente à política, chegando a ser, sucessivamente, governador provisório, deputado federal, governador eleito indiretamente, e senador da República até a morte, em 1907, tendo destacada e reconhecida participação na política nacional durante os primeiros anos da Primeira República.

No meio da pirâmide social – nem fazendeiros, nem senhores de engenho ou comerciantes exportadores – situavam-se alguns profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, jornalistas e farmacêuticos), muitos egressos das camadas proprietárias rurais ou a elas ligados por laços de parentesco (por sangue ou afinidade, pelo casamento ou compadrio), amizade ou clientelismo, como nos mostram as obras de Nestor Duarte e Vítor Nunes Leal. Via de regra, esses profissionais liberais não conseguiam um espaço político independente na sociedade oligárquica em que viviam, sendo forçados a se articularem seja aos coronéis do sertão seja aos senhores de engenho e/ou comerciantes do litoral.<sup>42</sup> Foi o caso, no Rio Grande do Norte, dos irmãos caicoenses Diógenes e Janúncio Salustiano da Nóbrega Filho (1869-1899) que, embora ideologicamente afinados ao liberalismo radical, sempre fizeram parte do grupo do chefe liberal moderado do Seridó, “tenente-coronel” José Bernardo de Medeiros, futuro senador da República; também foi o caso do futuro governador, ministro de Afonso Pena e do Supremo Tribunal Federal, Augusto Tavares de Lyra (1872-1958). Casando-se com uma filha de Pedro Velho, Tavares de

---

41 CASCUDO, VPV, p. 20-29; perfil de Pedro Velho, p. 72-75 e idem, HRRN, p. 36-40.

42 LEAL, op. cit., nota 1, p. 22.

Lyra entrou na família Albuquerque Maranhão e a ela foi fiel até o fim.<sup>43</sup>

Na restrita sociedade potiguar da época, mesmo os mais empedernidos opositores tinham sólidas retaguardas econômicas familiares, o que lhes dava segurança suficiente para a atividade política, que, na maioria das vezes, vinha do Império. Foi o caso, por exemplo, de Miguel Joaquim de Almeida Castro (1834-1901), cearense mas de ancestral e ilustre família potiguar (descendente do herói da Revolução de 1817 em Pernambuco, Frei Miguelinho, do qual tinha o mesmo nome). Castro, que começara como advogado e comerciante no Recife, chegando a presidente do Piauí no Império, foi governador do Rio Grande do Norte republicano no período deodorista. As famílias de Miguel Castro, do juiz Amintas Barros e dos irmãos cearenses Amorim Garcia (José Gervásio, boticário, e Antônio, advogado, político e jornalista) eram ligadas por casamentos, o que facilitava a articulação do grupo na ferrenha oposição que moveram aos Albuquerque Maranhão.<sup>44</sup> Foram essas sólidas alianças familiares e/ou clientelísticas, mais do que a fidelidade a ideias políticas abstratas, que predominaram na sociedade norte-riograndense do início da República.

Para completar esse breve panorama social do Rio Grande do Norte às vésperas da República, resta apresentar a situação da educação e da saúde na província, na medida em que esses dois indicadores, particularmente o primeiro, constituíam os corolários naturais do novo regime, que estava fadado a triunfar em todo o mundo civilizado do final do século XIX. Era essa a

---

43 Breves perfis dos irmãos Nóbrega, *CASCUDO, HRRN*, p. 31-33, p. 222 e 263-264; para o de Tavares de Lyra, membro do Superior Tribunal Federal e do IHGB, historiador de renome, *ibid.*, p. 234.

44 Perfis desses opositores em *CASCUDO, HRRN*, p. 88-92, 175-176.

visão de jornais estudantis, literários ou de variedades, como O *Santelmo*, *Tribuna Juvenil* e *Potiguarânia*<sup>45</sup>, logo após a Proclamação.

O censo de 1872 apontou, na província do Rio Grande do Norte, um total de 181.137 pessoas “não sabendo ler nem escrever”, numa população livre de 220.959 habitantes (81,9%). Se acrescentarmos os 13.020 escravos, todos indiscriminadamente considerados analfabetos, o índice sobe para 87,8%, quase 90% da população, um dos mais baixos do Império, mesmo entre as províncias nordestinas.<sup>46</sup> Igualmente, das 43.220 crianças em idade escolar (acima dos 6 anos), 38.519 (89,1%) não frequentavam a escola. As que frequentavam não tinham muito do que se alegrar: havia 4,7 professores para cada 10 mil habitantes. Os professores eram considerados por muitos como os vilões da história, por não terem “vontade” de ensinar, alvos constantes das críticas de presidentes da província e da imprensa, inclusive a monarquista.<sup>47</sup> O *Brado Conservador*, de Açu, já reclamava, em 1880, do “lastimável estado do ensino público” na província e do baixo salário pago aos professores. No entanto, a responsabilidade pelo caos era repartida com a própria população, acusada de “não manifestar a menor vontade de aprender, onde na ausência de todo estímulo, ele [o povo] esquece este

---

45 Ver *Tribuna Juvenil* (TJ), 11/8/1890, *Potiguarânia* (PTG), 24/9/1890 e O *Santelmo* (OSTM), de 12/7 e 26/7/1891.

46 A média nacional era de 81,1%; dados em ALENCASTRO (Org.), op. cit., in NOVAES (Dir.). op. cit., v. 2, Tabela 6, p. 475.

47 Ibid., Tabela 7, p. 476. Sobre as críticas à precária situação do ensino na província, ver o RELATÓRIO apresentado pelo Inspetor do Tesouro Provincial, Eneas Leocádio de Moura Soares, ao Presidente da Província, Cunha Barreto, em 30/4/1882, (manuscrito, APERN). Para os anos entre 1886 e 1889, ver INSTRUÇÃO Pública, OMC, 30/5/1887 e 7/9/1888, um balanço da administração conservadora. Sobre dados a respeito da educação formal no Rio Grande do Norte imperial, ver CASCUDO, *História do Rio Grande do Norte*, p. 261-272 e *História da Cidade do Natal*, p. 171-182, além da dissertação de mestrado de Maria Marta de ARAÚJO, *Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte - da Colônia à Primeira República*, p. 23-98.

imperioso dever para entregar-se à ociosidade, na falta de lícita ocupação”, como afirmava Oliveira Santos na *Gazeta do Natal*.<sup>48</sup> A propósito, a província contava, desde meados do século, com uma escola pública secundária, o Atheneu Rio-Grandense, que padecia do eterno “abre e fecha”, ao sabor das situações políticas, constantemente sem verbas, e sofrendo, segundo as autoridades imperiais, pelo “descaso” dos professores.<sup>49</sup>

No campo liberal, as críticas centravam-se no anacronismo do ensino da época, “profundamente irracional e rotineiro” como pensava Manoel Dantas, que reclamava da falta de interesse em frequentarem-se as escolas elementares, exigindo reformas profundas nesse sentido, ainda que acreditasse que elas eram impedidas principalmente pela “indolência peculiar à nossa raça”.<sup>50</sup> Em 1890, no início da República, Dantas ainda lamentava que nada fora feito para mudar o quadro herdado da Monarquia e que o ensino público ainda se conservava “no estado desolador e triste dos tempos passados”.<sup>51</sup> Da mesma forma, no artigo citado na epígrafe deste capítulo, e que é uma verdadeira profissão de fé na educação como meio de libertar o povo da opressão, os redatores do *Potiguarânia* reiteravam:

[...] queremos também o desenvolvimento intelectual; queremos que se distribua a instrução pelo povo, que inquestionavelmente ainda jaz em grande obscuridade, faltando-lhe a ciência, isto é, o principal fator para bem compreender as sublimes instituições democráticas do país.<sup>52</sup>

---

48 O ESTADO da Instrução entre nós e INSTRUÇÃO primária, *BdCs*, 2/7 e 3/12/1880. EDUCAÇÃO Nacional, *GZN*, 9/6/1888 e seguidos artigos da série *Questões Sociais* (IV, *O Trabalho*; V, *Ensino Primário, Gratuito e Obrigatório*; VI, *Ensino Profissional*, de 7, 10 e 14/3/1888, respectivamente).

49 ARAÚJO, op. cit., p. 40.

50 A NOVA situação, *OPV*, 22/6/1889.

51 Interesses do Estado (III), *OPV*, 15/6/1890.

52 NATAL Progride, *Potiguarânia*, 24/9/1890.

Pode-se considerar essa declaração de princípios apenas um lamento de jovens estudantes idealistas. Pensamos, ao contrário, que ela demonstra exemplarmente o papel que se atribuía à educação e à ciência para o progresso do país, não apenas no campo material mas também no político, como meio de desenvolver o espírito cívico dos cidadãos.

O outro índice social caro ao ideário republicano, ainda que com menor intensidade, era o estado da saúde pública.<sup>53</sup> Apesar da onipresença de uma linguagem metafórica higienista, utilizada na retórica dos pronunciamentos governamentais e manifestos políticos (“sanear a política”, “extirpar o cancro”, por exemplo), a preocupação efetiva com a saúde da população era bem menor do que a quase obsessão com a “instrução pública”, se levarmos em conta apenas a imprensa da época. A “higiene” aparece principalmente nas ocasiões de perigo epidêmico, como os frequentes surtos de febre amarela, varíola ou cólera, invariavelmente associados, pelos jornais de oposição, já na República, à morosidade das autoridades responsáveis em tomar as devidas medidas profiláticas. Em todos os jornais, invariavelmente, da situação ou da oposição, apontava-se o “pouco asseio” da população como causa do recrudescimento das epidemias.<sup>54</sup>

---

53 Para uma visão geral sobre a medicina, o ensino médico e o estado da saúde pública no Império, consultar SANTOS F.<sup>o</sup>, *Medicina no Período Imperial*, in: HOLANDA (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 3, p. 448-498; com uma perspectiva metodológica diferente e mais recente, ver Sidney CHALHOUB, *Cidade Febril*, p. 7-11 e segs.; com dados sobre a situação sanitária de Natal e do Rio Grande do Norte no Segundo Império, restam as estatísticas que podem ser encontradas nos RELATÓRIOS de Presidentes de Província e de seus Inspetores de Saúde Pública (APESP, 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> rolos, 1874-1888). Sobre o período republicano, as MENSAGENS dos governadores ao Congresso Legislativo Estadual (APERN, estante 3CL, n<sup>o</sup> 40 a 46); uma vista geral em CASCUDO, HRN, p. 273-274 e HCN, p. 183-194.

54 Por ocasião da epidemia de cólera que acometeu o país no segundo semestre de 1894, o governador Pedro Velho, médico, chegou a

Segundo o censo de 1872, havia 59 “profissionais de saúde” em todo o Rio Grande do Norte – entre médicos, cirurgiões, farmacêuticos e parteiras – para uma população de 233.979, ou seja, 2,5 para cada 10 mil habitantes, o mais baixo não só da região que corresponde hoje ao Nordeste, mas o penúltimo de todo o Império, suplantando apenas o Amazonas, com 1,9 para cada 10 mil. Em relação ao número de parteiras por mulheres livres ou escravas, a província ocupava o 14º lugar em 20 (37 para 114.687 ou 3,2 para cada 10 mil).<sup>55</sup> Em Natal, a situação também não era das melhores, embora tenha estatisticamente melhorado entre 1872 e 1890. Em 1882, para uma população de 20.392 (censo de 1872), havia 6 médicos (1 para cada 3.398 hab.) e sete anos depois, 1 para cada 980 (14 para 13.725 hab./1890).<sup>56</sup>

Em abril de 1882, o Inspetor do Tesouro provincial de uma administração liberal, Enéas Leocádio de Moura Soares, em seu relatório ao presidente Francisco Gouveia Cunha Barreto, informava que o “flagelo da seca” era o responsável pelo aumento do número de doentes internados no único hospital público da cidade, o da Caridade, e também pelo aumento do número de

---

convocar uma reunião para debater as medidas para preveni-la no estado, criticadas pela oposição como “morosas” e não viabilizadas. No entanto, o jornal oficial não se furtou a responsabilizar em parte a população pela grave situação, ver PROFILAXIA e Higiene, *AREP*, 15/12/1894; para a versão oposicionista, A EPIDEMIA, *RGN*, 14/12/94 e O CHOLERA e PRECAUÇÕES, *OEST*, de 16 e 23/12/1894, respectivamente. Para uma análise sobre a situação de várias doenças no estado, ver A FEBRE, o Sarampo e a Variola, *ONTT*, 10/2/1892; defendendo melhorias na saúde pública, HIGIENE Pública, *DdN*, 9/7/1893. Repare-se que as referências à “higiene pública” datam da República, praticamente inexistindo nos jornais da época do Império (restam novamente os RELATÓRIOS dos Presidentes da Província como principal fonte).

- 55 Para os dados sobre a relação médicos/população, ALENCASTRO (Org.), op. cit., p. 472-473.
- 56 CASCUDO, *HCN*, p. 185 e passim; *APV*, p. 224. A população da capital diminuiria sensivelmente nesse meio tempo em razão da seca e do êxodo para a Amazônia.

presos pobres na Cadeia Pública, e, segundo o tesoureiro, isso onerava em muito as despesas do governo.<sup>57</sup> A responsabilidade pelas doenças recaía sobre as vítimas! Eram bem poucos os esforços para cuidar da saúde das camadas mais pobres da população, como reconhecia o próprio presidente da província, em fevereiro de 1883, ao pedir “mais empenho para debelar a epidemia de varíola” que grassava no Rio Grande do Norte, sem detalhar nenhuma medida mais efetiva.<sup>58</sup>

O relatório do Inspetor da Saúde Pública provincial em 1885, precisamente Pedro Velho, merece uma atenção especial, pois é um documento utilíssimo ao historiador. Além de permitir o conhecimento de suas ideias na própria especialidade profissional, pode proporcionar igualmente a possibilidade de confrontá-las com a posterior prática administrativa do futuro governador republicano. Pedro Velho parece imbuído da nova postura “científica” que estava sendo aplicada em relação à saúde pública nos países mais “adiantados” em geral, como a adoção de medidas humanitárias aos presos, a fim de “ocupá-los em serviços públicos” e a intenção de melhorar as condições higiênicas lamentáveis das cadeias. Sugere, ainda, a utilização de “irmãs de caridade” como enfermeiras no hospital (mas não nas escolas de enfermagem), por julgá-las mais cuidadosas e pacientes do que os homens, querendo dizer com isso que era constante o risco de infecções nas cirurgias por falta de assepsia adequada.<sup>59</sup>

---

57 Cf. RELATÓRIO do Inspetor do Tesouro Provincial ao Presidente Cunha Barreto, 30/4/1882, APERN.

58 RELATÓRIO do Presidente Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto, 9/2/1883, APERN, p. 7.

59 RELATÓRIO do Inspetor da Saúde Pública do Rio Grande do Norte, Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, 22/2/1886, original de três páginas, microfilmado em Relatórios de Presidente de Província do RN, APESP, rolo 3, 1883-1888. O relatório foi reproduzido por CASCUDO, VPV, p. 113-117; a citação está nas p. 114-115.

Interessante também é o depoimento de Pedro Velho sobre a reação popular à vacinação antivariólica, que começava a ser indicada pela ciência médica. Antecipando as origens da Revolta da Vacina em 1904 no Rio de Janeiro, à qual presenciou como senador da República, o Inspetor de Saúde afirmava, em 1886, que:

Tratando deste assunto não deixarei sem reparo o seguinte fato muito para notar e verdadeiramente lastimável: – a população, apesar de que tem sofrido em épocas anteriores, conserva pelos efeitos profiláticos da vacina a mais completa indiferença. Alguns mesmo temem-na, convencidos de que a inoculação vacínica, (ao menos em quadras epidêmicas) longe de ser um preservativo, pelo contrário, predispõe o indivíduo a contrair o mal.<sup>60</sup>

A propósito do estado sanitário da capital, Pedro Velho reproduz a visão de sua época, responsabilizando em grande parte a própria população por sua “incúria” em relação à saúde pública. Ao relatar a situação em um dos dois bairros da capital, a Cidade Alta, o futuro líder republicano a classifica primeiro como “vantajosa”, pois esse bairro era localizado em área que recebia correntes marítimas que purificavam o ar, a água estava canalizada em chafarizes e nas casas particulares. Assim, o que explicava o “estado doentio” da população era o descuido dela própria com a péssima alimentação (especialmente a carne verde em certas épocas do ano) e o asseio, com esterco espalhados pelas ruas.<sup>61</sup> Percebe-se, neste e em outros relatórios oficiais ou mensagens governamentais desses cultos e civilizados homens que dirigiam os destinos do Brasil no século XIX, a certeza de que a população, por sua ignorância e ociosidade, era a própria responsável por boa parte dos males de que sofria e, além disso, a de que o poder público era impotente para enfrentar seculares

---

60 CASCUDO, op. cit., p. 114.

61 Ibid., p. 116.

hábitos culturais que só a ampla difusão da educação pública poderia modificar.

Como resume o presidente da província em 1886, o estado da saúde pública na província do Rio Grande do Norte era “pouco lisonjeiro”.<sup>62</sup> Na saúde e, principalmente, na educação do povo, essenciais aos propagandistas republicanos para a concretização de um verdadeiro regime democrático, quase tudo estava por ser feito e a República herdaria apenas problemas e boas intenções.

### 1.3 A política rio-grandense-do-norte em 1889

Uma economia frágil e dependente e uma sociedade agrária e patriarcal forneciam o pano de fundo para a política potiguar no final dos anos 80 do século XIX. Os partidos eram mais um ajuntamento de parentes, compadres, agregados e clientes do que instituições representativas de setores sociais determinados, com programas definidos e soluções para os problemas da província e do país. Essa carência de partidos políticos propriamente ditos foi a tônica desse final de Monarquia no Rio Grande do Norte e no Brasil e assim continuará sendo por quase toda a Primeira República.<sup>63</sup>

Nas últimas eleições do Império, em agosto de 1889, estavam qualificados para votar, nos dois distritos eleitorais em que se dividia a província, 3.941 eleitores, 1,4% da população total e cerca de 3% dos homens maiores de 21 anos, a menor do Nordeste em números absolutos.<sup>64</sup> O que as caracterizava, via

---

62 FALLA do Presidente Alves da Silva à Assembleia Legislativa Provincial em 26/4/1886, PP-RN, rolo 4º, 1883-1886, APESP.

63 Para um apanhado do estado atual do tema na historiografia francesa, consultar o ensaio de Serge BERSTEIN, *Os partidos*, in RÉMOND (Org.), op. cit., p. 57-98. Para o Brasil, ver Afonso Arinos de Melo FRANCO, *História e Teoria dos partidos políticos no Brasil* e Vamireh CHACON, *História dos Partidos Políticos Brasileiros*.

64 ELEITORADO do Império, GZN, 24/8/1889 e POLÍTICA do Brazil, OPV, 12/10/1889. Ver Anexo 2. O 1º distrito abarcava a capital, as cidades

de regra, era a corrupção dos candidatos e dos eleitores, que mercadejavam seu voto em troca de promessas clientelísticas de empregos, promoções ou simplesmente por pura submissão a seus patrões, muitas vezes seus compadres. Na disputadíssima eleição desse ano, que tinha por objetivo substituir uma Câmara “unânime” conservadora por outra “unânime” liberal, foi especialmente flagrante o uso da máquina governamental e das verbas públicas – especialmente a destinada aos “socorros públicos” para combater os efeitos da seca. Também foi intensa a utilização da coerção para intimidar eleitores adversários, prática comum que fazia da eleição mera homologação do partido que estivesse no poder.<sup>65</sup>

Contribuiu para esse quadro o fato de que, em 1889, os dois partidos monárquicos do Rio Grande do Norte estavam bastante divididos.<sup>66</sup> O Partido Conservador – no poder até junho – cindira-se em duas alas, correspondentes aos dois deputados-gerais a que a província tinha direito na Assembleia do Império: a da “Gameleira”, chefiada pelo padre João Manuel de Carvalho (1841-1899) e a da “Botica”, liderada pelo professor da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto (1829-1894).<sup>67</sup> O Partido Liberal, por sua vez, dividia-se

---

litorâneas e da zona da Mata, próximas a Natal, enquanto o 2º, o interior e a área sertaneja. *CASCUDO, HRRN*, p. 71.

65 Uma síntese sobre o clima dessas eleições e a utilização de verbas públicas em benefício dos candidatos encontra-se em *CASCUDO, HRRN*, p. 118-120 e 123-124.

66 A partir deste parágrafo, as informações factuais desta seção se baseiam quase exclusivamente em *CASCUDO, HRRN*, p. 51-102. Para evitar confusão entre os termos, quando fizermos alusão aos membros dos partidos imperiais, usaremos Conservador e Liberal (com iniciais maiúsculas), diferenciando-os dos adeptos da ideologia do liberalismo econômico e político, pois havia seguidores desta em ambos os partidos imperiais.

67 *Ibid.*, p. 52: as designações dos dois grupos Conservadores originaram-se, respectivamente, dos lugares em que eles se reuniam em Natal, os primeiros nas sombras das árvores que existiam na atual Praça. Pe.

entre o grupo majoritário do bacharel pernambucano radicado desde os anos 40 no Rio Grande do Norte, o ex-deputado geral Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti (1825-1890) e o dos liberais “puros”, então em minoria, os quais seguiam o respeitado advogado, várias vezes deputado provincial e geral, natural de Goianinha, Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco (1828-1895).

A cada um desses grupos correspondia um jornal, que lhe servia de porta-voz e que é fonte imprescindível para o conhecimento das opiniões, pensamentos e práticas políticas de seus chefes no conturbado período que precedeu a Proclamação, uma vez que nenhum destes deixou obra teórica de fôlego, fora de seus discursos parlamentares e artigos de jornal.<sup>68</sup> Até a República, os Conservadores editaram conjuntamente a *Gazeta do Natal* (1888-1890), redigida pelos lugar-tenentes dos chefes da Gameleira e da Botica, respectivamente, o já citado magistrado Oliveira Santos, cunhado de João Manuel, e o também advogado Antônio de Amorim Garcia, irmão do dono da farmácia onde o grupo se reunia. Do grupo da Botica também faziam parte Francisco Amintas da Costa Barros (1841-1899), cunhado dos Garcias, e, como eles, cearense de Aracati, respeitado magistrado, último juiz de Direito da Natal imperial, e o advogado Augusto Leopoldo Raposo da Câmara (1856-1941), de velha família de senhores de engenho de Ceará-Mirim e uma das principais fontes orais utilizadas por Câmara Cascudo. Após a

---

João Maria, na Cidade Alta e os segundos, na farmácia do comendador José Gervásio do Amorim Garcia (1842-1930), estabelecida no bairro da Ribeira desde 1861.

- 68 Sobre a história da imprensa no Rio Grande do Norte entre o final do século XIX e o começo do XX, consultar os artigos de FERNANDES SOBRINHO, *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908: dados históricos e bibliográficos*, RIHGRN, v. 6, p. 3-136, 163-212; v. 8, p. 153-240; v. 9, p. 11-90 e v. 10, p. 85-212; CASCU DO, *Centenário da imprensa potiguar*, RIHGRN, v. 29/31, p. 23-36.

Proclamação da República, o porta-voz do grupo passou a ser o jornal *Rio Grande do Norte*, que existiu de 1890 a 1896.<sup>69</sup>

No final do Império e começo da República, portanto, era a *Gazeta* que reproduzia os pontos de vista dos Conservadores da Gameleira. Além de Oliveira Santos, ela contava em sua redação com o Comendador Joaquim Guilherme de Sousa Caldas (1836-1898), monarquista empedernido, membro do Clube da Guarda Negra em Natal, responsável pelas mais espirituosas “veias cômicas” do jornalismo político da época. Por fim, no campo Conservador, embora independente dos grupos da capital, merece registro a atuação do professor primário açuense Elias Antônio Ferreira Souto (1848-1906), incansável fundador de jornais por todos os lugares em que viveu. Souto terá destacada participação na oposição a Pedro Velho e à oligarquia Maranhão nos primeiros anos da República. Em 1889, exercia o cargo de Administrador da Mesa de Rendas Provinciais em Macau, principal área salineira da província, de onde defendia intransigentemente a Monarquia e o imperador, no seu *O Macauense*.<sup>70</sup> Elias Souto foi um caso à parte nas intensas lutas políticas que marcaram os primeiros tempos republicanos no Rio Grande do Norte. Suas ideias tiveram um destaque especial nesta pesquisa por seu saudosismo monárquico, sua defesa do “parlamentarismo unitário” e sua oposição ao presidencialismo militarista republicano.

Os Liberais, por sua vez, contavam com o órgão oficial do partido em Natal, *A Liberdade* (1885-1889), também redigida pelos dois grupos mas cada vez mais porta-voz dos amaristas. Um de seus redatores era o juiz cearense Manuel do Nascimento

69 Furibundo jornal deodorista, antiflorianista e antipedrovelhista. Seus artigos de fundo, segundo consta, seriam escritos por uma filha de Amintas, Úrsula Garcia (1864-1905), casada com um Amorim Garcia (ver CASCUDO op. cit., nota 17, p. 262-63). Sobre Augusto Leopoldo, ver Antonio SOARES F.º, *Augusto Leopoldo, líder de oposição*.

70 Ver breve mas justo resumo biográfico de Elias Souto em CASCUDO, *Centenário da imprensa potiguar*, p. 29-30 e LYRA, HRN, p. 322-323.

Castro e Silva (1851-1901), liberal “puro”, que se afastou da Diretoria da Instrução Pública em agosto de 1889, por não querer tomar partido na divisão que se instalara nos arraiais Liberais. Com a República, aderiu a Pedro Velho, do qual foi importante correligionário até 1892, chegando a ocupar o cargo de governador provisório.

Em março de 1889 surgiu na Vila do Príncipe (Caicó), *O Povo* (1889-1892), porta-voz da dissidência seridoense que, rompendo com Amaro Bezerra, seguia a orientação dos coronéis sertanejos liderados pelo “tenente-coronel” José Bernardo de Medeiros. De propriedade do “capitão” Olegário José Valle (1858-1891), concunhado de José Bernardo e delegado de Polícia do município do Príncipe, o jornal era impresso na tipografia do pequeno comerciante cearense radicado no Seridó, José Renaud. A redação de *O Povo* era composta por jovens bacharéis ou acadêmicos ligados a José Bernardo por laços de parentesco ou compadrio: além de Olegário Vale, os ainda estudantes Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas, partidários do Liberalismo Radical de Rui Barbosa e adeptos do cientificismo evolucionista haeckeliano da Faculdade do Recife. O jornal colocava-se, assim, como uma “ponte” entre o tradicionalismo dos coronéis e as ideias “avançadas” veiculadas em Recife, constituindo-se num importante divulgador do darwinismo social no meio sertanejo potiguar.<sup>71</sup>

Desde 1888, a política partidária no Rio Grande do Norte estava confusa. Duas Assembleias Provinciais, uma Liberal e outra Conservadora, reivindicavam vitória nas urnas. O resultado esdrúxulo acordado foi consagrar uma pequena maioria Liberal (13 a 11) em pleno domínio Conservador. Já estava em

---

71 *O Povo*, inclusive, foi o primeiro jornal potiguar a dar espaço aos republicanos, como já era comum na época, oferecendo uma *Seção Republicana* ao jovem acadêmico e republicano histórico, Janúncio da Nóbrega F.º (1869-1899), irmão de Diógenes e afilhado de José Bernardo. Sobre o histórico da criação de um jornal “progressista” em pleno sertão, ver José Augusto Bezerra de MEDEIROS, *Seridó*, p. 276-285.

curso o processo de “desmoralização partidária”, que chegaria ao auge em 1889, não sendo rara a falta de “quorum”, que obrigava a seguidas suspensões de sessão. Liberais e Conservadores ficariam mais divididos ainda após a ascensão do gabinete Liberal de Ouro Preto, em junho de 1889, e a consequente convocação de eleições gerais para 31 de agosto, a fim de consagrar, como de praxe, o domínio legislativo do governo com uma Câmara praticamente unânime em favor do partido situacionista.

A volta dos Liberais ao poder central desarticulou os deputados-gerais Conservadores. O padre João Manuel, dizendo-se cansado da arbitrariedade do Poder Moderador, declarou-se republicano, no discurso com que recebeu a apresentação do programa de Ouro Preto na Assembleia do Império.<sup>72</sup> Contudo, o padre-deputado não se aproximou dos republicanos de sua terra, dos quais o separavam antigas antipatias recíprocas, especialmente com relação a Pedro Velho. Nas eleições de agosto limitou-se a apoiar a candidatura Conservadora de seu cunhado, Oliveira Santos, no 2º distrito; após a Proclamação da República tentou sem sucesso reivindicar o governo do estado, retirando-se então da política partidária. Mudou-se para Amparo, interior de São Paulo, para onde fora transferido como vigário. Apesar de tudo, continuou pela imprensa a vociferar contra o novo regime dominado pelos militares de Floriano Peixoto ou, no plano estadual, pela oligarquia familiar de Pedro Velho. João Manoel é importante fonte para se conhecer a visão de um monarquista que se tornou republicano por circunstâncias

---

72 Reproduzido na coletânea de seus principais discursos na Assembleia Geral do Império e artigos escritos após a Proclamação da República, fundamental para se conhecer seu pensamento político, *Reminiscências sobre vultos e factos do Império e da República*, p. viii-xv, livro esquecido e raro, encontrado apenas nas seções de obras raras de grandes bibliotecas públicas ou em institutos de pesquisas especializados, como o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

(seus adversários preferiam dizer oportunismo) e que jamais gostou da República.

O outro ex-deputado Conservador, Tarquínio de Souza, ainda tentou salvar o pouco que restava do prestígio do partido, lançando-se candidato pelo 1º distrito, mas foi fragorosamente derrotado. Já na República, à qual aderiu apenas formalmente, foi um dos articuladores do Partido Católico, candidatando-se às eleições de setembro de 1890 para o primeiro Congresso Constituinte republicano, e sendo novamente derrotado. Retirou-se, então, definitivamente, da vida partidária, dedicando-se apenas ao ensino na Faculdade de Direito do Recife, onde se colocou ao lado dos mais intransigentes ultramontanos, criticando o anticatolicismo positivista dos novos donos do poder.<sup>73</sup>

Sentindo-se órfãos e fartos da tutela do diretório de Natal, os chefes Conservadores do 2º distrito resolveram reagir e instauraram a dissidência no sertão. Liderados pelos “coronéis” Francisco Gurgel, de Mossoró, Antônio Soares de Macedo, do Açu e Luís Manuel Fernandes Pimenta, de Caraúbas, encetaram o que Câmara Cascudo chamou de “reação altaneira do espírito sertanejo”.<sup>74</sup> Nesta última cidade, os dissidentes realizaram um congresso, em fins de julho de 1889, no qual não aceitaram a candidatura de Oliveira Santos no seu distrito. Contra a orientação do chefe nacional, Conselheiro João Alfredo, lançaram, por sua conta e risco, a do advogado e abolicionista histórico Almino Álvares Affonso (1840-1899), figura pública respeitadíssima em toda a província, embora dela estivesse afastado há muitos anos,

---

73 Ibid., p. 62-63 e LYRA, *HRN*, p. 354-355. Tarquínio era irmão de outros dois professores da Faculdade de Direito do Recife, Braz Florentino e José Soriano, destacados representantes do “jusnaturalismo escolástico e ultramontano”, com obras pontuais para a época. Sobre eles, consultar João Cruz COSTA, *O Pensamento Brasileiro sob o Império*, in HOLANDA (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 2, v. 3, p. 329-330 e MACHADO NETO, *História das ideias jurídicas no Brasil*, p. 28-33.

74 Para os detalhes sobre a dissidência, ver CASCUDO, *op. cit.*, p. 69-74.

residindo no Ceará e depois no Amazonas. Almino recebeu o apoio do poderoso Barão do Açu, Conselheiro Brito Guerra, a quem enviara carta com esse objetivo.<sup>75</sup>

Por seu turno, os Liberais, agora no poder, também se dividiram no 2º distrito e pelo mesmo motivo dos Conservadores. Amaro Bezerra, querendo colaborar com o esforço de Ouro Preto para eleger deputados fidelíssimos às reformas que “republicanizariam o Império, mas o salvariam”, comprometera-se em eleger pelo Rio Grande do Norte o Dr. Francisco Luís da Gama Rosa – um dos redatores da Tribuna Liberal do Rio de Janeiro – em troca da eleição de Fausto Carlos Barreto, então presidente da província e também redator da Tribuna, pelo 2º distrito da Paraíba.<sup>76</sup> Amaro dirigiu-se pessoalmente à província, para impor, como de costume, sua decisão aos correligionários. Dessa feita, porém, encontrou a resistência obstinada de seu lugartenente desde 1883, o “coronel” José Bernardo de Medeiros, e dos outros chefes Liberais do sertão, como os irmãos Silvino e José Bezerra, seus parentes.

Manifestando sentimento semelhante ao que levara os Conservadores à cisão, os “coronéis” Liberais do 2º distrito insistiram numa “candidatura sertaneja”: a escolha recaiu no bacharel e proprietário de terras em Triunfo (atual Campo Grande), Dr. Miguel Castro. Por suas origens familiares e políticas, representava as mais genuínas tradições da legendária rebeldia sertaneja, o “homem providencial” para os Liberais.<sup>77</sup> José Bernardo explicou as razões do cisma numa “Resposta à

---

75 Um perfil de Almino em *ibid.*, p. 92-95 e LYRA, *op. cit.*, p. 308-310. A resposta oficial dos Conservadores de Natal ao gesto desafiador dos correligionários sertanejos está em *Candidatos Conservadores*, GZN, 3/8/1889.

76 Em 1885, quando os Conservadores haviam retornado ao poder, Amaro Bezerra chegara a defender a “republicanização dos liberais”, em manifesto político reproduzido por LYRA, *HRN*, p. 238-239.

77 Para Miguel Castro como “homem providencial”, *CASCUDO*, *HRRN*, p. 88.

circular do Dr. Amaro Bezerra”: o chefe Liberal não consultara os “amigos”, ao contrário, hostilizara-os, indicando nomes “alheios ao Rio Grande do Norte”.<sup>78</sup> Era a manifestação de um nativismo que Cascudo chama de “espírito regionalista”. Para os seridoenses, uma “questão de soberania”: “representa o nosso protesto, a nossa dignidade, a nossa unidade moral de ser autônomo e consciente”, como afirmava n’*O Povo* o concunhado de José Bernardo, Olegário Valle, que fora demitido do cargo de Delegado de Polícia do Príncipe, numa clara retaliação de Amaro Bezerra.<sup>79</sup> Esse “nativismo” se manifestaria pleno entre os republicanos potiguares e se constituiria mesmo, como veremos mais adiante, numa das tônicas do discurso federalista republicano norte-rio-grandense.

De qualquer forma, esse “espírito de independência”, refratário a qualquer ingerência de fora, foi decisivo para a vitória de Miguel Castro contra Amaro Bezerra tanto no 1º quanto no 2º escrutínio (neste, com votos dos Conservadores). Essa vitória marcaria, na política do Rio Grande do Norte imperial, o fim do período dos “grandes líderes absenteístas” que, do Rio de Janeiro ou Natal, impunham sua vontade aos chefes do interior, de agora em diante, cômicos de sua importância e dispostos a contrariá-los, renunciando o que seria a política republicana que logo se seguiria.

A propósito, na disputadíssima eleição de 1889, já existia outro grupo, à margem da estrutura monárquica tradicional. Organizados num partido desde janeiro, os republicanos potiguares participam das eleições de agosto com candidatos próprios. Apesar dos resultados irrisórios, eles, pelo menos, começavam a tornar-se notícia de jornal, o que por si só já significava um importante avanço em sua trajetória para constituir-se em alternativa aos partidos imperiais.

---

78 PARTIDO Liberal, *OPV*, 10/8/1889. Amaro Bezerra já tentara impor aos correligionários da província, em 1887, candidato da corte, “desconhecido”, sendo igualmente contrariado.

79 *SECÇÃO Cartas*, *OPV*, 31/8/1889, dia da eleição.

## CAPÍTULO 2 – “NÓS, OS REGENERADORES DA PÁTRIA”

O movimento republicano nas províncias do Norte na década de 1870 era fraco.<sup>1</sup> Afora em Pernambuco, com velhas e firmes tradições republicanas vindas das revoluções de 1817, 1824 e 1849, praticamente existia apenas em manifestações isoladas de simpatia por parte de sinceros aderentes ou de monarquistas ressentidos. Mesmo no Recife, a casa em que se hospedara o propagandista Silva Jardim – em excursão política ao Norte, para contrapor-se à visita do conde d’Eu – foi apedrejada por monarquistas após sua “conferência-meeting”, em meados de 1889. Quando a República foi proclamada, somente Pernambuco e Rio Grande do Norte tinham partidos republicanos oficialmente organizados e funcionando regularmente.<sup>2</sup>

É verdade que ocorreram algumas iniciativas para divulgar ideias republicanas na província norte-rio-grandense durante os anos 70, levadas a cabo quase sempre pelo bacharel pernambucano Joaquim Teodoro Cisneros de Albuquerque (1835-1914), então exercendo a magistratura no Rio Grande do Norte, mas foram efêmeras e isoladas. A título de exemplo

---

1 Uma síntese pioneira do movimento republicano nas províncias pode ser encontrada em BOEHRER, op. cit., p. 149-173.

2 Conforme Felício BUARQUE, *Origens Republicanas*. Estudos de Gênese Política. p. 91-94. Sobre as raízes ideológicas do republicanismo em Pernambuco, ver Marc J. HOFFNAGEL, O movimento republicano em Pernambuco, 1870-1889, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, v. 49, p. 31-60.

podemos citar a saudação enviada ao Club Republicano do Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1871, e assinada por 33 personalidades potiguares, a maioria “fazendeiros, comerciantes e senhores de engenho”, que prestavam “a mais plena adesão às ideias republicanas” do manifesto de 1870. Tal fato, porém, não teve praticamente nenhuma repercussão na província. Além disso, pouco antes de retirar-se da província em 1875, Cisneros fundou, com o médico republicano baiano José Paulo Antunes (1844-1916), o efêmero *A Voz do Povo*, considerado folha republicana, mas que não assumia explicitamente nenhuma filiação partidária, defendendo apenas uma vaga “reforma da constituição”.<sup>3</sup>

É só no início da década de 80 que surge um ambiente propício à discussão de novos temas político-sociais, graças ao recrudescimento da campanha abolicionista, possibilitada pelos debates no parlamento e na imprensa, por ocasião da aprovação da lei dos “sexagenários”, em 1881. O movimento atingiu seu auge nas províncias do Norte, a partir do Ceará e Amazonas, culminando com a extinção da escravidão nessas províncias em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea.

No Rio Grande do Norte, onde a escravidão já não tinha importância econômica e o número de escravos era diminuto, a região de Mossoró, vizinha ao Ceará e a ele ligada por laços econômicos mais fortes do que com Natal (via Aracati), acompanhou o pioneirismo dos cearenses, antecipando-se mesmo a eles em alguns meses.<sup>4</sup> A 30 de setembro de 1883, através

---

3 FERNANDES SOBRINHO, op. cit., *RIHGRN*, v. 6, p. 82-83 e CASCUDO, *HRRN*, p. 28. A relação completa dos signatários da saudação republicana potiguar está em CASCUDO, op. cit., p. 267-268.

4 A respeito do movimento abolicionista em geral, consultar CONRAD, op. cit., parte dois: 1879-88, p. 149-337. Sobre o abolicionismo potiguar, João Batista GALVÃO, *Subsídios para a história da abolição do cativo no Rio Grande do Norte*; Raimundo NONATO, *História social da abolição em Mossoró*; CASCUDO, *Notas e documentos para a história de Mossoró*,

da atuação decisiva da Sociedade Libertadora Mossoroense, emancipava-se “todo o elemento servil” existente no município. A partir daí, criaram-se, aos poucos mas regularmente, inúmeras “libertadoras” no interior da província e cidades como Açú e Caraúbas seguiram o exemplo de Mossoró bem antes de 1888. No início desse ano, com a subida do gabinete abolicionista do Conservador João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919), cresceu a expectativa de que a escravidão estivesse com os dias contados. Os jornais da época não se cansam de noticiar, jubilosos, que “a onda avança”. Em janeiro de 1888, criou-se a Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense; sua seção natalense aboliu a escravidão na capital da província em fevereiro do mesmo ano.<sup>5</sup>

Obviamente, os jornais Conservadores saudaram a Lei Áurea como uma obra de grande alcance humanitário para o avanço da civilização cristã ocidental e a atribuíram principalmente ao “estadismo” de João Alfredo e à magnanimidade da Princesa Regente.<sup>6</sup> Na medida em que o abolicionismo foi sendo assumido pelos dois partidos monárquicos da província e apoiado por quase toda a opinião pública, favoreceu o aparecimento do tema *republicanismo* na imprensa partidária, muito mais comentado após a abolição. Os jornais monarquistas não deixaram de poupar críticas à maré de adesões ao Partido Republicano por parte de ex-proprietários não indenizados

---

p. 167-183, 195-200, notas 201 e 202 e Francisco Fausto de SOUZA, *História de Mossoró*.

5 Acompanhar os artigos dos jornais *O Macauense* e *Gazeta do Natal* entre janeiro de 1887 e maio de 1888. Para uma síntese dos últimos momentos da escravidão no Rio Grande do Norte, ver CASCUDO, *HRN*, p. 187-194, *HCN*, p. 350-353, e LYRA, *HRN*, p. 243-246, que reproduz o manifesto da Sociedade Libertadora Rio-Grandense.

6 Sobre a avaliação dos Conservadores a respeito da Lei Áurea, ver o número especial da *GZN* de 16/5/1888, *VIVA A NAÇÃO BRAZILEIRA. ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA*, e *OMC* de 30/5/1888, em editorial intitulado *SALVE, BRAZIL LIVRE!*

do sul do país, desqualificando-a como fruto do oportunismo e do despeito.<sup>7</sup> Ao mesmo tempo, reconheciam que a abolição fizera aumentar a propaganda republicana, como afirmou Elias Souto, no seu *O Macauense*:

A ideia e a propaganda da República evolucionista agita-se no País com força e estrépito depois da libertação dos escravos. Maldizem a coroa hoje, muitos dos que ontem queimavam-lhe o mais cheiroso incenso! Felizmente a revolução é de GOELA ou antes é uma Evolução em vez de uma Revolução [...].<sup>8</sup>

O abolicionismo serviu, no entanto, como “batismo de fogo” para muitos personagens que vêm a se destacar na propaganda ou mesmo no futuro regime: além de Almino Affonso em Mossoró (região que não perseverou no republicanismo, limitando seu pioneirismo à abolição), podemos destacar o “capitão” João Avelino Pereira de Vasconcelos (1837-1922), que se dizia republicano desde 1882, e seu primo médico, Pedro Velho, ainda próximo aos Liberais.<sup>9</sup> Ambos fundam, alguns meses depois, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Também é importante destacar o já então republicano seridoense, Janúncio da Nóbrega Filho. Janúncio foi, como sabemos, o redator da primeira “coluna republicana” em um órgão da imprensa monarquista potiguar, *O Povo*, de Caicó, cidade que foi o berço do republicanismo mais autêntico do Rio Grande do Norte, em meados dos anos 80.

---

7 Ver, p. ex., REPÚBLICA, OMC, 7/9/1888 e Os novos republicanos, GZN, 12/1/1889.

8 REPÚBLICA, OMC, 7/9/1888.

9 Perfil de João Avelino em CASCUDO, HRRN, p. 35-6. Para sermos justos com o republicanismo mossoroense, é preciso mencionar a atuação de Francisco Pinheiro de Almeida Castro (1858-1922), médico cearense radicado na cidade desde 1880, sobrinho de Miguel Castro. Deputado Liberal em 1882-83, fez profissão de fé republicana na Assembleia Provincial em 1883 (CASCUDO, HRRN, p. 29-30).

Às vésperas da Proclamação da República, o município do Príncipe (Caicó), centro econômico, político e social do Seridó, estava em plena decadência econômica.<sup>10</sup> Politicamente, no entanto, a região ocupava um lugar importante no cenário provincial. Duas famílias dominavam a política local, os Batistas (Conservadores) e os Medeiros (Liberais), que se revezavam no poder municipal, auxiliados pela numerosa clientela proporcionada pelo generoso uso do *compadrio*.<sup>11</sup> Essas relações – em que predominavam os laços de parentesco (consanguíneo ou por afinidade) – tornaram-se fundamentais para a consolidação do domínio e da liderança política na região. Foi o caso do “tenente-coronel” José Bernardo de Medeiros, lugar-tenente de Amaro Bezerra no Seridó desde 1883, que, aos poucos, foi atuando de forma cada vez mais independente, até a “rebelião” de 1889.<sup>12</sup> Só para se ter uma pequena mostra dessas relações compadristicas, que deram a José Bernardo a liderança absoluta da política Liberal e depois republicana em toda a região (os adversários lhe deram o apelido de “bispo do Seridó”), acompanhemos suas ligações familiares: era sogro do médico Manoel Augusto Bezerra de Medeiros (1865-1922), filho do “coronel” Silvino Bezerra, o chefe Liberal de Acari; concunhado do “capitão” Olegário de Medeiros Vale, um dos fundadores de *O Povo*, delegado de Polícia no Príncipe; era parente, ainda, do Liberal Radical Manoel Gomes de Medeiros Dantas, também redator de *O Povo*, que era casado com uma filha de Silvino Bezerra; por fim,

---

10 Para uma síntese panorâmica da cidade no final do século XIX, ver Olavo de MEDEIROS FILHO, *Caicó cem anos atrás*.

11 M. Rodrigues de MELO, op. cit., p. 204, afirma: “No Seridó [...] três ou quatro famílias enchem os anais da história daquela zona, vivendo presentes em todos os acontecimentos da vida pública ou particular da região [...] Nesse espírito de família não andava ausente o espírito de compadre, tão estreitamente ligado ao chefe do clã, compadre e padrinho de toda a comunidade em derredor”.

12 Para dados biográficos de José Bernardo, ver o perfil que dele traça o neto José Augusto Bezerra de MEDEIROS, *Seridó*, p. 193-223 e CASCU DO, *LVF*, v. 6, p. 88-89.

ligava-se por laços de compadrio à família Nóbrega, dos irmãos Diógenes e Janúncio. São exemplos modelares da importância das relações de parentesco e das alianças proporcionadas pelo compadrio numa sociedade patriarcal como a do Rio Grande do Norte à época, na qual a lealdade familiar ao “clã” era um dos componentes básicos. Essa lealdade explica boa parte da política estadual durante a Primeira República.<sup>13</sup>

Aparentemente surpreendente, dentro dos marcos dessa sociedade tradicional, foi a decisão de alguns fazendeiros da região, que teria uma importante consequência no desenvolvimento do movimento republicano seridoense, a ponto de fazê-lo antecipar-se ao próprio republicanismo da capital. Com efeito, apesar de serem constantemente criticados pela falta de iniciativa e pelo espírito rotineiro e infenso ao progresso e à modernização, esses sertanejos tomaram uma atitude à primeira vista contraditória com essa imagem de conservadorismo que tinham: em meados da década de 1880, enviaram seus filhos para estudar fora, não apenas nos seminários de formação religiosa, como era comum, mas principalmente nas Faculdades de Direito do Recife e Medicina da Bahia. Essa atitude abriu, segundo Olavo de Medeiros Filho, “um novo ciclo de atividades na terra seridoense, que teve alargados os seus horizontes intelectuais”.<sup>14</sup>

Muirakytan Macêdo sugere uma explicação plausível, embora reconhecidamente simplista, para a sede de instrução e cultura superior dos jovens sertanejos, sem esclarecer a motivação de seus pais. Afirmar Macêdo que

[...] os filhos das famílias abastadas da região, postulando uma formação acadêmica, iam obter graduação

---

13 Para a conceituação teórico-metodológica, ver LEWIN, op. cit., especialmente a Introdução, p. 3-30; para a discussão historiográfica sobre a natureza das “oligarquias de base familiar” na República brasileira até 1930, ver o cap. IV, p. 155-199.

14 MEDEIROS F.<sup>o</sup>, op. cit., p. 6.

universitária nas capitais provinciais que a ofereciam. Para Recife convergiam os estudantes propensos, ou impingidos pelos pais, à carreira da advocacia na conceituada Faculdade de Direito do Recife [...] que expressava no Nordeste um ponto avançado, onde primeiro, na região, eram polemizadas num ambiente acadêmico as ideias mais progressistas e teorias políticas em trânsito no Império.<sup>15</sup>

Que a formação jurídica proporcionava, no Brasil do século XIX, quase a única possibilidade de ascensão social e acesso aos cargos da administração imperial e, conseqüentemente, ao poder político, é um consenso na historiografia.<sup>16</sup> No entanto permanece intrigante a atitude, mesmo que “esporádica”, desses proprietários sertanejos tidos em geral como “pouco cultos”, mas que demonstraram uma preocupação, acima da média que se poderia esperar, com a educação e formação superior de seus filhos. Podemos apenas supor que estivessem em busca de novos meios de legitimação do poder tradicional em crise, o que apenas a propriedade territorial já não lhes poderia trazer.

---

15 Muirakytan K. de MACÊDO, *Aspectos da ideia republicana no Seridó*, 1986, p. 13 (datilografado). Para informações biográficas sobre os estudantes potiguares que passaram pela Faculdade de Direito do Recife, ver Raimundo NONATO, *Bacharéis de Olinda e Recife* (norte-rio-grandenses formados de 1832 a 1932), p. 131, 126-127 e 138-140. Em sua dissertação de mestrado, *A Penúltima versão do Seridó – Espaço e História no regionalismo seridoense*, p. 79, MACÊDO reafirma que os casos de filhos de fazendeiros da região enviados a cursos superiores, no decorrer do séc. XIX, foram “esporádicos”, já que a norma era os proprietários limitarem a aprendizagem dos filhos pouco além da alfabetização, pois “o destino da maioria era o de permanecer nas fazendas auxiliando seus pais nas lides pastoris”. Ver uma possível explicação para isso em LEWIN, op. cit., 173-175.

16 O mais completo estudo que conhecemos sobre a elite imperial, sua composição social e ideologia é a tese de José Murilo de CARVALHO, I - A Construção da Ordem; II - Teatro de Sombras. Em seu cap. 1, p. 21-42, CARVALHO apresenta uma importante discussão conceitual sobre *elites políticas*, completada no cap. 2 pela análise da elite imperial brasileira, p. 43-53.

De qualquer forma, como Macêdo problematizou, muitos jovens bacharéis seridoenses formados entre o final do Império e o início da República (1885-1891), acabam defendendo um conjunto de ideias que “a priori” eram estranhas a eles, às necessidades de uma “sociedade de comportamento provincial”.<sup>17</sup> *A priori*, pois *a posteriori*, todos eles farão parte do grupo político do futuro senador José Bernardo, representante paradigmático dessa “sociedade de comportamento provincial”, a quem manterão lealdade e solidariedade política até o fim do período de que trata este livro.

O mais jovem deles, Janúncio da Nóbrega, foi o pioneiro do republicanismo organizado no Rio Grande do Norte. Em 25 de julho de 1886, com apenas dezessete anos, fundou o primeiro núcleo republicano potiguar de que se tem notícia, que foi reorganizado a 7 de abril de 1889, com o nome de Centro Republicano Seridoense, quase uma extensão de sua família.<sup>18</sup> Estudante no Recife entre 1887 e 1891, participou ativamente, ao lado do natalense Braz de Andrade Mello (1866-1895), do movimento republicano na Faculdade de Direito, de cujo Centro Acadêmico chegou a ser 2º secretário em 1889. Braz de Mello, como orador oficial do Clube Republicano Acadêmico, foi um dos que receberam Silva Jardim na passagem deste por Recife, em junho do mesmo ano.<sup>19</sup> Desde então, Janúncio e Braz tornaram-se eternos admiradores e discípulos do tribuno

---

17 MACÊDO, *Aspectos...*, p. 2. Raimundo FAORO, *Os donos do poder*, v. 1, p. 226, argumenta que esses bacharéis “frequentemente agiam contra interesses da família”.

18 Dos nove signatários do manifesto que reorganizou o núcleo republicano no Seridó, quatro eram da família Nóbrega, irmãos de Janúncio e Diógenes, e outro era irmão de Manoel Dantas (cf. CASCUDO, *HRRN*, p. 31, que reproduz o documento, p. 268-271).

19 CARTA de Braz de Mello, do Recife, datada de 29/6/1889, *OPV*, 20/7/1889. Na ocasião, os dois escreveram artigos no número especial do jornal acadêmico *O Clarim*, de 16/6/1889: O Dr. Silva Jardim, de Janúncio e APRECIO Silva Jardim frente a frente a Gastão de Orléans, de Braz.

republicano, impressionados por sua postura ativa na luta contra a Monarquia, como Janúncio reconheceria ainda alguns anos mais tarde, ao chamar Silva Jardim de “o maior espírito republicano de seu século [...]”.<sup>20</sup>

Influenciados também pelos “versos científicos” de um Martins Jr., como pela oratória de um Maciel Pinheiro e as lições de seus professores evolucionistas, Janúncio da Nóbrega e Braz de Mello serão os solitários representantes da corrente mais genuína do republicanismo potiguar, típicos herdeiros do romantismo revolucionário, mais ativistas que teóricos, evocando sempre os tempos heroicos da Revolução Francesa. Quando, em março de 1889, apareceu em Caicó *O Povo*, do qual seu irmão Diógenes era um dos redatores, e ofereceu-se um espaço aos republicanos no jornal, como estava na moda, é Janúncio quem se encarrega inicialmente da coluna, a primeira do gênero no Rio Grande do Norte. Da sua pena saiu o Manifesto Republicano ao Povo Seridoense, recheado de posições “à Silva Jardim”.

O outro centro irradiador do republicanismo potiguar, de natureza diversa daquele do Seridó, foi Natal. A pequena capital do Rio Grande do Norte, centro político e administrativo da província, não tinha tradição de independência como a que protagonizavam os coronéis sertanejos naquele momento, e seus políticos eram, em geral, mais obedientes aos diretórios partidários nacionais que lhes ditavam as ordens do Rio de Janeiro. A cidade, tampouco, manifestava sentimentos profundos de aversão à Monarquia; ao contrário, foi calorosa a recepção popular ao conde d’Eu, que a visitou em agosto de 1889. A Guarda Negra, chefiada pelo Comendador Joaquim Guilherme, fora fundada em fevereiro e funcionava regularmente, ainda que

---

20 Carta de Janúncio publicada n’A *República*, 26/3/1892, intitulada INTRIGANTES.

praticando ações inócuas.<sup>21</sup> Por outro lado, o abolicionista e republicano João Avelino mantinha-se em cética expectativa ao responder, no final de 1888, a uma carta enviada do Rio de Janeiro pelo conterrâneo e correligionário José Leão, sugerindo apenas que “poderia haver grande movimento na província se houvesse alguém à frente da propaganda, porém, *esperam alguma cousa dorei ouda filha*”, reconhecendo a passividade da capital.<sup>22</sup> Aguardava, por seu turno, um “moisés” para guiar o povo eleito. Como explicar, então, o fato de ter sido em Natal a fundação do segundo partido republicano do Norte, em janeiro de 1889?

Na verdade, foi do contato de João Avelino com os republicanos norte-rio-grandenses há muito radicados na corte que começou a tornar-se mais concreta a possibilidade de se criar, em fins da década de 80, um movimento republicano mais organizado no Rio Grande do Norte. De certa forma, podemos afirmar que o impulso definitivo para a organização de um partido republicano na província veio “de fora”, por influência “exógena”, ainda que confirmasse os poderosos laços do clientelismo.

Havia uma pequena “colônia” potiguar no Rio de Janeiro – 2.104 pessoas, pelo censo de 1890.<sup>23</sup> Dela faziam parte alguns membros de famílias proprietárias de terras, comerciantes, ou de algum recurso financeiro, os quais tinham saído bem jovens da província e cedo se haviam tornado republicanos, próximos dos “históricos” de 1870, que os tinham em grande conta. Como principais exemplos, por sua importância para o movimento republicano da província natal em seu período de gestação, podemos citar: o engenheiro-arquiteto natalense, formado em

---

21 Sobre a visita do conde d’Eu a Natal, ver CASCUDO, *LVF*, v. 1, p. 138-140; quanto à Guarda Negra, id., *HCN*, p. 352-353.

22 Id., *HRRN*, p. 32.

23 Informação extraída de nota saída no jornal *O Estado*, 4/11/1894. Os potiguares constituíam cerca de 0.4% da população do Rio de Janeiro pelo censo de 1890.

Paris, Daniel Pedro Ferro Cardoso (1837-1899), na Corte desde 1852, graças à ajuda de um tio que se tornaria seu sogro, e o açuense José Leão Ferreira Souto (1850-1904), empregado público no Rio, desde fins de 1870, dedicando-se ao jornalismo, às letras e ao magistério. De tradicional família proprietária de terra em Açú, região sertaneja do oeste potiguar, Leão era filho do “coronel” Luís Antônio Ferreira Souto e irmão mais novo dos monarquistas Conservadores, o magistrado Luís Antônio Souto (1842-1895) e o professor e jornalista Elias Souto. Tanto Ferro Cardoso quanto José Leão desempenharam papel destacado na propulsão do movimento republicano no Rio Grande do Norte.

Completava o grupo de “emigrados”, o natalense Tobias do Rêgo Monteiro (1866-1952), de tradicional família potiguar, empregado público e jornalista, que se tornará historiador de renome, secretário de Rui Barbosa, tenaz opositor de Floriano Peixoto e da oligarquia Maranhão;<sup>24</sup> e o único militar entre eles, o tenente-coronel de cavalaria do Exército, José Pedro de Oliveira Galvão (1840-1897), cunhado de João Avelino e abolicionista, como o parente. Oliveira Galvão era amigo pessoal de Deodoro da Fonseca, a quem foi de extrema valia por ocasião da Proclamação da República, comandando um batalhão que teve importante função estratégica nos episódios que derrubaram a Monarquia.<sup>25</sup>

No momento, importa a figura de José Leão, amigo pessoal e biógrafo de Silva Jardim, positivista como o propagandista. Leão foi o principal elo entre os republicanos “históricos” da capital

---

24 Id., *HRRN*, p. 151. Junto com o médico Afonso Barata (1862-1934), Tobias Monteiro foi um dos principais “informantes” de Cascudo sobre os primeiros tempos republicanos no Rio Grande do Norte; como historiador escreveu a clássica *História do Império do Brasil* em 3 vols. e *Pesquisas e Depoimentos para a História*, além de *Funcionários e Doutores*, uma perspicaz análise do papel do emprego público e bacharelismo na política da República Velha.

25 Sobre a participação de Oliveira Galvão nos acontecimentos do 15/11, ver Ernesto SENA, *Deodoro: subsídios para a história* – notas de um repórter, p. 86-87 e 225, nota 5.

do Império e seus correligionários de Natal, exercendo grande influência inicial sobre estes, especialmente na insistência decisiva para a organização do partido republicano de sua província natal, do qual se considerava um dos fundadores.<sup>26</sup> Por iniciativa sua, a 21 de abril de 1888, foi criado no Rio de Janeiro o *Centro Republicano Potiguaranense* (inspirado na Potiguarânia, nome que o Rio Grande do Norte deveria receber na nova confederação republicana), com o objetivo explícito de “preparar a província, por meio de uma propaganda ativa, para o próximo advento da República”.<sup>27</sup>

Para os objetivos deste capítulo, interessa-nos que os republicanos do Centro Potiguaranense correspondiam-se constantemente com seus conterrâneos na província, o que se tornou mais frequente a partir do segundo semestre de 1888, justamente na época em que, após a abolição da escravidão, consolidava-se em Natal um clima propício para a discussão de ideias republicanas, levadas a cabo sempre por “gente de gravata lavada e almoço domingueiro de galinha guisada”, alusão às origens elitistas dos participantes.<sup>28</sup> Em agosto de 1888, Tobias Monteiro escreveu a Pedro Velho instando-o a chefiar o republicanismo local, desde que aderisse, é óbvio (o que o futuro fundador do Partido Republicano do Rio Grande do Norte aparentemente não quis fazer naquele momento, preferindo aguardar uma melhor avaliação da situação para não se comprometer prematuramente). Por sua vez, José Leão

---

26 Como ele próprio afirma na biografia de Silva Jardim que escreveu, *Silva Jardim: Apontamentos para a biographia do illustre propagandista hauridas nas informações paternas e dados particulares e officiaes*, p. 205, nota 6. Para informações a seu respeito, ver CASCUDO, *HRRN*, p. 31.

27 *Ibid.*, p. 30. A criação da revista *Potyguarana*, do Centro Republicano Potiguaranense, redigida por uma comissão presidida por Leão, é noticiada por *O Macauense*, do irmão Elias Souto, em 13/8/1888 (infelizmente não conseguimos localizar nenhum exemplar da revista).

28 CASCUDO, *HRRN*, p. 29.

insistia com João Avelino para que este reunisse os centros republicanos então existentes na província, poucos e quase sem nenhuma comunicação entre si.<sup>29</sup>

Só no final de dezembro de 1888 é que João Avelino pôde finalmente anunciar, em carta a José Leão, a adesão de Pedro Velho, depois de tantas hesitações: “O meu primo Dr. Pedro Velho decidiu-se a por-se à frente do partido e muito fará por que tem inteligência, energia e força de vontade precisas”.<sup>30</sup> A tradição oposicionista creditou essa adesão repentina ao fato de Pedro Velho não haver conquistado espaço nos partidos monárquicos, o que é bastante discutível: seu irmão, Fabrício Maranhão, era o chefe Liberal em Canguaretama e o próprio Pedro Velho fora Inspetor da Saúde Pública provincial em 1885-86, em administrações Liberais e Conservadoras. Como conhecemos a obsessão com que posteriormente Pedro Velho perseguiu a ideia de montar sua oligarquia familiar no Partido Republicano e no governo do Rio Grande do Norte, derrubando todos os obstáculos que lhe apareceram pela frente, cremos ser mais plausível que, tendo chegado à conclusão de que a República seria, fatalmente, uma questão de tempo, achou melhor tomar a iniciativa, aproveitando os seus contatos e os do primo João Avelino com os republicanos potiguares da Corte e as ligações clientelísticas da família Maranhão, para ter o controle da situação quando chegasse a hora. Seja como for, em menos de um mês, a 27 de janeiro de 1889, Pedro Velho fundava o Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN).<sup>31</sup>

---

29 A carta de Tobias Monteiro, publicada somente n’A *República* de 1/7/1939, é citada por CASCUDO, p. 29; as referências à correspondência entre José Leão e João Avelino estão nas p. 32-33. Os esparsos e pequenos centros republicanos localizavam-se principalmente em Natal, Caicó (Príncipe), Ceará-Mirim, Macaíba e São José do Mipibu, cf. *ibid.*, p. 46.

30 *Ibid.*, p. 37.

31 Sobre a narrativa da fundação do PRRN, ver CASCUDO, *op. cit.*, p. 41-50.

Uma análise dos signatários da ata de fundação do PRRN confirma o fato de ser o partido, em grande parte, uma extensão da família Maranhão. A identificação, realizada por Cascudo, de cerca de 44 das 114 pessoas que a assinaram, permite constatar características das mais marcantes da política republicana brasileira até os dias de hoje – o *nepotismo* e o *clientelismo*. Dos 114 signatários (aproximadamente 50 compareceram pessoalmente à reunião), 18 eram irmãos e parentes de Pedro Velho ou eram empregados da casa comercial de seu tio e cunhado, Fabrício Gomes Pedrosa II; ou seja, 15,7% do total (se levarmos em conta apenas os 44 identificados, portanto, aqueles que se sobressairão de alguma forma, a cifra sobe para 40,9%).<sup>32</sup>

O Partido Republicano do Rio Grande do Norte será, por quase 30 anos, uma propriedade exclusiva da família Albuquerque Maranhão, como já parecia a um contemporâneo sagaz, Elias Souto. Ao comentar de Macau a reunião republicana, ele afirmava que “a família dos abastados negociantes Amaro Barreto e Fabrício Pedrosa, segundo nos consta, [é que] está à frente do novo movimento”.<sup>33</sup>

Com efeito, dos 11 membros da Comissão Executiva Provisória, 3 eram da família Maranhão – os irmãos Pedro Velho e Fabrício e o primo João Avelino – sem contar o velho João de Albuquerque Maranhão, o “João das Estivas” (1828-1890), do outro distante ramo da família. Um dado a mais que comprova o fato de que os laços familiares contavam mais do que a fidelidade partidária é a atitude de Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão (1852-1923) que, no início do mesmo mês em que se tornaria “republicano”, assinara um manifesto de apoio ao Centro Liberal, a favor de Amaro Bezerra.

A repercussão da reunião republicana na opinião pública foi mínima. As autoridades imperiais na província a

---

32 A ata está em CASCUDO, op. cit., adendo 3, p. 271-274.

33 PARTIDO Republicano, OMC, 11/2/1889.

ignoraram completamente; nenhum dos funcionários públicos provinciais presentes, como o próprio Pedro Velho, foi punido. A imprensa monarquista a recebeu com desdenhosa ironia, como o porta-voz dos Conservadores, a *Gazeta do Natal*, ao duvidar da pureza dos participantes do ato: “estão de *boa-fé*, apesar de que só o João Avelino é que tem cara de republicano”.<sup>34</sup> Para os monarquistas, era o partido dos “desenganados” pela política imperial ou dos eternos preteridos pelos partidos tradicionais e, principalmente, o partido dos “jovens sonhadores”, como assinalou Câmara Cascudo, ao avaliar o clima de indiferença com que os natalenses receberam a fundação do partido republicano, afirmando que “era o partido dos jovens, dos inexperientes, dos sonhadores teimosos. Tinha o prestígio das minorias. Todos lhe reconheciam a excelência da ideia mas negavam a eficácia”.<sup>35</sup>

De qualquer maneira, organizava-se o Partido Republicano na província, embora as dificuldades de comunicação com o interior, a fraqueza do movimento em municípios importantes como Açú e Mossoró e mesmo uma momentânea desmobilização no Seridó (motivada pela ida de Janúncio para Recife em 1887) tivessem feito com que comparecesse a essa primeira reunião, da região sertaneja, apenas Angicos. A partir de então, porém, começaria na província a propaganda propriamente dita de um partido com ideário assumidamente republicano, inclusive, com propostas programáticas de ação política para a mudança do regime, divulgando-as mais amplamente através de um órgão de imprensa explicitamente criado para tal, o jornal *A República* (cujo primeiro número saiu a 1º de julho de 1889).<sup>36</sup> Em agosto, nas últimas eleições do Império, os republicanos potiguares, com candidatos próprios nos dois distritos eleitorais em que

---

34 MARROADAS, *GZN*, 26/1/1889 (grifo do jornal), coluna que era escrita pelo Comendador Joaquim Guilherme, especialista na crítica irônica e zombeteira.

35 CASCUDO, op. cit., p. 48.

36 Para a história da criação do jornal, *Ibid.*, p. 103-9.

se dividia a província (Pedro Velho no 1º e José Leão no 2º), receberam o “batismo das urnas”.

Cabe lembrar, finalmente, que os republicanos já encontraram o terreno das “ideias políticas” minado pelo debate das “reformas” do sistema político imperial dentro do próprio campo dos partidos monárquicos, pelo menos desde o final dos anos 60. Os republicanos acrescentaram a ele a certeza de que a solução dos problemas do país não estava na “reforma” da Monarquia, democratizando-a e tornando-a mais representativa, como pregavam os Liberais Radicais e mesmo setores do Partido Conservador, mas na sua substituição pelo regime republicano, o mais apropriado aos tempos modernos, como demonstrava a “ciência” do século.

Quais eram e de onde vinham as principais ideias políticas em trânsito na província potiguar durante a propaganda republicana? A que matrizes filosóficas essas ideias se filiavam? Correspondiam elas a facções políticas emergentes, aos velhos agrupamentos “reciclados”, ou simplesmente eram defendidas isoladamente por membros cultos de suas elites? A leitura das fontes disponíveis - basicamente artigos jornalísticos e manifestos propagandísticos - permitiu estabelecer *quatro* correntes de pensamento filosófico, político e jurídico no Rio Grande do Norte pouco antes da Proclamação da República. São elas: o *reformismo monárquico conservador*, o *radicalismo liberal democrático*, o *republicanismo “romântico”* e o *republicanismo oficial*.

A partir de finais da década de 1860 começaram a aparecer críticas, vindas do próprio campo monarquista, às limitações do sistema representativo do Brasil imperial, fraudulento e violento, impossibilitando a concretização da “verdade eleitoral”. Essas limitações eram agravadas entre nós pela existência do Poder Moderador, exercido pelo imperador, que podia demitir e nomear ministérios a seu bel-prazer e “fazer” maiorias parlamentares da noite para o dia, no parlamentarismo “às

avessas” em que vivíamos. Dentro dos partidos imperiais, foram surgindo projetos de reformas políticas para “aprimorar” o regime monárquico brasileiro e aproximá-lo, o máximo possível, do sistema representativo de países como a Inglaterra ou a Bélgica, por exemplo.<sup>37</sup>

Mesmo depois da Lei Saraiva, de 1881, a qual instituiu o voto direto (embora mantendo a restrição censitária e proibindo o voto dos analfabetos), o Poder Moderador continuou a ameaçar a cabeça do gabinete vencedor e de seu partido, que, a qualquer momento e sob qualquer pretexto, poderiam ser apeados do governo. Essa instabilidade política congênita, gerada por um poder acima dos demais, contribuiu para o lento mas contínuo desgaste da instituição monárquica, que passou a ser duramente criticada por seus dois partidos. No final do Império, os próprios Liberais no poder propuseram reformas gerais para conter o republicanismo e preparar, segundo o visconde de Ouro Preto, a “democracia monárquica”. Para os “radicais” de seu partido essas reformas já preparariam o advento da República no Brasil, como defendia um de seus mais preparados representantes no Rio Grande do Norte, Manoel Dantas. Na síntese do que achava ser um programa liberal para o gabinete Ouro Preto, Dantas apresentava praticamente as propostas do Partido Republicano: “o alargamento do voto, a autonomia das províncias e municípios, a organização do trabalho obrigatório por meio de leis coercitivas e repressoras da vagabundagem, confecção do código civil, secularização dos cemitérios, liberdade de cultos e casamento civil”.<sup>38</sup>

---

37 O tema foi bastante discutido pela historiografia e uma excelente síntese dele pode ser encontrada em Sérgio Buarque de HOLANDA, *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 2, v. 5, p. 7-13.

38 POLÍTICA Liberal, OPV, 22/6/1889.

## 2.1 O reformismo monárquico Conservador

O desgaste político do regime imperial atingia o auge justamente nos momentos de revezamento artificial dos partidos no poder, fruto da arbitrariedade de um governante que não podia ser constitucionalmente responsabilizado por esse ato. Nesses momentos afloravam velhos ressentimentos por parte de membros do partido afastado repentinamente do poder. Parece ter sido esse o caso do deputado Conservador norte-riograndense padre João Manuel de Carvalho no famoso discurso com que recebeu a apresentação do programa de reformas liberais de Ouro Preto, na sessão de 11 de junho de 1889 da Assembleia do Império.<sup>39</sup>

O discurso, tornado célebre pela palavra de ordem republicana com que João Manuel o encerrou (“abaixo a Monarquia e viva a República!”), é mais importante por seu conteúdo pouco divulgado de crítica à Monarquia do que pela adesão à República, regime pelo qual o religioso católico nutria poucas simpatias. Ainda assim, o Conservador foi implacável na radiografia do sistema parlamentar do Império e da funesta influência do Poder Moderador sobre este, vaticinando, em tom profético, o fim próximo da Monarquia:

[...] Tudo está indicando evidentemente que este país fadado por Deus aos mais gloriosos destinos, em breve passará por transformações profundas e radicais e que as velhas instituições que nos têm humilhado, tendem a desaparecer deste solo abençoado onde não puderam consolidar-se nem produzir frutos benéficos (sensação).<sup>40</sup>

O ressentimento contra o Poder Moderador evoluía para um fatalismo religioso, segundo o qual a República seria, em

---

39 O discurso está reproduzido em João Manuel de CARVALHO, op. cit., viii-x.

40 Ibid., p. viii-ix.

última instância, vontade de Deus. Nesse aspecto João Manuel contrariava a ideia, que seria veiculada pelos monarquistas depois da Proclamação, de que a Monarquia se enraizara profundamente no Brasil desde a Independência.

No entanto, o cunhado de João Manoel, Oliveira Santos, um dos redatores da *Gazeta do Natal*, não acompanhou o parente na adesão à República, continuando até o fim fiel à Monarquia, ainda que defendendo reformas políticas e administrativas no sistema imperial, particularmente uma maior autonomia provincial. Oliveira Santos foi o representante, no Rio Grande do Norte, de um liberalismo político clássico “à britânica”. Em matéria de economia, porém, mesmo defendendo por princípio a livre-concorrência, ao mesmo tempo admitia a intervenção do Estado em algumas áreas, “adaptando-se às condições brasileiras”. Nesse sentido, declarava-se adepto do “ecletismo da escola alemã”, aproximando-se de certos membros Conservadores do Conselho de Estado do Império.<sup>41</sup>

Alagoano, formado em Direito no Recife em 1881, exercendo a magistratura no Rio Grande do Norte desde 1884, Santos era defensor de um jusnaturalismo católico em que a religião convivía com a aceitação dos avanços da ciência e a crença inabalável na História.<sup>42</sup> Entre fevereiro e maio de 1888, escreveu na *Gazeta* uma série de 25 artigos intitulados “Questões Sociais”, nos quais discute, numa linguagem erudita, os principais problemas sociais e econômicos do país após a abolição, de que foi um dos mais destacados defensores na província, propondo uma

---

41 Como mostra José Murilo de CARVALHO, op. cit., p. 327-358. Sobre o “ecletismo filosófico” no pensamento brasileiro do Segundo Império, ver a antiga mas sempre fundamental síntese de João Cruz COSTA, “O Pensamento Brasileiro sob o Império”, in: HOLANDA (Dir.), *HGCB*, t. 2, v. 3, p. 324-327.

42 QUESTÕES Sociais: Liberdade comercial, XVI, *GZN*, 18/4/1888. Sobre o “jusnaturalismo” prevalecente nessa corrente de pensamento, consultar MACHADO NETO, *História das ideias jurídicas no Brasil*, p. 13-42.

série de medidas para a reorganização do trabalho nacional e da educação popular.<sup>43</sup>

Para Oliveira Santos, o princípio básico, ao qual “é impossível resistir”, é a *lei natural*, reconhecida pela “consciência universal, pelo cristianismo e outras revoluções filosóficas que se seguiram, que rege a inviolabilidade da liberdade individual, a dignidade da natureza humana”. O problema de seu tempo, tarefa da “ciência da política e sabedoria dos governos”, era “conciliar a liberdade individual (um direito) com a obrigatoriedade do trabalho (um dever), como função natural da vida social”.<sup>44</sup>

Assim, ao mesmo tempo em que defende a liberdade individual como um direito natural e, portanto, a pouca ingerência do Estado nesse campo, reconhecia que, no Brasil, dado o embrutecimento e penúria dos antigos escravos, o governo, como “legítimo representante da sociedade”, devia, sim, intervir em questões sociais, principalmente na reorganização do trabalho nacional. Para tanto pregava a necessidade de medidas complementares à abolição, entre as quais o vago “trabalho obrigatório com liberdade”, e a reforma do ensino, que entendia dever ser “gratuito e obrigatório” em todos os níveis, mas que no Brasil era “extremamente deficiente, excessivamente livresco, latinista e pouco atento às necessidades práticas da vida moderna, estabelecidas pela ciência”.<sup>45</sup>

Em termos políticos, seu pensamento também procurava levar em conta a realidade brasileira. Defensor, em princípio, do liberalismo monárquico clássico, constitucional e representativo, achava-o, contudo, “pouco adaptável” ao Brasil, razão por que defendia a Constituição Imperial de 1824.<sup>46</sup> Atribuía

---

43 QUESTÕES Sociais VII-VIII: Trabalho Obrigatório, *GZN*, 17 e 21/3/1888 e QUESTÕES...IX: Liberdade do trabalho, *GZN*, 24/3/1888.

44 QUESTÕES Sociais VII: Trabalho obrigatório, *GZN*, 17/3/1888.

45 QUESTÕES... VIII: Trabalho obrigatório, *GZN*, 21/3/1888.

46 Cf. sua circular AO Eleitorado do 2º districto da Província, *GZN*, 3/8/1889. Sobre a adaptação do liberalismo político às condições

ao parlamento o instrumento ideal para as mudanças que preconizava, como explicitou na saudação que fez à reunião da Assembleia do Império, de abril de 1888:

Mola principal no mecanismo do sistema representativo a Assembleia Geral é a fonte de onde promanam as reformas que, reclamadas pela opinião, nos asseguram a soma dos bens de que se goza nos Estados, onde sopra fagueira a aura da liberdade.<sup>47</sup>

Com a volta dos Liberais ao poder em junho de 1889, Oliveira Santos passou a criticar o falseamento do “sagrado exercício do direito de voto”, que os novos situacionistas promoviam “fraudando eleições”, e descreu da nova política Liberal e da eterna luta entre os partidos no Império. Para ele, só os Conservadores, com o lema *Unidade, Ordem e Liberdade*, resgatariam a moralidade administrativa, o prêmio ao mérito, o respeito às minorias políticas, enfim, as premissas de um pensamento genuinamente liberal.<sup>48</sup>

Mesmo aceitando a República como fato consumado, Oliveira Santos foi sempre seu crítico acérrimo, combatendo, ao mesmo tempo, a oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte e Floriano Peixoto em nível federal. Chegou a redator principal do primeiro jornal diário da capital potiguar, o efêmero *Diário do Natal*, que existiu de julho a setembro de 1893, no qual, a par de atacar Pedro Velho e Floriano, defendia a Revolução Federalista. Em artigos contundentes, comparava a nascente República brasileira com a extinta Monarquia, sempre com juízos favoráveis a esta. Em suma, Oliveira Santos foi o representante mais erudito do pensamento monarquista Conservador no Rio Grande do Norte.

---

brasileiras sob a ótica do pensamento Conservador, ver J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 340-343.

47 GAZETA do Natal, GZN, 28, 4/4/1888.

48 AO Eleitorado..., GZN, 3/8/1889.

## 2.2 O radicalismo Liberal democrático

O sentimento de desencanto com o sistema imperial era manifestado também pelos Liberais, particularmente por sua ala “radical”. Esta defendia reformas para salvar a Monarquia, mais do que isso, democratizá-la aos poucos, o que fez alguns de seus membros evoluírem gradativamente para o republicanismo, nos estertores do Império. No Rio Grande do Norte, seus principais representantes foram os redatores de *O Povo* – Diógenes da Nóbrega e, especialmente, Manoel Dantas.<sup>49</sup>

Acadêmicos de Direito no Recife na segunda metade dos anos 80, receberam com todo o impacto a influência ideológica do evolucionismo darwinista, nas versões cientificistas e sociologizantes de Herbert Spencer (1820-1903) e principalmente Ernst Haeckel (1834-1919), então predominante na Faculdade, via Tobias Barreto. Este acabava de romper com o positivismo comteano e com o jusnaturalismo prevaemente na faculdade, que formara toda a geração anterior.<sup>50</sup>

Como estudantes no Recife, Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas haviam tido a oportunidade de entrar em contato com um pouco de tudo aquilo que as escolas filosóficas, políticas e jurídicas mais em voga na Europa do último quartel do século XIX pregavam, e que era considerado comumente como o resultado do desenvolvimento da “ciência moderna”. Denominamos genericamente essa atitude *cientificismo* – entendido este como uma postura intelectual pautada pela crença quase mística no poder racional da ciência para compreender os fenômenos naturais e sociais, explicando-os de forma oposta à visão

---

49 Uma boa síntese das ideias desses Liberais Radicais pode ser extraída de seus artigos em *O Povo*, de 22/6/1889, A NOVA situação, de Dantas, e POLÍTICA Liberal, de Diógenes Nóbrega. Uma análise conjuntural do Liberalismo Radical, em HOLANDA, HGCB, t. 2, v. 5, p. 116-120.

50 Para uma análise da influência do evolucionismo darwinista e do monismo haeckeliano sobre a Faculdade de Direito do Recife, via Tobias Barreto, ver MACHADO NETO, op. cit., cap. 3, p. 73-97.

religiosa do mundo, até então hegemônica, na qual prevalece a fé na explicação sobrenatural.<sup>51</sup> José Augusto Bezerra de Medeiros, neto de José Bernardo e futuro governador do Rio Grande do Norte, recordava assim o ambiente intelectual em que se formara no início do século XX e que vinha ainda da época de que tratamos:

Quando, de 1901 a 1905, fiz o meu curso jurídico em Recife, encontrei ainda a Faculdade impregnada, em boa parte, de preocupações filosóficas, alguns dos nossos mestres inclinados para o positivismo, outros para o materialismo darwinista e haeckeliano, outros ainda, a maioria, aditos ao evolucionismo spenceriano.<sup>52</sup>

De fato, o ensino do jusnaturalismo escolástico e ultramontano que formara a geração anterior a Tobias batia em retirada quase total no conceito da mocidade acadêmica. O direito natural cedera o passo em Recife, primeiro para o positivismo jurídico e, depois, para o evolucionismo spenceriano e o materialismo de Haeckel.

Essas filosofias racionalistas e científicas permeavam o universo ideológico da época, todas elas “amarradas” por uma crença fatalista, determinista, em “leis”, válidas para o conhecimento de todos os fenômenos naturais ou sociais e que, descobertas pela ciência, progressivamente levariam a humanidade a um futuro radioso. São onipresentes os artigos escritos em *O Povo* por Diógenes da Nóbrega ou Manoel Dantas, onde aparecem citações de Darwin, Haeckel, Spencer e Stuart Mill, como na síntese que o primeiro faz de seu pensamento e de suas filiações ideológicas: “[...] (a sociedade obedece à) lei do transformismo, descoberta por Mill, modificada por Spencer e

---

51 Ver a elucidativa explicação para a origem do termo *cientificismo* em HOBBSAWM, *A era dos extremos*, p. 525.

52 Citação extraída da Nota de Apresentação ao livro de Raimundo NONATO, *Bacharéis de Olinda e Recife*, p. 7.

largamente desenvolvida por Darwin”,<sup>53</sup> e também na formulação que aparece no texto de apresentação do jornal, redigido pelo mesmo Diógenes, onde se afirma:

A par dos poucos corajosos que combatem por um estado melhor de cousas, ao lado dos que, com as vistas alevantadas para o futuro, dos que acreditam na grande lei que domina e rege todos os fenômenos da natureza, quer no mundo moral como no mundo físico, [pela] lei do desenvolvimento pugnamos nós.<sup>54</sup>

Essa era uma “lei” fatal e inevitável a que todos estavam sujeitos e da qual ninguém poderia fugir, como diria ainda Diógenes da Nóbrega no número seguinte, ao concluir que não se poderia impedir o progresso das reformas de que o país tanto necessitava, que viriam inexoravelmente como num “marchar contínuo e irresistível das aspirações nacionais, em torno das quais, como por força elétrica, se congrega a nação em um esforço indefinido e uniforme [...]”.<sup>55</sup>

É importante assinalar, contudo, que, no caso dos evolucionistas potiguares, havia uma preocupação em aplicar suas teorias à análise da conjuntura do tempo e do meio em que viviam, de participar da vida política para modificar a situação socioeconômica de sua região sertaneja, diferentemente da atitude meramente filosófica e contemplativa de um Tobias Barreto. É assim com Manoel Dantas, ao teorizar sobre as condições de vida e trabalho do sertanejo. Aplicando o axioma darwinista da “adaptabilidade do indivíduo e da sociedade ao meio em que vivem”, Dantas afirmava que “devemos procurar dentro das manifestações da vida sertaneja os princípios de seu desenvolvimento, a força motriz de sua marcha”.<sup>56</sup>

53 CORRESPONDÊNCIA, *OPV*, 25/1/1890.

54 O POVO, *OPV*, 9/3/1889.

55 ATROPELLO e Perseguição, *OPV*, 16/3/1889.

56 A VIDA sertaneja: Presente e Futuro - I, *OPV*, 30/11/1889. Uma análise arguta do pensamento evolucionista de Manoel Dantas sobre o sertanejo está na dissertação de mestrado de Muirakytan K. de MACÊDO,

Abalizados pela “ciência moderna” e suas “leis”, esses paladinos da “nova era” lançavam-se a pregar a reforma das instituições do país, pois essa era a “tendência natural” do século. Sua defesa da República, portanto, era uma questão de pura lógica racional, extraída da observação da evolução social. Naquela altura, já não lhes importava se o país fosse uma monarquia ou uma república, desde que restaurasse a “verdade da representação”, como definira Rui Barbosa, nos seguintes termos: “República significa autogoverno do povo e monarquia representativa não quer dizer outra coisa [...] Não há, portanto, valos: há gradações apenas, entre a forma republicana e a monárquica”.<sup>57</sup>

Apenas, no início, esses “cientificistas reformistas” ainda achavam que a Monarquia poderia realizar a transição, como admitia Manoel Dantas em julho de 1889, ao negar que fosse do partido republicano, apesar de simpatizar com ele:

[...] ligado ao partido liberal por muitos laços, eu espero professar no seio desse partido as minhas ideias radicais e democráticas, e conto ver realizado o ideal de Rui Barbosa, – a Monarquia republicanizada.<sup>58</sup>

Um mês antes, já com Ouro Preto no poder, Dantas colocava a questão nos termos de um dilema que ilustrava a própria resistência de setores de seu partido às reformas e, ao mesmo tempo, reafirmava a crença de que elas preparariam o país para a República:

[...] ou o partido liberal toma o caminho que lhe indicam as aspirações democráticas do país e neste caso virá preparar o terreno para o futuro evento da República, ou segue a política de expedientes e

---

op. cit., cap. 3, especialmente na seção Como deixar de ser sertanejo em uma lição, p. 126-129.

57 Reproduzida por Roque S. de BARROS, *A Ilustração Brasileira e a Ideia de Universidade*, p. 35-36.

58 NÃO sabia, *OPV*, 20/7/1889.

rabulices e então ficará completamente desacreditado e cairá, vítima de seu próprio erro.<sup>59</sup>

O regime republicano, portanto, era o futuro do mundo moderno, e o Brasil dele não poderia escapar. A República, tanto quanto a Monarquia para Rui Barbosa, era o “regime da soberania popular”, da “democracia representativa dos tempos modernos”. Esta chegaria puxada pelo “carro triunfante do progresso que como força irresistível vai deixando rasto luminoso em sua passagem” e iluminaria os caminhos da humanidade “embrutecida pelo obscurantismo despótico”.<sup>60</sup> Aparece aqui o *Iluminismo*, em sua vertente racionalista, cientificista e teleológica, utilizando frequentemente a metáfora da luz, recorrente também nos textos da propaganda republicana.

*Iluminados* pela ciência, esses modernos evangelistas levariam ao povo a boa nova de esperança que lhes fora revelada. Iniciados pela “verdade científica”, portadores da missão sagrada de “esclarecer” o povo através da imprensa, acreditavam que assim contribuiriam para o “desenvolvimento físico, moral e intelectual” do sertanejo, como Diógenes da Nóbrega explica no seguinte trecho: “[...] advogando os interesses do povo, doutriná-lo racionalmente, esclarecendo-lhe o horizonte intelectual, tanto quanto permitirem nossos conhecimentos [...] (a fim de) profligar os erros, atacar os preconceitos, desfazer os sofismas e derrocar as superstições em toda a ordem de ideias”.<sup>61</sup>

Manoel Dantas fechou exemplarmente esse círculo “iluminista”, ao defender que a tarefa do verdadeiro Liberal, nas

59 A NOVA situação, OPV, 22/6/1889.

60 ATROPELLO e Perseguição, OPV, 16/3 e PROBLEMA de Hoje, OPV, 7, 21/4/1889. Sobre a recorrente presença da metáfora da “luz” na história brasileira, ver o artigo de Nicolau SEVCENKO, A república enclausurada, *Revista USP*, 1989, p. 28-32. Na propaganda republicana potiguar ela aparece tanto no padre João Manuel de CARVALHO, *Reminiscências...*, p. viii, quanto nos manifestos “laicos” do Seridó e de Natal, ver CASCUDO, HRRN, p. 268-271 e APV, p. 19-33, respectivamente.

61 O POVO, OPV, 9/3/1889.

condições do país e de sua região, era “conhecer o percurso das ideias adiantadas em todos os países, procurar fazer renascer uma pátria autônoma à luz de nossas tradições, estudar e dirigir as tendências de nosso povo, e procurar a forma de governo que nos convém de acordo com a vontade popular, eis o que é ser liberal”. E mais adiante: “Precisamos de ideias práticas e realizáveis; sobretudo educar o povo ignorante para fazê-lo melhor compreender os seus direitos”.<sup>62</sup>

Educar o povo para libertá-lo da opressão obscurantista era a missão extraordinária a que se propunham esses Liberais Radicais, numa província onde praticamente 90% da população, analfabeta, era excluída de qualquer participação política e social. Nesse aspecto, eles concordavam com Conservadores da cepa de um Oliveira Santos, ao elegerem a educação como uma de suas metas prioritárias, graças à qual se chegaria, num futuro próximo, a uma era de emancipação e progresso para a humanidade, livre do obscurantismo teológico e absolutista. O discurso desses liberais, também, aproximava-se cada vez mais do republicanismo, como eles próprios reconheciam. No caso, do republicanismo mais “puro” de um Janúncio da Nóbrega ou de um Braz de Mello, que também estudavam no Recife na mesma época.

### 2.3 O republicanismo “romântico”

O caicoense Janúncio da Nóbrega Filho e o natalense Braz de Andrade Mello foram os representantes, no Rio Grande do Norte, do republicanismo mais puro, de viés romântico, vindo da tradição revolucionária francesa dos séculos XVIII e XIX, herdeiro de 1789, 1830 e 1848, cujo paradigma no Brasil era, curiosamente, Silva Jardim, um positivista. Ainda alunos no Recife quando a República foi proclamada, também foram muito influenciados, como Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas, pelo haeckelianismo predominante na Faculdade de

---

62 CARTA, datada de 25/2 e publicada em OPV, 16/3/1889.

Direito. Mas, ao contrário de seus contemporâneos Radicais, tanto Janúncio quanto Braz nunca foram demasiado dados a teorizações exaustivas, preferindo a ação prática dos ativistas revolucionários das barricadas francesas.

O republicanismo de Janúncio da Nóbrega e Braz de Mello é o retirado das conclusões científicas, positivistas e românticas do século XIX. A ênfase de seus escritos de propaganda – dos pouquíssimos que chegaram até nós – está na discussão sobre as ações necessárias para derrubar a Monarquia o mais cedo possível, de preferência no ano do centenário da “Grande Revolução”, como pregava Silva Jardim. Às caracterizações clássicas tiradas do Manifesto Republicano de 1870, Janúncio e Braz acrescentavam os retoques grandiloquentes do clima de verdadeira “queda da Bastilha”, que queriam ver revivido no Brasil.

As ideias de Janúncio estão mais sistematizadas no Manifesto Republicano ao Povo Seridoense, escrito por ele em abril de 1889, que marcou a reorganização do Centro Republicano Seridoense. Segundo o manifesto, a Monarquia era “um corpo estranho ao nosso organismo social”, extinguiu-se na “consciência nacional” a fé no regime imperial e agora, graças à “marcha evolutiva das ideias”, força determinista e fatal que guiava todos os acontecimentos, a República tornara-se a “grande aspiração nacional”. A República, regime da soberania nacional por excelência, inauguraria uma nova era de regeneração política, social e moral no Brasil, colocando o país no “espírito do século”.<sup>63</sup>

Regeneração [...]! Como uma palavra mágica, ela aparece em todos os textos da propaganda, bem como nos artigos dos Liberais Radicais. Os republicanos caicoenses intitularam-se “os regeneradores da Pátria”: é com essa expressão, usada como exortação, que Janúncio da Nóbrega inicia o manifesto republicano seridoense. Também os monarquistas utilizavam

---

63      MANIFESTO Republicano ao Povo Seridoense (MRPS), in *CASCUDO, HRRN*, p. 268-269.

essa imagem para defender a reforma do Império, continuando a velha tradição francesa do século XVIII, quando os filósofos iluministas e políticos dos Estados Gerais queriam “regenerar” o Antigo Regime. Passou a ser palavra de ordem de revolucionários norte-americanos e franceses.<sup>64</sup>

O manifesto de Janúncio tocava em uma das questões que mais dividiram os republicanos brasileiros no final dos anos 80 do século XIX: a maneira mais eficaz de se chegar à República. Nesse ponto, havia os modelos oferecidos pelas duas grandes revoluções da história contemporânea até então, a Americana e a Francesa.<sup>65</sup> A defesa da derrubada violenta da Monarquia, se necessário, foi a grande contribuição de Janúncio no campo das propostas para substituir-se o regime imperial, na especificidade do republicanismo do Rio Grande do Norte.

Ao que tudo indica, o exemplo norte-americano não era o melhor a ser seguido no caso, pois não se ajustava à conjuntura brasileira da véspera da Proclamação. Nos EUA, o regime republicano fora estabelecido ao longo de uma guerra contra o domínio britânico e implantado a partir dos alicerces já seculares da experiência de *self-government* das Treze Colônias: uma luta de libertação colonial, sim, mas para reafirmar antigos direitos.<sup>66</sup>

Aqui não se tratava da mesma situação: bem ou mal, tínhamos realizado nossa independência política nacional em 1822 e a oportunidade de instaurar uma República na ocasião

---

64 Para uma introdução ao tema da *regeneração*, consultar o verbete escrito por Mona OZOUF, in F. FURET e M. OZOUF, *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, p. 815-825; sobre o tema na Independência dos EUA, Gordon WOOD, *The Creation of the American Republic, 1776-1787*, particularmente o cap. 2, item 1: “A new people for a new world”, p. 46-48.

65 Acompanhar, a respeito dos modelos disponíveis, a discussão em José Murilo de CARVALHO, *A Formação das Almas*, p. 22-29.

66 CARVALHO, op. cit., p. 18-19; WOOD, op. cit., p. 127-132 e Bernard BAYLIN, *The Ideological Origins of American Revolution*, p. 94-143.

havia sido descartada pelos interesses majoritários das classes proprietárias rurais. Nesse aspecto, a Revolução Francesa era mais instrutiva: afinal, lá e cá, como a propaganda republicana não cansava de tentar demonstrar, havia um regime absolutista a derrubar, e os republicanos históricos, Silva Jardim à frente, consideravam o arremedo de Monarquia representativa que tínhamos pura e simplesmente um sofisma, uma ficção.

Assim, o modelo mais adequado a seguir pelos jovens republicanos potiguares influenciados por Silva Jardim parecia mesmo ser o da “grande revolução”, cantada em prosa e verso pelos propagandistas. A frequente alusão ao centenário da Revolução como data ideal para se proclamar a República no Brasil funcionava como uma espécie de senha para as publicações propagandísticas saídas em 1889.<sup>67</sup> Mas, a qual Revolução Francesa os seridoenses se referiam, a da “queda da Bastilha” em 1789, a “jacobina” ou “termidoriana” após 1793 ou, finalmente, a das “barricadas urbanas” de 1830 e 1848? No Brasil, a pergunta se transformou: a República viria pela “evolução” ou pela “revolução”?

O início de 1889 coincidiu com o agravamento das divergências no movimento republicano nacional entre os “evolucionistas”, liderados por Quintino Bocaiúva, adeptos de uma ação mais gradualista, eleitoral e pacífica, e os “revolucionários” de Silva Jardim, defensores de ações mais ousadas e incisivas, como *meetings* de rua e, no limite, barricadas que forçassem a abdicação do Imperador. Os desdobramentos da propaganda republicana levaram Silva Jardim e os revolucionários a romper com a orientação evolucionista, passando a defender francamente a necessidade do republicanismo entrar num “período

---

67 Como o opúsculo PARTIDO Republicano do Rio Grande do Norte, que Pedro Velho publicou no Rio de Janeiro, reunindo os primeiros documentos do PRRN, e que ficou praticamente esquecido até ser republicado por CASCUDO, APV, p. 7-33.

de ação mais efetiva” contra a Monarquia. Para tanto, o tribuno lançou-se na disputa pela chefia nacional do Partido Republicano no congresso que se realizaria em maio.<sup>68</sup>

Surgido no final de janeiro, justamente no momento em que se intensificavam as manobras de bastidores pelo controle do partido nacional, foi quase natural que o Partido Republicano do Rio Grande do Norte reproduzisse na província a disputa que ocorria na corte, até pela influência decisiva que os republicanos potiguares lá radicados exerciam sobre seus conterrâneos da província. José Leão, amigo de Silva Jardim e positivista como ele, imediatamente apoiou o pleito do propagandista e iniciou gestões para que o recém-fundado PRRN também o fizesse oficialmente, conseguindo ser escolhido delegado dos republicanos do Rio Grande do Norte no congresso de maio. No momento, nos interessa a posição assumida pelos republicanos “puros” que, à época, estudavam no Recife.

Foi óbvia e quase automática a influência dos “revolucionários” sobre Janúncio da Nóbrega e Braz de Mello.<sup>69</sup> Imediatamente estes optaram pelos métodos mais agressivos do tribuno fluminense, como o próprio Janúncio reconheceria poucos meses depois, ao responder às acusações da oposição de que incitara o povo a não consentir no desembarque de Adolfo Gordo, governador “estranho” aos potiguares, por ser paulista. Na reunião-comício em que expôs os princípios de uma “política revolucionária republicana”, como Silva Jardim a denominava, afirmou que

---

68 O manifesto “revolucionário” de Silva Jardim, escrito em 6 de janeiro de 1889, está em PESSOA, op. cit., p. 114-145. Para conhecer a posição evolucionista de Quintino, ver sua resposta a Silva Jardim, em nome do Partido Republicano nacional, p. 146-162.

69 Os republicanos seridoenses reconheceram a chefia de Silva Jardim no Norte, ver o relato do presidente do Centro Republicano Seridoense, Basílio Dantas, que trata da reunião que apreciou o assunto, PARTIDO Republicano, *OPV*, 6/7/1889.

[...] ao povo em todos os tempos estava salvo o direito de revolução e que pelo punhal e pela dinamite podia em todos os tempos fazer vingar a sua honra e a sua liberdade, quando estas periclitassem enquanto ele fosse vítima de uma traição [...] nunca pude compreender a vida sem a liberdade [...].<sup>70</sup>

Foi natural, portanto, que o Manifesto Republicano ao Povo Seridoense, de abril de 1889, da lavra de Janúncio, se referisse explicitamente aos incidentes do final do ano anterior no Rio de Janeiro e encampasse a ideia “revolucionária” de que “era legítimo direito derrubar um despotismo”. Apelando para axiomas positivistas, os seridoenses concordavam com os republicanos revolucionários em que o Partido Republicano entrara “em um período de ação”, não descartando a possibilidade de realizar “ativa resistência” à hipótese de um Terceiro Reinado.

Apesar de tudo, no entanto, mesmo encerrando o manifesto com a divisa de Silva Jardim (“Vencer ou Morrer”), os republicanos caicoenses deixavam ambígua sua posição, numa atitude conciliadora muito comum da época e do meio em que viviam. Deixavam abertos os caminhos para se chegar ao novo regime, pois “nós queremos a República, não fazendo questão de meios para a consecução do nosso *desideratum*: ou pela evolução da ideia ou pela revolução”.<sup>71</sup>

Na verdade, desde que ajudasse a apressar a República, aceitavam a via gradualista, sacrificando um pouco as convicções pessoais em benefício da causa. Aliás, ao falar de *revolução*, nem mesmo republicanos radicais como Silva Jardim pensavam numa guerra civil que impusesse o regime republicano, já que, se este era uma aspiração nacional, como insistia a propaganda, não se poderia admitir a possibilidade de derramamento de sangue entre compatriotas, que, afinal de contas, desejavam a mesma coisa. Apesar de acreditarem que só uma ação revolucionária

---

70 SOLICITADAS: A Verdade, carta de Janúncio, OPV, 15/3/1890.

71 MRPS, in CASCUDO, HRRN, p. 270-271.

“à francesa” derrubaria a Monarquia, sentiam a necessidade de suavizar a proposta para ser assimilada por camadas mais amplas da opinião pública e só pregavam a via insurrecional como último recurso, depois de esgotadas todas as oportunidades de solução política para o impasse.

Descartada, assim, a guerra civil para se conseguir a República, o modelo preferido pelos “republicanos revolucionários” ainda era francês, mas o das barricadas urbanas estilo 1830, as quais haviam derrubado Carlos X e a Restauração. No Brasil, afirmavam, tínhamos um belo exemplo dele no 7 de abril de 1831, quando a população, irmanada à força armada que viera reprimi-la, forçara o primeiro Pedro a abdicar. No Rio Grande do Norte era este, mais ou menos, o entendimento de Janúncio da Nóbrega e Braz de Mello, apesar de ser discutível a exequibilidade desse modelo na província, pela inexistência de camadas médias urbanas em número e importância suficientes para assumirem essa proposta na prática, não apenas no interior mas na própria capital.<sup>72</sup> Mais do que isso, a própria fraqueza dos republicanos potiguares “puros”, suas ligações familiares e clientelísticas, os obrigava a se articularem com os setores mais moderados e oligárquicos do movimento republicano – Janúncio, no Seridó, com seu padrinho, “coronel” José Bernardo; Braz, em Natal, com os republicanos de Pedro Velho. A ideologia e postura “radicais” limitar-se-ão a ações individuais ou a inoperantes profissões de fé publicadas pela imprensa partidária. Logo se desiludiriam, como a maioria dos propagandistas republicanos de primeira hora, com a política republicana oligárquica implantada no estado, da qual nunca conseguiram se libertar e, tal como muitos “românticos” de seu tempo, morreram jovens, malchegados aos 30 anos.

---

72 A respeito de classes médias e República, consultar Decio SAES, *A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891*, p. 276, passim e 311-314.

## 2.4 O republicanismo oficial

Ao contrário dos bacharéis seridoenses, Pedro Velho era médico, formado no Rio de Janeiro em 1881, num curso aparentemente técnico, sem grandes pretensões sociologizantes, como as que se arrogavam as Faculdades de Direito. Não obstante, vivendo na corte durante o curso, depois de uma viagem à Europa que o fizera interromper os estudos iniciados na Bahia, Pedro Velho pôde tomar contato com as principais discussões filosóficas e políticas dos finais da década de 70 e início da de 80, no ambiente europeizado da capital do Império. Ao voltar à terra natal, dedicou-se a clinicar, chegando a Diretor da Saúde Pública provincial em 1885/86, mas também ao magistério secundário no Atheneu Rio-Grandense, onde se tornou lente de História, por concurso. Por intermédio de seu irmão mais velho, Fabrício Maranhão, chefe do partido em Canguaretama, Pedro Velho aproximou-se dos Liberais, mas sem maiores compromissos. Por outro lado, engajou-se na campanha abolicionista, sendo um de seus principais entusiastas em Natal. Como acompanhamos, tornou-se republicano tardiamente, por insistência de seu primo João Avelino, mas, a partir do momento em que resolveu aderir, convencido da fatalidade da implantação da República no Brasil, tornou-se figura de proa, fundando o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, do qual foi o único líder. Era tido como “histórico” pelos republicanos da corte e foi, até sua morte, em 1907, o chefe incontestável do partido no estado. Suas simples opiniões, divulgadas por *A República*, se transformavam na posição oficial do partido, que controlava pessoalmente ou por intermédio de parentes ou fiéis correligionários.

Pedro Velho compartilhava com os republicanos “puros” as ideias genéricas do Manifesto de 1870 sobre soberania popular e democracia representativa, sem o doutrinário evolucionista daqueles, misturando opiniões liberais democráticas com o difuso positivismo cientificista “fin-de-siècle”. Inicialmente, por influência dos opúsculos de propaganda de Assis Brasil e

Silva Jardim, afirmava seguir o primeiro como “doutrinário” e o segundo como “técnico”.<sup>73</sup> Logo e duradouramente, aproximou-se dos chefes nacionais “moderados”, principalmente Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério, a quem acompanharia no Partido Republicano Federal (PRF) até depois da divisão de 1897, quando o grupo do político paulista que criara o partido se tornou minoria.

Recém-saído do campo do liberalismo monárquico, o agora líder republicano chamaria a Monarquia, em janeiro de 1889, de “cogumelo exótico” dentro do continente americano.<sup>74</sup> O regime imperial, segundo ele, estaria isolado em Petrópolis, sem “alicerces” sociais ou políticos de espécie alguma, contando apenas com uns poucos áulicos palacianos, que viviam em torno da família real.

Seguindo os mesmos passos da propaganda caicoense, Pedro Velho denunciava que a Monarquia abandonara as províncias nortistas à sua própria sorte e dela o Rio Grande do Norte nada mais poderia esperar e nada lhe devia. Nesse contexto, a República era “o remédio único aos males” da nação e da província, o qual tenderia a unificar todos os povos americanos sob a “bandeira branca da democracia”. Com o determinismo inexorável de seu tempo, afirmava que a República era o “desfecho fatal e necessário da marcha de nossa civilização” rumo ao progresso, citando o exemplo do caranguejo de Michelet: “o certo é que tudo caminha e caminha para a frente”. Essa certeza seria apreendida com o estudo da História, “a grande mestra da vida”, transformada em tribunal inapelável.<sup>75</sup>

---

73 CASCUDO, *HRRN*, p. 49.

74 Para as ideias republicanas de Pedro Velho expostas nos próximos parágrafos, ver *MANIFESTO* do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, in CASCUDO, *APV*, p. 7-32.

75 *Ibid.*, p. 8; *A REPÚBLICA*, *AREP*, 8/7/1889; ver também *MPPRN*, CASCUDO, *APV*, p. 11 e 32.

Aparece aqui, como já ocorrera com o documento dos republicanos seridoenses, a visão finalista da história. Esta se caracteriza, segundo a síntese precisa de Nicolau Sevcenko, “por ideias que correspondem ao sentido necessário da história, antevisto pelo homem, cuja razão entrou em sintonia com a marcha da humanidade”, visão recoberta por “um linguajar tecno-científico, de uma crença mística no progresso e harmonia da humanidade, sob a tutela de uma elite de administradores sociais”.<sup>76</sup> Visão de mundo positivista que, difusamente, permeava quase todas as correntes políticas republicanas e até mesmo os setores mais radicais do reformismo monárquico da época.

Assim, se praticamente todos os brasileiros eram republicanos, como queria fazer crer a propaganda, só restava à pátria remover aquilo que a retardava no encontro consigo mesma, pois não poderia haver interesse “da nação contra a nação”, como afirmara Pedro Velho em carta para Janúncio da Nóbrega; não poderia haver “uma parte da nação que queira o regime da liberdade e da dignidade e outra que o renegue”.<sup>77</sup> Não restava dúvida: só a República, “um governo identificado com os interesses do povo brasileiro”, poderia reconciliar o que a Monarquia separara – a pátria e seu povo – e proporcionar “o bem público [...] que se traduz no mais completo desenvolvimento do progresso, à sombra protetora da liberdade e da paz”.<sup>78</sup>

Aos republicanos organizados no seu partido, como portadores do facho de luz salvador da razão, caberia a tarefa de livrar o país e o povo, através da doutrinação, da ignorância imposta pela Monarquia. Munido dos argumentos de um racionalismo ilustrado, Pedro Velho explicava assim qual devia ser o papel de um genuíno órgão republicano, no artigo em que apresentou *A República* à opinião pública: “Difundir e propagar

76 SEVCENKO, op. cit., p. 34.

77 PARTIDO Republicano, *OPV*, 3/8/1889, carta datada de 13/6.

78 PELA Pátria, artigo de apresentação de *AREP*, 1/7/1889, reproduzido por *CASCUDO*, *APV*, p. 7.

as ideias que o seu título sintetiza [...] com as armas da razão [...] contra a realeza corrompida e corruptora [...] emancipando-a de preconceitos vãos e perniciosas influências”.

A propósito, para o fundador do PRRN, a República triunfaria “em curto prazo e sem abalos e convulsões [...] (pela) [...] vitória pacífica da opinião”, através das regras da democracia representativa, na luta parlamentar e eleitoral, até mesmo admitindo uma oposição não sistemática ao regime imperial.<sup>79</sup> E, realmente, a propaganda republicana oficial no Rio Grande do Norte seria realizada “sem abalos ou convulsões”, sem *meetings* provocativos ou ações mais ousadas, que, definitivamente, não eram o estilo de Pedro Velho, cuja única ação mais incisiva na propaganda foi “um passeio a Ceará-Mirim”.<sup>80</sup>

Foi majoritário no Partido Republicano do Rio Grande do Norte, portanto, o ponto de vista dos moderados, de que a República viria naturalmente pela evolução dos acontecimentos ou, ao gosto da época, por uma “revolução pacífica”. O próprio padre João Manuel a admitiria, no discurso com que aderiu à República, ao afirmar que

a revolução é outra: a revolução pacífica, operada pela centelha do patriotismo, incendiando todos os espíritos e abrasando todos os corações brasileiros, revolução que terá o mesmo resultado benéfico que teve a da abolição do elemento servil.<sup>81</sup>

Pedro Velho, que confessara seguir Silva Jardim no início da propaganda, acabou naturalmente convergindo para os moderados de Quintino Bocaiúva. Ao assumir a chefia do Partido Republicano, em julho de 1889, depois da disputa com Hermógenes Tinôco, fez predominar na propaganda potiguar o tom pacifista, gradualista e eleitoral. No manifesto de

79 Ibid., p. 8. Para a defesa da “oposição não sistemática”, ver o artigo O ORÇAMENTO, *AREP*, 29/7/1889.

80 CASCUDO, *HRRN*, p. 111-112.

81 CARVALHO, op. cit., p. xiv.

apresentação do partido, em janeiro, ele explicitara a maneira como deveria implantar-se o regime republicano na província e no país:

Queremos votos, porque será sem dúvida pela revolução incruenta do sufrágio, será pela vitória das urnas que se há de erguer na terra brasileira o estandarte da democracia. A República se fará sem que custe uma gota de sangue brasileiro.<sup>82</sup>

É, porém, no conceito que Pedro Velho tinha sobre esse povo, que considerava soberano, que transparece claramente o ponto de vista patriarcalista do futuro líder republicano. Acompanhemos o trecho que se segue, sobre a eventualidade do trono vir a ser ocupado pela princesa Isabel, uma mulher, para entendermos melhor sua visão de mundo:

O que será o terceiro reinado? De duas uma: ou a imperatriz Isabel será bastante autoritária para querer governar a exemplo do pai; ou algum favorito será o rei de fato. Na 1ª hipótese temos uma mulher a dirigir os destinos políticos de uma nação, o que não se compadece com as noções mais elementares da ciência social. Porque o homem será sempre o cultor reverente da beleza, da graça e da virtude feminis, enquanto elas coroarem as frentes das esposas e mães.

Mas na marcha dos negócios públicos a mulher mais inteligente achar-se-á sempre deslocada; e se ela insistir em querer trocar o lar pela praça pública, se quiser ostentar energias varonis impróprias do sexo, desnatura-se, deixa de ser mulher, é uma virago.<sup>83</sup>

Visão patriarcal com pitadas de cientificismo, que Eric Hobsbawm já chamou com propriedade, referindo-se ao Brasil e ao México do início do século XX, de “positivismo oligárquico”, ela não contradiz necessariamente as pretensões racionalistas de Pedro Velho; apenas comprova a força de tradições culturais

---

82 CASCUDO, APV, p. 22-23.

83 Ibid., p. 31.

seculares.<sup>84</sup> Na época da propaganda republicana no Rio Grande do Norte, o que diferenciava essencialmente o racionalismo de Pedro Velho do evolucionismo dos bacharéis de *O Povo* era o pragmatismo do primeiro, que não vacilou em utilizar-se de metáforas religiosas como meio de se fazer entender por uma população esmagadoramente católica, o que não passaria nem por um instante pela cabeça dos “rapazes do Seridó”.

Assim, no manifesto que lançou o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, Pedro Velho comparou a República a “um novo Cristo”, aquela sendo a “desejada das gentes” como este fora o “esperado das nações”.<sup>85</sup> Também como Cristo, a República no Brasil tivera já o seu “Batista”, aquele que lhe preparara o advento; no caso desse novíssimo evangelho, a abolição da escravidão. Livre-pensador mas preocupado em se fazer melhor compreender pela opinião pública católica, Pedro Velho utilizou-se muito de imagens caras aos cristãos. Era uma questão, acreditamos, de ênfase discursiva no interesse da propaganda republicana, mas não apenas isso. A utilização de metáforas e analogias religiosas, além de propagar a ideia da República num meio majoritariamente católico, continha o propósito de minimizar o impacto da proposta histórica do republicanismo de separação Estado-Igreja.

Essa postura “pragmática” de Pedro Velho o contrapunha às visões anticlericais predominantes entre a juventude evolucionista das escolas de Direito, com suas decorrências deístas, agnósticas ou mesmo ateias, tributárias da tradição majoritária da filosofia das Luzes e, principalmente, do fortíssimo componente anticlerical da III República Francesa.<sup>86</sup> Ainda que Pedro Velho, como filho de seu tempo, pudesse acreditar sinceramente nesses princípios iluministas, teve a perspicácia de adaptar suas

---

84 HOBBSAWM, *A era dos Impérios*, p. 365.

85 CASCUDO, *APV*, p. 20.

86 Para uma compreensão histórica do anticlericalismo republicano francês, ver Claude NICOLET, *L'idée républicaine en France (1789-1924)*, particularmente o cap. 11, p. 467-508.

crenças íntimas ao meio religioso em que vivia. Aproximou-se, nesse aspecto, de uma tradição republicana de liberdade de culto e respeito ao clero católico, que não se poderia esperar dos jovens bacharéis evolucionistas do Seridó. A própria presença do vigário de Macaíba, padre José Paulino de Andrade, republicano histórico acima de qualquer suspeita, na sessão fundadora do Partido Republicano, mostra como era difícil equacionar essa importante questão ideológica. José Paulino, inclusive, foi um dos principais críticos da separação e da precedência do casamento civil sobre o religioso, posição que o fez afastar-se de seus correligionários sem deixar de ser republicano.

A verdade é que praticamente os únicos meios utilizados na propaganda republicana no Rio Grande do Norte para tornar mais conhecida pela opinião pública a nova forma de governo foram a imprensa e a participação na eleição de agosto de 1889. No final desse ano existiam na província três jornais republicanos ou simpáticos ao movimento: além do órgão oficial do Partido, *A República*, havia *O Povo*, de Caicó, liberal com seção republicana, e *O Ensaio*, de Ceará-Mirim, muito educado para entrar em grandes polêmicas ou empolgar muita gente, segundo uma avaliação posterior.<sup>87</sup>

A ênfase da propaganda, portanto, é na via eleitoral, e o discurso oficial, nesse ponto, era dirigido apenas aos que tinham direito de voto. As eleições de agosto/outubro de 1889 proporcionaram um ambiente favorável à divulgação de ideias republicanas. Nelas, que foram as últimas do Império, Pedro Velho pôde encaminhar o partido para o “batismo das urnas”, a fim de demonstrar que existiam mesmo, e os candidatos republicanos conseguiram 67 votos (1,9% do total de 3323 votantes).<sup>88</sup>

---

87 CASCUDO, HRRN, p. 122-123.

88 Ibid., p. 121. Os republicanos potiguares, porém, tomaram gosto pela coisa e, quatro dias antes da Proclamação, *A República* convocava os correligionários para uma reunião com a finalidade de escolherem os candidatos à eleição provincial que se aproximava, AVISO, AREP, 11/11/1889.

Contudo o pacifismo eleitoral predominante na propaganda tinha um limite importante na ênfase discursiva tanto do “radical” Janúncio quanto do “moderado” Pedro Velho: as tradições históricas de participação do Rio Grande do Norte nas revoluções de 1817 e 1824, especialmente na primeira. Nesse ponto, os dois discursos convergem, ao introduzirem o apelo sentimental a essas tradições “escritas com sangue”, resgatando os “mártires” norte-rio-grandenses naqueles episódios, o coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão e o Padre Miguelinho. Os discursos readquirem nesse instante o tom nativista, como é fácil perceber nos documentos fundantes do movimento republicano norte-rio-grandense. O dos republicanos seridoenses, já no início, exortava: “Povo seridoense, nós os riograndenses, mais do que ninguém, temos necessidade de ser republicanos [...]”. Os caicoenses chegaram ao âmago da intenção dramática de resgate histórico: “O nosso passado, o sangue dos mártires riograndenses das adesões de 1817 e 1824 constituem um apelo eterno à geração atual para um futuro melhor”.<sup>89</sup> Na ata de fundação do PRRN também se recorre à imagem do passado heroico e sangrento a ser redimido no presente, ao lembrar que era a primeira reunião republicana em Natal após “os movimentos revolucionários tragicamente afogados no sangue dos patriotas de 1817 e 1824”.<sup>90</sup>

Com essa enfática insistência no chamamento histórico, os republicanos potiguares pretendiam fazer a ligação, do ponto de vista simbólico, entre o glorioso passado de rebeldia republicana e a alvissareira perspectiva do presente. Janúncio da Nóbrega foi quem primeiro teve essa preocupação, ao escolher o octogenário participante da Confederação do Equador em Pernambuco, Manuel Sabino da Costa, para presidir o primeiro núcleo republicano do Rio Grande do Norte no Seridó, em 1886.

---

89 MRPS, in CASCUDO, HRRN, p. 269.

90 Ata da reunião republicana de 27 de janeiro de 1889, CASCUDO, HRRN, p. 271, Apêndice 3.

Pedro Velho igualmente procurou não esquecer os signatários da saudação de 1871, convidando-os a fundar com ele o partido republicano. Muito particularmente, fez questão de levar seu primo distante, Dr. João de Albuquerque Maranhão, sobrinho materno do chefe de 17, para dirigir a reunião fundadora.

O cuidado de Janúncio da Nóbrega e Pedro Velho em trazer para esses encontros de grande significado simbólico os velhos republicanos ou seus descendentes, parecia querer mostrar que o passado sancionava a missão do presente, tornando-a sagrada e legitimando o movimento. O gesto de Pedro Velho confirma a intenção sacralizadora: o velho “João das Estivas” não abriu a boca durante todo o evento, mas, segundo Câmara Cascudo, representou bem “o papel catalítico que por si só anunciava a união dos passados mártires de 1817 com os garantidos republicanos de 1889”.<sup>91</sup>

O recado, pomposamente juramentado nos manifestos da propaganda, estava dado: ao descaso imperial para com o Rio Grande do Norte, os republicanos potiguares, moderados ou radicais, respondiam com a evocação do passado glorioso, sancionado pela História. Se fosse preciso, ele voltaria encarnado naqueles jovens para conquistar no presente o que fora tentado outrora com o sacrifício da própria vida. Na prática, esse sentimento seria manifestado por um nativismo exacerbado, que caracterizou não só a propaganda mas todo o período inicial da República no Rio Grande do Norte.

### *2.5 Autonomia provincial, descentralização administrativa e federalismo na propaganda potiguar*

A reivindicação principal do manifesto republicano de 1870 – o *federalismo* – tornou-se aos poucos uma bandeira política

---

91 CASCUDO, HRRN, p. 42-44.

também de monarquistas liberais, defendida tanto por grandes proprietários de terras de províncias ricas, como São Paulo, quanto por setores ligados ao comércio exportador/importador de províncias pobres, como o Rio Grande do Norte. Mas o que entendiam por federalismo os Liberais Radicais, os propagandistas da República ou mesmo os Conservadores reformistas? As regiões Norte e Sul falavam do mesmo federalismo? De que forma o federalismo poderia interessar a províncias pobres e tão dependentes do poder central, como o Rio Grande do Norte? Como seria a relação entre as diferentes regiões do país na nova organização política nacional regenerada pela República? Enfim, que modelos federalistas seguiam os republicanos brasileiros?<sup>92</sup>

Como sabemos, o Nordeste brasileiro na década de 80, depois da seca de 1877-79 e da queda dos preços dos produtos de exportação, estava numa fase de decadência econômica e generalizada inércia rotinizadora nos meios de produção. Muitas províncias, como o Ceará, tinham como última esperança para minorar os efeitos da crise a assistência do poder central, o que provavelmente explique que ali tenha prevalecido, antes e depois da Proclamação, uma forte facção unitarista, antifederalista, para a qual nem mesmo uma tímida descentralização administrativa, como pediam alguns Conservadores, interessava.

Nas demais províncias da região, a situação não era muito diferente. Segundo Evaldo Cabral de Melo, a seca lançara a “grande pá de cal” sobre as finanças provinciais. No Rio Grande do Norte, a receita não chegava a 50% do total dos gastos e esse quadro deficitário também atingia o Piauí, Alagoas e Pernambuco.<sup>93</sup> A dívida com o Império era motivo de queixas constantes contra o sufocamento das finanças nortistas. O único

---

92 Para um equacionamento das principais questões a respeito do federalismo às vésperas da República, ver HOLANDA, *HGCB*, t. 2, v. 5, p. 268-270, 275-279; SILVEIRA, *Republicanism e Federalismo, 1889-1902*: um estudo da implantação da República no Brasil, p. 47-87.

93 Evaldo Cabral de MELO, *O Norte agrário e o Império*, p. 258.

paliativo existente, a cobrança de impostos de importação (que chegara a 1/3 da receita do Rio Grande do Norte entre 1874-1882), fora revogada em meados dos anos 80, fazendo as províncias nordestinas entrarem num caos financeiro, desorganizando os serviços públicos de várias delas. Em 1885, à revelia do poder central, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará voltaram a onerar os produtos que chegavam do Recife.<sup>94</sup>

Isso explica, em grande parte, o surgimento de um discurso de “protesto regional”, na imprensa nortista em geral, contra o que se considerava o tratamento discriminatório dispensado pelo governo imperial às províncias do Norte.<sup>95</sup> Sérgio Buarque de Holanda sugere algumas hipóteses políticas para essas queixas, muitas das quais vinham do próprio campo monarquista, a saber: excessiva partidização dos presidentes de província, interesses regionais contrariados pelo centralismo imperial e, a que parece que se manifestou mais fortemente no Rio Grande do Norte, uma devoção às “pátrias pequenas”, em detrimento da pátria maior, atribuída a um sentimento “arcaico e localista”.<sup>96</sup>

No caso do Rio Grande do Norte, a dependência ao porto do Recife fazia os políticos de ambos os partidos unificarem a reivindicação de “independência econômica” em relação a Pernambuco. A imprensa monarquista de oposição, e às vezes até a da situação, queixava-se frequentemente dessa dependência e a *descentralização administrativa* passou a constar de programas partidários eleitorais desde meados dos anos 80, não sendo o federalismo, ou certo tipo de federalismo, uma bandeira exclusivamente republicana.

Desde o início de 1888, com o partido no poder, os redatores Conservadores da *Gazeta do Natal* já defendiam uma

---

94 Ibid., p. 278.

95 MELLO, op. cit., p. 12.

96 HOLANDA, op. cit., p. 268.

descentralização administrativa. Em agosto, apoiando-se no pensador católico liberal francês Lamennais (1782-1854), o representante do grupo da Botica no jornal, Antônio de Amorim Garcia, reivindicava maior autonomia municipal e provincial, com “menos interferência do Estado para que as províncias pudessem dirigir-se por si mesmas”, sem a demora burocrática que acontece “quando tudo tem que passar e decidir-se no Governo Geral”.<sup>97</sup> Ressaltava, porém, que essa autonomia não implicaria na separação das províncias, ideia federalista que imputava aos republicanos.

Um ano depois, o outro redator do jornal, Oliveira Santos, elegeu a “autonomia provincial” como uma das questões capitais de seu programa como candidato à deputação geral nas eleições de 1889. Essa autonomia diminuiria o “encargo das províncias”, causado pelos excessivos impostos taxados pelo centralismo administrativo “que nos esmaga desde a fundação de nossa nacionalidade”, ou seja, da implantação do regime imperial após a independência. Para afastar, porém, qualquer suspeita de federalismo republicano, reafirmava, no final de sua circular eleitoral, a crença Conservadora de que se poderia chegar a uma descentralização administrativa sem a “federação das províncias”, o que implicaria o “retalhamento do Império, o enfraquecimento de todas elas”.<sup>98</sup>

No entanto, Liberais como Rui Barbosa e, no Rio Grande do Norte, Manoel Dantas, defendiam mesmo uma “Monarquia federalizada”. Este último, no item “autonomia provincial”, dava um voto de confiança ao programa reformista do presidente do Conselho de Ministros, que poderia resolver “os grandes problemas político-sociais da nação”, desde que fosse colocado em prática.<sup>99</sup> Mesmo assim, ao manifestar expectativas favoráveis quanto à próxima administração Liberal na província, não

97 FRANQUIAS provinciais, *GZN*, 30/6/1888.

98 AO Eleitorado do 2º districto da Província, *GZN*, 3/8/1889.

99 POLÍTICA Liberal, *OPV*, 22/6/1889.

deixava escapar a oportunidade para criticar o centralismo do Rio de Janeiro, que deixava o Rio Grande do Norte no estado de “desânimo agonizante” em que se encontrava, lamentando que “[...] (muitas medidas) podiam ser postas em prática por S. Excia se tivesse liberdade de ação, se não estivesse debaixo da compressão centralizadora que asfixia e mata todas as aspirações provincianas”.<sup>100</sup>

A questão da autonomia provincial para os Liberais, portanto, não era simplesmente um problema administrativo, como para os Conservadores, mas político, como para os republicanos. Na verdade, Liberais como Rui e Dantas haviam chegado à conclusão de que a centralização política imperial, da forma como se implantara no Brasil, não podia continuar, e modelos municipalistas, monárquicos ou republicanos, rondavam a cabeça dos mais radicais. Para esses Liberais, a federação, entendida como a mais ampla autonomia política e econômica em relação ao poder central, seria um primeiro passo para a implantação de uma República no Brasil, num futuro relativamente próximo.

O grande dilema para monarquistas e republicanos nordestinos, como apontou Sérgio Buarque de Holanda, era que, com o federalismo, “se de um lado disporem de franquias bem mais amplas do que agora, de outro teriam de contar em muito maior grau com seus recursos próprios”, o que era problemático para as províncias mais pobres, como o Rio Grande do Norte ou o Ceará.<sup>101</sup> Para estas, as queixas contra o descaso da Monarquia poderiam levar a acreditar justamente que o centralismo, em outras bases, pudesse ser uma solução.

Contudo, no caso específico do Rio Grande do Norte, acima de quaisquer considerações políticas ou econômicas, o que prevaleceu foi um forte apelo nativista, o orgulho de ter nascido e ser rio-grandense-do-norte, sentimento que, para

---

100 ADMINISTRAÇÃO Provincial, OPV, 3/8/1889.

101 HOLANDA, HGCB, t. 2, v. 5, p. 270.

muitos, a Monarquia teimava em desconsiderar.<sup>102</sup> A propaganda republicana aproveitou-se, portanto, desse sentimento generalizado de boa parte da elite política provincial e ampliou-lhe o alcance, ao defender não apenas uma simples reforma administrativa, mas uma mudança radical do regime político, conduzindo a discussão para os termos da diferença entre *autonomia* e *soberania*.

No campo republicano, havia três modelos à disposição, quanto às relações entre o poder central e o poder local/regional.<sup>103</sup> Eram eles o *federalismo* norte-americano, o *unitarismo* jacobino e o *unitarismo* positivista, os dois últimos de origem francesa.

Os dois modelos franceses eram essencialmente antifederalistas, ou melhor, eram decorrência de uma compreensão equivocada do federalismo.<sup>104</sup> Federação, desde a Revolução e apesar de Montesquieu, era confundido com Confederação (na qual o voto contrário de uma de suas unidades inviabilizava qualquer decisão), e esta era identificada com monarquismo, sinônimo de fragmentação da nação “una e indivisível” em várias “repúblicas”. O máximo que o conceito de *Federação* conseguia transmitir de positividade era um sentimento de fraternidade e solidariedade entre os diversos cantões do país, no espírito da Festa da Federação do 14 de julho de 1790. Para os franceses, tanto jacobinos quanto positivistas, a soberania da nação era anterior a tudo, ao contrário da tradição revolucionária liberal

---

102 Ver, por exemplo, as queixas de Pedro Velho no manifesto do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em CASCUADO, APV, p. 10-11, e de Braz de Mello em PARTIDO Republicano: Cartas para minha terra - 1, OPV, 27/7/1889.

103 Para uma exposição sistemática sobre os modelos de organização política disponíveis no Brasil e seus adeptos às vésperas da República, ver José Murilo de CARVALHO, *A Formação das Almas*, p. 17-33.

104 Sobre a confusão do conceito de federalismo entre os revolucionários franceses, consultar o verbete Federalismo de Mona OZOUF, in FURET e OZOUF (Org.), op. cit., p. 72-74.

inglesa e americana, que procurou limitar todo tipo de poder soberano, para evitar despotismos de qualquer espécie.<sup>105</sup> O temor de que o federalismo, assim entendido, quebrasse a unidade da “nação soberana”, bastava para justificar a intervenção do poder central revolucionário contra movimentos apenas suspeitos de separatismo.

Da mesma forma, o modelo da III República, unitário e parlamentarista, lembrava demais a Monarquia que se queria derrubar, para poder servir ao intuito da propaganda republicana brasileira. Tanto que, no Rio Grande do Norte, apenas um saudosista do Império como Elias Souto a defenderia, junto com os federalistas de Silveira Martins (também ele um antigo monarquista), no Sul.

Restava o federalismo presidencialista dos EUA pós-1787, que parecia o mais adequado para uma República americana e o que mais se ajustava aos interesses dos cafeicultores paulistas que dominavam o Partido Republicano Paulista, desejosos de se livrarem de toda a centralização que sufocasse sua liberdade de ação.<sup>106</sup> No caso do Rio Grande do Norte, esse modelo inicialmente poderia servir também aos interesses oligárquicos, que se beneficiariam localmente de um poder central fraco, embora desde logo tenham sido obrigados a reconhecer que, na fase inicial da “República da espada”, só a proximidade com o poder central no Rio de Janeiro lhes garantiria o poder estadual.

Não obstante, foi o entendimento francês o que prevaleceu na propaganda republicana no Rio Grande do Norte, a qual externava uma visão “nativista” de federalismo, quase uma confederação de províncias soberanas. Isso comprovava, para

---

105 Como pensava Hannah Arendt, *apud* J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 19.

106 Sobre o federalismo norte-americano, consultar, na coletânea editada por GOLDWIN e SCHAMBRA, *A Constituição Norte-Americana: capitalismo/democracia*, o ensaio de G. WOOD, *A democracia e a constituição*, p. 187-208.

Amaro Cavalcanti, profundo estudioso da organização jurídico-institucional norte-americana, o pouco conhecimento que se tinha nos meios republicanos brasileiros sobre o conceito e o real funcionamento de uma República Federal.<sup>107</sup> Nesse momento, muito contribuiu para a consolidação dessa compreensão “nativista” de federalismo, na propaganda potiguar, a influência que sobre ela exerciam os republicanos potiguares da corte, particularmente José Leão e Ferro Cardoso. Assim José Leão a consagrava, ao designar como “República de Potiguarânia”, o Rio Grande do Norte na futura federação (ou seria mais correto dizer confederação?) brasileira. A República de Potiguarânia, a “pátria potiguar” inspirada nas “pequenas pátrias” de Comte, seria solidária e fraterna com o restante das “repúblicas” brasileiras, mas, soberana e altiva, exigia ser tratada como igual e não como súdita esquecida, quase como a frouxa confederação de estados soberanos que fora os EUA antes de 1787.<sup>108</sup>

Igualmente assim pensava Ferro Cardoso, e de forma mais incisiva, ao saudar os correligionários de Natal, por ocasião do envio, de Paris, onde então residia, de um prelo que ofertou a seus conterrâneos para que pudessem imprimir um jornal republicano:

Que breve a República confederativa seja proclamada  
em nossa cara Pátria! Que breve essa forma racional  
de governo seja um fato consumado em nosso Brasil!  
Possas tu, breve, tu, Rio Grande do Norte, constituir  
uma das mais brilhantes estrelas da plêiade brasileira,  
como Estado livre da Confederação! Natal! Natal!  
Quanto me sinto feliz de te ter por berço e quanto  
me orgulho que tu sejas a Capital da Potiguarânia!  
Viva a República! Viva a Confederação Brasileira!  
Viva a cidade de Natal! Viva o 7 de abril!  
Paris, 7 de abril de 1889.<sup>109</sup>

---

107 CAVALCANTI, *Regime Federativo e a República Brasileira*, p. 124-126.

108 Sobre a posição de Comte, ver J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 131.

109 Reproduzido em LYRA, *HRN*, p. 321-322.

Neste pequeno bilhete aparecem claramente todos os elementos que predominaram na propaganda potiguar: República confederada, sancionada pela *razão*, com soberania plena dos estados-membros e um forte componente nativista.

Essa visão de confederação de repúblicas soberanas já surgira, implicitamente, no discurso de Pedro Velho na reunião fundadora do Partido Republicano do Rio Grande do Norte.<sup>110</sup> Tal discurso foi inspirado por um clima de disputa inter-regional que desabrocharia nos primeiros anos após a Proclamação, consequência de interesses e interpretações diferenciadas sobre o que seria o federalismo para as regiões norte e sul da jovem República. Para Pedro Velho, o Rio Grande do Norte “não fora contemplado com a mínima parcela da chuva de favores” que a Monarquia prodigalizava para o sul do país. Segundo o propagandista potiguar, o Império apenas considerava a província e suas outras “irmãs pobres” do norte como “um fardo e um peso que onera os recursos monetários da comunhão nacional”. A República, pelo contrário, não esqueceria “as necessidades e os males desta terra infeliz, porém fértil”, desde que os norte-rio-grandenses não se mostrassem resignados ao papel de “parasitas que injustamente nos querem distribuir”, alusão a uma crítica frequente de publicistas sulistas, especialmente de São Paulo, muitas vezes republicanos, ao papel superdimensionado que, segundo eles, o Império reservava ao Norte. Ou seja, Norte e Sul, cada um a seu modo, estavam melindrados com o regime monárquico. No Rio Grande do Norte, a oposição entre um Sul superfavorecido e um Norte totalmente abandonado pelos poderes centrais foi uma das tônicas do discurso da propaganda republicana e atravessou os primeiros tempos do novo regime.

Ninguém exprimiu melhor nesta época esse “nativismo exacerbado”, o orgulho de nascer potiguar anteposto a tudo, do

---

110 MPRN, in CASCUDO, APV, p. 10 e 27-28. Sobre o separatismo paulista desde a propaganda ver HOLANDA, HGCB, t. 2, v. 5, p. 275-278.

que o “romântico” Braz de Andrade Mello, em sua definição de federalismo. Em um artigo, escrito do Recife, em maio de 1889, para a coluna republicana de *O Povo*, intitulado “Cartas para minha terra”, ele manifestava assim esse sentimento:

Para mim estimado correligionário, há um princípio a que subordino toda minha sistematização mental em política e é: o Rio Grande do Norte antes de tudo e tudo pelo Rio Grande do Norte. E entendo como corolário do lema que deixo exposto, que todo homem público, todo político da minha e da sua terra deve, antes de tudo, procurar dar a Cezar o que é de Cezar e a Deus o que é de Deus, olhando sempre ao filho de lá, atendendo sempre ao *interesse particular da província* [...].

Colocando o Rio Grande do Norte “antes de tudo”, Braz nos permite supor que, em situações-limite, prevaleceria a soberania e independência do estado sobre a União Federal. Ao estado não poderia reservar-se meramente uma autonomia, ainda que ampla, como defendia Amaro Cavalcanti, escudado na experiência federalista norte-americana. Braz de Mello termina o artigo em forma de carta, com uma emocionada defesa do nativismo provinciano, temperado com pitadas de sociologismo positivista, opondo mesmo bairrismo a cosmopolitismo, ao afirmar:

[...] Acho até certo ponto louvável um bem entendido bairrismo, respeito e aceito o amor à terra, a adscrição ao solo. O grande princípio do *ubi bene patria est*, se bem que largo e elevado, é ainda, entre nós, como povo que se organiza e raça cuja evolução afetiva não se completou, inoportuno e incabível! Antes do cosmopolitismo o patriotismo. Quanto a mim, como republicano e como potiguarense, quero esta terra mais que todas.<sup>111</sup>

---

111 PARTIDO Republicano: Cartas para minha terra – I, Recife, maio de 1889, *OPV*, 27/7/1889.

Portanto, bairrismo, aqui utilizado como sinônimo de patriotismo (e pátria como a terra em que se nascia), era oposto ao cosmopolitismo que Braz visualizava na corte, o qual ele admitia para um futuro impreciso, quando o povo potiguar estivesse mais organizado e a raça mais evoluída, num de seus “momentos” mais claramente positivistas.

Em suma, o federalismo defendido pelos republicanos potiguares, para além de seus aspectos políticos ou econômicos, adquiriu uma forte dimensão nativista, de resgate do orgulho de ser, antes de tudo, norte-rio-grandense. Sob a influência do positivismo, para designar as unidades regionais da futura federação, utilizavam o termo “pátria”, de preferência a “nação”. O primeiro remetia a um universo menor, tinha origem no pai (Comte preferia “mátria”), na família, unidade supostamente coesa, *celula-mater* da sociedade; o segundo tinha um sentido mais amplo, coletivo, complexo, eternamente a construir-se no Brasil, menos adequado às características patriarcais e oligárquicas da sociedade nordestina em geral e da rio-grandense-do-norte em particular. Antes de “brasileiros”, esses republicanos eram “paulistas”, “gaúchos”, “pernambucanos” ou “potiguarenses”. Muitos esperavam sinceramente que a República trouxesse a independência política de suas regiões e a formação de uma confederação republicana em nível nacional.

## CAPÍTULO 3 – DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA À ELEIÇÃO DE PEDRO VELHO (1889-1892)

Estabelecidas no capítulo anterior as características do pensamento republicano potiguar às vésperas da República, é necessário, a seguir, acompanhar os principais acontecimentos políticos que ocorreram imediatamente após o golpe que derrubou a Monarquia, como ele foi visto pelas correntes de opinião que vinham do Império e como foram os primeiros tempos do novo Governo Provisório. A rigor, este capítulo completa o estudo da propaganda republicana no Rio Grande do Norte, pois muitas das vicissitudes desse período inicial do novo governo diziam respeito mais às polêmicas entre os partidários dos dois regimes, relativas a temas ainda pertinentes ao ambiente do final da Monarquia, como a mútua acusação de “monarquismo disfarçado” ou “falso republicanismo” impingida ao adversário, qualquer que fosse este.

### *3.1 O golpe republicano, o Governo Provisório e as elites potiguares*

As notícias do 15 de novembro de 1889 pegaram os rio-grandenses-do-norte desprevenidos, surpresos e atônitos. Nem mesmo os republicanos acreditaram nos primeiros telegramas vindos da corte (enviados por José Leão e Aristides Lobo,

instando Pedro Velho a assumir o poder).<sup>1</sup> O líder republicano achou prudente aconselhar-se primeiro com os Conservadores do grupo da Botica, adversários naturais dos Liberais depostos e seus possíveis aliados numa suposta queda de gabinete – como muitos pensavam que seria o desfecho do golpe – até os fatos se esclarecerem. Os monarquistas, em geral, também se acautelaram, e os líderes de ambos os partidos imperiais na província aconselharam prudência e não resistência. Após a indecisão inicial dos republicanos, os Liberais, ainda de posse do governo provincial, resolveram tomar a iniciativa, e o último presidente em exercício, “tenente-coronel” Antônio Basílio Ribeiro Dantas, nomeou uma comissão para convidar os chefes republicanos a assumir o governo. Hermógenes Tinôco, então vice-presidente do Partido Republicano, não estava na capital e, a 17 de novembro, a República foi oficialmente proclamada no Rio Grande do Norte, tendo Pedro Velho sido aclamado “presidente” do governo provisório estadual. A República na província potiguar nascia tranquilamente, como se fosse a transmissão formal de cargo de um partido a outro, de acordo com a praxe imperial, e não uma mudança radical de um regime político por outro, por definição, totalmente diferente.

Na verdade foi exatamente o que ocorreu. Não tendo quadros experientes dentro do Partido Republicano, Pedro Velho manteve-se dentro da lógica do revezamento partidário do regime deposto. Pareceu-lhe normal que, depostos os Liberais ouropretistas, ele se aproximasse dos adversários destes, Conservadores e Liberais dissidentes, então na oposição. Ademais, desejava mostrar o novo governo como conciliador e não rancoroso. O primeiro governo estadual provisório (chamado de “secretariado” ou “comissão executiva”, nos moldes norte-americanos) era composto, na sua quase totalidade, por ex-monarquistas recém-adesistas (tanto Conservadores

---

1 Sobre o ambiente das primeiras horas após a Proclamação no Rio Grande do Norte, ver CASCUDO, *HRRN*, p. 127-136.

da “Gameleira” e da “Botica” quanto Liberais não amaristas e dissidentes do Seridó).<sup>2</sup> Logo esse governo recebeu o apelido de “tríplice aliança”, por causa de seus principais líderes – Pedro Velho (republicano), José Bernardo (Liberal) e Amintas Barros (Conservador). Dos seus sete membros, apenas João Avelino era indubitavelmente um republicano histórico. Sintomaticamente, Pedro Velho não chamou para seu secretariado fundadores do PRRN, como Hermógenes Tinôco ou o padre José Paulino, que muito haviam trabalhado pelo movimento republicano na província, mas que não tiveram participação direta nos episódios que se seguiram à Proclamação e logo estariam nas fileiras da oposição a Pedro Velho. Muito menos aos jovens republicanos “puros”, como Janúncio da Nóbrega e Braz de Melo, ainda estudantes em Recife.

Os militares estavam representados no governo pelos comandantes da Tropa de Linha do Exército e da Capitania dos Portos, mas tiveram atuação discretíssima nos acontecimentos.<sup>3</sup> Pela tradição oral que recolheu, Cascudo aventou a possibilidade de que o comandante do Corpo-de-Linha do Rio Grande do Norte, tenente-coronel Felipe Bezerra Cavalcanti, tivesse recebido telegrama do próprio ministro da Guerra, Benjamin Constant, orientando-o a empossar no governo “elemento local, de confiança no momento político”. Em depoimento mais de cinquenta anos depois, o filho do militar justificou a atitude do pai:

Não tendo participado da propaganda republicana, não alimentando ambições políticas e não se julgando competente para dirigir um estado, não quis meu pai

- 
- 2 Refletindo o federalismo mais exacerbado da época da propaganda, quase um confederalismo de repúblicas soberanas, Pedro Velho criou uma secretaria do “Exterior” (entregue ao Liberal Moreira Brandão), para tratar não só com países estrangeiros como com as ex-províncias recém-aderidas à República, cf. CASCUDO, op. cit., p. 138-139, que fornece a lista completa dos membros do secretariado.
- 3 Essa discrição intrigou CASCUDO, incrédulo diante de tanta passividade, op. cit., p. 136-137.

assumir o governo, a exemplo do que fizeram quase todos os comandantes militares das demais províncias. O seu lugar, dizia ainda, era à frente de sua tropa.<sup>4</sup>

De qualquer forma, o fato é que, no Rio Grande do Norte, desde o início, os civis, republicanos ou adesistas, controlaram a transição política para a República, confirmando a tradição civilista predominante na elite política imperial.<sup>5</sup>

O sentimento de que pouca coisa mudara em relação ao Império pode ser aquilatado pela repercussão das primeiras medidas de Pedro Velho como chefe do governo provisório estadual. Iniciou-o, como era de costume, pelo desmonte da máquina Liberal do ouropretista Amaro Bezerra, demitindo ou transferindo desafetos e nomeando correligionários, atitudes que receberam a crítica imediata dos ex-Conservadores da *Gazeta do Natal*, Oliveira Santos e Joaquim Guilherme.<sup>6</sup> Estes foram aos poucos se aproximando dos antigos adversários amaristas, recompondo certa oposição de viés monarquista a Pedro Velho, mas também se aproximaram dos republicanos “históricos”, cujos expoentes eram Hermógenes Tinôco e o padre José Paulino de Andrade, preteridos pelo governador provisório.

---

4 Carta de 1948, escrita por Uldarico Bezerra Cavalcanti, filho do militar, e reproduzida por José Moreira Brandão CASTELO BRANCO, *A Proclamação da República no Rio Grande do Norte*, *RIHGRN*, 51, p. 99-112; o trecho citado está na p. 101.

5 Neste trabalho utilizamos o conceito de “elite política” no sentido em que aparece em J. M. de CARVALHO, *A construção da ordem*, que aqui é pertinente citar (p. 43): “É razoável supor que as decisões de política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados.” Quanto à imprensa, “era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não constituíam um grupo de elite à parte da elite política” (p. 47).

6 Segundo *CHRONICA Política*, *GZN*, 22/2/1890, as demissões de empregados públicos na primeira administração Pedro Velho (apenas dezessete dias) chegaram a 200.

Em janeiro de 1890, Hermógenes publicou um manifesto na *Gazeta do Natal*, denunciando a “ruinosa administração” de Pedro Velho, e eximindo-se de qualquer responsabilidade nela, por ser ainda vice-presidente do PRRN. O manifesto de Hermógenes Tinôco deve ser considerado o documento inicial do núcleo a que se pode chamar de “primeiro grupo oposicionista” após a Proclamação.<sup>7</sup> Foi a senha para aglutinar todas as oposições antipedrovelhistas que, de alguma maneira, haviam perdido espaço com o 15 de novembro. Tornada a *Gazeta do Natal* porta-voz do grupo, o jornal passou a atacar a “política das incompatibilidades, do parentesco e dos interesses de família”, colocada em prática por Pedro Velho, denunciando a tentativa deste de criar uma “oligarquia” no Rio Grande do Norte.<sup>8</sup> Apesar de insistirem em declarar seu apoio à República e muitos serem sinceros republicanos da propaganda, isso não fortalecia na agremiação oposicionista o republicanismo mais puro, pois contavam em seus quadros com monarquistas só recentemente convertidos formalmente ao novo governo, como Joaquim Guilherme e o Conselheiro Tarquínio.<sup>9</sup>

Hermógenes, aproveitando-se da ausência de Pedro Velho, convocou uma reunião para 16 de março, na qual se deveriam assentar as bases do novo partido republicano “refundido” com os elementos dos ex-partidos monárquicos, “sem atenção aos antigos matizes políticos”. Seu argumento principal era o de que no Rio Grande do Norte os republicanos anteriores ao 15 de Novembro eram “diminutos” e já que todos haviam aderido ao “regime da democracia”, a República só poderia ser feita por “todos os brasileiros e não por um ou outro grupo de

---

7 PARA a História: aos norte-rio-grandenses, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, GZN, 18/1/1890.

8 CASCUDO, HRRN, p. 145-146, que cita trechos do jornal e a lista dos principais oposicionistas.

9 GZN, 1/2/1890 e ENGANAM-SE, 1/3/1890.

cidadãos”.<sup>10</sup> A prática de se aliar a adversários contra o inimigo do momento, sob os mais diferentes pretextos, era a mesma que criticavam em Pedro Velho.

A *Gazeta do Natal* de 22/3/1890, relatou entusiasmada a reunião oposicionista de 16 de março no Teatro Santa Cruz, na qual “mais de mil cidadãos, advogados, negociantes, agricultores e artistas” haviam criado o *Centro Republicano 15 de Novembro*, nos moldes das intenções de Hermógenes.<sup>11</sup> Na composição do diretório da nova agremiação ficava claro o alcance da aliança, ao contemplarem-se todas as correntes antipedrovelhistas na ocasião – presidente: Hermógenes Tinôco (republicano histórico); vice: Moreira Brandão (Liberal puro, aliado momentaneamente a Amaro Bezerra); 2º vice: Joaquim Guilherme (Conservador da *Gazeta do Natal*); e 1º secretário: Vigário José Paulino de Andrade (republicano histórico).

Essa oposição começou a atuar nas “brechas” das desinteligências entre o novo poder central, que precisava consolidar-se nos estados, onde pouco conhecia os chefes republicanos, e os novos ocupantes das administrações estaduais, que encaravam a República como oportunidade de libertar-se do centralismo imperial e, de resto, de qualquer centralização. Essas desinteligências resultaram na instabilidade política que marcou os primeiros anos republicanos nas antigas províncias: de novembro de 1889 a fevereiro de 1892, o Rio Grande do Norte teve, ao sabor das conjunturas, onze administrações diferentes.<sup>12</sup>

Aproveitava-se o forte sentimento nativista existente desde o Império utilizando-o, por exemplo, em contundentes manifestações contra a escolha de “estrangeiros” para governar

---

10 REUNIÃO Política, *GZN*, 22/7/1890.

11 CENTRO Republicano 15 de Novembro, *GZN*, 22/3/1890. Os óbvios delegados do Centro no Rio de Janeiro eram Amaro Bezerra, Ferro Cardoso e José Leão, cf. CASCUDO, op. cit., p. 147.

12 Para um resumo dessas administrações, ver Itamar de SOUZA, op. cit., p. 217-229.

o novo estado. Foi o caso da nomeação, no final de novembro de 1889, do republicano histórico paulista Adolfo da Silva Gordo (1858-1929) para chefiar o Executivo potiguar. O Governo Provisório começava a escolher gente conhecida e confiável para “pôr ordem na casa”. Entretanto o ato foi encarado por Pedro Velho e seus correligionários como demonstração de desprestígio ao Rio Grande do Norte e, particularmente, ao governador provisório e líder republicano junto ao governo central.<sup>13</sup> Os jovens republicanos *silvajardinenses*, que, como seu mestre, haviam estado distantes da cena da Proclamação, tiveram sua primeira oportunidade de externar seu radicalismo exacerbado, protestando violentamente contra o ultraje recebido do Rio de Janeiro. Braz e os irmãos Nóbrega não se limitaram a artigos nos jornais, radicalizando suas propostas. Janúncio, dizia a oposição (que ele desmentiu apenas em parte), chegou a pregar em praça pública a resistência armada ao desembarque do novo governador “paulista”, o que acabou não ocorrendo.<sup>14</sup> Adolfo Gordo tomou posse tranquilamente a 7 de dezembro, mas o clima de desconfiança mútua não desapareceu, agravado pela decisão do novo governador, natural mas não indicada, na conjuntura provinciana, de ter trazido auxiliares não potiguares de sua confiança para secretários.

Adolfo Gordo cedo entrou em conflito com os correligionários do chefe republicano potiguar, mal dispostos a acatar as ordens de um “estrangeiro”, que iniciara o governo numerando seu primeiro decreto como sendo o de n.º 1 da nova administração republicana, ignorando assim, os “dezenove dias” de Pedro

---

13 Para acompanhar a polêmica, ver os artigos da GZN, 4 e 12//12/1889, desmentidos pela AREP, em 13/12/1889 e 26/1/1890. O artigo que acirrou mais a polêmica, MÁSCARAS abaixo, GZN, 28/12/1889, foi escrito por Heráclio Vilar (1843-1892), senhor de engenho de Ceará-Mirim e amarista furibundo, cf. CASCUDO, *HRRN*, p. 131-133.

14 A explicação de Janúncio está em carta publicada no *OPV* de 15/3/1890, SOLICITADAS: A Verdade. Sobre o clima da chegada de Adolfo Gordo, ver CASCUDO, op. cit., p. 141-142.

Velho. Apesar de ter beneficiado a família Maranhão no final de seu governo, com a concessão, entregue por contrato sem concorrência pública ao pai de Pedro Velho, para a construção da estrada Natal-Macaíba, o mal-estar inicial permaneceu, e logo apareceram as críticas *n'A República*. Isso bastou para que Adolfo Gordo ganhasse a admiração imediata do Centro Republicano 15 de Novembro, e a *Gazeta do Natal* passasse a fazer constantes elogios ao governador por ter “encerrado as perseguições e iniciado boas obras e medidas”.<sup>15</sup>

Nesse ínterim, Pedro Velho iniciava a política de aproximação com o Governo Provisório, partindo pessoalmente para o Rio de Janeiro no começo do ano. Por sua interferência direta junto ao ministro do Interior, Aristides Lobo, conseguiu o afastamento de Adolfo Gordo a 8 de fevereiro, substituído por Joaquim Xavier da Silveira Jr. (1864-1912), também paulista e republicano histórico, mas afinado com Pedro Velho.<sup>16</sup> Assumindo a 10 de março de 1890, Silveira Jr. apoiou Pedro Velho – nomeado 1º vice – em todas as frentes e, ao contrário de seu antecessor, utilizou funcionários locais como auxiliares diretos, neutralizando as possíveis críticas de “estrangeirismo” e inviabilizando as derradeiras manobras que Amaro Bezerra procurava fazer da capital federal. Ficou no cargo até setembro

---

15 As críticas, veladas, aparecem no balanço que o jornal faz da administração de Gordo, CIDADÃO Adolpho Gordo, *AREP*, 11/2/1890. Sobre os elogios da oposição, ver A NOVA administração e DR. Adolpho Gordo, *GZN*, 4/1 e 15/2/1890.

16 Os bastidores da nomeação de Xavier da Silveira podem ser extraídos de Dunshee de ABRANCHES, *Atas e Atos do Governo Provisório*, reunião ministerial de 8/2/1890, p. 108, importante fonte documental sobre o período. Uma negativa de que a viagem de Pedro Velho ao Rio fosse por causa das divergências com Adolfo Gordo, em DECLARAÇÃO necessária, *AREP*, 26/1/1890. Há uma biografia escrita por Gastão Pereira da SILVA sobre Xavier da Silveira Jr., filho de poeta e ele mesmo afeito às letras, *Xavier da Silveira e a República de 89*, onde se faz menção de sua passagem pelo governo do Rio Grande do Norte, p. 45-47 e 79-82. Ver também CASCUDO, op. cit., nota 8, p. 255-257.

de 1890, tempo necessário para fornecer todo o suporte político e administrativo para a “tríplice aliança” organizar a chapa oficial que concorreu e venceu de ponta a ponta as eleições para o primeiro Congresso Constituinte republicano, em 15 de setembro.

Com os campos partidários assim delimitados, desenvolveu-se a campanha para a Constituinte, consagrada na historiografia como uma das mais fraudulentas da história brasileira, com a “máquina governamental” azeitada para eleger todos os candidatos oficiais, escolhidos de comum acordo pelos chefes republicanos locais e os governadores, delegados do Provisório.<sup>17</sup> O próprio ministro da Justiça, Campos Sales, afirmara, em reunião do ministério, que o Partido Republicano e o governo deveriam, sim, intervir nas eleições, com o objetivo de “sufocar os baluartes monarquistas” nos estados onde estes ainda dominassem.<sup>18</sup> O Regulamento Alvim, especialmente pelo velho expediente das “mesas unânimes”, preparou tudo para que a intenção do Governo Provisório fosse cumprida à risca.<sup>19</sup>

---

17 Sobre a avaliação das eleições de 15/9/1890, Sertório de CASTRO, *A República que a Revolução destruiu*, p. 32; uma descrição historiográfica em BELLO, op. cit., p. 59 e segs. e, mais recente, E. CARONE, op. cit., v. 2, p. 43-48; para uma breve análise de suas implicações políticas, Renato LESSA, op. cit., p. 61-62.

18 Ata da reunião ministerial de 14/1/1890, ABRANCHES, op. cit., p. 55-56. Sobre a prática de fazer “vista grossa” à corrupção eleitoral nos estados para beneficiar uma política nacional, que Campos Sales chamará de “vícios privados, virtudes públicas”, ver LESSA, op. cit., p. 60-66.

19 O decreto 511 de 23/6/1890, segundo V. N. LEAL, op. cit., p. 220 e segs., consagrava a importância fundamental que as mesas eleitorais vinham tendo desde 1842, pois a elas incumbia “a preciosa tarefa de apurar os votos”. O controle sobre sua composição passou a ser a chave para a vitória eleitoral. O Regulamento Alvim (cuja íntegra, entre inúmeras outras fontes, pode ser consultado na *AREP.* de 11 e 16/7/1890), estabelecia que as mesas teriam cinco membros designados por seu presidente, que era, por sua vez, o presidente da Intendência municipal, na época nomeado pelo governador, fechando-se o círculo

Por causa disso, é conhecidíssimo o caso de Silva Jardim, um republicano acima de qualquer suspeita, mas rompido com o chefe fluminense, não ter sido eleito, enquanto monarquistas eméritos recém-aderidos ao regime o foram, como é o caso do Conselheiro Saraiva (um ex-presidente do Conselho de Ministros do Império), eleito por fazer parte da chapa republicana oficial na Bahia.

No Rio Grande do Norte, o governador Silveira Jr. não poupou medidas para cumprir as determinações do Provisório, inclusive mandando seu chefe de Polícia intimar Oliveira Santos a dar explicações pela linguagem da *Gazeta do Natal*, que teria “molestado” o titular do poder executivo estadual. A *República* defendeu a atitude do Chefe de Polícia em intimar o redator da *Gazeta*, como uma medida preventiva contra “um periódico que, injusta e infundadamente ataca o governo [...] [e] transponha em seus escritos as raias do respeito devido”.<sup>20</sup> Interessante observar que a mesma justificativa foi dada pelo governador deodorista Miguel Castro, no final de 1891, ao apresentar um projeto de lei de imprensa que visava “impedir a distribuição de folhas, litografias, publicações, estampas, cartazes e outros meios de publicidade, quando tenham por fim perturbar a ordem pública ou ofender a moral e os bons costumes”. A *República*, então na oposição, atacou o projeto como limitativo da liberdade de imprensa, para “acabar” com

---

vicioso. A apuração final era feita pelas Intendências das capitais estaduais, à vista das cópias “autênticas” das atas enviadas pelos municípios (ibid., p. 225-6). Essas atas se tornaram um dos alvos preferidos de fraude. As principais fontes sobre o sistema eleitoral brasileiro desde o Império são Francisco Belisário de SOUSA, *O Sistema Eleitoral do Império*, de 1872, e Tavares de LYRA, *Instituições Políticas do Império*. Uma avaliação favorável ao Império em Oliveira TORRES, *A Democracia Coroada*, cap. 15, p. 292-310.

20 AREP, 21/7/1890. O caso fora noticiado e bastante criticado na GZN, 19/7/1890.

a oposição.<sup>21</sup> O decantado liberalismo das elites potiguares valia só para correligionários!

A chapa oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Norte ficou assim constituída: para o Senado, o “tenente-coronel” José Bernardo de Medeiros, oficial da Guarda Nacional, proprietário, garantia de uma vitória tranquila para o governo no Seridó; Amaro Cavalcanti, também seridoense, mas radicado há muito tempo no Rio de Janeiro, advogado formado nos EUA, jurista já de certo renome e trânsito livre no Governo Provisório, grande orador e único “intelectual” entre os candidatos; completando a lista de senadores a que o novo estado tinha direito, o tenente-coronel Oliveira Galvão, parente de Pedro Velho e amigo pessoal de Deodoro, e que era o único militar de carreira na chapa. Para a Câmara dos Deputados, a chapa situacionista era formada por Pedro Velho e os representantes dos antigos grupos monarquistas que haviam aderido logo após o 15 de novembro: Miguel Castro, deputado-geral eleito em 1889 pelos Liberais dissidentes do Seridó, e Antônio do Amorim Garcia, pelos Conservadores da “Botica” (ambos se tornarão os principais porta-vozes do deodorismo no Rio Grande do Norte); completava a chapa Almino Affonso, cujas bases eleitorais estavam na região Oeste, basicamente em Mossoró, e fora o candidato Conservador mais votado nas eleições do ano anterior (reconciliara-se com Pedro Velho e garantiria a este a maioria nos “colégios eleitorais do estado”, além de contrabalançar o apoio do chefe Conservador mossoroense, “coronel” Francisco Gurgel, à oposição).<sup>22</sup>

---

21 A MASORCA e A IMPRENSA, *AREP*, 17 e 24/10/1891, respectivamente. Sobre o projeto de lei de Miguel Castro, ver *CASCUDO*, *HRRN*, p. 193 e *DÉCADA Republicana*, p. 252.

22 *CASCUDO*, op. cit., p. 150. Os candidatos eram proprietários (José Bernardo e Miguel Castro, este também formado em Direito), advogados (Amaro Cavalcanti, Almino Affonso e Amorim Garcia), um médico (Pedro Velho) e um militar (Oliveira Galvão).

Unidos inicialmente em torno do Centro Republicano 15 de Novembro, os adversários de Pedro Velho apresentaram como candidatos ao Senado, Hermógenes Tinôco, Amaro Bezerra e, como era de praxe, um militar, o coronel do Exército Antônio da Rocha Bezerra Cavalcanti, potiguar que estava no Rio de Janeiro. À Câmara Federal sugeriam os nomes do ex-Liberal puro Moreira Brandão, do ex-Conservador da Gameleira e redator da *Gazeta*, Oliveira Santos, além do “histórico” Ferro Cardoso, que veio pessoalmente, depois de muitos anos de ausência, fazer a campanha no estado natal, o que não era muito comum, e trouxe um certo clima de “exotismo” para a eleição.<sup>23</sup> Curiosamente, apresentavam também o nome de Almino Affonso – o que comprovava sua popularidade – e mereceu o comentário espirituoso de Cascudo de que o paladino abolicionista “aparecia em todas as chapas e era disputado como uma mulher bonita”.<sup>24</sup>

A união das oposições, feita unicamente para contrapor-se a Pedro Velho e à “tríplice aliança”, logo se revelou frágil e esfacelou-se diante das velhas e mesquinhas divergências do período monárquico, sempre ressurgidas. Os Conservadores da *Gazeta do Natal* não aceitaram a inclusão de Moreira Brandão, deslocando Hermógenes para concorrer à Câmara Federal e “rachando” irremediavelmente o Centro Republicano.<sup>25</sup>

Como se não bastasse, surgiu uma terceira chapa oposicionista, mais ideológica, fruto do descontentamento de setores ultracatólicos com os decretos do Governo Provisório de janeiro de 1890, que separavam a Igreja Católica do Estado no Brasil, proibiam os sacerdotes de concorrerem a cargos públicos eletivos,

23 Comícios de Ferro Cardoso em São José do Mipibu e Macaíba chegaram a ser proibidos pelo Chefe de Polícia de Silveira Jr, sob pretexto de que tencionava derrubar o governador, denúncia da qual Cardoso não era totalmente inocente, segundo *ibid.*, p. 156. Para a biografia de Ferro Cardoso, *idem*, *LVF*, v. 2, p. 31-33 e *HRRN*, p. 105-106. Sobre Hermógenes Tinôco, *idem*, *LVF*, v. 2, p. 57-59.

24 *Id.*, *HRRN*, p. 151.

25 NOSSA Chapa, *GZN*, 31/8/1890.

determinavam a precedência do casamento civil sobre o religioso e estabeleciam pena para os infratores.<sup>26</sup> Reproduzindo a criação no Rio de Janeiro de um Partido Católico, um grupo, que reunia o ex-presidente da província e republicano arrependido Olinto José Meira, o Conselheiro Tarquínio de Sousa e o “coronel” Antônio Soares de Macedo, de Açu, antigo Conservador, fundou o Partido Católico do Rio Grande do Norte e lançou uma chapa “católica” às eleições de setembro. Os “católicos” potiguares chegaram a editar um pequeno jornal, *A Pátria*, de existência tão curta quanto a do próprio partido de que foi porta-voz, mas cujo conteúdo é fundamental para se estabelecer a sua posição sobre a República e sua relação com a religião.<sup>27</sup>

Assim, uma dissidência mais ideológica ameaçava a unidade das oposições a Pedro Velho, como se depreende da circular do Partido aos católicos do Rio Grande do Norte, escrita do Açu, a 1ª de setembro de 1890, chamando-os a participar das eleições, com o objetivo de

consolidar a República e acalmar os profundos desgostos do povo, fazendo-lhe ver que algumas das medidas

---

26 A esse respeito, Raimundo MAGALHÃES Jr., op. cit., v. 2, p. 141-142, afirma que “foi quase como se não tivesse sido decretada, principalmente no interior do Brasil... ainda durante muitos anos, o clero do interior do país continuou a ignorar a lei e a combater o casamento civil, desafiando as sanções, raramente ou nunca aplicadas...”. Uma pesquisa nos jornais da época, no Rio Grande do Norte, confirma o fato de que o decreto foi um verdadeiro divisor de águas ideológico nesse início de regime, acima até de interesses partidários. Consultar a esse respeito, por ex.: *A REPÚBLICA e a Religião e*, principalmente, *PRIMEIRO casamento civil*, OPV, 26/7 e 17/8/1890, que externavam a posição dos evolucionistas anticlericais caicoenses. Sobre a posição do republicanismo oficial, ver *O SEBASTIANISMO conspirando I e II*, *AREP.*, 21 e 26/5/1890. Para a oposição que vinha da monarquia, *LIBERDADE de cultos*, *GZN*, 18/1/1890 e especialmente os artigos furibundos de José Paulino (1861-1907), então vigário de Macaíba, *O casamento católico e o concubinato legal*, de 24/5/1890 e segs.

27 *CASCUDO*, *HRRN*, p. 154-156. Foram editados apenas dois números do jornal, 29/8 e 1/10/1890.

tomadas pelo Governo Provisório, bem longe de serem essenciais à forma republicana, são apenas erros, que devem e podem ser corrigidos a bem da Pátria [...] a exemplo da quase totalidade do País e no intuito de coligar elementos, sem distinção de cor política, em defesa dos direitos da Igreja [...] e quando se pretende suplantar os mais santos e invioláveis direitos, levantando-se, por parte dos poderes públicos, doutrinas radicalmente opostas às crenças religiosas do povo brasileiro, a nenhum católico, [...] é lícito recusar seu apoio a esse Partido, cujas ideias são as únicas capazes de salvar a pátria dos males ingentes que ameaçam perdê-la.<sup>28</sup>

O porta-voz do Partido Católico norte-rio-grandense afirmava trabalhar por uma “república cristã”, ameaçada por todos os lados pelo “materialismo ateu e positivista” dos membros do Governo Provisório, chamados de “ímpios que apostataram da religião de seus avós”, “inimigos da Cruz”. As alusões eram dirigidas principalmente contra os membros positivistas dentro do ministério, Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro, mas também contra Campos Sales, que, embora não positivista, era um dos principais defensores da separação Estado-Igreja.<sup>29</sup>

O alvo principal das críticas era a “República comtista”, que queria impor ao povo “princípios filosóficos incompatíveis com os costumes, com os hábitos e com as crenças religiosas da vasta população deste esperançoso país”. Aliás a polêmica repercutiu no Senado, onde, logo em seguida à aprovação da Constituição de 1891, Amaro Cavalcanti e Campos Sales travaram veementes discussões a esse respeito, as quais demonstravam a dificuldade de se implantar um regime laico no país, por

---

28 Circular do Partido Católico... Açú, 1<sup>a</sup>/ 9/1890, in CASCUDO, op. cit., p. 154-155. A respeito da posição dos republicanos não evolucionistas sobre a separação Estado/Igreja, ver o editorial de *AREP.*, A IGREJA livre no Estado livre, 1/2/1890, comentando a “grande lei da separação da Igreja e do Estado”.

29 COMO se vence e A PERSEGUIÇÃO, *A Pátria*, 1/10/1890.

decreto.<sup>30</sup> Achamos importante abrir um parêntese aqui para resgatar os argumentos essenciais dessa polêmica, pois ela mostra visões distintas sobre as relações com a Igreja Católica dentro do próprio campo republicano, inclusive esclarecendo as concepções de Estado que estavam por trás dela.

Nas sessões do Senado em que se discutiu matéria relativa à liberdade religiosa na República durante o período que nos ocupa, Amaro e Campos Sales sempre estiveram em lados opostos. Na votação referente à precedência das cerimônias civis sobre as religiosas e às penas para quem descumprisse a lei, Amaro foi frontalmente contra, por achar isso uma extrapolação das atribuições do Estado. No melhor estilo spenceriano, que assumia, enumerava as suas razões:

1º) era um ataque manifesto e positivo à liberdade espiritual de cada um [...] 3º) era uma resultante dessa teoria, que hoje invade os espíritos irrefletidos, teoria socialista que vê no Estado não somente o órgão do direito, mas o criador dos direitos individuais, o tutor de todos os interesses da sociedade [...] o Estado não é, não pode ser, a providência de todos os nossos direitos e interesses [...].<sup>31</sup>

Na sessão de 29 de julho de 1891 alertava para a ameaça dos povos modernos entrarem numa “nova escravidão, a escravidão das leis”, e afirmava: “Declaro desde já que, colocada a questão neste terreno, entre o Estado *intrusivo*, em nome do direito de que é *órgão* e o indivíduo, que reage, em nome da liberdade e das suas condições, eu ficaria sempre ao lado da reação individual”. Por esses argumentos de princípio, Amaro Cavalcanti assegurava que “o povo religioso do Brasil”, não queria

---

30 A polêmica Amaro-Campos Sales está em ASF, 1891, v. 2, sessões em 16, 24, 29 e 30/7, p. 2-4, 82-8, 140-3 e apêndice, p. 35-9, discutindo um projeto do potiguar que complementava “a liberdade de culto religioso”.

31 ASF, 1891, v. 2, 24/7, p. 82-83 e 86.

a lei, o que deveria bastar ao Estado, “simples mandatário do próprio povo”.<sup>32</sup>

Um ano depois, ao discutir-se a concessão de verba para a conclusão de uma igreja, o senador potiguar, ainda polemizando com Campos Sales, colocava um ponto final na celeuma, ao afirmar que “quando se diz que o Estado não tem Igreja, não tem religião, daí não se deve concluir que o povo também não tenha. Não, o povo tem e deve ter uma religião, a religião é o elemento da instrução, de progresso, de ordem e de paz”.<sup>33</sup>

Contrariamente aos republicanos positivistas ou laicos do Governo Provisório, Amaro, como bom adepto de Spencer, se colocava na defesa das liberdades individuais, contra a ingerência excessiva do Estado em esferas que não lhe competiam. Nesse ponto, todos os republicanos norte-rio-grandenses concordavam, exceto, é óbvio, os evolucionistas de *O Povo*. Para estes, a celeuma levantada pelo Partido Católico era vã e o que estava por trás dela era o desejo de restauração monárquica.

Retomemos o fio dos acontecimentos. O resultado da eleição de 15 de setembro foi o esperado. Ela começou a consolidar a nova liderança de Pedro Velho e seus aliados, centralizando mais o PRRN nas mãos deste e nas de sua família, e criando, a partir daí, o “pedrovelhismo”, ou, na linguagem mais direta da opositorista *Gazeta do Natal*, o partido dos “parentes e caixeiros dos seus armazéns”.<sup>34</sup> Câmara Cascudo decifrou a charada do que seria o domínio oligárquico no Rio Grande do Norte republicano ao afirmar que a primeira eleição do novo regime no estado consagrou a máxima de que nele valeriam apenas as “afirmativas pessoais de prestígio que nada mais eram que a maior ou menor aproximação com os ‘poderes centrais’, núcleos

---

32 ASF, 29/7, p. 140-141.

33 ASF, 1892, v. 4, sessão em 27/8, p. 103-104.

34 COLABORAÇÃO: A situação política do Rio Grande do Norte I, GZN, 19/4/1890.

irradiadores de onipotência”.<sup>35</sup> A eleição (e todas dali em diante) soterrara qualquer esperança de vitória da oposição dentro dos marcos da luta eleitoral. Os “católicos”, apesar de relativamente bem votados, em sua maioria se retiraram da vida pública; Amaro Bezerra, o velho Liberal, morreria em dezembro e os “históricos” do Rio de Janeiro logo se desinteressariam pela política provinciana. No período que se estuda neste livro, a oposição alcançou o poder apenas uma vez, com a reviravolta política resultante da eleição de Deodoro, exceção que confirmava a regra.

Restava a oposição de um Oliveira Santos ou de um Comendador Joaquim Guilherme na *Gazeta do Natal*, denunciando arbitrariedades da situação republicana local, agora absorvida pelo lançamento da candidatura de Pedro Velho à presidência do estado. Como já mencionamos, até finais de 1890, quando fechou definitivamente, o antigo jornal Conservador procurou atuar no espaço dos atritos entre mandatários do poder federal e os grupos políticos locais que haviam assumido o poder após o 15 de novembro, muito frequentes na época, criticando os últimos por tenderem a criar novas oligarquias, inadmissíveis numa República federativa moderna.<sup>36</sup>

Terminada a eleição, Silveira Jr. pretextou doença na família e regressou a São Paulo, deixando no cargo seu vice, Pedro Velho, à espera de nova nomeação. O governador “paulista” servira aos interesses oligárquicos, contrários a uma interferência demasiada do poder central nos negócios estaduais. Silveira Jr. fora importante ainda não só para fornecer todas as facilidades da máquina governamental aos candidatos oficiais mas também para ajudar a aproximação “desconfiada” entre

---

35 CASCUDO, *HRRN*, p. 158.

36 Ver, por exemplo, a avaliação dos resultados eleitorais e “oligarquização” do PRRN em ELEIÇÃO de 15 de Setembro e ELEIÇÃO Livre!, *GZN*, 24/9 e 4/10/1890; também por ocasião da nomeação de Gomes Ribeiro para governador, *GZN*, 18/10/1890.

o Governo Provisório e os grupos políticos locais vencedores, iniciada com a viagem de Pedro Velho ao Rio de Janeiro no início do ano. Para deixar claro o tipo de federalismo republicano que esperavam da União, *A República* assumia um tom nativista, ao declarar, em novembro de 1890 (já nomeado o novo governador), não admitir “nunca que o Rio Grande do Norte seja influenciado pelo partidarismo ou conveniências de qualquer natureza de terra que lhe seja estranha”.<sup>37</sup>

Bastou a chegada de João Gomes Ribeiro (1840-1897), para romper-se mais uma vez a frágil lua de mel entre delegados do poder central e novos donos da política estadual. Sergipano que se tornara famoso como abolicionista e republicano histórico em Alagoas, o novo governador assumiu no início de novembro de 1890 para concluir a transição administrativa até que a nova Constituição Federal, que começava a ser discutida, regularizasse a vida nos estados, acabando com a instabilidade política que se instaurara. Romântico e idealista, Gomes não era de molde a tergiversar com oligarquias ou grupos autoritários como o de Pedro Velho e as antipatias mútuas foram inevitáveis. Aproximou-se naturalmente dos oposicionistas da *Gazeta do Natal*, que haviam recebido sua nomeação com ceticismo.<sup>38</sup>

Uma semana depois de sua posse, em meio às comemorações do primeiro aniversário da Proclamação da República (que ensejara aos situacionistas de *A República* e do *Rio Grande do Norte* editarem um número especial conjunto intitulado *Quinze de Novembro*), o novo governador foi a uma manifestação organizada pela oposição da *Gazeta*, numa demonstração de independência e desafio que lhe custaria caro. Nessa manifestação, não poupou críticas a Pedro Velho, como se vê neste trecho de seu discurso:

---

37 A REPÚBLICA, ARP, 6/11/1890.

38 Sobre os antecedentes abolicionistas e republicanos de João Gomes em Maceió, ver BOEHRER, op. cit., p. 156; seu retrato biográfico em CASCUDO, HRRN, p. 162 e nota 9, p. 257-258.

Chegado aqui assoberbou-me um espetáculo contristador: a família rio-grandense dividida pela muralha chinesa de uma intolerância extrema! De um lado cidadãos amparados da justiça, colmados sempre de todos os favores, respeitados em seus direitos, afortunados, felizes; do outro, irmãos, filhos da mesma terra, bafejados pelas mesmas auras, políticos das mesmas crenças, quase inteiramente deserdados de toda a justiça, órfãos de todos os favores, completamente desprotegidos, reduzidos à desventurada posição de verdadeiros párias.<sup>39</sup>

O maniqueísmo do discurso de João Gomes prenunciava a prática política que prevaleceria por toda a República Velha, aplicada por todos os que chegaram a usufruir parcelas do poder: “aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei”. O governador começou a nomear *antipedrovelhistas* para cargos na administração pública, fato intolerável aos Albuquerque Maranhão, recém-vitoriosos na eleição federal e que tinham pretensões de se tornarem os mentores da política local, com o controle absoluto sobre o governo. Pedro Velho, então, resolveu utilizar-se da vitória eleitoral para influenciar o poder central no Rio de Janeiro e afastar do cargo o inconveniente adversário. Aproveitando sua ida à capital federal para tomar parte nos trabalhos do Congresso Constituinte, usou de todo o seu crescente prestígio junto ao Governo Provisório e conseguiu, pela segunda vez, a demissão de um governador nomeado pelo próprio governo federal, que ousara desafiar seu recente domínio. A 7 de dezembro de 1890, menos de um mês depois de sua posse, João Gomes Ribeiro foi exonerado, assumindo interinamente o cargo o chefe de Polícia *pedrovelhista*, juiz Manoel do Nascimento Castro e Silva (1851-1901), antigo Liberal. O pedrovelhismo começava a mostrar suas garras, admitindo a participação de Pedro Velho na demissão de João Gomes e atribuindo a este, mancomunadamente com uma pretensa restauração monarquista. Primeiro, o porta-voz do PRRN, A República, ao perguntar se “há alguém que ignore

---

39 ASCUDO, HRRN, p. 163.

que a demissão do Dr. João Gomes foi motivada por sua falta de capacidade, por sua coligação com o sebastianismo do sr. Joaquim Guilherme, com quem planejava tramoias, traíndo com deslealdade inaudita o partido republicano do Estado? [...]”<sup>40</sup>  
Depois *O Povo*, acusando mais explicitamente o governador demitido, que chegara

[...] ao ponto de fazer com que se reunisse na Capital os mais rancorosos inimigos da República, para sob a direção do chefe da guarda-negra comendador Joaquim Guilherme, entregar-lhes a governação do Estado! Assim estava marcada uma derrubada enorme para o dia 9 deste mês, já reunidos os sebastianistas de Pau dos Ferros a Macau.<sup>41</sup>

Dessa maneira, na fase instável que vivia o país logo após a Proclamação, fica clara a tática utilizada pelos novos donos do poder no Rio Grande do Norte, os quais a utilizariam, sempre que possível, nos anos seguintes: primeiro, aproximar-se do poder central para consolidar-se no estadual, sem abandonar o discurso nativista; segundo, acusar de monarquistas todo e qualquer adversário que se opusesse a seu domínio e, portanto, desqualificá-lo para a disputa legítima do poder em eleições livres, apanágio de um verdadeiro governo republicano democrático; por último, neutralizada uma “oposição significativa”, controlar os mecanismos eleitorais, especialmente o das mesas de votação, tornando impossível o revezamento de partidos no poder, mesmo que fosse artificial como o da época do Império.

Essa postura “negativa” sobre a “oposição”, resultando, na prática, na impossibilidade de vingar o revezamento partidário num regime que, por definição, se afirmava democrático, desmentiu desde a origem os postulados republicanos da propaganda e marcou indelevelmente a evolução política da República no Rio Grande do Norte e em todo o país. Pois,

---

40 AREP., 15/12/1890.

41 GOVERNADOR do Estado, OPV, 21/12/1890.

apesar de admitir teoricamente a necessidade de oposição para o fortalecimento da democracia, na prática as oligarquias, controlando os mecanismos eleitorais que poderiam levar os adversários ao poder, inviabilizavam qualquer possibilidade nesse sentido, excetuando-se as saídas golpistas.

### 3.2 O “cisma” Deodoro no Rio Grande do Norte

Em menos de um ano, por conta de seu papel como “histórico” e de seus contatos no Rio de Janeiro, Pedro Velho conseguira afastar dois governadores nomeados pelo Governo Provisório. Mantivera, assim, sob sua égide, o controle político do estado por essa época. Mas, antes de consolidar-se definitivamente como o primeiro grande líder oligárquico da República Velha no Rio Grande do Norte, ele deveria passar quase outro ano inteiro no ostracismo, em virtude da posição que assumiu diante da eleição presidencial indireta realizada pelo Congresso Constituinte no final de fevereiro de 1891, a qual elegeu o marechal Deodoro da Fonseca primeiro presidente constitucional da jovem República brasileira.<sup>42</sup> Ao votar em Prudente de Moraes, Pedro Velho quebrou pela primeira vez a unidade da aliança que alcançara o poder com a República e tornou sem efeito sua recente vitória em nível estadual, ainda que por pouco tempo.

A *República, O Povo e o Rio Grande do Norte*, os três porta-vozes da “tríplice aliança”, davam como certo o apoio de todas as forças políticas do estado à eleição de Deodoro para presidente, até como um ato de gratidão devido naturalmente ao proclamador da República; esse era o compromisso de todos os parlamentares eleitos a 15 de setembro, um dever de patriotismo

---

42 Sobre os bastidores da eleição de Deodoro, ver BELLO, op. cit., p. 75 e segs.; Raimundo MAGALHÃES Jr., op. cit., v. 2, p. 283-309; E. CARONE, op. cit., v. 2, p. 50-2.

e uma prova de agradecimento.<sup>43</sup> No começo de fevereiro, o diretório republicano de Natal, ainda unido, lançou a chapa oficial para as eleições estaduais, a qual contemplava todas as correntes situacionistas, e a eleição de Deodoro era considerada um fato consolidador das novas instituições políticas do país. Frequentes eram as manifestações de apoio de civis e militares à candidatura oficial, publicadas nos jornais até depois da eleição. Até mesmo se organizara uma comissão de pessoas “das mais gradas da sociedade natalense” para celebrar o acontecimento em grande estilo, com “regata, fogos e iluminação durante três noites”, iniciativas que o jornal do PRRN aplaudia entusiasticamente.<sup>44</sup>

Todos foram tomados de surpresa quando começaram a se espalhar pelo telégrafo as primeiras notícias informando que a bancada potiguar cindira-se na eleição presidencial de 25 de fevereiro. As notícias eram descontraídas, os boatos imperavam. Muitos não acreditaram num primeiro momento, pensando tratar-se de mentira plantada pelos monarquistas (não se sabia ao certo quem votara em quem!).<sup>45</sup> Os jornais partidários acautelaram-se, à espera dos chefes – *A República* não circulou por mais de quinze dias. À medida que os parlamentares voltavam, a poeira se assentava e os fatos se esclareceriam.

Dos sete membros da bancada federal, apenas Pedro Velho e o senador José Bernardo de Medeiros haviam de fato votado em Prudente de Moraes. Voltando a circular a 21 de março, *A República* publicou um manifesto assinado pelos dois congressistas mas escrito por Pedro Velho, datado do dia 15,

43 Ver, por exemplo, *AREP.*, MARECHAL Deodoro, 26/6/1890 e O GENERALÍSSIMO Deodoro e a futura Presidência da República, 26/7/1890; GENERALÍSSIMO Deodoro, *RGN*, 2/8/1890; por fim *OPV*, PRESIDÊNCIA da República, 10/8/1890.

44 *CASCUDO*, *HRRN*, p. 170-171; AO Eleitorado do Estado e PRESIDÊNCIA da República, *AREP.*, 21/2 e 26/2/1891, respectivamente.

45 Telegramas recebidos pela *Gazeta do Natal* entre 25 e 27/2/1891, citados em *HRRN*, p. 172.

onde justificavam o voto contra Deodoro.<sup>46</sup> Nele se reproduziam, em linhas gerais, os argumentos da oposição paulista que articulava a candidatura Prudente: Deodoro, “cercado de gente sem patriotismo e sem capacidade”, envolvera-se na corrupção e no nepotismo (caso do Porto de Torres), cometera violências contra a imprensa (omissão no ataque à Tribuna Liberal), afastara-se do ideal republicano e, portanto, desmerecera o cargo que ocupava e o voto dos representantes do povo brasileiro. Segundo o manifesto, também pesara muito na decisão a crescente e nefasta influência exercida sobre Deodoro por seu compadre, o Barão de Lucena (1835-1913), governador de Pernambuco, tornado posteriormente ministro da Fazenda. Verdadeiro primeiro-ministro dentro de um regime presidencialista, já administrara o Rio Grande do Norte no Império e desde esse tempo mantivera ligações de amizade com políticos monarquistas da província.<sup>47</sup> Nessas circunstâncias, para Pedro Velho e José Bernardo, tornara-se imperioso e patriótico gesto republicano o voto no presidente do Congresso, o senador paulista Prudente de Moraes, este sim, “um vulto venerando, um

---

46 MANIFESTO Político, *AREP*, 21/3/1891.

47 Velho político monarquista, o pernambucano Henrique Pereira de Lucena fora companheiro de turma de Miguel Castro na Faculdade de Direito do Recife e presidente da província do Rio Grande do Norte em 1872, quando articulou inúmeras amizades políticas que valeram muito na época em que esteve no poder, além de pretender mudar a capital da província para lugar mais apropriado ao desenvolvimento econômico (Macaíba). Sua correspondência, que pode ser consultada no Arquivo Público de Pernambuco, comprova contatos com políticos norte-rio-grandenses da situação e da oposição, ver por ex.: catálogo 1956 (nº 807 e 861), respectivamente carta de Amintas Barros, governador deodorista (15/3/1891), p. 103, e do adversário, João Avelino (26/7/1891), dando a versão pedrovelhista para a eleição de Miguel Castro pelo Congresso estadual. As atas das reuniões do “ministério Lucena” encontram-se em ABRANCHES, *O golpe de Estado: Atas e Atos do Governo Lucena*, p. 145-241. Uma avaliação relativamente favorável do “lucenismo” é a de OLIVEIRA LIMA no prefácio a CAMPOS PORTO, op. cit., p. 11-49.

grande patriota, um benemérito da causa republicana” ante as ameaças autoritárias de fechamento do Congresso, caso Deodoro não fosse eleito. O manifesto dos prudentistas termina apoteoticamente, conclamando os correligionários potiguares à compreensão e ao apoio e apelando para sua lealdade: “Eis a nossa atitude, que será também a dos *nossos amigos*”.<sup>48</sup>

Ao que tudo indica, desde suas primeiras viagens ao Rio de Janeiro para pedir a destituição dos governadores nomeados pelo governo provisório com quem se desentendera, Pedro Velho se familiarizara melhor com as diferentes correntes do republicanismo nacional. Aos poucos, especialmente depois de iniciado o Congresso Constituinte, foi aproximando-se do grupo paulista de Francisco Glicério e Moraes Barros, este último irmão de Prudente e um dos mais intransigentes articuladores da candidatura opositora, quando muitos vacilavam, inclusive o próprio Prudente.<sup>49</sup> É plausível, pela maneira quase obsessiva com que Pedro Velho lutou mais tarde para consolidar sua oligarquia familiar no PRRN e no governo do Rio Grande do Norte, que tivesse concluído que só a aproximação com os poderosos civis do Partido Republicano Paulista (PRP) poderia garantir, a médio prazo, a consolidação de sua família no poder estadual, sem a interferência sempre instável dos militares, úteis no golpe contra a Monarquia mas perigosos para a estabilidade dos novos governos estaduais. Para isso, precisou aparar, nem sempre com sucesso, antigos sentimentos antipaulistas existentes entre muitos de seus correligionários.

Com a estratégia dirigida para a conjuntura do momento, Pedro Velho conseguiu arrastar o senador José Bernardo, que sabidamente exercia total controle político-eleitoral sobre toda a área sertaneja do Seridó e era garantia absoluta de vencer

---

48 CASCUDO, *HRRN*, p. 177-178.

49 Sobre os pormenores e os bastidores da candidatura Prudente, ver MAGALHÃES Jr., *op. cit.*, p. 283 e 309. Para uma síntese histórica, CARONE, *op. cit.*, p. 50-51.

todas as eleições naquela região. Do ponto de vista de vista de José Bernardo, mesmo que sua atitude causasse o rompimento o com o deputado federal Miguel Castro (do qual o senador fora o “grande eleitor” em 1889, na derrota de Amaro Bezerra), contou mais a promessa de futuras compensações políticas para seu próprio grupo, prática normal do clientelismo da época. Isso explicaria, em grande parte, a indignação de José Bernardo e de seus “rapazes” seridoenses em 1892, ao saber que Pedro Velho indicara o próprio irmão, Augusto Severo, para a sua vaga na Câmara dos Deputados, em lugar de Janúncio da Nóbrega, como esperava o velho sertanejo, em troca de sua fidelidade.<sup>50</sup>

A atitude, no mínimo inesperada, das duas principais lideranças estaduais do Rio Grande do Norte republicano custou-lhes o ostracismo federal e a perda do poder para o antigo grupo Conservador da Botica, que permaneceu fiel a Deodoro. No final de fevereiro de 1890, um dos líderes do grupo, o magistrado cearense Amintas Barros, cunhado dos Amorim Garcia, foi nomeado presidente do estado, em substituição a Nascimento Castro, tomando posse a 3 de março. *A República*, agora na oposição, fustigou desde o início os novos donos do poder estadual, afirmando que Amintas apenas “obedecia o cunhado Garcia que obedecia a Castro”, insinuando que o governador era só um testa de ferro.<sup>51</sup> Mantinha-se a lógica do poder na República oligárquica, uma lógica que aos poucos se impunha no Brasil republicano: quem estivesse afinado ou próximo ao poder central no Rio de Janeiro dominava o seu estado, até que Campos Sales estabelecesse as regras do jogo com sua “política dos Estados”. O próprio Pedro Velho admitiria a prática que utilizou várias vezes, ao responder na Câmara Federal aos adversários lucenistas e efetuar o balanço

---

50 Sobre o papel da “lealdade” nas relações políticas, ver Richard GRAHAM, op. cit., especialmente a parte um: as estruturas da política, p. 27-136.

51 AREP, 11/4/1891; também OS Garcias, OPV, 19/7/1891.

da administração Amintas Barros, afirmando que “[...] estado pequeno e pobre, não terá o Rio Grande do Norte a afoiteza de arcar com a prepotência do governo; quem tiver os favores oficiais e as graças do ministério terá maioria do eleitorado”.<sup>52</sup>

A resposta do grupo da Botica veio logo, publicada no *Rio Grande do Norte*, agora porta-voz oficial do governo potiguar. Em manifesto datado de 30 de março, o deputado Amorim Garcia justificou o voto em Deodoro repetindo os argumentos utilizados por todos antes do cisma, tais como o de que era uma questão de “dívida de gratidão nacional”, “tida por todos como a mais natural e legítima, com ascenso unânime dos estados, de todos os órgãos dirigentes da opinião pública”, concluindo com a óbvia pergunta: “Quem é o traidor?”.<sup>53</sup> A bancada federal também explicou sua posição com argumentos semelhantes. Em manifesto de 7 de abril (assinado por Almino Affonso, então em desacordo com Pedro Velho, mas não por Amaro Cavalcanti, voltado mais para a política nacional), depois de reconhecerem os erros do Governo Provisório, atribuídos “à fatalidade e contingência das coisas humanas”, os congressistas potiguares que haviam votado em Deodoro justificaram a naturalidade das derrubadas deodoristas:

[...] entendeu o governo federal, e entendeu bem, modificar o pessoal administrativo do Rio Grande do Norte visto que, mostrando-se, na última hora, mui pouco coerente com seus atos públicos recentíssimos e com a lealdade administrativa que devia o Sr. Dr. Pedro Velho [...] nos quais obteve tudo quanto pediu, tinha enfim, desmerecido a confiança do governo da União [...] O Povo Rio-Grandense vai organizar-se,

---

52 ACD, 1891, v. 2, sessão em 8/8, p. 136, respondida por Miguel Castro em discurso de 11/8/1891, ACD, v. 2, p. 162-164. No artigo RESPONDENDO, AREP., de 18/4/1891, admite-se claramente a troca de favores políticos como normal pelos detentores do poder executivo, reconhecendo que Pedro Velho não poderia mais ajudar correligionários, pois “estava fora do governo”.

53 MANIFESTO, RGN, 2/4/1891.

enfim, e constituir-se, sob os auspícios da inspiração patriótica [...] nada de exclusivismos: nada de categorias oligárquicas! [...].<sup>54</sup>

Aparece, mais uma vez, uma palavra-chave para se entender o universo político no Brasil de então: *lealdade*. Pedro Velho, não votando em Deodoro, tornou-se um “ingrato”, um “traidor”. A partir de então, recrudesceram, na imprensa partidária, as acusações mútuas de “ingratidão”, “falta de patriotismo”, “traição”, imputadas ao adversário do momento, aliado de ontem, as quais haviam surgido pela primeira vez na época das eleições para o Congresso Constituinte, entre a “tríplice aliança”, agora rompida, e os “históricos” do Centro Republicano. Doravante, cada um dos dois grupos se esforçará em mostrar-se o único genuinamente republicano, embora continuasse utilizando as mesmas práticas da Monarquia, com suas derrubadas e retaliações. Política era mais uma questão de lealdade privada do que de satisfação do bem público, no melhor estilo patriarcal. O governador Amintas Barros será chamado pelos “ingratos” de *A República* e de *O Povo*, de “calabar da República”, “Judas”, e os deodoristas considerados “lucenistas” e “sebastianistas”. Estes, por sua vez, retrucarão no mesmo tom, indagando: “Quem é o calabar?”<sup>55</sup>

A Constituição decretada por Nascimento Castro a 20 de janeiro de 1891 foi substituída pela de 21 de julho, promulgada pelo Congresso Legislativo estadual “lucenista”, que vencera de cabo a rabo a eleição de 10 de maio, como o grupo de Pedro Velho fizera no pleito para a Constituinte. Com o controle da máquina administrativa e eleitoral nas mãos dos deodoristas, não era possível outro resultado. Pedro Velho e José Bernardo resolveram participar, colocando a tarefa nos termos dramáticos

---

54 AO Paiz e ao Rio Grande do Norte, *RGN*, 14/4/1891.

55 Para acompanhar as acusações mútuas, ver os jornais partidários durante praticamente todo o ano de 1891, particularmente *AREP.*, 11, 18 e 25/4, *OPV*, 19/7 e *RGN*, 2 e 8/4/1891.

de um impasse: “A nossa situação política é um dilema terrível: a democracia ou o lucenismo”.<sup>56</sup> Oito meses depois de vencer as eleições federais, o grupo de Pedro Velho e José Bernardo foi fragorosamente derrotado pelos lucenistas, que devolveram a derrota anterior na mesma moeda, elegendo toda a chapa situacionista: o menos votado deodorista obteve 8.503 votos contra os 2.332 do mais votado *pedrovelhista*.<sup>57</sup> Esse Congresso Legislativo praticamente unânime em favor da situação, como no tempo do Império (havia uma minoria de deputados não ligados ao *Rio Grande do Norte*, como gurgelistas de Mossoró e independentes), era presidido pelo irmão de Amorim Garcia e dono da Botica, José Gervásio. Na sessão de 12 de junho de 1891, os deputados estaduais elegeram Miguel Castro o primeiro presidente constitucional do Rio Grande do Norte republicano, tendo como vices o dr. José Inácio Fernandes de Barros (1843-1907) e o “coronel” Francisco Gurgel, relegando Amintas, segundo a oposição pedrovelhista, a um plano secundário.

Deputado federal, Miguel Castro só assumiu o governo a 11 de setembro, anulando de imediato o ato de Gurgel que, no exercício do Executivo mas inconstitucionalmente, nomeara pessoalmente todo o Superior Tribunal da Relação (o futuro Superior Tribunal de Justiça) sem este estar organizado legalmente, atendendo, segundo Cascudo, a pedidos para beneficiar amigos.<sup>58</sup> Apesar de criticar Pedro Velho por tentar organizar uma oligarquia familiar, Castro também nomeou parentes para cargos públicos e beneficiou amigos e correligionários em concessões privilegiadas.<sup>59</sup> Uma de suas principais iniciativas, que gerou polêmica no Congresso Nacional, foi a proposta de

56 Às Urnas, *AREP*, 9/5/1891.

57 CASCUDO, *HRRN*, p. 183.

58 Sobre os bastidores da eleição de Miguel Castro pelo Congresso Legislativo, vista por muitos como “golpe branco” contra Amintas, ver CASCUDO, *op. cit.*, p. 185-190.

59 Itamar de SOUZA, *op. cit.*, p. 224. O próprio ex-governador aponta suas nomeações e concessões, em discurso na Câmara dos Deputados,

“lei de imprensa”, aprovada pelo Congresso estadual, para cercear a oposição, e que foi denunciada pelos pedrovelhistas e por espíritos mais independentes, como Amaro Cavalcanti, como “anti-democrática” e “anti-republicana”.<sup>60</sup> Não teve tempo, porém, para realizar muita coisa, “atropelado” que foi pela deterioração da conjuntura nacional, em finais de 1891.

### 3.3 A queda dos deodoristas e a ascensão de Pedro Velho

Desde o início foram tensas as relações entre Deodoro e o Congresso Nacional oposicionista que o residente da República herdara da Constituinte, pautadas por intransigências de parte a parte.<sup>61</sup> Deodoro era pouco familiarizado com as práticas de uma República presidencialista e com o funcionamento teoricamente independente dos três poderes, formado que fora para obedecer a hierarquias e ao Poder Moderador (e ser obedecido sem contestação, quando no comando). O presidente impacientava-se com a má vontade do Congresso com sua administração, cada vez mais dominada pelo Barão de Lucena. A gota d’água foi a aprovação pelos congressistas, no final de outubro, da lei de responsabilidades do presidente da República, vetada por Deodoro, que a considerou limitadora de suas atribuições.

A bancada potiguar, como acompanhamos, ficou dividida depois do “cisma Deodoro”: a defesa incondicional do “ministério Lucena” ficou a cargo dos deputados federais Amorim Garcia

---

ACD, 1892, v. 2, sessão em 14/1, p. 189-191. Para uma síntese de seu governo, CASCUDO, op. cit., p. 190-196.

60 A MASORCA, AREP, 17/10/1891 e também A IMPRENSA, AREP, 24/10/1891. Amaro Cavalcanti atacou essa lei no Senado em importante discurso em defesa da liberdade de expressão em um regime democrático, ASF, 1891, v. V, sessão em 30/10, p. 183-185.

61 Sobre a conjuntura nacional no 2º semestre de 1891, ver Ernesto SENA, *Deodoro: subsídios para a história*, p. 149-159 e Raimundo MAGALHÃES Jr., op. cit., v. 2, p. 327-358.

e Miguel Castro e do senador Oliveira Galvão. Por seu turno, Pedro Velho, José Bernardo e, logo, Amaro Cavalcanti, comporão a oposição parlamentar junto com os paulistas. Amaro convencer-se da orientação desastrosa do governo Deodoro-Lucena para a República e transformou-se em um dos mais atuantes opositoristas no Senado, onde analisava, na teoria e na prática, as relações entre Executivo e Legislativo no Brasil, terminando por caracterizar o regime deodorista como uma “ditadura”.<sup>62</sup> Com esse “status político”, secretariou a famosa reunião de 1º de outubro de 1891 na casa do senador general José Simeão de Oliveira (1838-1893), da qual participaram também Pedro Velho e José Bernardo e em que se acordou que, se Deodoro fechasse o Congresso, como frequentemente ameaçava, os parlamentares presentes resistiriam ao Executivo.<sup>63</sup>

Os acontecimentos que se seguiram são sobejamente conhecidos na história política brasileira. A Câmara dos Deputados derrubou o veto de Deodoro à “lei de responsabilidade” e este, pretextando a inconstitucionalidade do ato, fechou o Congresso Nacional, a 3 de novembro de 1891. O contra-almirante Custódio José de Mello (1840-1902), então subleveu a Armada “em defesa da Constituição”; ferroviários entraram em greve na capital federal e parlamentares opositoristas lançaram um “Manifesto à Nação” protestando contra o arbítrio e conclamando à resistência, o que resultou na renúncia do presidente da República vinte dias depois.<sup>64</sup> Antes, porém, vinte governadores (a exceção foi Lauro Sodré, do Pará) apressaram-se

---

62 Ver seus discursos no Senado, especialmente nas sessões de 22/6, v. 1, p. 105-107 e 24/8, v. 4, p. 97-100.

63 Sobre a reunião na casa do senador José Simeão, ver CARONE, op. cit., v. 2, p. 58 e o próprio relato de Amaro Cavalcanti, em discurso no Senado, ASF, 1892, v. 1, sessão de 17/5, p. 50-56 e v. 2, 25/6, p. 64-76.

64 Os manifestos foram reproduzidos por Custódio de MELLO, *O governo provisório e a revolução de 1893*, t. 1, p. 59-83, e *Apontamentos para a história da revolução de 23 de Novembro de 1891*, p. 18, este escrito no exílio e obra pouco conhecida, importante testemunho da “outra versão”.

a telegrafar a Deodoro apoiando o golpe contra o Congresso. Depois da renúncia de Deodoro em 23 de novembro, Custódio de Mello justificaria a derrubada dos governadores deodoristas, apresentando documentos em que procurou provar a atitude dúbia deles ao também felicitarem Floriano, o que demonstrava incoerência e inconfiabilidade. Foi o caso do Rio Grande do Norte, como podemos verificar nos telegramas enviados por Miguel Castro ao governo federal nesse novembro de 1891:

Ao governo Ditatorial

Natal, 4 [...] Ficaí certo e peço-vos que isto mesmo assegurei-o ao Presidente da República que poderá contar com toda a minha dedicação e *lealdade* ao seu governo e aos princípios consagrados na Constituição 24/2. Miguel de Castro.

Natal, 6. Recebi decreto de dissolução do Congresso, reitero quanto disse no telegrama de ontem [...] Reina a paz mais completa. Mantenho-me atento. Miguel Castro.

Ao governo Legal

Natal, 23. Ciente haverdes nesta data assumido o cargo de Presidente da República resignação Presidente. Este estado confia continuareis como primeiro magistrado da República dar provas de vosso amor à Pátria Brasileira, podendo contar com a nossa adesão em prol da República Federativa. Miguel Castro, Governador.

Natal, 25 [...] Este estado goza paz que espero seja mantida. Contai com os meus esforços para manutenção desse governo. Miguel de Castro.

Natal, 25. Acabo de receber vosso manifesto expondo motivos que determinaram a renúncia do Mal. Deodoro e os vossos intuitos na direção do governo do Paiz. Identificando-me convosco nesse pensamento, podeis contar com toda minha dedicação para auxiliar-vos na realização de tão elevado quão patriótico programa. Este estado goza paz e tranquilidade. Miguel Castro, governador.<sup>65</sup>

---

65 Id., *O governo provisório...*, t. I, p. 134-135. A versão florianista está em *Floriano: memórias e documentos*, v. 2, p. 177-181.

Três dias depois (28/11), por meios nem pacíficos nem tranquilos, o governador deodorista foi derrubado por um movimento liderado por Pedro Velho e José Bernardo, que haviam retornado do Rio há poucos dias. Estes, apoiados por alguns empregados e correligionários armados, praticamente conduziram as tropas federais estacionadas em Natal (comandadas pelo tenente-coronel Francisco de Lima e Silva [1836-1902]) à deposição de Castro.<sup>66</sup> O militar, por sinal, também teve uma posição dúbia no episódio, primeiro apoiando o golpe de 3 de novembro, depois reiterando solidariedade ao governador Miguel Castro a 9 e, finalmente, depondo-o a 28, como podemos verificar na correspondência trocada entre Lima e Silva e seu superior hierárquico, o comandante do 2º distrito militar no Recife, na qual afirma que “a força do exército nesta guarnição, representada pela oficialidade e por mim seu chefe, pede-vos transmitir ao generalíssimo Chefe da Nação, seus votos de adesão e aplauso pela atitude que soube ele assumir perante o Congresso Federal dissolvendo-o”.<sup>67</sup>

Com Deodoro renunciando e Floriano no poder, o discurso de Lima e Silva mudou. Na verdade, o tenente-coronel não estaria apenas cumprindo obediência e disciplina próprias de sua profissão, mas, segundo a crítica ferina do padre João Manuel alguns anos mais tarde, estava articulado com oficiais pedrovelhistas na conspiração para depor Miguel Castro. O sacerdote católico não o poupava de ataques pessoais: “[...] é aquele mesmíssimo que no Rio Grande do Norte, como comandante do 35º (sic!) batalhão de infantaria depôs, prendeu e deportou o governador Dr. Miguel de Castro [...] no Rio Grande do Norte não se prestou

---

66 Sobre os episódios da deposição do governador Miguel Castro, ver CASCUDO, *HRRN*, p. 197-206, o qual reproduz a ata oficial da deposição (p. 200-205) e, no Adendo 7, p. 281-306, a versão do derrotado; os resumos dos discursos de Castro estão nos ACD, 1892, v. 2, p. 31-32 e 46-47.

67 CASCUDO, *op. cit.*, p. 195; para o perfil biográfico de Lima e Silva, p. 199 e nota 14, p. 260-261.

somente a manejos políticos, servindo de instrumento àqueles que mais o deprimiam e enxovalharam”.<sup>68</sup>

A história da derrubada de Miguel Castro ficou célebre na mitologia política do início do regime republicano no Rio Grande do Norte. Tanto o governador deposto como Pedro Velho apresentaram suas respectivas versões na Câmara dos Deputados, em janeiro de 1892, suscitando grande polêmica entre “deodoristas” e “legalistas”. Os dois discursos são documentos valiosíssimos para o historiador, por mostrarem “didaticamente” como se criam versões diferentes para um mesmo fato, ao sabor dos interesses dos grupos políticos. Aqui nos interessa apenas as linhas gerais dos acontecimentos e como foram vistos por “pedrovelhistas” e “castristas”.

Pedro Velho e José Bernardo chegaram a Natal no dia 26, sendo instados por telegramas de Amaro Cavalcanti e Aníbal Falcão para “aproveitar a ocasião” e derrubar o governador deodorista.<sup>69</sup> Na verdade, segundo Cascudo, o trabalho “conspiratório” na capital já estava sendo encaminhado entre os oficiais do 34º B.I. federal e os lugar-tenentes dos golpistas – Nascimento Castro, Ferreira Chaves, Augusto Severo e Braz de Melo. Quando chegaram os chefes, as negociações estavam adiantadas e o terreno preparado para o desfecho. A 28 de novembro, um movimento conjunto de civis e tropas do 34º marchou em direção ao palácio do governo estadual, no bairro da Ribeira, para protagonizar o último ato de uma trama bem urdida.<sup>70</sup>

---

68 Padre João Manuel de CARVALHO, *Reminiscências...*, 31/7/1892, p. 213-216.

69 CASCUDO, *HRRN*, p. 199 e nota 14, p. 260-261.

70 Para as versões diferentes sobre a deposição, ver o comunicado do deputado Amorim Garcia, *AO Povo Rio-Grandense*. *Ao Paiz*, *RGN*, 2/12/1891, protestando contra “o maior atentado que poderão registrar os anais deste Estado”, respondido pela *AREP*. de 5/12/1891, no artigo A DEPOSIÇÃO.

A ata oficial da deposição, escrita originalmente no quartel do 34º, para onde Miguel Castro foi enviado preso, é a versão dos vencedores, repetida na Câmara dos Deputados por Pedro Velho. Ela procura mostrar que os dois chefes civis e os militares foram apenas instrumentos da “vontade popular”. É isso que se coloca, claramente, na boca do comandante Lima e Silva, ao responder aos manifestantes que tinham ido pedir sua adesão, “terminando por declarar que a sua espada e de seus comandados não se voltariam jamais contra o povo”. Os populares que foram ao quartel e depois ao palácio do governo (“mais de 1000, quase a totalidade da população”, segundo Pedro Velho; para Miguel Castro não passariam de “uns 50 trabalhadores do trapiche de Fabrício Pedrosa”) ouvem Pedro Velho declarar em alto e bom som que “o povo, animado de intuítos de justiça e liberdade desejava a terminação do governo do presidente Miguel Castro”.<sup>71</sup> A confraternização “povo-republicanos-militares” aparecia mais uma vez como legitimadora do ato, considerado uma consequência natural da renúncia de Deodoro na capital federal.

A ata oficial, ao insistir que o governador “não cedia” aos apelos dos manifestantes, “preferindo o derramamento de sangue” (que não houve), procurou realçar a intransigência de Miguel Castro, mas acabou por reconhecer e valorizar, sem querer, a intenção do deodorista em resistir dignamente. O próprio Miguel Castro aproveitou a oportunidade para consagrar sua atitude, confirmando, em seu discurso na Câmara, que dissera aos que o obrigavam a renunciar: “não resigno, resisto enquanto puder, defendendo esta cadeira, na qual colocou-me a soberania do povo norte-rio-grandense”.<sup>72</sup> Na realidade, o “povo”, esse personagem central no ideário republicano, tão mencionado nos documentos oficiais, considerado por todos como a única

---

71 CASCUDO, HRRN, op. cit., p. 202; para a réplica de Miguel Castro, *ibid.*, p. 288.

72 Para as duas versões, *ibid.*, p. 203-204 e p. 294-7.

fonte legítima de poder, pouco sabia do que estava acontecendo, atônito diante das manifestações da “claque” pedrovelhista ou às manobras do batalhão federal. Agora valia mesmo apenas a força militar do poder central “legal”, a serviço dos grupos políticos estaduais que se haviam oposto a Deodoro, como antes valera a proximidade com o marechal.

Abandonado por Lima e Silva que, segundo o relato de Miguel Castro, hipotecara-lhe solidariedade e a neutralidade de seus comandados no mesmo dia da deposição, restou ao governador a diminuta força policial estadual que ele mesmo acabara de organizar, sob o comando do capitão Joaquim do Rêgo Barros, parte da qual fazia a guarda do palácio. Composta por “21 praças recém-sentadas, armadas com espingardas velhas” (na versão pedrovelhista, para “fazer fogo ao povo”), ela logo franqueou a entrada do palácio diante dos cerca de 200 soldados do 34<sup>o</sup>, 60 dos quais o invadiram. Como ato final desse episódio, ficou a resistência solitária de Miguel Castro, que, “inteiramente abandonado pela opinião”, segundo a ata pedrovelhista, armado de velha garrucha enferrujada, não cedeu, acabando preso e embarcado no dia seguinte para o Ceará. Antes lavrou protesto escrito, que, incluído em seu discurso de defesa na Câmara dos Deputados a 5 de janeiro de 1892, pode ser considerado a “ata” de sua deposição, na versão dos vencidos.

Foi formada uma Junta Governativa constituída pelo coronel Lima e Silva, que formalmente a presidia, mais os pedrovelhistas que haviam organizado a conspiração na ausência dos chefes, o ex-governador demitido por Deodoro, Nascimento Castro, e o juiz seccional e futuro governador, o pernambucano Joaquim Ferreira Chaves Filho (1852-1937), também demitido pelo presidente da República. Num manifesto à população, a Junta comunicava que “realizara sua [do povo] aspiração” e restabelecera “o regime legal, o governo republicano em vossa terra”.<sup>73</sup> *A República*, inclusive, daí por diante dá como o

---

73 PROCLAMAÇÃO da Junta, *AREP*, 5/12/1891.

verdadeiro início da República no Rio Grande do Norte o dia 28 de novembro de 1891 e não o 17 de novembro de 1889 e assim o assinala nos anos seguintes, consagrando a visão vencedora de que o período Amintas Barros-Miguel Castro fora apenas um prolongamento do regime monárquico.<sup>74</sup>

A Junta realiza a transição que levou definitivamente Pedro Velho ao poder executivo estadual, como governador eleito indiretamente pelo Congresso Legislativo. Como era “natural, indispensável e obrigatório” nessa República que lembrava o Império, a Junta retomou a derrubada “em grosso e a retalho” dos deodoristas em desgraça, como estes haviam feito com os pedrovelhistas meses antes;<sup>75</sup> Ferreira Chaves e Braz de Mello foram reintegrados em seus cargos públicos anteriores ou escolhidos para cargos de confiança (o “radical” Braz, como o momento exigia, foi nomeado Chefe de Polícia).

O primeiro decreto da Junta Governativa, de 17 de dezembro, dissolvia o Congresso Legislativo castrista, em nome da “soberania da nação e os interesses do povo Norte-Rio-Grandense” e marcava novas eleições para 31 de janeiro de 1892. Nesse mesmo decreto, os membros da Junta arrolavam os atos “ominosos” do Congresso deodorista: comprometera a autonomia do povo, restringira a liberdade de imprensa, “sofismando a liberdade individual, concedendo inúmeros privilégios odiosos e por este modo abrindo espaço na administração pública ao mais audacioso monopólio, nocivo à liberdade da indústria e do

---

74 Ver, por exemplo, os artigos 23 de Novembro, de 26/11/1892 e O BANQUETE do dia 27, coincidentemente data natalícia do governador Pedro Velho e da “restauração republicana” no Rio Grande do Norte, 3/12/1892. Sobre os anos seguintes, ver As DUAS Revoluções, 25/11/1893 e 27 de Novembro, 2/12/1893; 1/12/1894 e 30/11/1895. Curiosamente os decretos de Miguel Castro foram anulados pela Junta e desapareceram da documentação oficial, como se jamais houvessem existido.

75 CASCUDO, *HRRN*, p. 208.

comércio [...]”.<sup>76</sup> Um outro decreto, de 5 de janeiro, anulava todos os atos da administração lucenista no estado, destacando-se aqueles que concediam privilégios econômicos a partidários de Miguel Castro e da “Botica”. Os ex-deputados estaduais deodoristas, agora na oposição, protestaram contra a nova situação, definida como “um governo ilegítimo e anárquico”, responsabilizando a “força armada federal” por estabelecê-lo, mas, ao mesmo tempo, como era comum também, pedindo intervenção federal no estado e defendendo a abstenção na eleição “espúria” marcada pela Junta.<sup>77</sup>

Sem concorrência da oposição, a chapa oficial para o legislativo estadual foi simplesmente homologada na eleição de 31 de janeiro. As duas maiores lideranças do interior potiguar – José Bernardo, no Seridó, e Francisco Gurgel, em Mossoró (este se aproximara de Pedro Velho) – a ratificavam. O líder do PRRN só tinha resistência em alguns poucos grotes do litoral e Zona da Mata, como Papary (atual Nísia Floresta) e Canguaretama. Mesmo o antagonista histórico, Hermógenes Tinôco, entrava no seio da “família pedrovelhista”, sendo incluído na chapa oficial, eleito deputado e, logo em seguida, vice-presidente do Congresso Legislativo Estadual.

O Congresso, presidido pelo antigo Conservador tarquinista Jerônimo Américo Raposo da Câmara, iniciou seus trabalhos a 20 de fevereiro e, dois dias depois, elegeu unanimemente Pedro Velho governador e o velho chefe Liberal do Acari, Silvino Bezerra, vice. A 7 de abril de 1892 (observe-se novamente o simbolismo da data), os deputados promulgaram a Constituição estadual que vigeria até 1898, considerando-a propositadamente a primeira, ignorando a constituição de

---

76 Decreto nº 1, 17/12/1891 in DECRETOS do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2ª parte (17/12/1891 a 3/12/1895).

77 AO Estado do Rio Grande do Norte, *RGN*, 1/1/1892; Miguel Castro, em seu discurso de 5/1 também pede intervenção federal no Rio Grande do Norte, *CASCUDO*, op. cit., p. 304.

“Amintas”. Assim, deixavam o Rio Grande do Norte republicano com suas linhas institucionais básicas estabelecidas, restando a Pedro Velho regulamentá-las.

Os novos ocupantes do Poder Executivo tomaram posse a 28 de fevereiro de 1892, um domingo de carnaval, detalhe que não escapou aos comentários sarcásticos da imprensa oposicionista.<sup>78</sup> Pedro Velho reiniciou a montagem da estrutura de dominação oligárquica que o interregno deodorista interrompera, consolidando-a até o final de seu governo. Essa obstinação o levará e aos Albuquerque Maranhão, a dominar a política estadual durante quase 30 anos.

O período em que Pedro Velho esteve à frente do governo estadual, porém, não foi fácil, como poderia parecer à primeira vista. A oposição, normalmente dividida em correntes irreconciliáveis, por motivos que vinham do tempo do Império, constatando não ter chances eleitorais reais, a partir de então passou a apostar que só uma solução golpista, ao sabor das alterações da conjuntura nacional, poderia proporcionar-lhe a volta ao poder. Através principalmente do *Rio Grande do Norte* e de *O Nortista*, ela não deu um minuto de trégua a Pedro Velho, aproveitando as relações sempre tensas entre o governador e Floriano Peixoto. Essa situação se agravou muito a partir de abril de 1892, com a defecção do grupo seridoense do senador José Bernardo, que evoluiu para um florianismo exacerbado, mantendo Pedro Velho sob a constante ameaça de intervenção federal e deposição armada. Conjuntura desfavorabilíssima que só não se tornou desesperadora porque os dois grupos oposicionistas intransigentemente antiflorianistas, raramente se articularam com José Bernardo para combater o inimigo comum.

---

78 Ver o artigo CONTINUAÇÃO da comédia, *RGN*, 2/3/1892, chamando o ato da posse de “legalidade carnavalesca”.

Assim, não se justifica a interpretação de Edgard Carone e Janice Theodoro, ao assinalarem a posse de Pedro Velho como o fim das “oposições significativas”.<sup>79</sup> Se ela representou o fim da “instabilidade administrativa” do período do Governo Provisório e de Deodoro-Lucena, isso não quer dizer que a “instabilidade política” tenha terminado e que Pedro Velho tenha ficado totalmente seguro no poder estadual. Pelo contrário, como procuramos demonstrar na segunda parte deste livro, ele esteve durante todo o seu governo com a ameaça da deposição pairando sobre sua cabeça.

---

79 Janice Theodoro da SILVA, *op. cit.*, p. 29 e segs.; da mesma forma CARONE, *op. cit.*, v. 2, p. 83.



## Parte II

A REPÚBLICA POSTA À PROVA: PRÁTICAS POLÍTICAS NO  
RIO GRANDE DO NORTE (1892-1895)



## CAPÍTULO 4 – PODER CENTRAL E AUTONOMIA ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE:

Os anos que coincidiram, grosso modo, com as administrações de Floriano Peixoto e Pedro Velho (1891-1895) foram dos mais conturbados da história da República.<sup>1</sup> Os dois governantes ressentiram-se, por isso, da instabilidade política característica do momento, fruto da encarniçada disputa pelo controle do poder central e estadual entre facções militares e civis rivais. Também tiveram que lidar com o acirramento das paixões ideológicas entre republicanos e monarquistas, que, não raro, terminaram em violentas escaramuças de rua, sobretudo a partir da Revolta da Armada, entre setembro de 1893 e março de 1894.<sup>2</sup>

- 
- 1 A principal fonte sobre o período é o Arquivo Particular Floriano Peixoto, *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro (doravante citado como AFP). Os documentos do arquivo (cartas, telegramas, papéis administrativos organizados por estados da Federação) são valiosíssimos para o estudo dos bastidores das relações entre União e estados naquele momento crucial da República no Brasil. Eles mostram como era tênue então a fronteira entre o público e o privado na política republicana. Consultar também a coleção de documentos do governo Floriano, publicada pelo Ministério da Educação entre 1939 e 1941, em 6 vols., sob a responsabilidade de vários autores, *Floriano: memórias e documentos*.
  - 2 Sobre o radicalismo republicano de tipo “jacobino” e o movimento monarquista pós-15 de novembro, ver respectivamente Suely Robles de QUEIROZ, *Os radicais da República*, e Maria de Lourdes M. JANOTTI, *Os subversivos da República*.

Por outro lado, a Constituição de 1891, consagrando o *federalismo* como a principal bandeira do Manifesto de 1870, deu margem a que aflorassem em todo o país fortes demandas por autonomia regional há muito sufocadas pelo centralismo imperial. Essas demandas, em alguns casos, como em São Paulo, geraram um discurso separatista poderoso e, no Rio Grande do Norte, reviveram o antigo nativismo orgulhoso da propaganda. Esse “bairrismo” alimentou queixosos pronunciamentos dos representantes potiguares no Congresso Nacional, contra o des-caso do governo central dominado por “estados grandes” (quer dizer, ricos) e em defesa dos “estados pequenos e pobres”. Os dois primeiros governos republicanos – militares e autoritários – com sua tendência à centralização ditatorial e intervencionismo nos estados, contribuíram para que as elites políticas civis regionais logo compreendessem que, nesse aspecto, quase nada mudara em relação à Monarquia. Para elas, especialmente as que estivessem na oposição, o apregoado federalismo republicano transformara-se num sofisma, apenas perpetuando a prática imperial de dirigir o país de “cima”, do Rio de Janeiro. Muito contribuiu para isso o sentimento antioligárquico da maioria da oficialidade do Exército, seu desprezo pelos políticos civis da Monarquia, os “casacas”, muitos dos quais, após aderirem ao novo regime, continuaram nos governos e administrações republicanas estaduais.<sup>3</sup>

No Rio Grande do Norte, nesse momento, a sensação de “abandono” por parte do poder central e o perigo de uma intervenção federal foram agravados pela particularidade de que, ao contrário do que ocorria em outros estados, aqui os militares não tiveram um papel decisivo nas disputas políticas

---

3 Sobre a influência dos militares na política e sua relação com os civis nos primeiros tempos da República, ver John SCHULZ, *Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*; também José Murilo de CARVALHO, *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, in FAUSTO (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 3, v. 2, p. 183-234.

locais após a Proclamação, contentando-se em agir dentro dos marcos da ordem legal vigente.<sup>4</sup> As disputas limitaram-se à elite política civil (republicanos históricos ou ex-monarquistas adesistas), que controlou a transição Império-República no estado desde o primeiro instante. Prevaleceu um civilismo que vinha do Império, um antimilitarismo que conseguiu manter os oficiais quase sempre subordinados ao poder estadual civil. Por outro lado, esse civilismo potiguar acirrou os atritos com os militares, donos do poder central, e foi um dos complicadores responsáveis pela constante tensão que marcou as relações entre o governador Pedro Velho e o vice-presidente em exercício, Floriano Peixoto.

Essas relações reproduziam o que ocorria em outros pontos do país, em certa medida, um conflito de interesses entre uma União dominada por militares e os estados, que, desde a Monarquia, queixavam-se de seu “esquecimento”, e esperavam do federalismo republicano um melhor tratamento. Pedro Velho, almejando consolidar uma oligarquia familiar local, mas ao mesmo tempo preocupado em sobreviver no poder estadual, procurou não se chocar abertamente com o marechal. Este, por sua vez, queria ampliar seu domínio sobre o Rio Grande do Norte, favorecendo a oposição florianista. Habilmente, Pedro Velho, como haviam feito os “paulistas”, apoiou firmemente Floriano nos momentos mais graves da Revolução Federalista no sul e da Revolta da Armada em plena capital federal, sem deixar de reclamar da preterição a seus pedidos e fustigando sem piedade os partidários do Marechal no estado. São essas ambíguas relações entre Pedro Velho e Floriano Peixoto, dentro do contexto político nacional radicalizado e da característica civilista e nativista do Rio Grande do Norte na época, acrescidas à personalidade forte de ambos, o que estudamos neste capítulo.

---

4 Sobre o papel secundário dos militares nos episódios da Proclamação da República no Rio Grande do Norte, ver CASCUDO, *HRRN*, p. 136-137.

Tal ambiguidade não era apenas de Floriano ou de Pedro Velho, mas, segundo Fernando Henrique Cardoso, do período em que exerceram o poder, um dos mais turbulentos da história do Brasil.<sup>5</sup> Na verdade, o período Deodoro-Lucena fora por demais identificado com monarquismo, o que fez com que Floriano assumisse o governo com uma natural e esperançosa expectativa do republicanismo histórico extremado de que finalmente começaria o verdadeiro regime republicano, conspurcado pelo nepotismo e corrupção lucenista.<sup>6</sup> Por outro lado, desde o início, por ter promovido a deposição dos governadores que haviam apoiado o fechamento do Congresso e pela dura repressão contra jornalistas, parlamentares e militares revoltosos, principalmente depois dos acontecimentos do 10 de abril, Floriano enfrentou uma cerrada oposição dos deodoristas e dos liberais legalistas no Congresso Nacional. Essa oposição o chamava de “ditador”, “tirano sanguinário”, um verdadeiro “monstro”, comparável aos grandes déspotas da História, acusando-o de implantar no Brasil o “Terror da Convenção Francesa”.<sup>7</sup>

A personalidade particularmente enigmática do vice-presidente da República se prestou a esse julgamento ambíguo dos contemporâneos e da posteridade, sendo capaz de suscitar as mais calorosas paixões, um incondicional “culto” à sua pessoa, ao lado dos ódios mais intransigentes. Ao mesmo tempo em que ele era, para a oposição liberal legalista, o “ditador

---

5 F. H. CARDOSO, Dos governos militares a Prudente-Campos Sales, in Boris FAUSTO (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 3, v. 1, p. 44.

6 Para uma avaliação histórica do período Deodoro-Lucena, ver o interessante ensaio de OLIVEIRA LIMA in CAMPOS PORTO, op. cit., p. 11-49; também MAGALHÃES Jr., op. cit., v. 2, p. 310-375.

7 Sobre a caracterização de Floriano como “tirano”, ver os artigos O FIM do Terror, RGN, 20/4/1892, e LABOREMOS, ONTT, 8/4/1892, além do padre João Manuel, *Reminiscências*, p. 181-184. A caracterização de Floriano como “mistura de Robespierre e Dr. França” é de Joaquim Nabuco, citado por Felisbela FREIRE, *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*, p. 6.

feroz”, responsável por todos os males da nação, para os radicais jacobinos ele era o “salvador da Pátria”, espécie de Cristo republicano, que combateu implacavelmente os mais temíveis inimigos da República; para o cidadão comum, foi o popular “Marechal de Ferro”, o presidente que congelou o preço dos gêneros de primeira necessidade e baixou os aluguéis, no mesmo instante em que a sobrevivência do regime ou, pelo menos, a de seu governo, estava sendo seriamente ameaçada. Passaria à História oficial, mas também ao imaginário da população, como o “consolidador da República”, o militar capaz de todos os sacrifícios em prol da nação.<sup>8</sup>

A realidade histórica, porém, não é maniqueísta. Nem “santo” nem “demônio”, Floriano teve que atuar numa das quadras mais graves de toda a história brasileira. Estudar as suas relações com Pedro Velho e com os diversos grupos políticos atuantes no estado significa desvendar não apenas as marchas e contramarchas do relacionamento entre a União e os estados no jovem federalismo da República brasileira que se implantava, mas também ressaltar as particularidades desse federalismo no Rio Grande do Norte. Um dos principais problemas que dificultaram essas relações foi o arraigado *civilismo* da elite política norte-rio-grandense, que não suportava o “militarismo” exacerbado dos detentores do poder central, identificado por ela no radicalismo dos jacobinos florianistas da época.

---

8 Há uma vasta bibliografia contra e a favor, entre a qual podemos citar Silvio PEIXOTO, *Floriano Peixoto* e Cyro SILVA, *O consolidador da República.*; para uma avaliação mais criteriosa, que procura situar Floriano na conjuntura política em que exerceu o poder, ver OLIVEIRA LIMA in CAMPOS PORTO, op. cit., p. 27-43. Uma interpretação sobre a repercussão do enterro de Floriano, em 1895, verdadeira manifestação popular que transcendeu os limites do simples respeito a um ex-presidente para se transformar em verdadeira demonstração de “culto à personalidade”, está em Suely R. de QUEIROZ, op. cit., p. 34-36 e 129-131.

#### 4.1 *Civilismo, Positivismo e Florianismo na elite política norte-rio-grandense*

O fato é que, nesses anos, o governo Pedro Velho, como o de outros estados, esteve sob a ameaça constante de intervenção federal, fruto da instabilidade inicial dos primeiros tempos republicanos e da falta de regulamentação do vago artigo 6º da Constituição Federal, que tratava justamente dos casos excepcionais em que caberia a intervenção. Essa instabilidade irritava os susceptíveis humores dos políticos nortistas, que a viam como um perigo ao dogma federalista da autonomia estadual, um dos principais pontos da propaganda republicana. No Rio Grande do Norte, além disso, havia a particularidade de que a quase totalidade da elite política era composta por gente que vinha do Império, antimilitarista por excelência.

Como sabemos, os militares tiveram pouca influência direta na Proclamação da República no estado, e os republicanos civis controlaram e dirigiram o processo desde o início, aliados aos líderes monarquistas que aderiram. Mesmo quando Deodoro, em represália pelo voto de Pedro Velho e José Bernardo a Prudente, nomeou novo governador, foi ao juiz aposentado Amintas Barros e aos ex-Conservadores da Botica que entregou o poder, não a companheiros de farda. A visão de mundo desses antigos monarquistas era profundamente civilista, antijacobina e principalmente antipositivista, o que os colocava na contramão dos novos donos do poder central.<sup>9</sup>

Assim, o militarismo e o positivismo dos primeiros anos de República, presentes em alguns dos componentes do Governo Provisório, foram combatidos no Rio Grande do Norte com os argumentos civilistas da época do Império. Amaro Cavalcanti, no Senado, definiu cabalmente o papel das forças armadas na

---

9 Sobre o civilismo dos políticos imperiais ver S. B. de HOLANDA, *Do Império à República*, HGCB, t. 2, v. 5, p. 306-307 e J. SCHULZ, op. cit., p. 75-93.

política, argumentando que “[...] as classes armadas têm um escopo muito elevado, o de manter a ordem pública no interior, defendendo no exterior a honra e a dignidade da pátria”.<sup>10</sup>

Da mesma forma, os jornais dos antigos grupos Conservadores da ex-província defendiam que os militares deveriam restringir-se a seu papel constitucional. O *Rio Grande do Norte*, partidário de Deodoro mas de índole antimilitarista, criticando o positivismo, afirmava: “somos francamente adversários do militarismo e quanto ao filosofismo jacobínico do “apostolado”, achamos que ele não passa de uma forma atenuada de anarquismo”.<sup>11</sup> Elias Souto, no mesmo sentido, tocava no ponto-chave, criticando os erros da educação militar da época, essencialmente livresca: “[...] a classe militar não resmoe filosofia e nem faz rabulices em direito público. A sua missão é outra: aperfeiçoar-se na ciência da guerra [...] para melhor desempenhar-se de seus compromissos com a Pátria”.<sup>12</sup>

Portanto, lugar de soldado era na guerra ou nos quartéis, não na política. A alusão à filosofia permite-nos introduzir as outras características do pensamento de grande parte da elite potiguar que vinha do Império: um antipositivismo intransigente e um antijacobinismo radical. O governo de Floriano Peixoto, identificado com uma “tirania militar”, é “um governo jacobino e ateísta que arrasta o país à ruína iminente”.<sup>13</sup> Positivismo associado com jacobinismo era a fórmula que desgraçava a República. Durante todo o período estudado as referências negativas ao positivismo e ao jacobinismo são onipresentes, responsabilizados pelo militarismo e pela anarquia que a nação atravessava. Do *Rio Grande do Norte* convertido ao presidencialismo republicano, ao parlamentarista unitário Elias Souto,

---

10 ASF, 1892, v. 1, 21/5/1892, p. 82; também ver o discurso de 20/10/1891, ASF, v. 5, p. 65.

11 CONJECTURAS, RGN, 19/9/1894.

12 REACÇÃO e A QUEDA da legalidade, ONTT, 10/2/1892.

13 O FIM do Terror, RGN, 20/4/1892.

passando pelo governista *A República*, e sem falar, obviamente, dos católicos de *A Pátria*, a tônica do discurso era a mesma: o “espectro do militarismo” tinha origens no anticatolicismo e ateísmo do “materialismo da escola positivista”.<sup>14</sup> Como temos acompanhado, o cientificismo dos bacharéis seridoenses formados no Recife, entre os quais um positivismo não ortodoxo convivía com o darwinismo social, era minoritário e pouco influente para representar uma alternativa à visão de mundo hegemônica, conservadora e oligárquica.<sup>15</sup>

Desde o primeiro número de seu novo jornal, *O Nortista*, então editado em São José de Mipibu, Elias Souto denunciava a influência nefasta do positivismo no Exército, lamentando que “hoje em dia, [...] tudo se bitola pelo cathecismo do Mestre Comte e do ritual do CENTRO PUZITIVISTA transformado em ESTADO NO ESTADO”.<sup>16</sup>

O antipositivismo de Elias Souto era acompanhado pelo do *Rio Grande do Norte*, que associava a origem do “Apostolado Positivista” ao jacobinismo francês de 1793, “o centro filosófico de teorias que batem já em retirada na velha Europa [...]”.<sup>17</sup> Em 1893-94, época da Revolução Federalista e da Revolta da Armada, o ataque ao jacobinismo e ao positivismo se radicalizou. Segundo o jornal, o “jacobinismo dominante [...] o autoritarismo aliado ao mais infrene partidarismo, e ao espírito da seita positivista”

---

14 ESCREVENDO na Arena: Cetaninho, *RGN*, 25/9/1894 e a 7 e 14/10/1894; *APT*, 1/10/1890, *ONTT*, 29/1/1892 e *AREP.*, 27/2/1892, contra a “falsa democracia que faz jacobinismo e revoltas”.

15 O censo de 1891, que incluiu o positivismo como “religião”, aponta no Rio Grande do Norte apenas um adepto assumido do credo, em Nova Cruz. Para uma discussão historiográfica sobre positivismo e república, ver HOLANDA, *HGCB*, t. 2, v. 5, p. 289-305.

16 *ONTT*, 29/1/1892, p. 2.

17 JACOBINISMO, *RGN*, 1/9/1894. Sobre a influência positivista na III República francesa, C. NICOLET, op. cit., p. 187-248. Sobre a associação frequente entre jacobinismo e positivismo, ver Suely R. QUEIROZ, op. cit., p.227-232.

teriam levado o país ao ponto crítico ao qual chegara, pois, “a não ser a tirania que a oprime, tendo-a arrastado até os horrores da guerra civil, a República Brasileira seguiria as pegadas da grande República americana [...]. O governo, porém, entre nós, é o positivismo”. Logo após o fim da Revolta da Armada, o órgão dos antiflorianistas potiguares ironizou os detentores do poder, ao protestar contra o cerceamento do “direito de reunião”: “[...] E viva a República dos filósofos fardados e sargentões à paisana [...]”.<sup>18</sup>

A elite política potiguar que vinha do Império incorporava, assim, a crítica liberal de que a fase jacobina da Revolução Francesa, que acreditava estar revivida no Brasil de Floriano cem anos depois, só levaria à ditadura e ao “terror”, servindo aos inimigos da revolução, como mostrara aquele exemplo histórico: “[...] os grandes princípios de liberdade, igualdade e fraternidade [...] têm sido renegados à luz do dia, sacrificados a cada momento, pelos incensadores do poder [...]”.<sup>19</sup> E transportavam a análise histórica francesa para interpretar a conjuntura política do Brasil de então, com toda a força da analogia e do vocabulário conceitual: “Entramos em plena fase terrorista [...] Começa o regime da vingança *em nome da fraternidade*, da seleção jacobínica pelas listas de proscricção em nome da *igualdade*, do encarceramento em nome da liberdade”.<sup>20</sup>

De qualquer forma, era um ataque que visava atingir os militares, influentes no poder central, e seus aliados civis locais, como os florianistas do senador José Bernardo, este sim uma força a ser levada em conta, que nem positivista era e muito menos radical. Janúncio da Nóbrega e Braz de Mello, os mais próximos de Comte entre os republicanos norte-rio-grandenses, não tinham condições de influir ideologicamente de maneira

---

18 REPÚBLICA democrática e DIREITO de Reunião, RGN, 19/1 e 13/5/1894, respectivamente.

19 AINDA os jacobinos, RGN, 1/7/1893.

20 PROSCRIÇÃO, RGN, 19/6/1894 (grifos do jornal).

decisiva, dada a pouca penetração do positivismo entre as elites potiguares. No Rio Grande do Norte, o jacobinismo ou, mais propriamente o florianismo, era o inimigo mais perigoso a se temer e combater e, portanto, o mais atacado.

Nem todo florianista era jacobino embora todo jacobino fosse florianista. O jacobinismo foi a manifestação do republicanismo radical, purista, que se inspirava no seu congêneres francês de 1793.<sup>21</sup> Defendendo uma sociedade laica, anticlerical, um estado forte, nacionalista e xenófobo, os jacobinos brasileiros eram naturalmente militaristas, aproximando-se, assim, da figura do vice-presidente da República, que encarnava para eles todas as virtudes do republicanismo genuíno. Daí a render um verdadeiro “culto à personalidade” de Floriano Peixoto era apenas um passo. Políticos florianistas civis como Amaro Cavalcanti e José Bernardo, no entanto, não compartilhavam do discurso mais violento dos jacobinos nem de seu militarismo exacerbado. A defesa que faziam do governo Floriano era conjuntural: o apoio a um intransigente defensor da República no momento em que esta se via atacada por todos os lados por elementos desagregadores. Portanto, hipotecavam solidariedade e principalmente apoio parlamentar para que Floriano superasse aqueles tempos difíceis.

Assim, a rigor, podemos afirmar que não houve um movimento jacobino no Rio Grande do Norte, mas apenas florianismo. Faltava para tanto dois dos componentes essenciais, encontrados em outras partes do país, especialmente no Rio de Janeiro: grandes contingentes militares ideologicamente comprometidos com a teoria do “soldado-cidadão” e a existência de uma “classe média urbana” suficientemente forte, que fosse sensível

---

21 Sobre a sutil diferença entre florianismo e jacobinismo – até mesmo a existência de um “jacobinismo deodorista”, como afirma CARONE, *op. cit.*, p. 190, ver a discussão historiográfica sobre o tema em Suely R. de QUEIROZ, *op. cit.*, p. 173-210.

à pregação exaltada dos oficiais radicais.<sup>22</sup> No Rio Grande do Norte de então, não havia espaço para Silva Jardins ou Lopes Trovões, por mais que Janúncio da Nóbrega tenha tido atitudes pessoais de rebeldia e altivez dignas do melhor “romantismo revolucionário”. Tanto o caicoense quanto Braz de Mello, os mais próximos do republicanismo de tipo jacobino, estavam por demais ligados, por laços de família, compadrio ou lealdade, aos chefes políticos de seu estado, para poderem desenvolver uma ação mais efetiva. Mesmo assim, dentro das limitadas possibilidades que o seu meio social permitia, Janúncio, seu irmão Diógenes e o antigo Liberal Radical Manoel Dantas (grosso modo, o grupo seridoense que se articulara outrora em torno de *O Povo*) conseguiram atuar politicamente nos tumultuados anos iniciais da República: o florianismo lhes forneceu a oportunidade da radicalização.

Para expor suas ideias e defender seus pontos de vista, depois do desaparecimento de *O Povo* em meados de 1892, os bernardistas lançaram, em outubro de 1894, *O Estado*, jornal redigido por Manoel Dantas e Janúncio da Nóbrega, que a oposição antiflorianista logo identificou como órgão dos “jacobinos inflamados”.<sup>23</sup> Na verdade, o jornal não evoluiu para a prática de ações mais ousadas, como fizeram os jacobinos no Rio de Janeiro, limitando-se a exigir, numa linguagem inflamada, a intervenção federal no Rio Grande do Norte e a deposição de Pedro Velho, o que obrigava José Bernardo a constantes desmentidos públicos, desautorizando seus jovens seguidores.<sup>24</sup>

---

22 Ibid., p. 222-227 e 232-256.

23 Sobre a repercussão do jornal entre os adversários ver *O ESTADO*, *RGN*, 14/10/1894, *O ESTADO*, *ONTT*, 12/10/1894 e *AREP*, 13/10/1894. *O Estado* era impresso em Natal e seu agente era um tenente-coronel do Exército, Whertemundo Coelho, confirmando a tendência de participação de militares em jornais florianistas ou jacobinos, como ocorria no Rio de Janeiro.

24 RESPOSTA Esmagadora, *OEST*, 15/11/1894, motivada por editorial de *AREP* de 20/10/1894.

E será nas páginas radicalizadas de *O Estado* que aparecerá a concepção teórica e política difusamente evolucionista e positivista que acabava na defesa do culto a Floriano, contrapondo-se ao restante da oposição estadual, intransigentemente antiflorianista. Os florianistas norte-rio-grandenses justificaram o aparecimento do jornal pelo “momento histórico” que o país atravessava, marcado pela “anarquia mental, de instabilidade institucional” (linguagem usualmente utilizada pelos positivistas), considerando-se “uma corrente de opinião de visionários utopistas”, que “não crê muito na eficácia do que existe, porém, tem fé e esperança no futuro”. Sua “postura teórica” é explicitada numa série de postulados sociologizantes e cientificistas que lembram muito a de um adepto de Comte, como podemos perceber no texto a seguir, longo, mas muito elucidativo:

A pátria brasileira atravessa o seu período de formação; formação da raça, de costumes político-sociais, de expansão indústria-mercantil, de autonomia nacional. Afirmemos um fato que não pode ser contestado.

Ora, nesse período de formação, portanto de mutabilidade, de transformação não se pode confiar cegamente no que existe, não se deve alimentar o culto ao passado, desde que tudo, leis, homens, instituições, ideias, são experiências que acertam ou desacertam, que não se podem aceitar como indestrutíveis sem a sanção do tempo. O período revolucionário que atravessamos que alguém já chamou o batismo de sangue da República e ilustre publicista qualificou com acerto como a luta fatal, necessária, inevitável entre as velhas e as novas instituições, entre a Monarquia e a República, deixou patente uma coisa, salientou bem um princípio que pode já passar como um axioma político-social: – a vitalidade e coesão da nacionalidade brasileira, o seu amor à República [...].

A seguir, os florianistas potiguares explicitam sua opção por Floriano Peixoto, em linguagem repleta de conceitos evolucionistas e positivistas, semelhantes aos utilizados pelos jacobinos, como a justificativa do emprego da “força” em ocasiões

particulares, a luta mortal entre República e Monarquia, a crença no demiurgo, o salvador inexorável da República ameaçada, da qual o marechal vice-presidente era simplesmente a encarnação e a quem farão verdadeiro “culto”. Os editores do jornal apoiavam Floriano porque

Amam a República e vêm que a ideia asilou-se, frutificou no coração da mocidade brasileira e no pensamento dos que constituem a cerebração nacional, advoga as consequências políticas que dimanam dos atos de energia, de coragem, de abnegação, de patriotismo que elevaram o Vice-Presidente da República à culminância dos grandes estadistas americanos: o ‘Washington’ brasileiro [...].

[...] a sua ação benéfica, o prestígio da sua individualidade, o seu nome perdurarão eternamente como a personificação da República Brasileira. As grandes ideias, as grandes conquistas, os grandes feitos da humanidade, a vida das nações, têm desenvolvimento próprio, tem causas naturais que os determinam, porém personificam-se numa individualidade [...] Foi ele que implantou na instituição republicana a afirmação de uma lei que perdurará e frutificará: a força como ação benéfica na defesa dos princípios básicos de qualquer instituição, de qualquer sociedade. “O ESTADO” é um partidário da força [...] sabe que a força é o motor de todas as conquistas desde a conquista da liberdade até a afirmação de um direito [...] quer a verdade em tudo: nas instituições, na política, nos costumes.<sup>25</sup>

Explicavam o florianismo como consequência natural de leis sociais, ideia comum no pensamento de um darwinista social como Manoel Dantas ou de um revolucionário romântico influenciado pelo positivismo, como Janúncio da Nóbrega, ambos marcados pelo “haeckelianismo” imperante na Faculdade de Direito do Recife à época em que lá estudaram.

---

25 O ESTADO, OEST, 7/101894.

No entanto quem melhor sistematizou a defesa política do florianismo foi Amaro Cavalcanti, que não era jacobino. Seus discursos no Senado, a partir de 1893, são verdadeiras aulas de pragmatismo político. Como um ano antes ele se havia declarado em oposição a Floriano em razão dos acontecimentos do 10 de abril, parece-nos importante acompanhar a trajetória de sua argumentação, comprovando que o senador norte-riograndense não se limitava ao constitucionalismo estrito de um Rui Barbosa, mas extraía suas conclusões e posicionamentos sobre a realidade que o cercava, de acordo com a análise que fazia das conjunturas políticas, cambiáveis por definição.

Apesar de ter votado em Deodoro em 1891, Amaro logo passou para a oposição, criticando o proclamador da República por aliar-se a monarquistas notórios como o Barão de Lucena e por desprezar o bom relacionamento com o Legislativo, governando “despoticamente”. Apoiou o contra-golpe que obrigou Deodoro a renunciar, para “restaurar para a nascente República o Império da Constituição e da legalidade”, mas em maio de 1892 estava na oposição, explicando sua posição no discurso de reabertura do Congresso Nacional. Sob o impacto da prisão de quatro senadores, após a decretação do estado de sítio, por ocasião dos desdobramentos do 10 de abril, Amaro declarou-se, “excepcionalmente”, em oposição a Floriano, a quem chama de “ditador”:

[...] o que por demais me contrista é ver que o governo de 23/11 não tardou a transviar-se, como o seu antecessor e mais do que este, do caminho da legalidade! [...] Qualificado como da oposição o sou excepcionalmente; porque o Vice-Presidente, transformou-se em ditador, por que enquanto for mister advogar a verdade constitucional e o Império das leis, estarei contra qualquer poder que se arrogar um regime contrário [...]. Nada me prende a não ser o interesse comum, o bem público [...].<sup>26</sup>

---

26 ASF, 1892, v. 1, sessão de 17/5, p. 50-51 e 55.

Assumindo naquele momento um discurso republicano ético e moral, de estrito constitucionalismo, é interessante acompanhar as razões de sua total reviravolta um ano depois. Em julho de 1893 foi acusado de “espelho da incoerência” pelo “Jornal do Brasil” de Rui Barbosa, por ter recomendado “a maior calma na análise dos sucessos recentes” (a eclosão da Revolução Federalista, a tentativa de golpe, a prisão do senador contra-almirante Wandelkolk e a saída de Custódio de Melo e Serzedelo Corrêa do ministério de Floriano). Amaro retrucou que as situações eram distintas e que naquele instante, a República “corria perigo”:

[...] Entendo agora que os que querem a consolidação da República devem conservar o que há, para haver ensejo de fazer o melhor. (Apoiados) Não posso fazer parte de partido, se há algum, tendo por fim a perturbação! [...] Quero a República inteiramente consolidada e a República só pode tornar-se séria e forte [...] não por caprichos de parte a parte, não por meio de revenditas pessoais, mas quando todos convergirem para um só plano de vistas, em que imperem a lei e a Constituição. (Apoiados) Estou no mesmo posto que o ano passado com a diferença de que, o ano passado o erro parecia-me nos atos que o governo praticou e este ano acho que vão errados aqueles que querem destruir o governo com simples intuítos de oposição. Para assim fazê-lo, não preciso ser governista, mas sim um senador independente [...]. Jamais advoguei aqui interesse pessoal.<sup>27</sup>

Em 1892 o governo errara. No ano seguinte, segundo Amaro, o erro estava na “oposição perturbadora”. A revolta da Armada o aproximaria ainda mais de Floriano, pois Custódio de Melo encaixava-se perfeitamente, para o senador potiguar, entre aqueles “que querem destruir o governo com simples intuítos de oposição”. Por essa época jogou-se com tudo na defesa da República e da legalidade representadas por Floriano

---

27 ASF, 1893, v. 3, sessão de 26/7, p. 90.

e ameaçadas por inimigos internos e externos, tornando-se um dos mais íntimos colaboradores do “marechal de Ferro”. Se, para salvar a República, fosse necessário passar por “pequenas arbitrariedades”, o jurista-político saberia como justificá-las, ao contrário de um Rui Barbosa, que jamais saiu de seu constitucionalismo absoluto, qualquer que fosse a situação.

Amaro Cavalcanti foi um dos mais competentes “quadros” da elite política da Primeira República, paradigma do jurista erudito e respeitado, mas suficientemente político para saber atuar de acordo com as vicissitudes das conjunturas, chegando até a sugerir, em bilhete ao Marechal ainda durante a Revolta, que este não abandonasse o poder, alegando que o momento era gravíssimo.<sup>28</sup> Em termos estaduais, afinara-se com José Bernardo (ambos eram seridoenses), e foi tenaz adversário de Pedro Velho, embora à distância, nas instâncias do poder central no Rio de Janeiro, pois cedo se afastou diretamente das lutas varejistas do Rio Grande do Norte.

#### *4.2 A relação União/Estados no pensamento político potiguar*

Outro componente importante para se compreender os atritos entre Pedro Velho e Floriano Peixoto nesse período é o sentimento de independência e autonomia, presente na elite política potiguar desde os tempos do Império. O federalismo republicano, consagrado na Constituição de 1891, só fez acirrar esse sentimento. As linhas gerais do entendimento de federalismo por essa elite, no que diz respeito ao relacionamento União/Estados na nova organização republicana, gerou um clima de desconfiança mútua entre as “unidades ricas” e as “unidades pobres” dos “Estados Unidos do Brasil”. Essa compreensão

---

28 Bilhete de Amaro Cavalcanti a Floriano Peixoto, de 1/2/1894, AFP, cx. 8L-16, pc. 2, fev./1894.

particular do federalismo, que classificamos como *nativista*, é o assunto desta seção.<sup>29</sup>

Como sabemos, o federalismo foi a bandeira que unificou interesses políticos e econômicos de diversas províncias contra a Monarquia e significava coisas diferentes para cada uma delas. No Rio Grande do Norte da propaganda, a ênfase fora o resgate das pequenas províncias pobres e esquecidas pelo Império, em favor das maiores e mais ricas, o que trouxera novamente à tona o orgulho nativista de ter nascido norte-rio-grandense.

Na medida em que as duras lutas políticas do início do regime republicano iam definindo os novos donos do poder, começou a tomar força o discurso desiludido com a República e seus governos militares. Após a ascensão de Floriano e a derubada generalizada de deodoristas e lucenistas, foi unânime na oposição a crença de que nada mudara com a República Federativa no Brasil.

O ano de 1892 começou com uma saraivada de ataques às “intervenções indébitas” dos militares na política interna dos estados, comprovando o fracasso do sistema federalista. O padre João Manuel de Carvalho, de seu “exílio” no interior de São Paulo, continuava a escrever artigos virulentos contra o militarismo republicano:

A política inaugurada nos Estados por inspiração hoje clara e manifesta do sr. Floriano Peixoto, tem sido uma série de golpes vibrados contra a autonomia dos mesmos Estados e contra o princípio federativo, tão solenemente proclamado na constituição republicana de 24 de Fevereiro do ano passado. Em nome da

---

29 Uma pesquisa importante a respeito do federalismo republicano até Campos Sales é a de Rosa Maria Godoy SILVEIRA, *Republicanismo e Federalismo, 1889-1902: um estudo da implantação da República no Brasil*, particularmente seu cap. 2, p. 47-95 e 3, p. 97-127. Numa outra perspectiva, Renato LESSA, *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da 1ª República Brasileira*, p. 51-72.

legalidade restaurada a 23 de Novembro depuseram-se os governadores e desorganizaram-se os Estados [...].<sup>30</sup>

As queixas se repetiam no *Rio Grande do Norte*, que adotara o federalismo presidencialista norte-americano como seu modelo de República, não sem antes destilar leve ironia contra os republicanos históricos:

[...] Em vez da descentralização, que já era de há muito uma aspiração nacional e pela qual se bateram vultos políticos de elevada estatura, vê-se hoje, em pleno regime federativo, a ação absorvente dos poderes centrais, movidos pelos mesmos, que aparentavam trazer em cada uma das mãos um evangelho de reformas liberais, democráticas [...]. Bem longe estamos ainda da democracia americana [...].<sup>31</sup>

Elias Souto, defensor histórico do “unitarismo parlamentarista”, criticava, no primeiro número de *O Nortista*, o federalismo republicano de Floriano Peixoto, comparando-o desfavoravelmente com a Monarquia:

Releva confessar que a alegada e proclamada independência dos Estados era apenas uma fantasmagoria da República. Em geral os Governadores Estaduais eram uma espécie de donatários de feitorias lucrativas distribuídas pela munificência do poder central. Mas apesar de todos esses vícios e defeitos, havia ao menos aparência de legalidade e tudo se fazia em ordem. Agora não. Rasgou-se a constituição; feriu-se de morte o sistema federativo [...]. As deposições de Governadores e dissoluções de Congresso são violência flagrante do sistema federativo [...].<sup>32</sup>

---

30 João Manuel de CARVALHO, op. cit., XXXVIII, 9/1/1892, p. 181.

31 A FEDERAÇÃO Brasileira, *RGN*, 8/1/1892; sobre a defesa do federalismo nos EUA, SITUAÇÃO Política, *RGN*, 1/1/1892.

32 SECÇÃO Editorial: Conversemos, *ONTT*, 29/1/1892.

Assim organizada, a República estava pior que a Monarquia: fizera ressurgir “a centralização mais ferrenha, com suas práticas abusivas, desacreditadas, estigmatizadas”, o contrário de um genuíno sistema federativo.<sup>33</sup> Em junho de 1893, o *Rio Grande do Norte* resume bem o ponto de vista da oposição autonomista, no artigo intitulado *A Escravidão política*:

[...] Os estados da União Brasileira, tem visto atrofiar-se a sua autonomia, levados a ferro e fogo, reduzidos a uma verdadeira escravidão política [...]. É preciso libertar o país da escravidão política que tem abastardado os caracteres, anulado todos os poderes, concentrados nas mãos do chefe do executivo, que governa ditatorialmente, apunhalando a constituição, sacrificando, atraçoando a República.<sup>34</sup>

Novamente é Amaro Cavalcanti quem tem a mais sistemática e abalizada posição sobre o federalismo norte-americano, que conhecia como poucos, especialmente no que se refere à relação União/Estados e Executivo/Legislativo, e sua aplicação no Brasil.<sup>35</sup> Para ele, era clara a separação entre os três poderes numa República federalista genuína, como se depreende de seu duro posicionamento, em 1891, contra a ingerência do Executivo no Legislativo e nos estados, a qual feria a autonomia destes e desvirtuava o federalismo no Brasil:

[...] nós precisamos de uma cousa urgente, indispensável: é que o Poder Executivo se coloque no seu lugar e não crie embaraços à ação benéfica e legítima do Poder Legislativo (apoiados) [...] Para que a federação, bem entendida, possa chegar aos resultados que são da sua natureza é sobretudo essencial, é condição básica que os poderes federais girem em esferas suas,

---

33 A SITUAÇÃO, RGN, 8/10/1892.

34 A ESCRAVIDÃO Política, RGN, 14/6/1893.

35 Sua obra clássica sobre o assunto é *Regime Federativo e a República Brasileira*, balanço efetuado em 1899, dez anos depois da Proclamação. Seu pensamento a esse respeito encontra-se em Janice Theodoro da SILVA, op. cit., p. 48-64.

próprias, separadas, independentes das esferas dos poderes locais e reciprocamente [...].<sup>36</sup>

Para Amaro, deveria haver nítida separação de atribuições entre a União e os estados, como se estabelecera teoricamente desde os tempos de Montesquieu, para não ocorrer a frequente confusão entre federação e confederação. Federalismo, para Amaro Cavalcanti, era aquele consagrado nos EUA, a saber, o que estabelecia claramente as competências da União Federal e dos estados.<sup>37</sup> Os EUA haviam feito a distinção adequada, consagrada na Constituição Federal de 1787, que substituíra a frouxa confederação anterior.

A diferença básica, segundo o senador potiguar, estaria nos conceitos de “autonomia” e “soberania”, óbvios numa federação, mas confundidos pelos republicanos franceses e brasileiros. Nesse sistema, os estados-membros eram apenas autônomos, nunca soberanos, atributo exclusivo do Estado-Federal, como o próprio Amaro Cavalcanti definiu a União: “Em uma federação não há estados soberanos, estes exercem a autonomia de poderes, que lhe são reservados nos limites da Constituição; o soberano único é o povo, a nação”.<sup>38</sup>

O problema essencial estaria no fato de que a associação federativa originava uma “dualidade de governos” (conceito extraído de Montesquieu, que distinguia estado federal e estado unitário), os quais coexistiam no mesmo território – o federal e o estadual. Isso acarretava, conseqüentemente, também uma dualidade nas relações entre os membros associados, ao contrário do que ocorria em um “estado unitário”, onde prevalecia a “autoridade exclusiva do governo geral sobre o todo”.<sup>39</sup> Tal

---

36 ASF, 1891, v. 4, sessão em 25/9, p. 145 e 147.

37 Amaro CAVALCANTI, op. cit., p. 19-20 e 33.

38 Discurso de Amaro que inaugurou a discussão do projeto de Constituição no Congresso Constituinte, CNC, v. 1, 1890-91, sessão de 13/12, p. 163.

39 CAVALCANTI, op. cit., p. 19-20.

dualidade, se não equacionada corretamente, gerava crises entre a União e os estados da Federação e entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, como as que preencheram os primeiros anos de regime republicano no Brasil.

Em relação a essa questão, Amaro Cavalcanti defendeu firmemente, na situação particularmente difícil da época de Floriano, a precedência da União sobre os estados. O futuro ministro de Prudente afirmava que o federalismo americano não deveria ser simplesmente transposto para cá, mas “acomodado às nossas circunstâncias”.<sup>40</sup> O problema da divisão das rendas entre União e estados, junto com a preocupação política em relação ao polêmico artigo 6º da Constituição, o qual dispunha sobre “intervenção federal nos Estados”, era o “nó” das relações entre as duas “entidades” federativas, na conjuntura tensa em que se materializavam.

Já em 1891, na discussão sobre os prédios e bens de propriedade da União, Amaro Cavalcanti deixara clara sua concepção não particularista sobre a questão. Polemizando no Senado, mais uma vez com o futuro presidente Campos Sales, defendeu os direitos da União Federal contra o domínio dos interesses “varejistas” dos estados:

[...] Nesta casa a União parece não ter procuradores (Não apoiados) Cada um dos estados mandou aqui três de seus eleitos para advogarem todos os seus interesses estaduais; cada um deles procura na esfera de seu esforço, dentro de sua concepção política, o meio de melhor aquinhoar o estado que representa [...] federalista, sem dúvida, quer dizer pertencente a uma federação, ou por outra, quer dizer a soma de interesses diversos ligados por um laço central, chamado União. Mas, se cada um de nós nesta casa é simplesmente o defensor de um estado, dos interesses singulares deste, ainda mesmo quando manifestamente contrários ao direito do todo, bom seria

---

40 Nessa formulação, desde o Congresso Constituinte, CNC, v. 1, 13/12/1890, p. 160.

declarar-nos não federalistas, mas separatistas [...]. Pela União quando guerreada pelos estados e pelos estados quando desrespeitados pela União; eis a minha conduta [...].<sup>41</sup>

Assim, o senador potiguar encaixava seu pensamento federalista a seu florianismo conjuntural, não apoiando demandas exageradas por mais autonomia estadual (ou soberania, como queriam os mais radicais), as quais poderiam levar ao fracionamento da nação. Para fixar o princípio teórico em que acreditava e firmar definitivamente sua opinião sobre o assunto, Amaro afirmava em 1893, quando ainda se discutia no Senado a “divisão de rendas” entre estados e o governo federal, que “a União, se tem o direito, não tem o dever de prestar socorros aos estados para ocorrer a deficiência de suas receitas [...] Se, de hoje em diante pois, pedir algum estado auxílio pecuniário em caso que não seja o de calamidade pública provada, negá-lo-á absolutamente”.<sup>42</sup>

Em posição oposta, estava seu adversário na política estadual, o deputado e seu sucessor no Senado, Almino Affonso, que representou paradigmaticamente o ponto de vista de que a União, representando os estados mais ricos, tinha, sim, o dever de auxiliar os estados pobres. Almino, aqui apoiado pelos parlamentares “paulistas”, criticava Amaro Cavalcanti por antepor a defesa dos interesses nacionais à dos estaduais e o atacava justamente por não fazer nada pelo estado natal, prometendo certa vez dar “um queijo de ouro” a quem achasse nos discursos do senador caicoense o nome do Rio Grande do Norte, numa evidente provocação.<sup>43</sup> No entanto partilhava com o adversário o sentimento antipaulista, culpando o domínio desse estado no Congresso como causa do descaso do parlamento para com

---

41 ASF, 1891, v. 3, sessão em 27/8, p. 140-141.

42 Id., 1893, v. 4, sessão em 17/8, p. 13.

43 Almino Affonso, ASF, 1894, v. 5, sessão em 15/10 (apêndice, p. 65). Sua posição sobre o federalismo republicano e a reorganização das antigas províncias em CNC, v. 3, 3/2/1891, p. 25.

os estados pequenos, que tinham “poucos votos” e, portanto, quase nenhuma influência política. Em linguagem prolixa e de lamuriosa indignação com o Legislativo republicano, o nativismo exacerbado de Almino Affonso chegava às raias do separatismo (mais retórico do que real, é verdade), como podemos constatar nesse mesmo discurso, ao protestar contra o corte de verbas feito pela Comissão de Orçamento a um pedido seu:

A República não pode consentir que o Rio Grande do Norte só por não ter grande representação que pese com seus votos na balança da votação e do governo, continue naquele esquecimento, naquela degradação. O seu estado prefere pertencer até à República de Andorra, contanto que não morra à mingua de socorros ao passo que seus irmãos sorriem de sua infelicidade. Entendo que os estados grandes e felizes devem socorrer aos pequenos, dando-lhes estrada de ferro, alfândegas e isenção de tributos para os grandes maquinismos que importem [...]. O Rio Grande do Norte não vem pedir esmola, mas sim aquilo a que tem absoluto direito [...] conclui que quem dá aos grandes não pode negar aos pequenos.<sup>44</sup>

Menos de um ano depois, Almino Affonso ainda insistia na mesma tecla, em discurso sentimental a favor de uma emenda de sua autoria que destinava verba de 200:000\$ para abastecimento de água em Macau, protestando ironicamente contra o fato de que na República, como no Império, ainda existiam estados privilegiados e outros esquecidos:

Não se cansará nunca de fazer sentir à Câmara o quanto precisa melhorar as condições em que ora vivem os pequenos estados do Norte. Deles há de vir uma não pequena parte da prosperidade da República [...]. Nem açudes, nem conserto da barra, nem telégrafos, nem colonização, nem cousa nenhuma! *ANDORRA não precisa de nada!* [...]

---

44 Id., ACD, 1892, v. 6, sessão em 7/10, p. 183-184, íntegra na p. 361-371, Apêndice.

[...] O Rio Grande do Norte nada deve à Monarquia que passou e nem à República que vigora [...]. Portanto não pode a Câmara, não podem os anciãos, os homens velhos, os pais de família, deixar de votar uma medida tão importante para o Estado que representa, e quer água, água e mais água!<sup>45</sup>

A emenda, no final aprovada, encontrara aguerrida resistência por parte de um dos paladinos do separatismo paulista, o senador Moraes Barros (irmão de Prudente), defensor da ideia de que “os estados decadentes e pobres deveriam unir-se em um só para tornarem-se grandes, fortes e florescentes” e não esperarem benesses da União ou dos estados mais fortes. Depois de classificar a proposta do parlamentar paulista como uma “aberração do senso comum”, Almino Afonso exasperou-se com Moraes Barros e os partidários de não se socorrerem os estados pobres, e desabafou: “Se somos tão pesados [...] faça o honrado Senador mais um rasgo de sua gentileza e [...] desligue-nos, desconsidere-nos!... Os velhos Brasileiros não querem, não suportam a ideia de rasgar a pátria! [...]”<sup>46</sup>

Mais importante do que os arroubos separatistas de Almino Afonso é sua visão de que o Congresso e suas comissões, compostas em sua maioria pelos representantes dos “estados grandes e ricos”, tinham o dever de auxiliar o desenvolvimento dos pequenos, posição louvável a princípio, mas que na Primeira República favoreceu o procedimento de se elaborarem emendas “particularistas” das bancadas estaduais visando a seus interesses clientelísticos. Nesse sentido, Campos Sales percebeu bem o espírito de sua época, ao consagrar, em sua “política dos Estados”, que, para prevalecerem em nível federal as “virtudes públicas” republicanas, era necessário fazer vista grossa aos “vícios privados” das oligarquias estaduais. A esse ponto de ressentimento mútuo entre as regiões, exemplificado por Almino Afonso e Moraes Barros, chegaram os discursos

---

45 ACD, v. 4, sessões de 17/8 e 21/8/1893, p. 453 e 529, respectivamente.

46 ASF, v. 7, sessões em 2 e 6/12/1895, p. 260 e 301-304.

sobre o relacionamento entre os estados e a União nos primeiros anos da “República dos Estados Unidos do Brasil”.

### 4.3 O “Cronos potiguar” e o “Marechal de Ferro”

As relações União-Estado no Rio Grande do Norte se complicavam pelo nativismo e civilismo da elite política potiguar e se acirraram a partir de fevereiro de 1892, com a eleição indireta de Pedro Velho para o governo do estado. A personalidade forte e a sede de consolidar uma oligarquia de base familiar tornariam mais tenso seu relacionamento com o poder central, controlado pelo marechal Floriano Peixoto. Durante todo o tempo em que esteve à frente do executivo estadual, a posição de Pedro Velho junto a Floriano nunca foi totalmente sólida; pelo contrário, ele era considerado demasiado amigo dos “paulistas” e de Custódio de Melo desde o Congresso Constituinte e a conspiração contra Deodoro, referências suficientes para criar um clima de desconfiança mútua entre o governador e o vice-presidente em exercício. Iniciava-se um dos períodos mais agitados da história política norte-rio-grandense, caracterizado por uma verdadeira “queda de braço” entre Pedro Velho, o “Cronos potiguar”, que engolia todos os adversários que lhe apareciam à frente, e Floriano Peixoto, o impassível “Marechal de Ferro”.<sup>47</sup> Ambos tiveram de lançar mão de todos os recursos de que dispunham, para fustigar o oponente não explicitado e, ao mesmo tempo, manter-se no poder, em meio a inúmeros boatos espalhados pela feroz oposição e mesmo a reais tentativas de deposição. Como afirmou Câmara Cascudo,

---

47 Na mitologia grega, Cronos (o Saturno dos romanos), um dos Titãs, era filho de Urano (o Céu) e Gea (a Terra), senhor do mundo depois de expulsar seu pai. Por temer ser destronado, engolia seus filhos ao nascerem, exceto Zeus (Júpiter), que a mãe, Rea, conseguiu esconder, apresentando ao marido uma pedra envolta em faixas, que Cronos engoliu sem perceber a troca. Mais tarde, Zeus deu ao pai um remédio que o obrigou a vomitar seus filhos e, em seguida, liderou uma rebelião que destronou Cronos.

“a missão de Pedro Velho não era apenas de consolidar, mas de vencer sempre, tudo e todos [...]”.<sup>48</sup>

Mais do que em qualquer outro período, a fonte mais fecunda para esclarecer os bastidores dessa “queda de braço” é, sem dúvida, a correspondência epistolar e telegráfica trocada entre o vice-presidente da República e diversas autoridades políticas estaduais ou funcionários públicos federais civis ou militares que desempenhavam funções oficiais no Rio Grande do Norte. Nessa correspondência, transparece pleno o jogo do poder entre as facções em luta, quando isso não podia ser admitido francamente nos jornais ou solenidades públicas. É o “lado oculto” das tramas políticas, apenas supostas nas entrelinhas dos órgãos partidários ou dos manifestos políticos formais, que se torna evidente, apontando vários episódios de atrito entre o “Marechal de Ferro”, o governador Pedro Velho e as oposições estaduais. Esses episódios são fundamentais para o desvendamento das relações entre União e os estados no início do regime federativo no Brasil.

O mais significativo e documentado desses episódios foi o chamado “caso Holanda”. O juiz de Direito de Canguaretama, o pernambucano Lourenço Justiniano Tavares de Holanda (1853-1935), Diretor da Instrução Pública na época da Proclamação, ex-deputado estadual do Congresso deodorista de 1891, era das relações de Floriano desde antes da República.<sup>49</sup> Membro da oposição a Pedro Velho no reduto político do irmão do governador, Fabrício Maranhão, Holanda denunciara-o por irregularidades no pleito do ano anterior para escolha do Congresso estadual lucenista, atacando o domínio violento da família Maranhão no município. Fora por isso perseguido, transferido para uma comarca do sertão, e estava sendo processado pelos correligio-

---

48 CASCUDO, *HRRN*, p. 217.

49 Ver sua carta a Floriano, datada de 12/12/1889, AFP, cx. 8L-14, pc. 1. Dados biográficos de Holanda, em CASCUDO, *HRRN*, p. 261-262, nota 16.

nários pedrovelhistas. Decidiu, então, queixar-se da parcialidade do governador ao poderoso patrono, pedindo a interferência de Floriano para ser nomeado ao Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o que lhe fora obviamente negado por Pedro Velho. Floriano, como era da praxe administrativa, instou o governador, em telegrama urgente, a aproveitar o afilhado em alguma comarca, pois “era parente de um amigo a quem muito prezo”, pedido reiterado um mês depois, apelando à “vossa benevolência para esse bom funcionário público”.<sup>50</sup>

Os telegramas e cartas do governador em resposta às solicitações de Floriano são esclarecedores do modo como se processava a “troca de favores” no novo regime republicano, a qual nada tinha a ver com o “governo do bem público” da propaganda, mais parecendo uma reedição do clientelismo imperial em novas roupagens. Pedro Velho, contemporizador, a princípio procurou minimizar o caso, afirmando serem “inexatas” as acusações de perseguição política a Holanda, reconhecendo existir apenas “conflito magistraturas federal local, onde não posso agir”.<sup>51</sup> Resolvido, porém, a impedir a qualquer custo a nomeação do adversário, terminou por admitir suas verdadeiras razões: “[...] foi na comarca da Penha [Canguaretama], onde residii, muito envolvido [sic] em lutas e perseguições e posso assegurar-vos que nem sempre com ânimo de justiça”, concluindo magnânimo que “conto porém apagar os ressentimentos contra ele, dando fim a essa questão por meios amigáveis”.<sup>52</sup> Os “meios amigáveis” empregados por ele foram a não inclusão de Holanda na lista dos desembargadores e a extinção de quatro comarcas, inclusive aquela onde o adversário era juiz, “por estar pronunciado por

---

50 Cópias dos telegramas de Floriano a Pedro Velho, de 26/6 e 25/7/1892, AFP, cx. 8L-21, pc. 2/RN, bl. 2.

51 Telegrama reservado, de 20/6/1892, pretextando que o Superior Tribunal de Justiça estadual só se reuniria a 1/7, AFP, cx. 8L-1, pc. 3/RN.

52 Carta de 22/6/1892, AFP, cx. 8L-14, pc. 4/RN.

crime inafiançável” e pelos “exíguos recursos das nossas rendas”, como explicou a Floriano em carta de 29 de julho.<sup>53</sup>

Sentindo-se fortalecido, o governador admitiu mais abertamente, um pouco depois, as razões que o tinham levado a tomar as decisões contra o juiz, embora ainda mantendo a perspectiva conciliadora: “O Dr. Holanda foi aqui um partidário violento da situação decaída e malquistou-se muito em Canguaretama. Entretanto, conto afastar amigavelmente os queixosos de insistirem no processo”.<sup>54</sup> Perseguido, sem recursos financeiros, Justiniano Holanda foi para o Rio de Janeiro, em fins de 1894, encontrar-se com Floriano, que o nomeou, primeiro, Diretor da Imprensa Nacional e, posteriormente o transferiu para o Maranhão, onde terminou seus dias como simples magistrado.

Floriano jamais perdoaria Pedro Velho pela desfeita pessoal, e as relações entre os dois, a partir de então, seriam pautadas pelo formalismo protocolar, pelo cálculo político e, sempre que possível, por represálias de parte a parte. O marechal foi transferindo para o sul todos os funcionários federais, civis ou militares, suspeitos de pedrovelhismo, colocando em seus lugares pessoas que lhe eram fidelíssimas, montando no Rio Grande do Norte uma verdadeira “rede de informantes”, que se revelaria bastante útil nos momentos críticos da Revolta da Armada e nos incidentes entre as forças federais e estaduais, que por pouco não redundaram na deposição do governador potiguar, em outubro de 1894.<sup>55</sup> Naturalmente, o vice-presidente da República foi aproximando-se da oposição estadual antipe-

53 Carta de 29/7/1892, *AFP*, cx. 8L-20, pc. 3, jul.out./RN. Para os incidentes em Canguaretama, na eleição de 10/5/1891, consultar “Crime da Penha”, *AREP*, 23/5/1891 (para a versão pedrovelhista) e “Pleito Eleitoral”, *RGN*, 14/5/1891 (para a versão dos deodoristas no poder).

54 Id. O processo era da época das eleições estaduais de 10/5/1891.

55 O principal desses informantes era o Inspetor da Alfândega Federal, Germano Machado, oficial da Guarda Nacional. Dados sobre ele nos jornais da oposição *ONTT*, *RGN* e o florianista *OEST*, especialmente

drovelhista, parte importante da qual – o grupo do senador José Bernardo de Medeiros – evoluíra para o florianismo. O rompimento de José Bernardo com Pedro Velho acontecera pela insistência deste em indicar o irmão Augusto Severo para concorrer à Câmara Federal, nas eleições marcadas para 22 de maio de 1892. Em manifesto datado do final de abril, o senador caicoense afirmou ter recebido de “diversos amigos políticos da Capital e do interior do Estado” manifestações de “desgosto e ressentimento com a atual direção do Partido Republicano” e advertia, em tom lamurioso:

[...] o fato é que os amigos se queixam com mais ou menos razão, e é doloroso que em um regime político em que se deve considerar de preferência os elementos bons que nunca especulam com as posições políticas e sempre [se] mostraram dedicados ao Partido Republicano, se proceda de modo a suscitar descontentamentos.<sup>56</sup>

O que José Bernardo pedia ao governador era a cobrança de compromissos tácitos de lealdade e gratidão para com correligionários tão fiéis como os do Seridó, sem os quais Pedro Velho não teria sido eleito. O governador ignorou o pedido e insistiu na indicação do irmão, gesto tomado por Janúncio da Nóbrega como sendo “a primeira manifestação de oligarca que se fazia na República, com deturpação de princípios republicanos”, precipitando o rompimento, que José Bernardo não pôde mais evitar.<sup>57</sup> Os pedrovelhistas responderam veementemente pelo *A República* que Augusto Severo merecia a indicação por “sua fé ardente, a sua inexcedível dedicação à causa da República”, e que, “no momento que atravessamos nenhum candidato melhor

---

por ocasião dos incidentes entre o Corpo Militar de Segurança e o 34º, em outubro/novembro de 1894.

56 MANIFESTO Político: Ao Partido Republicano, *ONTT*, 13/5/1892.

57 Autobiografia, de Diógenes da Nóbrega, comentando o manifesto do irmão (o texto estava em poder de *CASCUDO*, *HRRN*, p. 226, mas não foi possível localizá-lo no Memorial Câmara Cascudo).

que Augusto Maranhão se acha em condições de substituir ao eminente chefe republicano [...]”.<sup>58</sup> Essa defesa de Augusto Severo selou a separação com os “bernardistas”. Em manifesto de maio de 1892, Janúncio lançou sua candidatura dissidente, no estilo silvajardinense da propaganda: “O meu programa é o meu passado”.<sup>59</sup>

A aproximação dos republicanos seridoenses com Floriano foi difícil, pela posição inicial de José Bernardo e Amaro Cavalcanti, que haviam sido contrários à decretação do estado de sítio após os acontecimentos de 10 de abril. Só no final do ano, mediado pela bancada paulista, é que José Bernardo afinou-se definitivamente com o vice-presidente, o que se comprova numa longa carta, na qual o velho senador dá a entender que o marechal o incumbira de mantê-lo informado sobre “os negócios do Rio Grande do Norte”:

[...] não posso deixar de ser severo para com a atitude do Dr. Pedro Velho, apesar de entre mim e ele não existirem prevenções, nem ressentimentos [...] o lugar de chefe de partido é incompatível com o cargo de governador [...] contra os mais elementares princípios da moralidade republicana [...] não procedeu acordo, consulta ao partido, qualquer coisa que a tornasse decente; foi uma surpresa, foi uma imposição feita ao partido que teve a fraqueza de não reagir [...].<sup>60</sup>

Amaro Cavalcanti, que acompanhara José Bernardo no “rompimento”, destacava-se cada vez mais no Congresso Nacional, onde sua opinião era ouvida com atenção e sua influência era crescente. Como sabemos, ele reavaliara sua posição sobre Floriano, especialmente a partir do início de 1893, quando a

---

58 A ELEIÇÃO de 22 de Maio, *AREP*, 30/4/1892. Para breves informações sobre Augusto Severo (1864-1902), ver *CASCUDO*, op. cit., p. 217-218 e Tavares de LIRA, *HRN*, p. 313-314.

59 *CASCUDO*, op. cit., p. 224.

60 Carta de José Bernardo a Floriano Peixoto, 10/12/1892, *AFP*, cx. 8L-14, pc. 4.

Revolução Federalista e tentativas de motins militares o fizeram defender veementemente a ameaçada legalidade republicana, representada pelo Marechal. Aos poucos e nos momentos críticos que se aproximavam, Amaro se transformaria num dos principais defensores de Floriano Peixoto no Senado.

De qualquer modo, Floriano colocou antipedrovelhistas, fossem florianistas ou não, em postos-chave da administração federal no Rio Grande do Norte. Toda a magistratura federal no estado estava na mão da oposição: Diógenes da Nóbrega ocupou a Procuradoria da República entre 1892 e 1895; os cargos de juiz seccional e juiz substituto foram respectivamente para Oliveira Santos (que não era florianista) e Manoel Dantas. Um expediente bastante utilizado pelo marechal para humilhar o governador foi o de nomear parentes e correligionários de José Bernardo (às vezes só adversários de Pedro Velho) para oficiais da Guarda Nacional, título ainda de grande prestígio social, para desespero do governador, que via suas indicações serem preteridas uma após a outra e ao qual restou apenas reclamar amargamente a Floriano, esperando a oportunidade de retaliação.<sup>61</sup>

A exceção oposicionista foi o antigo grupo Conservador da Botica, entrincheirado no *Rio Grande do Norte*. Intransigentemente antiflorianista, o jornal perseverou na oposição tanto a Pedro Velho quanto a Floriano, não recebendo nada de nenhum dos dois e recusando sistematicamente qualquer possibilidade de aliança com José Bernardo, além do breve apoio que deu à candidatura oposicionista de Tobias Monteiro, no segundo

---

61 Para os bilhetes de José Bernardo indicando parentes e correligionários para oficiais da Guarda Nacional ou para cargos no funcionalismo federal, idem, Rio, 31/7/ 1894, cx. 8L-17, pacote 1, jul/94. Para as nomeações, ver documentação da Guarda Nacional (IG13-947/ AN) entre 1890 e 1894 relativos ao Rio Grande do Norte, especialmente a partir de outubro de 1892, quando frequentemente os ministros de Floriano acatam “a pedidos” do senador José Bernardo (4/10, 16 e 25/11/1892).

pleito a deputado federal, realizado em 1893, contra o mesmo Augusto Severo.

A obstinação de Pedro Velho em indicar o irmão, junto com o desgaste do caso Holanda, trouxe para o governador um período de isolamento e atribuições, na esfera estadual e federal, o qual se estendeu até o final de seu governo. Fez ir para a oposição ninguém menos do que Nascimento Castro, o segundo homem na hierarquia do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, seu grande braço direito. O ex-pedrovelhista abandonou de imediato a redação de *A República*, acusando o líder do PRRN de passar por cima dos organismos partidários e foi colaborar no *Rio Grande do Norte*, engrossando as fileiras oposicionistas.<sup>62</sup> Apesar da previsível derrota de Augusto Severo no Seridó, o candidato de Pedro Velho venceu amplamente em quase todas as regiões do estado, mas as denúncias de irregularidades foram tantas, a eleição tão contestada, que terminou *sub judice*. Na Câmara dos Deputados, a oposição autonomista conseguiu a anulação do pleito, considerando Severo incompatibilizado, por ser “concessionário de um engenho central no vale do Cunhaú” que gozava de favores do governo federal, como a garantia de juros, o que era proibido a candidatos a mandatos parlamentares.<sup>63</sup>

A anulação da eleição de Augusto Severo, em julho de 1892, no mesmo instante em que ocorria a “queda de braço” entre Pedro Velho e Floriano em torno do “caso Holanda”, acentuou a incerteza da política estadual e o isolamento do governador na bancada federal, onde contava apenas com Almino Affonso, entre seis parlamentares. Para compensar a perda da

---

62 CASCUDO, *HRRN*, p. 221; para a versão pedrovelhista, ver *AREP*, 11/6/1892.

63 Para acompanhar o processo de anulação da eleição, consultar os discursos de Amorim Garcia, *ACD*, 1892, sessão em 25/6, v. 2, p. 341 e segs., contrário ao reconhecimento; favorável, o de Almino Affonso, id., v. 3, sessão em 13/7, p. 264-269.

segunda maior liderança estadual, Pedro Velho aproximou-se de Francisco Gurgel, de Mossoró, antigo desafeto, aos poucos cooptado. Prevalencia a velha máxima do *divide et impera*. O apoio do “coronel” mossoroense era importante eleitoralmente, embora inócuo na “opinião pública” estadual. Nesta, a oposição antiflorianista, que se abstivera no pleito, contava com jornais contundentes, como o *Rio Grande do Norte* e *O Nortista*, os quais teimavam em divulgar notícias, muitas vezes meros boatos, de que Floriano esperava apenas um pretexto qualquer para depor o governador, o que era insistentemente exigido por eles. Formalmente, Floriano hipotecara a neutralidade política das forças federais estacionadas no Rio Grande do Norte, jurando que seu governo esforçava-se sempre por agir nos “limites Constituição, inda [sic] que adversários procurem convencer existência intervenção, do que jamais terão provas”.<sup>64</sup> Na prática, continuaria com as represálias administrativas a Pedro Velho, agraciando opositoristas com patentes da Guarda Nacional e cargos no funcionalismo público federal.

De qualquer forma, Pedro Velho procurou garantir-se, como demonstra em carta de julho de 1892, na qual ofereceu ao vice-presidente “máxima lealdade”, tentando afastar o fantasma da intervenção federal, ao apelar a Floriano para que este reafirmasse seus intuitos não intervencionistas ao comandante do 34º B.I.: “V. Exca compreende que nos pequenos estados e nas capitais de pouca população, como esta, as forças federais muito podem influir, desde que saião da neutralidade que V. Exc tão honradamente mantém [...]”.<sup>65</sup>

---

64 Telegramas de Floriano a Pedro Velho, 10 e 12/7/1892, *AFP*, cx. 8L-18, pc. 1, 1892.

65 Carta de Pedro Velho a Floriano, 29/7, *AFP*, cx. 8L-20, pc. 1, jul./out. 1892, informando que os oficiais opositoristas, um major e um tenente primo de Miguel Castro, haviam sido transferidos e tudo ficara calmo.

Observe-se a preocupação de Pedro Velho com a possibilidade de interferência dos militares na política estadual, acostumado que estava com o controle sobre eles, ao sentir que isso poderia mudar na “era Floriano”, com o fortalecimento do militarismo jacobino. Esse receio também era compartilhado pelo agora adversário José Bernardo, na carta ao marechal à qual aludimos, em que tentou indispor o comandante pedrovelhista com Floriano:

O Dr. Pedro Velho é honesto porém não digo o mesmo de seus agentes [...]. Chamo a atenção para a força federal aqui estacionada [...]. [capitão-tenente Artur Lisboa, o comandante do 34 B.I.] é um dos partidários mais exaltados do Dr. Pedro Velho a quem auxilia por todos os modos, usando até da autoridade de sua posição militar. E no 34 lavra profunda discórdia entre o comandante e os oficiais.<sup>66</sup>

Por outro lado, desde julho, o governador procurava ressaltar o caráter republicano de suas primeiras medidas administrativas à frente do governo potiguar, com o objetivo de não dar nenhum motivo de intervenção federal:

[...] A situação política do Rio Grande do Norte é firme e dedicadamente republicana e solidária com o patriótico e honrado governo federal [...]. A nossa constituição é libérrima e as leis orgânicas elaboradas pelo congresso tem um verdadeiro cunho democrático. O corpo legislativo não admitiu nenhum privilégio e o único que lhe foi solicitado – loterias – foi negado em votação unânime [...].<sup>67</sup>

---

66 Carta de José Bernardo a Floriano Peixoto, 10/12, AFP, cx. 8L-14, pc. 4, 1892. Sobre as intervenções do governo Floriano nos estados, SCHULZ, op. cit., p. 171-178, lembrando que Pedro Velho era o único governador civil ao norte do rio S. Francisco (p. 174). Para o RN, CASCUDO, op. cit., p. 229-234.

67 Carta de Pedro Velho a Floriano Peixoto, 29/7/1892, AFP, cx. 8L-20, 1, jul./out., 1892.

Para contrabalançar a influência crescente da imprensa oposicionista na “opinião pública”, Pedro Velho foi obrigado a valer-se do expediente de criar um “órgão independente”. A *República* era facilmente acusável de situacionismo, não apenas por ter contrato com o governo estadual para publicar seus atos oficiais mas principalmente por ser o órgão do PRRN, o que lhe tirava qualquer veleidade de isenção. Em agosto de 1892, surgiu em Natal um novo jornal, *O Caixeiro* (1892-94), aparentemente defensor dos interesses dos “trabalhadores no comércio”, mas que desde o editorial afirmava aspirar a “horizontes mais dilatados” e que “a política mesmo não nos será indiferente”. Impresso na tipografia d’A *República*, o que já queria dizer muito, o jornal tornou-se, na realidade, um “pasquim”, que criticará sem tréguas a oposição, respondendo na mesma linguagem boateira e caluniosa aos ataques dos adversários do governador, o que este não poderia fazer nos mesmos termos.<sup>68</sup>

No final de 1892, estavam amadurecidas as condições para o surgimento de uma ampla frente oposicionista, reunindo pela primeira e última vez florianistas e antiflorianistas contra Pedro Velho. De fato, a 20 de dezembro, o antiflorianista *Rio Grande do Norte* publicou um manifesto de toda a bancada federal potiguar (à exceção óbvia do deputado Almino Affonso), em que esta criticava os rumos da orientação do PRRN dominado pelo governador e se propunha organizar “um partido republicano oposicionista”, de que o jornal seria o porta-voz.<sup>69</sup> Verdadeira frente anti-Pedro Velho, a dissidência reunia novamente, embora

---

68 Citação de *O CAIXEIRO*, *OCX*, 10/8/1892. O proprietário do jornal era o comerciante Pedro Celestino da Costa Avelino (1861-1923), nascido em Angicos, mas morando em Natal desde 1885. Por sua fidelidade ao amigo governador, foi nomeado oficial de gabinete. Avelino tornou-se posteriormente um dos redatores de *AREP*, mas, no início do século XX, romperia com a oligarquia Maranhão, fundando, em 1901, seu próprio jornal, *Gazeta do Commercio*, cf. *CASCUDO*, *HRN*, p. 517-518 e I. de *SOUZA*, op. cit., p. 181-183.

69 Ver comentário sobre o documento em *MANIFESTO*, *ONTT*, 6/1/1893.

por pouco tempo, antigos líderes dos partidos monárquicos, como José Gervásio e Nascimento Castro, com republicanos históricos da propaganda, como Janúncio da Nóbrega. Foi uma das raras oportunidades, senão a única, em que a oposição a Pedro Velho esqueceu velhas diferenças políticas e marchou unida em prol do objetivo comum de derrotar o adversário de todos. José Bernardo abriu mão de seu candidato (Janúncio, considerado radical pelo *Rio Grande do Norte* e provavelmente pelo próprio senador), esperando que a aliança se estendesse à esfera federal. Em fevereiro de 1893, é lançada pelo “partido republicano opositorista” a candidatura do republicano histórico e antiflorianista Tobias do Rêgo Monteiro, nas novas eleições marcadas para 23 de abril, contra o mesmo Augusto Severo, cuja candidatura o governador insistiu em manter. Confirmava-se a queixa de José Bernardo, que criticara Pedro Velho por “não procurar atender ao mérito do pessoal escolhido porém ao partidarismo e a afilhadagem somente”, garantindo a Floriano que o governador “está completamente divorciado da opinião geral do Estado”.<sup>70</sup>

O resultado da eleição foi previsível: Tobias Monteiro – mais precisamente, José Bernardo – esmagou o adversário no “curral” do Seridó com quase dois mil votos de frente (2457 a 461), insuficientes, é claro, para compensar a fragorosa derrota para o irmão do governador nos outros “currais” do estado.<sup>71</sup> Dessa feita, Augusto Severo foi reconhecido pela Câmara dos Deputados, embora pesasse novamente sobre ele outra suspeita de incompatibilidade, a de receber verba federal para

---

70 Carta de José Bernardo a Floriano, 10/12/1892, *AFP*, 8L-14, 4. Sobre a posição dos antiflorianistas, *AO Eleitorado Norte-Rio-Grandense*, *RGN*, 1/2/1893.

71 Para os comentários partidários sobre os resultados eleitorais, ver *ELEIÇÃO Federal*, *AREP*, 29/4 e 6/5/1893; *ELEIÇÃO Federal*, *ELEIÇÃO de Touros e ELEIÇÕES no Seridó*, *RGN*, 27/4, 30/4 e 11/5/1893. Em Natal, a diferença pró-Severo foi pequena (353 a 312), mas no total do estado ela foi cerca de 600 votos.

desenvolver suas pesquisas sobre o “balão aeróstato”, as quais interessavam ao exército brasileiro e o tornariam célebre. Mas a conjuntura era outra: Floriano necessitava do apoio dos governadores e de parlamentares mais situacionistas para combater os federalistas no Sul. Assim, com a eleição do irmão, Pedro Velho recebia um reforço providencial na Câmara dos Deputados, até que, em março do ano seguinte ele pudesse eleger toda a bancada federal e mais o terço do Senado em disputa, cortando o braço parlamentar da oposição antFloriano no Congresso. A necessidade premente de sair do isolamento parlamentar federal, além da obstinação em criar uma oligarquia familiar no estado, são explicações plausíveis para a insistência na candidatura de Augusto Severo.

O ano de 1893 começara com a deterioração da conjuntura política nacional. Desde a promulgação da Constituição gaúcha, explicitamente inspirada no positivismo – permitindo a reeleição indefinida do chefe do executivo estadual – portanto, consagrando a ideia comteana do “ditador republicano”, a tensão entre o positivista governador Júlio de Castilhos e os “federalistas” liderados pelo velho monarquista Liberal Gaspar da Silveira Martins acumulou-se perigosamente, degenerando em conflito armado no início do ano.<sup>72</sup> A temporização do ministro da Marinha, contra-almirante Custódio de Melo, protelando o início da mobilização militar contra os rebeldes, malquistou-o com Floriano. Em abril, Custódio e Serzedelo Corrêa saem do ministério, pretextando concorrer à presidência da República, na verdade encobrendo divergências profundas com o marechal. Os acontecimentos que se seguiram são sobejamente conhecidos,

---

72 Para uma síntese historiográfica sobre a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul ver, CARONE, op. cit., v. 2, p. 97-117; BELLO, op. cit., p. 107 e segs., que reproduz a visão liberal; para a versão florianoista, Sílvio PEIXOTO, op. cit., p. 146-169; e a documentação do AFP, pasta “governo revoltoso” (8R, 1 a 18); também a publicação oficial *Floriano: memórias e documentos*, v. 6.

fazendo parte de um dos períodos mais dramáticos da história brasileira.

Desde a eclosão da Revolução Federalista, Pedro Velho colocou-se ao lado da legalidade republicana representada por Floriano, não acompanhando a simpatia do amigo Custódio de Melo pelos federalistas. Diplomáticamente, colocou os parcos recursos do estado à disposição do marechal, defendendo, ao mesmo tempo, uma solução negociada e pacífica que “mantivesse a integridade nacional a todo o custo”, como também pedia no Senado seu adversário, Amaro Cavalcanti. O governador deixava à *República* e principalmente a *O Caixeiro*, o embate mais duro com a oposição antiflorianista, insistindo no caráter restaurador do movimento armado dos federalistas.<sup>73</sup>

Mas foi a Revolta da Armada, por seu caráter dramático, sitiando a própria capital federal, que radicalizou as posições e acirrou os ânimos.<sup>74</sup> Pedro Velho realmente teria de ser cauteloso a esse respeito. Amigo de Custódio, precisava ainda garantir-se no poder estadual na situação instável que o país atravessava e, naquele momento, a atitude mais prudente lhe pareceu ser acompanhar os paulistas no apoio a Floriano. Colocou novamente os recursos do estado à disposição do governo da União e decididamente ficou a favor da legalidade. Ao mesmo tempo, os representantes pedrovelhistas no Congresso atacavam duramente Custódio e a Revolta, defendendo Floriano e a salvação da República, ainda que posteriormente tenham sido frontal-

---

73 PELA República, *OCX*, 8/3/1893 e *AREP*, 11/3/1893, hipotecando adesão ao “governo legal”; também vários telegramas e cartas do governador Pedro Velho e correligionários a Floriano nesse sentido, por exemplo, telegrama de 3/3/1893 da redação de *O Caixeiro*, *AFP*, cx. 8L-18, pc. 2, mar. 1893; para a posição de Amaro Cavalcanti, *ASF*, 1893, v. 1, sessão de 6/6/1893, p. 291.

74 Para acompanhar a evolução da Revolta, do ponto de vista dos florianistas, ver Felisbelo FREIRE, *História da Revolta de 6 de Setembro*. Para a versão dos revoltosos, consultar o próprio Custódio de MELLO, *O governo provisório e a revolução de 1893*, 2 v.

mente contra a prorrogação do estado de sítio e a tentativa de suspensão da nova sessão legislativa de 1894.<sup>75</sup>

A Revolta, aliás, como era de se esperar, dividiu a oposição pedrovelhista. Os não florianistas, como haviam feito em relação aos federalistas, negaram o intuito restaurador do movimento armado, mas louvaram a adesão de Saldanha da Gama e deram ampla e especial cobertura aos revoltosos em seu noticiário, apesar da antipatia e desconfiança em relação a Custódio, que apoiara a derrubada de Miguel Castro e fora até recentemente ministro de Floriano.<sup>76</sup> A ênfase era de apoio aos motivos “reconstitucionalizantes” da Armada, exigindo a saída do vice-presidente, como mostra o artigo de adesão do *Rio Grande do Norte* à Revolta:

[...] esposando a causa da revolução de 6 de setembro, que é a *causa nacional*, defendida de há muito pela oposição em todos os estados, em toda a parte, em todos os terrenos, contra a ditadura ferrenha e sangrenta do onipotente marechal, a nossa conduta sempre franca e leal deverá despertar no ânimo dos situacionistas, dos governistas, o sentimento de justiça [...] no momento angustioso que atravessa a República [...].<sup>77</sup>

Apesar de contar com a solidariedade política formal e mesmo a promessa de ajuda material de Pedro Velho às suas forças, além do apoio explícito dos florianistas de José Bernardo, Floriano preferiu usar seus próprios meios para inteirar-se da situação do Rio Grande do Norte durante a Revolta. Pelo menos é o que permite inferir-se de sua correspondência na

---

75 A REVOLTA da Armada, OCX, 13/9/1893; OS Acontecimentos da Capital Federal: Revolta da Armada, editorial de AREP, 16/9/1893 e seguintes. Ver o prolixo discurso de Junqueira Ayres na Câmara dos Deputados, ACD, 1894, v. 2, sessão em 19/7, p. 185-204 e p. 216-226, reproduzido por Alberto MARANHÃO, *Quatro Discursos Históricos*, p. 32-133.

76 Ver dois artigos intitulados A REVOLUÇÃO, RGN, 19 e 24/11/1893; para a opinião de Elias Souto, ONDE está o gato, ONTT, 13/10/1893.

77 A REVOLUÇÃO, RGN, 19/11/1893.

época, ao receber relatórios, cartas e telegramas confidenciais dos funcionários federais, geralmente militares ou chefes de repartições públicas, gente de confiança que pusera no lugar dos pedrovelhistas. Seu principal “informante” no estado parece ter sido o Inspetor da Alfândega Federal, Germano Machado, no cargo desde novembro de 1892. A correspondência reservada que manteve com Floriano, delatando os “inimigos custodistas” e acusando Pedro Velho de dissimulado, não deixa dúvida sobre a verdadeira função de Germano no Rio Grande do Norte. Numa longa carta enviada ao vice-presidente em 3 de dezembro de 1893, no auge da revolta da Armada, o funcionário revelou-se em toda a plenitude. O trecho é extenso, mas fundamental para o entendimento das relações políticas na República então, inclusive por demonstrar, novamente, que as relações de parentesco e clientelismo valiam muito mais do que princípios ideológicos:

Entendo do meu dever, como seu verdadeiro amigo, dar-lhe parte de quem são os seus inimigos n’este Estado. O Governador Dr. Pedro Velho, finge-se amigo de V. E<sup>a</sup> tão somente para aguentar-se no poder, mas deseja tanto a vitória do Custodio como a sua conservação no governo do Estado. Está cercado de alguns desembargadores, seus conselheiros que se declaram ostensivamente em favor da revolução. No batalhão 34<sup>o</sup> contam-se quatro oficiais que são: o Major Claudino Cruz, endeusado pela oposição que continua atazanar (?) V. E<sup>a</sup>, pela (?) do ten (ente) cel. Nery, o Ten Manoel Castro [parente de Miguel Castro] e os alferes Joaquim Potengy e Baptista de Mello [...]. As mais perniciosas e mais inimigas de V. Exc<sup>a</sup> são: o Tesoureiro Gaspar Monteiro, irmão do Tobias Monteiro que foi secretário particular do Rui Barbosa; os 1<sup>o</sup>s secretários Bonifácio Câmara, Joaquim Monteiro, Alípio Barros e o 2<sup>o</sup> João Backer [...] quase todos esses empregados são muito protegidos pelo Diretor do Tesouro Alonso de Almeida, atual oficial de Gabinete do Ministro da Fazenda, por ser parente de quase todos porsangueou afinidade [...] que franca e ostensivamente assim o manifestam, e que muito desejam o triunfo do cruel Custódio e a queda de V. E<sup>a</sup>.

Por minha parte nada posso fazer porque não tenho forças e conto com aquele grande elemento (Diretor Alonso de Almeida) contra mim. Deixo de tratar-lhe da oposição porque esta se manifesta pelos jornais daqui e seria enfadonho fazê-lo. Digo tam somente que ela continua, porque o Cel. Nery é muito bom homem e muito frouxo. Meu irmão por duas vezes já o tem convidado para quebrar as duas tipografias que falam grosseiramente para V. Exc. [as do Rio Grande do Norte e O Nortista] mas ele tem respondido que essa missão é do Governador do Estado. Aqui fico às ordens de V. Exc<sup>a</sup>. como seu verdadeiro dedicado amigo e velho camarada. Germano Machado.<sup>78</sup>

Observe-se, além do apelo às relações de parentesco e patronagem prevaletentes, o tom claramente “delator”, de “caça as bruxas”, e a sem-cerimônia do funcionário público de confiança de Floriano em sugerir o empastelamento dos jornais oposicionistas. A alusão ao tenente-coronel Nery explica em parte sua posterior substituição por Virgínio Ramos no comando do batalhão federal: além de pedrovelhista, era muito “frouxo”.<sup>79</sup> Na carta de Germano Machado também fica clara a forte vinculação dos antiflorianistas potiguarenses radicados no Rio de Janeiro com a burocracia governamental. As ligações

---

78 Carta confidencial de Germano Machado a Floriano Peixoto, cujo portador foi seu próprio filho, *AFP*, 3/12/1894, cx. 8L-15, pc. 4, nov./dez. 1893, do Gabinete do Inspetor. Em Aviso Reservado de 18/4/1894, Germano já respondia ao pedido que lhe fizera nesse sentido o Ajudante-de-Ordens de Floriano, capitão Nascimento Machado, listando “os empregados federaes inimigos governo, adeptos Custódio”. Novidade importante na lista é a inclusão de Oliveira Santos, *AFP*, 1894, cx. 8L-11, pc. 8, abr.

79 Nery fora nomeado por Floriano para o comando do 34º B.I. no Rio Grande do Norte em abril de 1892, a pedido do governador, cf. telegrama de Floriano a Pedro Velho, *AFP*, cx. 8L-21, pc. 2, bl. 1. Apesar de militar cioso, Nery era amigo de Pedro Velho, o que bastava para a oposição exigir sua transferência, cf. cx. 8L-3, 5, 9/5 e 8L-15, 4, 3/12/1893. Em telegrama de 5/9/1893, Pedro Velho procurou mostrar a Floriano a “inconveniência” da transferência, *AFP*, cx. 8L-6, pc. 6, set. 1893.

de parentesco com a terra natal continuavam firmes, a ponto de, se o quisessem, tornar a vida dos florianistas insuportável, demonstrando a complexidade das relações políticas “locais” e “nacionais” naquele momento. O próprio florianista sentiria na pele esse poder sub-reptício. Um pouco mais tarde, em telegrama a Floriano, o Inspetor da Alfândega pedia para ser removido do cargo no Rio Grande do Norte, por achar-se “sob forte pressão, sem liberdade para obrar como chefe de repartição porque Delegado Tesouro aqui comissão seis meses identificado com quase todos os empregados parentes diretor Alonso d’Almeida procura somente desautorar-me insubordinados a repartição. O fim é proteger ditos empregados inimigos declarados do Governo e prejudicar-me para que as minhas informações não caíam por terra e eles fiquem impunes”.<sup>80</sup> Floriano, como prêmio à fidelidade do funcionário, o transfere para a Alfândega de Santos, a mais movimentada do país.

A segunda metade de 1893 seria reservada, na política nacional, às gestões do líder do governo na Câmara, o deputado paulista Francisco Glicério, para organizar um partido verdadeiramente nacional que sustentasse Floriano no Congresso Nacional e defendesse a Constituição presidencialista contra a pregação parlamentarista da Revolução Federalista. Mais ainda: que controlasse o processo sucessório ameaçado por uma possível candidatura Custódio de Melo à presidência, considerada inaceitável pelas suspeitas de simpatia do ex-ministro pelos federalistas.<sup>81</sup>

80 Aviso Reservado (telegrama), 12/6/1894, AFP, 8L-12, 5, jun. Informações sobre Joaquim Alonso Moreira de Almeida (1841-1901), ver CASCUDO, LVE, v. 2, p. 23-25. Alonso era também Diretor Geral de Contabilidade, funcionário imperial desde 1879, mas prestigiado pelo governo republicano, com influência bastante para, do Rio de Janeiro, afrontar os próprios elementos de confiança de Floriano no Rio Grande do Norte.

81 J. S. WITTER, *A 1ª tentativa de organização partidária na República: o Partido Republicano Federal (1893-1897)*, p. 14-15. Sobre o papel dos parlamentares potiguares na criação do PRF consultar as atas das

Numa carta de Glicério ao Ministro da Justiça, Fernando Lobo, datada de 5 de junho, aquele relata as dificuldades de sua empreitada, motivadas por “faltar ainda mais de uma resolução a tomar por parte do governo, em relação à política de alguns estados”, citando entre estes o Rio Grande do Norte, o que demonstra como era complicada a situação. O trecho a seguir é significativo das articulações políticas de bastidores para aparar arestas e atender a interesses, muitas vezes antagônicos, que envolviam Floriano e os paulistas, como também Pedro Velho, José Bernardo e Amaro Cavalcanti:

[...] Quanto ao Rio Grande do Norte peço e rogo que o governo, uma boa vez se resolva atender francamente, partidariamente, a requisição de Pedro Velho – principalmente no que respeita à Guarda Nacional. Sei que se tem em consideração a José Bernardes [sic] ele a merece. Mas o governo deve lembrar-se das memoráveis sessões parlamentares de 10 de Abril [de 1892], nas quais o voto do respeitável Senador foi sistematicamente contrário à o governo e aos nossos amigos. Agora ouça-me: se nós caíssemos conosco cairia Pedro Velho, mas o Bernardes iria, com os homens de 10 de Abril, governar o Rio Grande do Norte. Se o embaraço vem do desejo que o governo tem, da reeleição senatorial do Amaro, eu asseguro que posso obtê-la dos nossos amigos d’aquela Estado. De mim há o mais intenso desejo de reeleição do Amaro, cuja cooperação no Senado muito interessa a nosso partido [...]. Mas não atendam por favor a mim, senão por interesse do próprio governo às necessidades do nosso partido.<sup>82</sup>

Nessa carta, aparece clara a intenção de Glicério em organizar um partido nacional a partir de sólidas bases estaduais representadas por governadores e oligarquias fiéis. Nesse

---

reuniões de 8/7, 25/7 e 30/7, reproduzidas por WITTER, Apêndices 1-3, p. 121-41. Os delegados do PRF no Rio Grande do Norte eram Augusto Severo e Almino Affonso.

82 Carta de Francisco Glicério a Fernando Lobo, 5/6/1893, in WITTER, op. cit., apêndice 11, p. 171-172.

sentido, Pedro Velho lhe parecia mais confiável do que José Bernardo e até mesmo Amaro Cavalcanti, que um ano antes haviam sido adversários de Floriano, embora no momento estivessem firmemente com o vice-presidente. Era justamente essa aproximação dos seridoenses com Floriano que exasperava Pedro Velho, ao ver a maioria de suas indicações preterida pelo marechal, em favor das de José Bernardo. É isso que o governador deixou claro em telegrama a Floriano, ao qual se queixa magoado da “ingratidão” deste, explicando mais uma vez porque era contra a reeleição de Amaro:

Entretanto parece que nossos serviços, nossa dedicação nada valem vendo-nos preteridos por aqueles mesmos que não escolhem meios de intrigar-nos e caluniar-nos [...]. Ignoreis certamente que de muitos meses nenhum pedido nosso é satisfeito, antes procura-se considerar aqueles que nos guerreiam e vos agridem. Não me consta ter havido aqui, até agora por parte republicanos compromissos favor reeleição Amaro. Respondendo telegrama de João Lopes [?] disse que para corresponder vossas vistas, partido não poria dúvida aceitar dita reeleição, uma vez Amaro abandonasse nossos e vossos inimigos, se manifestasse solitário [sic] conosco e que fossem restabelecidas confiança e apoio que merecemos pelos nossos serviços e esforços em prol instituições e vosso governo. Compreendeis não seria honesto que eu apresentasse aos meus amigos para ser sufragado nome de cidadão que vos hostiliza [...].<sup>83</sup>

Começava mais um “round” da queda de braço entre Pedro Velho e Floriano. De nada valeram as interferências de Quintino Bocaiúva, Campos Sales e Francisco Glicério, em nome do PRF, a favor de um compromisso. O próprio Amaro Cavalcanti, em carta a Floriano, de setembro de 1893, analisando o quadro eleitoral do país, chegou a abrir mão de sua candidatura em

---

83 Telegrama de Pedro Velho a Floriano Peixoto, 17/8/1893, *AFP*, cx. 8L-5, pc. 1, ago. Sobre os bastidores da candidatura à reeleição de Amaro Cavalcanti no Rio Grande do Norte, *CASCUDO*, *HRRN*, p. 232-234.

favor de uma solução negociada para seu estado natal, que satisfizesse a todos:

[...]RGN: Parece-me que uma injunção direta do Pedro Velho daria em resultado tomar ele o compromisso – 2 para si e 2 para José Bernardo – ficando a eleição do Senador como obrigação positiva de ambos. Eu, porém, devo declarar não se faça nenhum conchavo para salvar candidatura minha. Se o governo confiar bastante na gente do Pedro Velho, pode mesmo preferi-lo. Eu quero gente para vir decidida a tudo; quanto a mim, servirei em qualquer parte. O Pedro Velho é governador e tem as mesas. Mas havendo elementos e disposição franca do J. Bernardo, este também fará a eleição – parece-me toda para o Governo. Liberdade inteira sobre o Rio Grande do Norte, é a minha última palavra [...].<sup>84</sup>

Realmente, o “nó” do xadrez político acabou sendo a candidatura Amaro. Tanto Pedro Velho quanto Floriano Peixoto não arredaram pé de suas posições e, pior para as oposições estaduais, essa intransigência mútua rachou a frente antipe-drovelhista, que apresentara Tobias Monteiro contra Augusto Maranhão. Após terem sido procurados por José Bernardo para um acordo mais duradouro, que reconduziria todos à Câmara em troca do voto destes a Floriano, os deputados federais antiflorianistas Miguel Castro e Amorim Garcia romperam a aliança, alegando impossível o apoio àquele que os tinha deposto do poder em 1891, mesmo que isso significasse a não reeleição para ambos. Num duro manifesto em resposta a outro de José Bernardo, Miguel Castro denunciava as supostas “manobras” e “negociações” entre o senador florianista e o governador. A política federal novamente dividia as oposições a Pedro Velho no Rio Grande do Norte e, agora, definitivamente. Sem acordo, o grupo do *Rio Grande do Norte* foi “massacrado” nas eleições federais de março de 1894, perdendo todos os mandatos de que

---

84 NOTA sobre eleições, datada de 21/9/1893, AFP, 8L-20, 3, jul./out. 1894 [sic] (a data correta é 1893).

dispunha na Câmara dos Deputados, inclusive o reservado à oposição pelo mecanismo do “terço das minorias”, habilmente manipulado pelo governador em favor de seu correligionário Junqueira Ayres.<sup>85</sup> A Amaro Cavalcanti restaria o prêmio de consolação de ser nomeado por Floriano “legado plenipotenciário” do Brasil no Paraguai, em missão delicadíssima numa época politicamente agitada nos países do Prata. Do exterior ele continuou a corresponder-se com o vice-presidente e a opinar sobre a política nacional. Pedro Velho caminhava a passos largos para tornar-se o único senhor do Rio Grande do Norte republicano, embora seu instinto de sobrevivência política tivesse que passar ainda pela última e decisiva prova.

O clímax das tensões entre o poder estadual e o federal no Rio Grande do Norte deu-se em outubro de 1894, quando o 34º Batalhão de Infantaria do Exército, estacionado em Natal e então comandado pelo tenente-coronel Virgínio Napoleão Ramos, chegou a descer o bairro da Ribeira para, ao que tudo indica, depor o governador. Seria o ato final da longa queda de braço entre Pedro Velho e Floriano Peixoto, entre a tendência centralizadora e intervencionista dos militares e a tendência descentralizadora das oligarquias e grupos políticos que se afirmavam nos estados.<sup>86</sup>

Já apontamos, numa das primeiras cartas de Pedro Velho a Floriano, a preocupação do governador norte-rio-grandense com uma possível deposição à força, como acontecera com seu

---

85 CASCUDO, *HRRN*, p. 233-234. Para o manifesto de Miguel Castro ver MANIFESTO: Aos meus concidadãos Norte-rio-grandenses, Recife, novembro de 1893, *RGN*, 7 e 14/12/1893 e *ONTT*, 15/12/1893 e 19/1/1894. O resultado da eleição, em ELEIÇÃO Federal, *AREP*, 3 e 10/3/1894: Amaro obteve cerca de 1000 votos contra os 8781 dados a Almino Afonso, o candidato oficial do PRF.

86 Para acompanhar os fatos desde o início, consultar os jornais a partir de janeiro de 1894, quando ocorreram os primeiros incidentes entre as forças policiais estaduais e os soldados do 34º. Para uma síntese dos acontecimentos, CASCUDO, *op. cit.*, p. 235-243.

antecessor e da qual ele próprio fora um dos orquestradores. Fiel a sua ambígua política de não se indispor abertamente com o governo federal, mas sempre desconfiado das intenções do marechal, procurou precaver-se. Na aludida carta, Pedro Velho insistira na conveniência de que o tenente-coronel Pedro Nery permanecesse à frente do batalhão federal, principalmente porque era “alheio de todo a questões políticas”, sendo então atendido por Floriano. Ao mesmo tempo, reiterava pedido de cessão de “400 espingardas de sobra no quartel do 34” para aparelhar a pobre polícia estadual, que possuía apenas “59 [rifles?] desconjuntados e pré-históricos”.<sup>87</sup>

Simultaneamente, uma das primeiras medidas de Pedro Velho no governo foi regulamentar o *Corpo Militar de Segurança* (CMS), que fora criado por lei estadual de maio de 1892. Essa “força pública” estadual recebeu tratamento especial, muitas verbas, e logo estava militarizada e melhor equipada do que a precária polícia provincial. No entanto, mais do que prova de altiva autonomia estadual ou retórica nativista, essa medida revelou-se sábia orientação de um instinto de sobrevivência diante dos incertos rumos dos primeiros anos republicanos.<sup>88</sup> O CMS será, justamente, um dos protagonistas do momento mais crítico das relações entre o poder estadual e os militares federais no Rio Grande do Norte durante o governo de Pedro Velho.

No início de 1894 ocorreu um incidente banal entre praças do 34º e do CMS, motivado por mera rixa de rua, que resultou em troca de tiros entre eles. No ambiente radicalizado daquele momento da vida nacional, a ocorrência foi amplamente

---

87 Carta de Pedro Velho a Floriano Peixoto, 6/3/1892, AFP, cx. 8L-14, pc. 4.

88 O CMS foi criado pela lei estadual nº 3, de 12/5/1892 e regulamentado pelo decreto nº 12 de 18/6, cf. DECRETOS E LEIS do Governo do RN, 2ª parte. Dados a respeito da criação do CMS no Rio Grande do Norte, em Rômulo WANDERLEY, *História do Batalhão de Segurança - a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968*.

noticiada e amplificada pela imprensa de todas as correntes, e levada ao conhecimento de Floriano por um telegrama do senador José Bernardo.<sup>89</sup> Não querendo melindrar o vice-presidente naquele instante, que coincidia com o auge da Revolta da Armada e com as articulações das candidaturas do estado ao Congresso Nacional, Pedro Velho achou por bem retirar o CMS de Natal, aquartelando-o em São José do Mipibu, a poucos quilômetros da capital. O policiamento da cidade passou a ser feito por patrulhas do 34<sup>a</sup>, cedidas pelo então comandante Nery.

No começo de março, julgando serenados os ânimos, o governador fez o CMS retornar à capital, em meio a manobras de encerramento do treinamento do “Batalhão Silva Jardim”, também realizado em São José. O desfile militar foi uma deliberada demonstração de força do governador, ao mesmo tempo em que prestigiava o amigo comandante do batalhão federal: a imprensa situacionista noticiou o acontecimento com destaque de várias páginas, o que era bastante raro na época e só concedido a ocasiões especialíssimas.<sup>90</sup>

Como sabemos, Floriano mantinha em Natal uma bem informada rede de “espiões”, que o alertaram da “lentidão” de Nery em tomar providências contra os supostos simpatizantes de Custódio no funcionalismo federal e na imprensa antiflorianista, além de avisar o marechal das cordiais relações do contra-almirante com Pedro Velho. Essas razões devem ter pesado na decisão de Floriano de transferir Nery e nomear o

---

89 Telegrama de José Bernardo a Floriano Peixoto, 10/1/1894, *AFP*, cx. 8L-10, 1, jan.; *RGN*, 6/1/94; noticiando conflitos entre praças do CMS e do 34<sup>a</sup>, PROVIDÊNCIA inepta e sem resultado, *ONTT*, 12/1/1894; sobre “rivalidades” entre os dois corpos militares, CONTINUAM sem juízo, *AREP*. 3/2/1894, minimizando a repercussão de “possíveis rixas” entre o batalhão federal e o Corpo de Segurança.

90 AS Festas do dia 4 de Março em São José do Mipibu, *OCX*, 7/3/1894, saudando a festa republicana de “União do Exército brasileiro... e das forças militares residentes no Estado!”; também A FESTA do ‘Silva Jardim’ em São José do Mipibu”, *AREP*, 10/3/1894.

tenente-coronel Virgínio Napoleão Ramos para o comando do 34. Escolhido a dedo por ser militar cioso, Virgínio foi personagem central das intrigas do período e a correspondência trocada por ele com o marechal permite-nos conhecer os bastidores finais, na versão dos florianistas, da tensa e ambígua relação entre Pedro Velho e Floriano.<sup>91</sup>

A chegada de Ramos, a 10 de março de 1894, praticamente coincidiu com as eleições gerais do dia 1º e a volta do CMS à capital. A princípio, Virgínio procurou manter cordialidade e solicitude com o governador, mas o temperamento de caserna logo o levou a desentender-se com Pedro Velho, em razão do antigo problema do recrutamento forçado para o Exército, e em seguida, pelas carabinas emprestadas à polícia estadual.<sup>92</sup> A tendência de Ramos em intrometer-se na política – comum entre os oficiais mais radicalizados – e aproximar-se obviamente da oposição estadual florianista fê-lo cair depressa no desagrado de Pedro Velho.

A partir daí o clima de desconfiança mútua chegou a seus níveis mais perigosos, bastando um pretexto para degerar em crise aberta. O estopim foi a demissão, em abril, do chefe de Polícia, Guedes Alcoforado, aliado de Pedro Velho mas acusado pelos pedrovelhistas de conivência com o comandante, no caso dos recrutamentos forçados. Sentindo-se com o controle da situação, o governador recusou-se a devolver

---

91 Consultar as várias cartas e telegramas de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto, entre abril e novembro de 1894, *AFP*, cx. 8L-11, pc. 8, 8L-12, 3, 8L-13, 1, 8 e 10; para os desdobramentos da crise no Rio Grande do Norte, *CASCUDO*, op. cit., p. 235 e segs.

92 Telegrama de Virgínio a Floriano negando a denúncia de recrutamento forçado e aproveitamento político por parte da oposição do que chama “aquisição voluntária” de recrutas: “alistados são solteiros, sem ocupação conhecida”, 11/4/1894, *AFP*, cx. 8L-11, pc. 8, abr./1894. Os jornais do período entre abril e junho de 1894 estão bastante danificados, quase ilegíveis, e a melhor fonte passa a ser *CASCUDO*, op. cit., p. 235-237.

as armas emprestadas por Floriano em 1892, alegando falta de recursos para pagar a indenização exigida. Numa carta reservada, Virgínio Ramos protestou violentamente junto ao marechal, anexando o balanço financeiro do governo estadual, publicado por *A República*, que mostrava saldo positivo em caixa, e lembrando-o de que “o único meio, viável, de salvar-se a questão”, seria a restituição das carabinas:

É pois evidente que a indenização não foi realizada por motivos outros e não a falta de numerário necessário. Com franqueza: o verdadeiro motivo é ganhar tempo até que em 15/11 V. Ex<sup>a</sup>. deixe o cargo e venha o Dr. Prudente de Moraes de quem o governador, espera obter gratuitamente, ditas carabinas.<sup>93</sup>

Assim, o militar procurava envolver Pedro Velho em articulações contra Floriano, como fizera antes Germano Machado, além de dar margem aos que acreditavam nos boatos de que Floriano não entregaria o poder aos civis paulistas, como acalentavam setores da oposição local, florianista ou não.<sup>94</sup> O que talvez inibisse uma ação mais efetiva de Virgínio, além da preparação e obsessão de Pedro Velho em resistir armado a uma tentativa de deposição, era a divisão da oposição estadual em termos da política nacional. Apenas o grupo do senador José Bernardo era florianista e sua base de apoio eleitoral e clientelística era o Seridó, não a capital, onde seus próceres se encontravam em cargos federais (Diógenes da Nóbrega, procurador da República e Manoel Dantas, juiz seccional substituto, sem falar em Janúncio, deputado estadual). A própria intransigência da oposição antiflorianista reunida no *Rio Grande do Norte* e *n'O Nortista* impedia qualquer aproximação com os florianistas e irritava o comandante do 34, a ponto deste

---

93 Carta de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto, 30/6/1894, *AFP*, cx. 8L-16, 6.

94 Do lado não florianista, o mais contundente defensor da tese da renúncia ou até mesmo da deposição de Pedro Velho era Elias Souto no *O Nortista*. Ver NÃO pode continuar, 31/8 e 7/9/1894 mas também o *RGN*, DEPOSIÇÃO em Perspectiva, 19/10/1894.

telegrafar a Floriano pedindo providências contra Elias Souto, que qualificara o exército nacional de “guarda pretoriana”, e exigindo “comedimento linguagem”.<sup>95</sup> A situação era complexa, explosiva, e Virgínio Ramos sabia que qualquer passo em falso precipitaria uma situação que poderia fugir ao seu controle.

A proximidade da data de transmissão presidencial trazia de volta a suposta intenção de Floriano de não entregar o cargo e tornar-se ditador, o que chegou a ser cogitado até por Amaro Cavalcanti e dito em telegrama de José Bernardo a oposicionistas do estado.<sup>96</sup> Os jornais antipedrovelhistas pediam a renúncia do governador ou, caso não o fizesse, apelavam ao “legítimo direito” do povo de depô-lo (“ajudado”, é claro, pelo 34<sup>o</sup>), pois seu governo era ilegal, consequência de um golpe, como o de Floriano. No início de outubro de 1894 saiu o primeiro número de *O Estado*. Poucos dias depois, um tiro disparado contra a casa de Manoel Dantas foi considerado atentado pelos florianistas, desencadeando verdadeiro clima de terror em Natal, agravado pela flagrante parcialidade de Virgínio Ramos a favor dos florianistas. Todos os grupos políticos acusavam o adversário pelo que viesse a acontecer. A 13 de outubro, manobras do 34 na Ribeira foram encaradas por Pedro Velho como tentativa de depô-lo, obrigando o comandante do batalhão federal a negar taxativamente tal intenção, em telegrama a Floriano.<sup>97</sup> Nesse ínterim, o governador colocava o CMS em estado de prontidão quase permanente.

---

95 Telegrama indignado de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto em nome do 34<sup>o</sup>, 18/8/1894, *AFP*, 8L-13, 1.

96 CASCUDO, op. cit., p. 236-239. O posterior desmentido de José Bernardo em RESPOSTA esmagadora, *OEST*, 15/11/1894. Para a posição de Amaro, carta de 1/2/1894, *AFP*, 8L-16, 2. Uma síntese historiográfica da conjuntura política do período em CARONE, op. cit., v. 2, p. 144-148.

97 Telegrama de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto, 16/10/1894, *AFP*, 8L-13, 8, out./94. Contudo, CASCUDO, op. cit., p. 239, afirma que até uma junta florianista fora escolhida para suceder a Pedro Velho .

Pretextando ter sabido de plano de soldados do CMS para assassiná-lo, Ramos exigiu a demissão do comandante da polícia estadual, tenente Lins Caldas, responsabilizando pessoalmente o governador pelo que viesse a acontecer.<sup>98</sup> Foi na noite de 31 de outubro e madrugada de 1º de novembro que os atritos chegaram a seu clímax e ocorreu o incidente mais grave, que por pouco não degenerou em conflito aberto. Para pressionar a demissão do comandante do CMS e exigir o fim das escaramuças mútuas, as tropas do 34 desceram o bairro da Ribeira, sede do governo estadual, numa clara ação para intimidar o governador e, se as condições fossem favoráveis, depô-lo.<sup>99</sup>

No entanto, como já vimos, Pedro Velho se preparara há muito para tal eventualidade e postara o Corpo Militar de Segurança, de prontidão desde alguns dias, em posição de combate, fortemente armado, aguardando os acontecimentos no palácio governamental. Não esperando tal reação e avaliando não ter a situação sob seu inteiro controle, temendo mesmo as repercussões de um banho de sangue desnecessário e que contrariaria Floriano, Virgínio Ramos deu ordem de recuo às suas tropas. Dirigiu-se ao palácio para negociar e, por um acordo de última hora, conseguiu o afastamento do comandante pedrovelhista do CMS e também o do Chefe de Polícia, em troca da neutralidade das forças federais na política local. Os ânimos arrefeceram um pouco, sem encerrar-se totalmente as escaramuças isoladas, como a imprensa ainda noticiava em dezembro.<sup>100</sup>

---

98 SOLICITADAS: 34 B. I., de Virgínio Ramos no OEST, 28/10/1894. A bancada federal potiguar, agora com total hegemonia dos pedrovelhistas, reagiu indignada contra a oposição. Ver especialmente o discurso de Junqueira Ayres sobre Negócios políticos do Estado do Rio Grande do Norte, ACD, 1894, v. 6, sessão em 27/10, p. 644-664.

99 Uma boa descrição dos acontecimentos está em CASCUDO, HRRN, p. 238-243.

100 Ver HORROROSO!, RGN, 1/121894, sobre assassinato de um praça do CMS por soldados do 34º.

Essa aparente derrota de Pedro Velho na realidade mostrou-se uma “vitória de Pirro” para os florianistas. Quinze dias depois do incidente, Prudente de Moraes assumiu pacificamente a presidência e a reação contra os florianistas não demorou. O novo presidente da República cancelou as nomeações de Floriano para a Guarda Nacional, os partidários de Pedro Velho logo retornaram ao estado e o estopim da crise de outubro, o tenente Lins Caldas, foi reconduzido ao comando do CMS logo em janeiro de 1895. Por outro lado, o principal foco de intranquilidade no campo florianista, o tenente-coronel Virgínio Napoleão Ramos, foi transferido para o Mato Grosso e substituído por um militar “não político”. Impossibilitada de assumir o poder através de um golpe, a oposição, já dividida em relação a se posicionar frente a Prudente e desfalcada de seu braço parlamentar, limitou-se, a partir de então, às denúncias de praxe em seus jornais (tão contundentes quanto inócuas), voltando-se mais para questões da administração municipal.<sup>101</sup>

O grave incidente, contudo, demonstrou o grau de tensão a que podiam chegar as relações entre os poderes federal e estadual enquanto não fossem encontradas fórmulas federativas que assegurassem a harmonia entre o Executivo, o Legislativo e os governos estaduais representantes das oligarquias locais, o que só seria conseguido anos mais tarde, com a “política dos governadores” de Campos Sales. No Rio Grande do Norte, durante todo o período estudado neste livro, essas relações foram potencialmente explosivas.

A oposição antiflorianista foi fragorosamente derrotada nas primeiras eleições diretas para governador, em junho de 1895 e, simbolicamente, morreu junto com o seu candidato,

---

101 Consultar principalmente *ONTT* e o *RGN*, entre o final de 1894 e inícios de 1895. Elias Souto desiludiu-se completamente com as correntes oposicionistas, chegando a afirmar, em abril, que se retirava da política ativa, *ELEIÇÃO de Governador, ONTT, 20/4/1895*, o que cumpriu durante algum tempo, limitando-se a comentar questões da administração municipal da capital.

Moreira Brandão, o velho Liberal, falecido três dias após o pleito. Encerrava-se no Rio Grande do Norte a fase das “oposições significativas”, de que nos fala Janice Theodoro da Silva.<sup>102</sup> Pedro Velho, que soubera habilmente atravessar o conturbado período sem perder o poder estadual, deixará seu isolamento no Congresso Nacional e consolidará a oligarquia dos Albuquerque Maranhão no estado.

Aliás, são as ações de Pedro Velho durante o seu governo (1892-1896) que demonstram o grande fosso existente entre os princípios abstratos da propaganda e a colocação em prática de uma “verdadeira política republicana”. A partir de sua ascensão ao poder estadual, o líder republicano concluirá a montagem da estrutura de dominação oligárquica que o levará, e à sua família, a tornarem-se senhores incontestes do Rio Grande do Norte até pelo menos 1914, sete anos depois de sua morte.

---

102 Janice Theodoro da SILVA, op. cit., p. 21-25.

## CAPÍTULO 5 – A POLÍTICA REPUBLICANA NO RIO GRANDE DO NORTE

Ao mesmo tempo em que se via às voltas com as vicissitudes da difícil conjuntura política nacional do período Floriano Peixoto, no plano interno, ao assumir o governo do Rio Grande do Norte no final de fevereiro de 1892, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão procurou consolidar os mecanismos que lhe deram e à sua família, o domínio total sobre o Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN) e, conseqüentemente, sobre o estado. Cotejando-se os princípios republicanos defendidos na propaganda com a prática política na gestão da “coisa pública” por parte daqueles que exerceram o poder após a Proclamação – particularmente Pedro Velho – torna-se claro que a prometida “vida nova” não poderia tornar-se realidade. De fato, o líder republicano inaugurou a oligarquização republicana no Rio Grande do Norte, aplainando o terreno para a futura consolidação da “política dos governadores”, implantada por Campos Sales. Para a compreensão desse processo, é preciso, em primeiro lugar, apreender o conceito que tinham as diferentes correntes políticas norte-rio-grandenses da época sobre *República*, *democracia e povo*, chaves para o entendimento da essência de um regime republicano e, em segundo lugar, estabelecer como esse regime foi praticado no pequeno estado nordestino. Esses são os objetivos deste artigo.

## 5.1 Os alicerces do novo regime: *República, Democracia e Povo*

Como se sabe, “república”, etimologicamente, quer dizer “coisa pública” (*res publica*), em oposição a *res privada* ou “negócios particulares”.<sup>1</sup> Por extensão, “república” significa o governo ou a administração do que diz respeito à sociedade e seus membros em geral, e não aos interesses privados de um ou alguns indivíduos dentro da sociedade. Com esse sentido, a palavra foi entendida até o século XVIII, não tanto ligada a uma determinada forma de governo mas à maneira de se administrar o “bem comum”, sendo perfeitamente admissível então tratar uma hipotética Monarquia como “república”.<sup>2</sup>

Por outro lado, desde a Antiguidade, governos “republicanos”, fossem “aristocráticos” ou “democráticos”, eram compreendidos como oriundos de algum tipo de mecanismo de eleição para seus governantes, escolhidos por um colegiado de “cidadãos”, portadores, em maior ou menor grau, desse direito político. A partir da independência dos EUA, em 1776, é que se daria a identificação contemporânea do regime republicano com democracia, o “governo do povo”, não mais possível de ser exercido diretamente, como em Atenas, mas através de representantes eleitos pelos cidadãos. Tal governo, desde então, reconhecido como o mais adequado aos tempos modernos.<sup>3</sup> A França revolucionária – a da “Convenção” e do “Terror” – levaria ao extremo a oposição entre República (sinônimo de democracia, por vezes direta, como para certos jacobinos) e

---

1 É CÍCERO (106–43 a.C.), no seu *Da República*, Livro 1º, XXV, quem faz a distinção clássica entre “coisa pública” e “coisa privada”.

2 Para um breve apanhado sobre a questão, Celso LAFER, O significado de República, *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 214–24, revisitando, além do próprio Cícero, Maquiavel e Montesquieu.

3 Conforme a formulação do francês Benjamin CONSTANT em *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, segundo José Murilo de CARVALHO, *A formação das Almas*, p. 17–22.

Monarquia – esta identificada com o despotismo dos antigos. A despeito da “democrática” realeza britânica, todo o pensamento republicano do século XIX encarou como antagônicos os dois regimes e chamou a si a tarefa de realizar o “embate final” entre o “Antigo Regime” – o reino dos privilégios hereditários da aristocracia e das suas dinastias – e a República – o reino do mérito, da liberdade e da igualdade de oportunidades.

Os republicanos brasileiros, imbuídos desse espírito, encaravam o Segundo Reinado como uma “Monarquia absolutista”, embora formalmente fosse um regime parlamentarista, ainda que desfigurado. Os propagandistas do novo regime no Rio Grande do Norte, também identificavam República com democracia, embora esta não tivesse mais o conteúdo que tivera desde a Antiguidade, e fosse então apenas sinônimo de representação popular. Assim a definia também, em março de 1889, o ainda Liberal Radical em rápido trânsito para o republicanismo Diógenes da Nóbrega, para quem o regime republicano era o “representante legítimo, verdadeiro e direto do povo, a síntese da opinião pública, com responsabilidade legal e imediata perante a nação, inteiramente identificado com os interesses e necessidades do povo brasileiro”.<sup>4</sup>

Um ano depois, o mesmo Diógenes, já republicano, reafirmava o contraste entre os privilégios aristocráticos da Monarquia e a democracia, que não fazia distinção de nascimento, garantindo que um governo republicano se propunha apenas realizar “a relativa felicidade de todas as classes sociais, garantindo a ordem e sobretudo fomentando o progresso [...]”.<sup>5</sup> Adotava, assim, a definição etimológica de República, o governo da sociedade como um todo, visando ao bem-estar de toda a nação e não de um punhado de aristocratas e apaniguados da família imperial, como fora na Monarquia.

---

4 ATROPELLO e Perseguição, *OPV*, 16/3/1889.

5 PELO Município, *OPV*, 15/3/1890.

O “histórico” Pedro Velho compreendia da mesma maneira a democracia republicana. No dia 21 de novembro de 1889, em nome do governo provisório estadual do qual era chefe, ele divulgou um manifesto, o primeiro destinado à “opinião pública” e sintomaticamente intitulado “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, no qual reafirmava os compromissos da propaganda.<sup>6</sup> Nele, afirma que o governo republicano estadual, o “legítimo e imediato representante do Povo”, manteria a ordem e a felicidade dos cidadãos, certo de que “a moralidade, justiça e energia de seu procedimento administrativo constituem a garantia mais perfeita do respeito à lei e à autoridade extraordinária de que se acha investido por aclamação do Povo e das classes militares”. Definiu a República como a “encarnação firme e honrada do amor à causa pública”, diferenciando-a da Monarquia, o regime da “desigualdade e dos privilégios”. Esse importante documento de princípios delineia todos os postulados teóricos essenciais do que se considerava um governo republicano moderno e não poderia terminar senão pela apoteótica palavra de ordem: “O Governo atual é do Povo e pelo Povo!”<sup>7</sup>

Por seu turno, os ex-monarquistas de uma das duas alas em que se dividira o Partido Conservador na província (a da “Botica”), que aceitaram desde cedo como fato consumado a Proclamação da República, definiam o regime nos moldes do presidencialismo norte-americano. Para eles, não sem uma ponta de ironia (estava-se no governo Floriano!), o regime republicano “é aquele em que todo o poder dimana da soberania individual, delegada naqueles que representam os diferentes órgãos do organismo governamental [...] infelizmente em pura teoria, o governo do povo pelo povo”.<sup>8</sup>

---

6 Manifesto escrito por Pedro Velho, publicado originalmente em *AREP*, 30/11/1889 e reproduzido na íntegra por *CASCUDO*, *HRRN*, adendo 5, p. 278-279.

7 *Ibid.*

8 O REGIME Republicano, *RGN*, 23/3/1893.

Mas, afinal, como era visto pela elite política potiguar o povo, esse personagem central no discurso republicano? Como ela o definia?

Designado quase sempre através de letras maiúsculas, esse ente rousseauiano, genérico e nebuloso, tão idolatrado quanto temido, era a própria razão de ser do regime republicano desde a Revolução Francesa. Em outro texto já tivemos a oportunidade de apresentar os dois conceitos de *povo* que discernimos nas fontes do período – um negativo e outro positivo – ainda que complementares.

Manoel Porfírio de Oliveira Santos foi o principal representante, no Rio Grande do Norte, da “vertente negativa” a respeito do povo, com sua visão de que este era responsável, em grande parte, pelo atraso do país, por sua “natureza ociosa e indolente”. Uma consequência lógica desse pensamento, externada pelo antigo redator do jornal conservador *Gazeta do Natal*, era que as camadas populares eram incapazes de imiscuir-se em negócios complexos, como a política, e deveriam resignar-se à sapiência de seus representantes instruídos e às benesses de seus governantes, até que a educação um dia as libertasse dessa opressão.<sup>9</sup>

A visão “positiva” influenciou mais os republicanos românticos e os Liberais Radicais, todos formados pela Faculdade de Direito do Recife. Era uma versão “rousseauiana” de povo – entidade genérica e homogênea – sempre honesto e justo, portador intrínseco da verdade, mas ainda ignorante, precisando ser tutelado, educado, dirigido por seus mestres “iluminados”. Na oposição durante o governo Deodoro-Lucena, esses darwinistas sociais acreditavam que, sem tutela, o povo se tornava “essa massa informe e inconsciente, tão difícil de doutrinar,

---

9 Ver seus artigos PRESIDENCIALISMO e PRESIDENCIALISMO e Monarchia, *DdN*, 13 e 15/7/1893.

que é e há de ser sempre a vítima bestializada desse governo de pirataria”.<sup>10</sup>

Compreendendo o povo como naturalmente bom mas incapaz de caminhar por suas próprias pernas, os republicanos potiguares acabaram dirigindo seu discurso para aquele segmento da população alfabetizada formado pelos cidadãos portadores de todos os direitos, que liam os jornais e acompanhavam os acontecimentos políticos, a chamada “opinião pública”. A República, como assinalava Amaro Cavalcanti, deixava um pouco de ser o “governo do povo” para ser o “regime da opinião”, o único capaz, “à luz da boa razão, de garantir a plena liberdade individual”. “Opinião” entendida por Amaro como “uma corrente de ideias e princípios que atravessa em dado momento as massas populares, as camadas sociais, levando em si o vigor das aspirações comuns, ou o impulso das necessidades individuais e coletivas da nação e do país”.<sup>11</sup>

Definindo melhor, a partir de então, *República* como o governo da opinião pública e esta (a imprensa, os partidos) como representante dos interesses do povo, os republicanos norte-riograndenses procuravam explicar a indiferença popular pela política. Atribuíam essa indiferença, obviamente, ao regime imperial (na propaganda) e aos adversários do momento (após a Proclamação), os quais haviam inculcado nos cidadãos uma “falsa compreensão de política”, como *A República* apontava no início de 1892:

O mal que mais sulcos tem cavado na alma nacional é a indiferença pelos negócios públicos. O regime de sofismas, de falazes promessas, de corrupção política que a monarquia plantou e exerceu no seio da pátria,

---

10 PSEUDO-Republicanos, *OPV*, 19/7/1891. Uma síntese do conceito de povo “indolente mas bom” pode ser encontrada no artigo de Manoel DANTAS intitulado INSTRUÇÃO Pública, *OPV*, 15/6/1889.

11 ASF, 1892, v. 1, sessão em 14/6, p. 244.

trouxe ao povo a ideia falseada de que *a política era a arte da chicana e da falcatrua*.<sup>12</sup>

A partir daí começavam a propor formas de tirar o povo dessa indiferença através da aplicação de uma “verdadeira política republicana”. Os evolucionistas seridoenses, recém-saídos do Liberalismo Radical, foram os que melhor teorizaram sobre o conceito de *política* e de como praticar uma política republicana genuína. O manifesto no qual José Bernardo aderiu à República, escrito por Diógenes da Nóbrega ou Manoel Dantas, iniciava-se com uma definição de política como “uma ciência de aplicação, porque tem por objetivo combinar os princípios da filosofia com os fatos sociais e aplicá-los à medida que as novas tendências da sociedade indiquem a sua necessidade”. Observe-se que na definição anterior, de *A República*, a política na Monarquia era uma “arte” e aqui ganhava o status de “ciência”, seguindo em linhas gerais o que se entendia por “ciência política” nos finais do século XIX.<sup>13</sup>

À segunda questão – como se praticar uma verdadeira política republicana – Manoel Dantas respondeu em três artigos justamente intitulados “Política Republicana”, publicados no *Povo* no início de 1890.<sup>14</sup> Ela seria, em primeiro lugar, uma política “cavalheiresca”, ao aceitar a adesão sincera dos antigos chefes monarquistas, demonstrando, como já o fizera Pedro Velho, que um governo republicano “não é um governo de reação e que deseja compartilhar a sua administração com todos os brasileiros sem indagar das cores que dantes os distinguiam”. Esse “cavalheirismo” se justificava, porque o governo republicano queria “serviços e dedicação – mas somente à causa pública”.<sup>15</sup>

---

12 A INDIFERENÇA, *AREP*, 30/1/1892.

13 MANIFESTO Político: Aos meus conterrâneos, *OPV*, 21/12/1889. Sobre o estado da “ciência política” na 2ª metade do séc. XIX, E. HOBBSAWM, *A era do capital*, p. 261-263 e 270-279.

14 POLÍTICA Republicana - I, II, III, *OPV*, 15/2, 22/2 e 15/3/1890.

15 *Ibid.* I, *OPV*, 15/2/1890.

A seguir, Manoel Dantas distinguia claramente a nova política republicana da praticada no Império, pois

A política republicana é uma política toda de desinteresse e abnegação. Tudo pela pátria e nada pelos indivíduos tal a norma de proceder, o lema que rege os novos princípios. Cuidar dos interesses da nação, desprezando os interesses pessoais. De uma vez para sempre devem desaparecer o favoritismo e a afilhadagem política QUE ERA O TIMBRE de todos os partidos monárquicos.<sup>16</sup>

Finalmente, para um histórico como Braz José de Mello, sintetizando o ponto de vista do republicanismo mais “puro”, a política republicana seria a única a dar felicidade aos norte-rio-grandenses, porque tinha ao mesmo tempo raízes na “alma popular” e era sancionada pelo “espírito científico hodierno, política que aproveita os ensinamentos do passado para guiar-se no presente [...] política amorável, positivamente humana, realmente nacional [...]”.<sup>17</sup>

Além da certeza de que um governo republicano seria, por natureza, defensor dos interesses de toda a sociedade, aparece, no trecho citado, acima a ideia cada vez mais cristalizada de que esse governo deveria resumir-se a uma “administração científica” dos negócios públicos, da qual seriam afastadas todas as disputas partidárias estéreis da época monárquica. Essa opinião, partilhada por todas as correntes, é particularmente difundida a partir da eleição de Pedro Velho ao governo estadual, não só pelo fato de que a sua foi a primeira administração que teve tempo para organizar o regime republicano no estado, após os turbulentos anos do governo provisório e de Deodoro-Lucena, mas principalmente porque a defesa de uma administração “científica”, “despolitizada” interessava aos intuítos de dominação oligárquica dos Albuquerque Maranhão. Menos de seis

---

16 Ibid.

17 CONGRESSO do Estado, RGN, 8/2/1891.

meses depois de empossado o governo Pedro Velho, o jornal governista *O Caixeiro*, ao defender as primeiras medidas da nova gestão dos violentos ataques da oposição, argumentava precisamente que o governo estadual executava uma política republicana verdadeira, pois

[...] política não é somente uma questão de voto, de tricas eleitorais, [...] de atas verdadeiras ou falsas, do Caicó, Barriguda ou Salto da Onça, mas *uma questão administrativa, econômica e social* [...] é incontestável que os nossos legisladores, respeitando em sua pureza os princípios republicanos, imprimiram um cunho acentuadamente democrático aos seus trabalhos, entre os quais *não se acha um só de caráter pessoal*, e que o honrado chefe do poder executivo tem procedido de modo a revelar no governo os mesmos intuitos patrióticos, a mesma orientação republicana do propagandista ardente, sincero e abnegado, conceituando assim de inteligente, honesta e justa sua benéfica administração.<sup>18</sup>

Ou seja, a política republicana passava a significar principalmente gestão administrativa, científica, que eliminava a politicagem da Monarquia. Mesmo um empedernido oposicionista como Elias Ferreira Souto assim esperava, ao noticiar a posse de Pedro Velho, desejando que o novo governador, de quem se dizia “franco opositor” desde 1890, “se orientasse nos verdadeiros princípios da ciência administrativa, desprezando o vírus partidário, as conveniências pessoais [...]”.<sup>19</sup> Vale acrescentar, uma gerência burocrática, impessoal dos negócios públicos, como a que achavam que se aplicava naquele momento nos Estados Nacionais da velha Europa, muito particularmente na Alemanha.

Essa expectativa, contudo, logo foi descartada por Elias Souto, em razão do que considerava o “vício de origem” da ascensão de Pedro Velho, eleito por um Congresso estadual

18 INTRAMUROS, OCX, 17/8/1892.

19 O NORTISTA, ONTT, 4/3/1892.

ilegítimo, após o golpe que derrubara o governador deodorista Miguel Castro e provocara “profundas rixas, intrigas irreconciliáveis, ódios inquebrantáveis nunca vistos no Império”. Elias Souto concluía, ao contrário de *O Caixeiro*, que o governo de Pedro Velho não poderia ser um governo republicano, pois sua política e a de seus “amigos” fora até então apenas de “reações, de afilhadagem, de arranjos de amigos, privilégios injustificáveis”. Nada que lembrasse a promessa de “um governo sem ódios, uma política larga e generosa, uma política de liberdade, igualdade e fraternidade que é o grande lema da bandeira por que S. Ex. tanto se bateu na oposição contra a Monarquia”.<sup>20</sup>

A propósito, o lema da Revolução Francesa, tão querido e citado pelos republicanos brasileiros, voltaria a ser recordado por Elias Souto um ano depois, ao fazer uma arrasadora avaliação do governo Pedro Velho. Para Souto, o lema se falseara por completo e desaparecera no Rio Grande do Norte republicano, pois, no estado

A LIBERDADE – é uma ficção para este povo que não vota [...] e vive sob a ameaça do esbirro da Polícia e rendido à discricção da vontade ONIPOTENTE que faz a eleição a seu jeito e nos moldes que lhes convém [...] A IGUALDADE é uma mentira e os aristocratas-governantes destacam-se do povo em que somente falam por escárnio [...] A FRATERNIDADE, oh! a fraternidade resume-se no assalto à individualidade do cidadão inerme pelo janízero do governo, que a mandado deste ataca nas ruas da capital do Estado [...] na perseguição do funcionalismo público atirado em grande parte aos andrajos da miséria; a fraternidade consiste na acumulação de benefícios à meia dúzia de sectários e parentes [...].<sup>21</sup>

É a partir dessa transfiguração dos princípios da Revolução Francesa que avaliaremos a fidelidade da política colocada em

---

20 Ibid.

21 LIBERDADE, Igualdade, Fraternidade, *ONTT*, 20/1/1893.

prática no governo de Pedro Velho ao que fora pregado na propaganda republicana. O quadro pintado por Elias Souto e as outras oposições, apesar de carregado pelas cores da intransigência partidária, não está distante, como sabemos, daquilo em que se transformou a República brasileira nos estados. No Rio Grande do Norte, o governo da “coisa pública” tornou-se a gestão dos interesses privados da oligarquia familiar dos Maranhão e de seus prepostos. Nesse sentido, como ainda assinalou Elias Souto, era apenas “um prolongamento da política podre, ruim e corrompida que acabara de destruir a Monarquia bragantina”,<sup>22</sup> um regime político que falava tanto na “soberania popular”, mas que transformava a *liberdade em coerção, a igualdade em desigualdade e a fraternidade em filhotismo*, subvertendo totalmente os termos do lema que o inspirava.

Diante dos discursos contraditórios de correntes políticas de antemão contrárias ao que o adversário afirmava ou fazia, o historiador deve procurar critérios mais objetivos de julgamento. No caso do Rio Grande do Norte, optamos por estudar a prática política do governo estadual, exercido por um republicano “histórico”, que julgava aplicar os princípios de uma “política republicana” na sua administração. E para isso a analogia com o lema da Revolução Francesa nos pareceu adequada, em suas antinomias, para responder à questão que propusemos acima: como os princípios da propaganda foram colocados em prática no Rio Grande do Norte republicano?

## 5.2 Liberdade/Coerção

Desde a independência dos EUA, o conceito de liberdade tornou-se um dos mais caros princípios políticos para os republicanos de todo o mundo ocidental, vindo a ocupar o primeiro lugar no lema da Revolução Francesa. Nesta seção trataremos da liberdade política, especialmente da liberdade no ato de

---

22 ADMINISTRAÇÃO do Estado, ONTT, 25/11/1892.

votar, pois este definia essencialmente o regime republicano democrático. Particularmente, da maneira como essa liberdade eleitoral foi pensada e praticada pelos republicanos potiguaros no exercício cotidiano do poder legislativo ou executivo.

Em primeiro lugar, a liberdade encarada do ponto de vista da democracia, ou seja, do direito do povo em nome do qual se governava (pelo menos dos cidadãos constitucionalmente aptos para fazê-lo) de escolher, através do voto, aqueles que os representariam politicamente nos parlamentos e aqueles que os governariam. Nesse sentido, o direito de voto e a liberdade de exercê-lo durante uma eleição foi, desde cedo, objeto de preocupação dos novos ocupantes do poder, que não se cansavam de mostrá-los muito diferentes da época da violência e coerção das eleições do Império. Esses princípios também foram reivindicados pelas oposições, desde o primeiro instante, como “base primordial” em que se assentavam os direitos políticos dos cidadãos, a ponto de Elias Souto afirmar que “quem não é eleitor é um ente nulo na sociedade”.<sup>23</sup>

Desde a elaboração das primeiras regras para a eleição do Congresso Constituinte em 1890, as oposições observaram, na legislação eleitoral (o famoso Regulamento Alvim), “falta de garantia para os nossos direitos”, embora decidissem participar do pleito por “dever patriótico”.<sup>24</sup> Houve atraso considerável na entrega de títulos no interior do estado, fato que fazia os jornais oposicionistas perguntarem capciosamente se isso não era proposital, e houve até mesmo desproporção entre o número de títulos e de eleitores alistados.<sup>25</sup> As denúncias contra os novos donos do poder pelo controle das peças-chave

---

23 ALISTAMENTO Eleitoral, *ONTT*, 28/10/1892.

24 ÀS URNAS, *GZN*, 184, 13/9/1890.

25 ALISTAMENTO Eleitoral, *GZN*, 31/5/1890, sobre irregularidades nas comissões eleitorais; sobre a desproporção entre títulos e eleitores, TÍTULOS de eleitores, *GZN*, 26/7 e, com o mesmo título, 31/8/1890. Para alguns exemplos do poder “legal” de “coagir”, R. GRAHAM, op. cit., p. 120-130.

do processo eleitoral (as comissões de alistamento e apuração e, principalmente, a composição das mesas de votação nomeadas pelos intendentess municipais) foram inúmeras. Como no Império, as fraudes e a coerção predominaram, e a eleição foi consagrada na historiografia como uma das mais irregulares da história política brasileira.

A reação ao resultado da eleição foi previsível e tornar-se-ia a norma por todo o período inicial da República Velha. Para os eternos vencedores governistas, ela foi uma “festa cívica”, que premiava “os verdadeiros republicanos”. Repare-se nos comentários publicados nos jornais da situação, comemorando a eleição “mais livre de que se tem notícia”, “que diferença entre as eleições de agora e as últimas do regime monárquico!”.<sup>26</sup>

Para os sempre derrotados oposicionistas, ela fora apenas uma “farsa”, uma “comédia fraudulenta”, “o escândalo em nome da República” e sentenciavam: “Jamais se viu eleição como aquela [...] mais imoral que já se viu ainda nos tempos mais corrompidos da Monarquia [...]”.<sup>27</sup>

Oito meses depois, bastando estarem invertidos os partidos no poder, por ocasião do “cisma Deodoro”, o então governista *Rio Grande do Norte* exultava, ao avaliar a eleição do primeiro Congresso estadual, em maio de 1891, unanimemente deodorista: “[...] A mais plena liberdade presidiu ao pleito eleitoral que ocorreu sem ostentação de força, sem a mínima pressão oficial [...]”, a que os agora oposicionistas *A República* e *O Povo* retrucavam, chamando a eleição de “bacanal” ou “farsa eleitoral do dia 10”.<sup>28</sup>

---

26 AS eleições no Seridó, *OPV*, 21/9/1890; para a primeira citação, *A REPÚBLICA*, *AREP*, 25/9/1890.

27 ELEIÇÃO de 15 de Setembro, *GZN*, 24/9/1890. Sobre a eleição como farsa teatral ver os artigos TRIUNFO inglório e COMO se vence!, *APT*, órgão do Partido Católico, 1/10/1890.

28 PLEITO Eleitoral, *RGN*, 14/5/1891; HISTÓRIA de um crime: a Bacanal eleitoral de 10 de Maio, *AREP*, 16/5/1891 e A FARSa eleitoral do dia 10, *OPV*, 21/5/1891.

Todos esses três órgãos partidários sabiam perfeitamente que quem ganhava a eleição era o partido que controlava a mesa eleitoral, ou seja, aquele que estivesse no poder.

A monotonia eleitoral repetir-se-á enfadonha com a volta dos pedrovelhistas ao poder, em novembro de 1891, e a eleição de Pedro Velho ao governo do estado, em fevereiro do ano seguinte, por um Congresso unanimemente situacionista, que naturalmente substituíra o vencido, deodorista. As eleições estaduais foram regulamentadas em agosto de 1892, consagrando, sob a aparência de democratizar o processo, vários métodos coercitivos para falsear a vontade popular.<sup>29</sup>

Dentre os princípios republicanos do que se considerava a moderna democracia representativa, a liberdade de o cidadão expressar sua opinião através da escolha daqueles que seriam seus representantes políticos ocupava um lugar de destaque. No Brasil, desde o Congresso Constituinte de 1890-91, foi travada a esse respeito uma interessante discussão sobre a melhor maneira de o eleitor externar sua vontade numa República que se queria democrática. Mais precisamente, se o voto seria “secreto” ou “público” – no jargão da época, “oculto” ou “a descoberto”.<sup>30</sup>

Visto ter sido o Rio Grande do Norte um dos primeiros estados a adotar constitucionalmente o voto a descoberto em suas eleições estaduais, interessa-nos a posição assumida em princípio por seus políticos e “formadores de opinião” e as consequências práticas desse ato, na medida em que fornecem

---

29 As eleições de 20/2/1892 para o Congresso Legislativo estadual foram regulamentadas pelo Decreto nº 1 da Junta Governativa, de 17/12 do ano anterior. A cédula era fechada, mas podia ser escrita ou impressa em qualquer papel, pois não havia cédula oficial (art. 25º), o eleitor assinava seu nome no livro de ata e recebia um comprovante de seu voto. A Constituição estadual de 7/4/1892 (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA do Estado do Rio Grande do Norte, 1892-95) adotou o voto a descoberto.

30 Para as discussões a respeito no Congresso Constituinte, ver Agenor de ROURE, *A Constituinte Republicana*, v. 1, p. 259-289.

um dado importante sobre a visão de República desses setores e da avaliação que faziam de seus eleitores. Até porque, na defesa do voto a descoberto, curiosamente, uniram-se adversários figadais como o senador Amaro Cavalcanti e o deputado Augusto Severo. Eles se contrapuseram, no Senado, mais uma vez, a intransigentes defensores do voto secreto, como Campos Sales, futuro presidente da República.<sup>31</sup>

Vejamos primeiro os argumentos de Amaro Cavalcanti durante as duas sessões do Senado em que se discutiu o projeto sobre sistema eleitoral, em 1891. Como sempre, sua posição parte da afirmação de um princípio teórico, no caso, o da maneira mais apropriada para “nobilitar o eleitor”, tornando-o mais independente e cômico de seus deveres de cidadão de uma República, para depois aplicar o princípio teórico à realidade histórica brasileira, comparando-a com exemplos internacionais que conhecia bem, como os EUA e a Austrália.

O senador norte-rio-grandense inicia sua exposição afirmando que em nenhum regime político a existência de um bom sistema eleitoral é tão essencial quanto em um regime democrático. Ressalta, porém, que não tem predileção especial por nenhum dos dois sistemas, convencido de que “todo o sistema é capaz de ser viciado porque nesta matéria o executor é tudo”. Preferia, contudo, o voto a descoberto e passa a explicar por quê.

No Brasil, graças à Monarquia, de cujo edifício a República apenas destruiu a cúpula, a educação política era “da pior espécie” e para isso contribuiu o voto oculto, “instrumento histórico” de falsificação da verdade do voto, já que sua apuração não exprimia a verdadeira vontade do eleitor. O voto secreto negava ao eleitor a oportunidade de “medir a consciência do que vale por si, do que pode por si e de que exerce um direito

---

31 Ver as intervenções de Amaro Cavalcanti nas discussões sobre sistema eleitoral no Senado, em 1891, ASF, v. 3, sessões de 9/9, p. 257-8 e v. 4, de 17/9, p. 32-33. Os argumentos de Augusto Severo aparecem dois anos depois, nos ACD, v. 4, sessão em 19/8/1893, p. 489-491.

e pode exercê-lo de frente erguida em toda a parte”. Assim, para Amaro, o voto secreto seria apenas mais uma das consequências naturais da “falta de independência de caráter” do eleitor brasileiro, qualidade que, segundo ele, sobrava nos norte-americanos e australianos.

Àqueles que, como Campos Sales, rebatiam que o voto a descoberto expunha o eleitor, particularmente o funcionário público, “às iras daqueles que não são mais do que seus mandatários”, constringendo-os a votar com o governo, Amaro Cavalcanti respondia não acreditar, pois isso demonstraria cabalmente que a “consciência nacional” ainda estava “tão pouco elevada, que aqueles mesmos aos quais foi confiada a missão de manter a seriedade dos atos políticos, são os corruptores e inimigos da verdade”. Mesmo que isso ocorresse, que todos os “fracos” dessem seu voto ao governo, ainda preferiria o voto público, pois o resultado apurado “será a verdade, e não a mentira oficial que, muitas vezes, faz sentar na cadeira de representante da nação aqueles que foram realmente derrotados”.<sup>32</sup>

Nesse ponto aparece claramente a concepção “darwinista social” de Amaro Cavalcanti, spenceriano confesso. Pensando no sistema político para uma sociedade ideal, formada por cidadãos independentes e conscientes (“fortes”), ele propunha um procedimento da “democracia antiga” – o voto a descoberto – numa sociedade rural e patriarcal como a brasileira dos finais do século XIX, cujo eleitorado (“os fracos”) subordinava-se a todo tipo de domínio ou pressão de seus patrões. Acabava contribuindo, assim, para reforçar o domínio dos novos grupos oligárquicos que ascenderam ao poder político com a República, como podemos perceber na defesa que os pedrovelhistas fizeram do voto a descoberto, utilizando praticamente os mesmos argumentos de Amaro, só que aplicados a favor da oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte.

---

32 Ibid., v. 3, p. 257-258 e v. 4, p. 32-33, sessões em 9 e 17/9/1891, respectivamente.

Na expectativa da aplicação do sistema pela primeira vez nas eleições municipais de setembro de 1892 (para intendentess e juizes distritais), *A República* explicou didaticamente como funcionaria “o mais belo sistema eleitoral, porventura o mais garantidor contra os assaltos da fraude”. Com ele, “o cidadão [...] leva antecipadamente a convicção de que a velha trapaça eleitoral não lhe há de subtrair o voto, que será imediatamente apurado em sua presença, do que receberá documento, rubricado por todos os membros da mesa [...]”.<sup>33</sup> Depois da “excelência” da experiência, *O Caixeiro* ensinava que “é assim que a República educa o cidadão, elevando-lhe os brios e fortalecendo-lhe a consciência”, como sonhava na capital federal o adversário Amaro Cavalcanti.<sup>34</sup> Na realidade, um ato de coragem do eleitor que quisesse ser independente.

Com a experiência da aplicação vitoriosa do novo sistema nas eleições de 1892, a oligarquia Maranhão, sentindo-se forte localmente, pôde defender mais à vontade o voto a descoberto, inclusive propondo que fosse adotado nacionalmente. É o que faz Augusto Severo em 1893, por ocasião da discussão na Câmara dos Deputados, do projeto sobre alistamento eleitoral, apresentando emenda nesse sentido.<sup>35</sup> Repetindo, em geral, o que argumentara Amaro Cavalcanti dois anos antes, e já com a

---

33 ELEIÇÃO Municipal, *AREP*, 23/7/1892.

34 INTRAMUROS: O Voto Descoberto, *OCX*, 14/9/1892. Os resultados dão uma ideia de como o voto a descoberto inibia o eleitor quando a oposição não participava: em Natal, onde a oposição participou, foram eleitos 6 situacionistas (“republicanos”) e 3 opositoristas para intendentess e todos os 3 juizes distritais para o governo (*AREP*, 17/9/1892) mas em muitos colégios do interior o resultado chegava a ser cômico, p. ex.: Triunfo, Republicanos, 281, Opositoristas, 0; Apodi, Rep., 267, Opos., 0; Mossoró, Rep., 312, Opos., 0 (*AREP*, 1/10/1892). Segundo *AREP*. de 6/5/1893, o eleitorado de Mossoró era de 828 votantes, o que permite estabelecer um índice de aproximadamente 63% de abstenção. Em todo o estado eram 19.565 eleitores.

35 ACD, 1893, v. 4, sessão em 19/8, discussão do projeto 12-B, p. 489-491.

autoridade da aplicação do sistema no estado, Augusto Severo afirmou taxativamente que o voto a descoberto impedira a fraude, permitindo, inclusive, que a oposição fizesse maioria em Papari (atual Nísia Floresta) e estivesse representada na intendência da capital: “quem fez isto foi o voto público”. O irmão de Pedro Velho tocava as raias do cinismo político ao reconhecer que o funcionário público poderia, sim, ser demitido por votar contra o governo, mas que isso seria uma prova de independência:

Se o empregado tem de ceder pelo medo, cede, quer o voto seja descoberto, quer ele seja encapado (sic) [...] vê-se o voto contra o governo – seja-se embora demitido. Com o voto secreto ou voto escondido, vota-se contra o governo e apura-se a favor do governo, quando se pretende praticar a fraude [...] De muitas maneiras se garante a verdade do voto porém, por esta [o voto descoberto] é que se garante mais [...].<sup>36</sup>

Esquecia, propositadamente, os mecanismos de total dependência das populações rurais (e mesmo urbanas) aos proprietários de terras e patrões, muitos dos quais seus padri-nhos ou compadres, no contexto social não apenas nordestino mas brasileiro. Augusto Severo encerrou seu discurso com uma exortação ao eleitor: com a adoção do voto público, ele não precisaria mais abster-se, em grande número, de votar, como admitia acontecer no Rio de Janeiro, pois “não faltará *coragem* ao eleitor brasileiro, *qualquer que seja a sua profissão*, de dizer desassombradamente, usando de seu direito, os nomes de seus representantes no governo [...]”.<sup>37</sup> O discurso do oligarca ilustrado que era Augusto Severo coincide aqui com o idealismo principista de seu adversário spenceriano Amaro Cavalcanti, ambos contribuindo para a manutenção do *status quo*. No Rio

---

36 Ibid., p. 490.

37 Ibid., p. 491. Sobre os altos índices de abstenção na capital federal, em média 70% dos alistados, J. M. de CARVALHO, *Os bestializados*, p. 84-85.

Grande do Norte republicano das oligarquias, o ato de votar, mais do que o exercício de um direito, tornava-se uma prova de coragem.

Assim, o que Amaro Cavalcanti defendia como princípio, pensado para uma sociedade ideal, tornou-se uma prática deturpada pelas classes dirigentes do Brasil oligárquico de então. Como herdeiros do republicanismo da propaganda, “defensores do puro interesse público, somente devotados ao serviço da República e ao bem-estar do povo”, os senhores do poder no Rio Grande do Norte podiam, doravante, graças à adoção do voto a descoberto e à “sábria” direção do Partido Republicano, decretar o “fim da história”, como *A República* admitiu cabalmente em 1893: “Ontem como hoje, hoje como amanhã, desde que as urnas se pronunciem livremente, será nossa indubitavelmente a vitória”.<sup>38</sup> Em novembro de 1894, o jornal dos florianistas, *O Estado*, comentava assim o resultado da eleição no Seridó: “No Caicó, onde a eleição correu libérrima, sem o menor incidente, porque as mesas eleitorais pertencem em sua totalidade à oposição [que era situação lá], obtivemos 700 votos e os governistas 500”.<sup>39</sup>

O segredo do sistema eleitoral da República Velha desvendava-se por completo: o controle das mesas era o termômetro da “liberdade” nas eleições ou, como afirmou Amaro Cavalcanti certa vez, “quem tem as mesas faz a eleição”.<sup>40</sup> Nomeadas pelos que detinham o poder municipal e compostas por partidários do governo ou, no mínimo, por funcionários públicos, elas foram o principal instrumento de deturpação da democracia

---

38 ELEIÇÃO Estadual, *AREP*, 16/9/1893.

39 ELEIÇÃO Estadual, *OEST*, 9, 25/11/1894. Em 1893 os alistados em Caicó eram 1355 (*AREP*, 6/5/1893) o que dá uma participação aproximada de 88,5% de votantes.

40 NOTA sobre a eleição, carta de Amaro a Floriano, de 21/9/1893, AFP, cx. 8L-20, pc. 3, jul./ago. A citação literal é: O Dr. Pedro Velho é governador e tem as mesas.

que tanto apregoavam os líderes republicanos. No mesmo artigo anteriormente citado, o jornal do grupo de José Bernardo atacava Pedro Velho, denunciando atas falsas e rasuradas a “bico de pena”, fechamento de seções e impedimentos de votar, que todos praticavam. No final, ninguém mais precisava dissimular pois “nunca a imoralidade campeou tão alto como agora [...] e muito antes do dia da eleição já anunciavam o seu resultado”.<sup>41</sup>

Pelo decreto 663 do governo provisório, de 15 de agosto de 1890, a constatação de irregularidades nas mesas de votação, antes confiadas aos intendentes nomeados pelo governador, deveria ser apurada por juízes de paz eleitos. O decreto da Junta pedrovelhista, de 28 de dezembro de 1891, complementado pelo decreto 13 do governador Pedro Velho, de 4 de agosto de 1892, regulamentaram, entre outras coisas, a nomeação e composição das mesas. Na prática, pouca coisa mudou, pois os juízes eram eleitos no mesmo processo viciado e, via de regra, eram do grupo governista. As mesas unânimes ou de esmagadora maioria situacionista continuaram durante toda a República Velha a manipular o resultado a seu bel-prazer, assinando por eleitores ou rasurando os resultados constantes das atas, entre outros procedimentos.<sup>42</sup> Vejamos alguns exemplos da prática de funcionamento dessas mesas eleitorais no Rio Grande do Norte, que davam margem ao falseamento da “verdade do voto”.

Em maio de 1892, o oposicionista *Rio Grande do Norte* descreveu o que ocorrera na primeira das eleições após a queda de Miguel Castro e que seria a rotina no estado e em todo o país,

---

41 ELEIÇÃO Estadual, *OEST*, 25/11/1894. A composição das mesas eleitorais, com suas consequências para o cotidiano político da República Velha, pode ser encontrada em Vítor Nunes LEAL, op. cit., p. 225-230; no Império, ver GRAHAM, op. cit., p. 150-160.

42 As irregularidades eram tantas que ONTT julgou necessário registrar “com alegria” uma exceção, a do presidente da comissão municipal de alistamento eleitoral de São José do Mipibu, Manoel Feliciano de Souza que “tem procedido com imparcialidade, alistando *governistas e oposicionistas*: quem está no caso”, ALISTAMENTO Eleitoral, 28/10/1892.

“onde a fraude e a falsificação foram levantadas à altura de um princípio”.<sup>43</sup> Compostas na maioria por funcionários públicos, cuja necessidade de ser leal ao governo era vital, por temor das perseguições e demissões, as mesas praticavam todo tipo de irregularidade, certas da impunidade de seus superiores hierárquicos, o que é denunciado, novamente, pela oposição: “[...] As célebres mesas eleitorais cumpriram *fielmente* os seus deveres. Suprimiram satisfatoriamente aqueles que não puderam comparecer. Basta dizer que nesta capital, formando 6 seções, foram mesários delas cerca de vinte empregados públicos!”<sup>44</sup>

Nas seções onde o governo não tinha maioria de eleitores, muitas vezes a mesa simplesmente não comparecia, ou concluía os trabalhos privadamente, deixando de ocorrer eleição ali, como apontava *O Povo*, em 1891: “[...] Ainda não eram 10 horas da manhã, hora determinada pela lei para organização das mesas e já estava todo o trabalho concluído”.<sup>45</sup> A própria oposição contribuía para a prepotência das mesas governistas, às vezes abstendo-se de fiscalizar o pleito, como na eleição federal de maio de 1892, quando,

[...] por ocasião de constituir-se as mesas eleitorais que presidiram a eleição federal de 22 de maio, a oposição deixou de tomar parte na organização que então se fez, por estar deliberada a não concorrer ao pleito. Por essa determinação, as mesas ficaram na quase totalidade compostas de governistas e dissidentes.<sup>46</sup>

---

43 PRINCÍPIO do Fim: Comédia eleitoral, *RGN*, 26/5/1892. Um bom resumo dos métodos para falsear as eleições também pode ser visto em *IMORALIDADE Sem Nome*, *ONTT*, 27/5/1892.

44 AINDA a Farsa Eleitoral, *RGN*, 7/2/1892 (grifo no original).

45 A FARSA Eleitoral do dia 10, *OPV*, 21/5/1891. O próprio Pedro Velho fornece dado precioso sobre isso: “... as mesas nos lugares onde se dignavam reunir-se, distribuíam votos à vontade”, *Negócios do RN*, *ACD*, 1891, v. 2, sessão em 8/8, p. 138.

46 A FRAUDE Premeditada, *RGN*, 25/9/1892.

A *República* retrucou na mesma medida, em 1894, ao responder a *O Estado* – que falara de “mentira eleitoral” – atribuindo os métodos viciados aos adversários que, “em alguns pouquíssimos municípios [...] abusando da vantagem das mesas unânimes, costumam fazer milagrosamente acrobacias na multiplicação dos votos e nos comparecimentos unânimes, embora, felizmente, em pura perda”.<sup>47</sup> Ou seja, todos praticavam o que criticavam nos adversários. A falsificação dos votos através da rasura das atas a “bico de pena” era uma das fraudes mais comuns, não só no interior como na capital, como denuncia *O Nortista*, em maio de 1892:

[...] 1ª seção compareceram apenas 37 eleitores e a Mesa deu como presentes 94; [...] 2ª seção [...] começava a lavar-se o termo de assinaturas deixando-se mais de 50 linhas em branco depois da última assinatura, e tendo comparecido 32 eleitores soubemos depois que teve o Sr. Augusto Severo 84 votos [...].<sup>48</sup>

Em Papari (atual município de Nísia Floresta), onde a oposição autonomista era maioria – a única no estado, além da dos florianistas no Seridó – um eleitor denunciou ao *Rio Grande do Norte* como as mesas governistas procediam num colégio eleitoral dominado pela oposição:

Em Papary, segundo carta em nosso poder, de pessoa circunspecta e acima de qualquer suspeita de parcialidade política, sabemos que votaram apenas 57 eleitores, entretanto figuram como tendo votado 143 eleitores! Os mesários ali, vendo que não havia possibilidade de reunir maior número de eleitores, levantaram-se conduzindo os livros para suas casas, sendo ameaçadas as pessoas que assistiam a indecente farsa, de serem conduzidas à prisão.<sup>49</sup>

---

47 A REPÚBLICA, *AREP*, 13/10/1894; *OEST*, 7/10/1894.

48 IMORALIDADE sem nome, *ONTT*, 27/5/1892, que chamou a eleição de “palhaçada vergonhosa”.

49 FARÇA Eleitoral, *RGN*, 7/2/1892.

A oposição podia protestar em cartório contra as irregularidades presenciadas, o que registrava a fraude numa possível mas improvável pendenga jurídica, que não tinha desdobramento prático quase nenhum. Restava então esbravejar nos jornais oposicionistas ou torcer para que a oposição parlamentar na Câmara dos Deputados virasse o jogo, ao sabor das contingências conjunturais, como aconteceu na primeira eleição de Augusto Severo em 1892.

Os funcionários públicos, sujeitos desde o Império às constantes arbitrariedades das mudanças de gabinete, quando o revezamento entre Liberais e Conservadores se materializava na demissão dos adversários de seus cargos na administração pública, foram as maiores testemunhas de que, nesse aspecto, nada mudara com a República, antes piorara, pois não existia mais o revezamento partidário, a não ser o das soluções golpistas bem sucedidas, e fora do governo não havia salvação.<sup>50</sup> Acompanhamos como Augusto Severo admitiu publicamente a demissão de empregados públicos pelo fato de votarem contra o governo, afirmando que, fazendo assim, eles estariam dando uma prova de independência e coragem. Na realidade, as coisas não eram tão simples, e o voto do funcionalismo público ao governo era muito mais em função das ameaças e do temor da demissão do que por ideologia definida.

Casos esporádicos de “coragem” por parte de empregados públicos eram punidos exemplarmente, como relatou Elias Souto em 1892, com a ironia de costume, denunciando que a “vitalicidade do funcionalismo” era um embuste:

[...] Empregos públicos vitalícios quando um ou dois dias depois [...] demitiu-se cínica e covardemente na própria capital a três pobres empregados, somente

---

50 Sobre a composição social do funcionalismo público no Império e seu papel na burocracia, ver J. M. de CARVALHO, *A construção da ordem*, p. 129-153. Segundo Elias Souto, havia cerca de 300 funcionários públicos estaduais no período Pedro Velho, *ONTT*, 7/10/1893.

porque tiveram a hombridade de votarem de acordo com as suas convicções, embora perdendo o pão quotidiano e o bem-estar de suas famílias.<sup>51</sup>

Assim, não era de se estranhar a votação maciça que os empregados do governo proporcionavam a este. O opositorista *Rio Grande do Norte*, nas eleições de 1893, constatou, conformado, o fato, pois: “[...] o funcionalismo público deu ainda uma vez ganho de causa ao governo embora tenha votado nele sem entusiasmo e antes a contragosto, visivelmente contrariado”.<sup>52</sup> O medo de represálias era uma forte motivação, além da lealdade clientelística cara a esse tipo de sociedade patriarcal em que se vivia. Mesmo assim, o funcionalismo público não era a única camada social a sofrer pressão, embora fosse a mais atingida, até porque a maioria da população, analfabeta, nem tinha o direito de votar. O próprio Elias Souto resumiu originalmente os diversos meios pelos quais o governo intervinha nas eleições, misturando promessas com ameaças:

[...] o eleitorado do Rio Grande do Norte é de 15:000 eleitores ao passo que não há 300 funcionários em todo o Estado, o emprego público é vitalício. Como pode, pois, intervir na eleição o Governador? [...] Quantos votaram? [...] mesmo que um terço tenha votado – o que não é pouco pelo grande número de abstenções [...] deduzam-se primeiro os empregados... os mortos e ausentes, e tirem-se as conclusões [...] reúna [...] um sem número de simples eleitores, a quem se acenou com vantagens de bons empregos; adicione ainda outros ameaçados de recrutamento e de prisões; outros com processos forçados a última hora; [...].<sup>53</sup>

Em todas as administrações republicanas do período, eram comuns as acusações feitas pelos que estavam na oposição,

---

51 O NORTISTA, *ONTT*, 7/10/1893.

52 ELEIÇÃO Estadual, *RGN*, 14/9/1893.

53 *Ibid.* Como estavam alistados 19. 565 eleitores em todo o estado em 1893 (*AREP.*, 6/5), o número de funcionários públicos perfazia cerca de 1,5% do conjunto.

de práticas aliciadoras de eleitores efetuadas por autoridades ou chefes políticos dos “currais”. Utilizando-se da pouca instrução da população, prometendo benefícios – que nem sempre cumpriam – aos eleitores de comunidades pobres se votassem com o governo, conseguiam o apoio delas ao situacionismo. É o que se depreende do trecho de uma carta de um eleitor de Papari, publicada n’*O Nortista* em agosto de 1892, a qual explicava uma das inúmeras maneiras pelas quais o chefe do pedrovelhismo local, José de Araújo, ludibriava a nova lei eleitoral. Para o indignado eleitor, o pedrovelhista mentia “descaradamente”, pois “[...] apresentava o papel das chapas e pedia ao eleitor – que o assinasse – que era uma representação [que não existia] ao governador pedindo um serviço de abertura da barra do Camoropim, onde empregaria muita gente”.<sup>54</sup>

Comentando a eleição de abril de 1893 em vários municípios do estado, *O Nortista* apontava casos, que beiravam o grotesco, de aliciamento e pressões sobre os eleitores, como, por exemplo, em Macaíba, onde houve ameaças de espancamento de oposicionistas por parte do delegado local, ou ainda em São José de Mipibu, onde ocorreu “compra de votos (até a troco de cavalo), ameaça de recrutamento para o eleitorado de fora, o mais ignorante, tudo se fez e de tudo se abusou”.<sup>55</sup>

Às vezes, o governador participava pessoalmente do aliciamento de eleitores da oposição. Em 1892, quando Pedro Velho ainda precisava afirmar-se eleitoralmente, a oposição noticiou o seguinte fato:

[...] além de a outros muitos mandou ir a sua presença um pobre velho de nome Miguel Soares, morador de Papary, e em pessoa s. exc. cabalou-o, e a mais quatro eleitores seus e tirou-os da oposição, oferecendo de prêmio *fitas de cabo* para um soldado filho do velho, que

---

54 PAPARY, 29 de agosto de 1892, carta enviada por um certo Oliveira, *ONTT*, 31, 2/9/1892.

55 NOTÍCIAS Eleitorais, *ONTT*, 28/4/1893.

faz parte do corpo de segurança, e que efetivamente foi promovido [...].<sup>56</sup>

A cabala oficial não tinha limites. *O Estado*, no maniqueísmo de sempre, afirmava, em 1894, que:

Na cabala é que a pressão oficial esteve no seu auge [...]. Ao passo que os amigos que prestigiavam a chapa que apresentamos deixavam que essa eleição tivesse o caráter da mais plena espontaneidade por parte do eleitorado os amigos do governo desenvolviam uma cabala infrene, jogando com promessas e ameaças oficiais, fazendo pressão no ânimo do eleitor. Autoridades e funcionários de alta categoria foram escolhidos para a cabala.<sup>57</sup>

Finalmente, quando todos esses expedientes ainda não eram suficientes para garantir a vitória dos governistas, apelava-se, pura e simplesmente, para a violência, como em Papari, onde “quando a oposição ganha, o governo manda a força armada derrubar sob vários pretextos”.<sup>58</sup> A utilização da força policial e até mesmo de capangas para intimidar a oposição era constante no Império, cujas eleições, como se sabe, eram resolvidas muitas vezes no “cacete”. Com a República, às vezes, ficou proibida por determinação legal a utilização da polícia nos pleitos, pretextando justamente evitar as parcialidades do tempo da Monarquia, mas em geral isso deixou campo livre para as milícias privadas dos “coronéis” (seus “cabras” ou “jagunços”) exercerem uma “justiça” toda particular. Em última instância, porém, era usual a utilização das autoridades policiais para decidir querelas locais.<sup>59</sup>

---

56 FARSA e Trapaça, *ONTT*, 23/9/1892.

57 ELEIÇÃO Estadual, *OEST*, 18/11/1894.

58 VENCE o Governo à Força das Armas, *ONTT*, 14/10/1892.

59 O Decreto nº 1 da Junta Governativa, de 17/12/1891, era taxativo nesse sentido. Em seu art. 8º estabelecia: “Fica proibida a presença ou intervenção da força pública durante o processo eleitoral, atém mesmo para manter a ordem”, *DECRETOS...*, 2ª parte. Sobre o papel das

O caso já mencionado da eleição em Canguaretama, onde a oligarquia Maranhão tinha domínio incontestado, mas estava então na oposição, é emblemático para o entendimento do poder de fogo governamental na intervenção no processo eleitoral. A disputa entre pedrovelhistas, deodoristas e o juiz Holanda, protegido de Floriano Peixoto, gerou discussões acirradas, trocas de tiros, intervenção, violência policial e processos judiciais que repercutiram até no Congresso Nacional.<sup>60</sup> O envio de forças policiais, mesmo sob o argumento de manter a ordem pública, era visto pelas oposições como pretexto para a intervenção no ato de votar, como o *Rio Grande do Norte* interpretou, em outubro de 1892, quando, “[...] para diversos pontos do Estado foi distribuída força pública para evitar que houvesse eleição em certas seções de grande maioria oposicionista [...]”.<sup>61</sup>

Contudo, com o controle das mesas, das atas e da apuração dos votos nas mãos dos situacionistas, quase não havia mais necessidade do emprego da violência institucionalizada como um meio para vencer eleições, até porque ela contrariava a retórica da liberdade democrática republicana. No final do período que estudamos, dividida a oposição e impedida de chegar ao poder pelo natural revezamento de partidos, como seria de esperar de uma sociedade verdadeiramente democrática, um intransigente oposicionista como Elias Souto era obrigado a reconhecer que as eleições para governador haviam transcorrido tranquilas na capital, pois, embora com grande indiferença por parte dos eleitores, “[...] não houve extorsão nem cabala que nos conste por parte do governo, não houve pressão oficial de natureza alguma [...] diga-se a verdade, o

---

autoridades policiais nas eleições, GRAHAM, op. cit., p. 12-5; sobre a capangagem, *ibid.*, p. 185-186.

60 Para diferentes versões sobre o caso ver PLEITO Eleitoral, RGN, 14/5/1891; O CRIME da Penha, AREP, 23/5/1891.

61 ELEIÇÃO Municipal, RGN, 14/10/1892.

governo portou-se pela 1ª vez corretamente [...] apesar disto não houve entusiasmo ou rebuliço [...]”.<sup>62</sup>

Também para que cabalar, pressionar ou abusar da violência, se os situacionistas controlavam as mesas? O papel principal passava para o Congresso Nacional, para o qual eram enviadas as atas eleitorais “autênticas” e onde se travava a luta política parlamentar. A oposição autonomista, que em 1892 vencera em Papari e Goianinha, em 1895 “não fez ao menos um suplente de Intendente” nessas localidades, sumindo eleitoralmente.<sup>63</sup>

No final desse ano, Elias Souto demonstrava toda sua desilusão com o sistema eleitoral republicano, com a ponta de saudosismo monárquico que lhe era peculiar. Agora no *Diário do Natal*, ele sintetizava com acuidade sua visão sobre a liberdade republicana, que cabe bem como um epitáfio para o “governo do povo” no Rio Grande do Norte:

[...] Neste Estado do Rio Grande do Norte quem não é *pedrovelhista* é zero em matéria eleitoral, não tem direito do voto, é *servo da Gleba*. A República teve entre nós esta grande virtude: extinguiu os comícios eleitorais, ridicularizou o voto do cidadão e arvorou em princípio político a traficância do chefe local, em cumprimento das ordens do governador [...].<sup>64</sup>

Ao povo, mais precisamente à minoria de cidadãos com direito ao voto, restava corresponder à abnegação patriótica do governo republicano, consagrando aos candidatos oficiais esmagadoras vitórias nas urnas; caso contrário...! Mas a essa coerção oligárquica, totalmente contrária à liberdade democrática pregada na propaganda, o cidadão – muito particularmente na capital – soube responder, à sua maneira. Aproveitando-se

---

62 A ELEIÇÃO de Hontem, *ONTT*, 15/6/1895.

63 O TERÇO e o Voto Descoberto, *DN*, 10/12/1895, onde se aponta, entre outras razões, a “ausência das mesas” para a derrota da oposição em seus próprios redutos.

64 *Ibid.*

da não obrigatoriedade do direito, ele absteve-se em grande medida em Natal, sugerindo, como José Murilo de Carvalho interpreta no caso do Rio de Janeiro, mais sapiência do que covardia, ao ignorar o ato supremo no qual sua presença física não fazia muita diferença.<sup>65</sup> O opositorista Elias Souto, em 1895, também aplaude essa “sabedoria” do povo em abster-se de participar da República oligárquica, que transformara o mais “sagrado” ato da liberdade política moderna em mera formalidade, ao comentar:

pode-se dizer que anteontem 15 de novembro, ninguém votou na eleição municipal que aqui procedeu-se. O eleitorado abandonou as urnas [...]. O governo nomeou ou designou a sua intendência e os seus juizes distritais [...]. A oposição julgou prudente não comparecer às urnas. E fez bem.<sup>66</sup>

### 5.3 Igualdade/Desigualdade

No “Manifesto ao Povo”, que divulgou logo após a Proclamação da República, Pedro Velho afirmava que se iniciara no estado o tempo em que os rio-grandenses-do-norte seriam “livres todos e todos iguais”, princípio que seria consagrado na Constituição de 1891, em que todos os cidadãos eram “iguais

---

65 J. M. de CARVALHO, *Os bestializados...*, p. 160. Para o Rio Grande do Norte não há dados seguros sobre número de eleitores e abstenção nesse início de República. Podemos pinçar algumas informações dispersas pelos jornais e no precário censo de 1890. Assim, os eleitores aptos a votar no estado eram 19.565 em 1893 (“O eleitorado do Estado”, AREP., 6/5/1893) para uma população total de 268.273 hab. (7,2%). Na 1ª eleição direta para governador, em junho de 1895, votaram 11.349, cerca de 4,2% da população total, 58,5% do eleitorado; já Natal, com 13.725 hab., contava com um eleitorado de cerca de 958 cidadãos em 1893 (6,9% do total), dos quais votaram nas eleições municipais de novembro desse mesmo ano cerca de 350, uma abstenção, portanto, de 63,5%, alta, em se tratando de eleição municipal (dados extraídos do RGN, 19/11/1895).

66 ELEIÇÃO ou Designação, DN, 17/11/1895.

perante a lei”.<sup>67</sup> No balanço que Elias Souto fez da aplicação do lema da Revolução Francesa à prática política republicana no Rio Grande do Norte, com o qual iniciamos este capítulo, a igualdade fora considerada uma “mentira”, pois “os aristocratas-governantes destacam-se do povo em que somente falam por escárneo”.<sup>68</sup> Sintomaticamente, a imagem de Pedro Velho que passou à posteridade foi a de um político de modos aristocráticos, autoritário sim, mas apreciador da boa música, um autêntico *bon-vivant*.<sup>69</sup> Para ele e a grande maioria dos republicanos, o conceito de *povo* era o daquele personagem teoricamente soberano, mas que, na realidade, era pouco instruído, o que implicava, portanto, a necessidade de ser tutelado e dirigido por seus governantes, protetores e portadores da verdade racional: o “povo” reduzia-se à minoria dos cidadãos que votava. De fato, na República oligárquica brasileira, a não ser nos manifestos políticos e na letra formal da Constituição, a maioria da população, excluída dos direitos políticos, não contava de verdade.

Mesmo o cidadão detentor desses direitos foi costumeiramente esbulhado no exercício deles pelas trapaças eleitorais, nas quais ele raramente via sua vontade prevalecer. Nessa seção, estudaremos a “igualdade” no Rio Grande do Norte fundamentalmente em seu sentido político, aquele ao qual se restringia a noção de cidadania para esses republicanos. Basicamente, como eles pensaram as relações políticas entre governantes e governados ou, mais exatamente, entre “situação” e “oposição”, e como esse princípio teórico foi praticado pelo governo republicano de Pedro Velho.<sup>70</sup>

---

67 CASCUDO, HRRN, p. 279; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891, Seção 2, Declaração de Direitos, art. 72, # 2º, in Amaro CAVALCANTI, op. cit., p. 406.

68 LIBERDADE, Igualdade, Fraternidade, ONTT, 20/1/1893.

69 CASCUDO, op. cit., p. 37-38 e id., VPV, p. 71-85.

70 Uma discussão a esse respeito pode ser encontrada em Bobbio, op. cit., p. 135 e passim, e E. HOBBSAWM, *A era do capital*, p. 117-134.

Como adeptos da “democracia representativa moderna”, que requeria, por definição, a existência de partidos políticos que representassem as diversas correntes de opinião, os republicanos que ascenderam às primeiras posições no Rio Grande do Norte admitiam teoricamente a existência da “oposição” como essencial em um regime democrático. No entanto, sua ação na prática política – no executivo, no legislativo ou mesmo na imprensa – nos permite entender melhor a visão de República que tinham e que estavam procurando construir, a qual não coincidia com o que diziam à opinião pública. O conceito que tinham sobre “partidos políticos” e “oposição” e sua materialização no cotidiano do novo regime no estado, nos facilita a compreensão de que, mesmo entre cidadãos “iguais perante a lei”, uns eram “mais iguais” do que outros.

O regime republicano implantado no Brasil e no Rio Grande do Norte depressa consagrou as mesmas práticas políticas do Império e, de certo modo, até as agravou, na medida em que tornou impossível, fora de uma solução inconstitucional, o revezamento dos partidos no poder, como ocorria na Monarquia, ainda que de maneira artificial.<sup>71</sup>

Desde a propaganda e até o final do período ao qual nos referimos, os partidos políticos adversários foram vistos apenas como defensores de interesses pessoais e mesquinhos. Logo após a Proclamação, o antigo Liberal Radical Manoel Dantas chegou mesmo a defender a não existência deles, sob o argumento de que

[...] todos os cidadãos devem congrega-se numa aspiração única – a salvação da pátria [...] Mais tarde, quando o país estiver solidamente organizado e não encontrar embaraços à sua marcha progressiva [...] os partidos surgirão como um elemento necessário

---

71 Uma boa discussão sobre o “vácuo de poder” depois da extinção do Poder Moderador em LESSA, op. cit., p. 44-46 e J. M. de CARVALHO, *A construção da ordem; Teatro de sombras*, p. 374-379.

em toda sociedade bem constituída, e as lutas recomçarão, embora sem o encarniçamento e a pequenez dos velhos partidos monárquicos.<sup>72</sup>

A realidade logo se mostraria muito diferente. Foi Amaro Cavalcanti, novamente, quem melhor teorizou sobre a necessidade dos partidos políticos nas democracias modernas, do ponto de vista do direito e da sociologia. Em 1892, em discurso no Senado, definiu-os como

[...] órgãos legítimos [...] das aspirações comuns, ou [do] impulso das necessidades individuais e coletivas da nação e do país [...] apropriando-se das ideias correntes, adaptando-se aos fatos que se sucedem, e aproveitando as lições da experiência, tomam a grande tarefa de encaminhar o país nos meios de realizar o bem comum, de que ele careça.<sup>73</sup>

Daí a necessidade urgente no Brasil da “organização real e efetiva dos partidos nacionais”, de que Amaro reconhecia já haver elementos para dois grandes, “à moda dos EUA”: um, a que chama “presidencial, autoritário, conservador ou republicano”, defensor de um poder forte em nome da ordem; e outro, a que se filia, denominado “democrata ou liberal”, que prega “a conciliação da liberdade com a ordem, pela prevalência da primeira sobre a segunda”, ou, “do povo sobre o governo”, uma distinção muito parecida com a do francês Benjamin Constant.

Amaro Cavalcanti reconhecia igualmente que a “obra de paz de 40 anos” que o Brasil gozara na Monarquia só fora possível graças à “organização dos partidos”. Se os políticos descuidassem deles no novo regime, não estaríamos longe da anarquia, pois o país continuaria à mercê “dos que só ambicionam a posse do poder, sem atenção às ideias e princípios e talvez, o mais grave, nem a República chegará a ser consolidada!”<sup>74</sup>

---

72 TUDO Pela Pátria, OPV, 14/12/1889.

73 ASF, 1892, v. 1, sessão em 14/6, p. 244-245, continuada na sessão de 25/6, v. 2, p. 64-65.

74 Ibid., p. 64.

Em teoria, foi esse conceito de “partido político” que prevaleceu no Rio Grande do Norte entre todas as correntes de opinião. Lembrando muito a caracterização de Amaro, é assim que o redator de *O Caixeiro*, Pedro Avelino, os define em 1892: “São eles o equilíbrio dos governos e das sociedades [...] Os partidos, a discriminação das teorias e dos princípios em campos opostos que se combatem na órbita legal das lutas políticas constituem uma necessidade na vida pública dos povos [...]”. Esse conceito o levava à conclusão de que ainda não havia partidos dignos desse nome no Brasil, além do governista, pois “o que nós vemos na oposição é um amálgama de elementos heterogêneos, uma liga de gente radicalmente inconciliável”.<sup>75</sup>

Chegamos aqui ao âmago da questão. Apesar de reconhecerem a necessidade de partidos políticos fortes como representantes de segmentos da opinião, composta esta por várias correntes de ideias diferentes e, portanto, de aceitarem a existência da oposição como salutar à democracia moderna, na prática não concediam legitimidade aos partidos contrários ao governo. Longe das discussões parlamentares do Rio de Janeiro e dos “principismos” de um Amaro Cavalcanti, mais acostumados com o extinto Poder Moderador, que decidia a seu livre-arbítrio quem seria situação e quem seria oposição, os novos donos do poder tenderam a tomar o lugar do “juiz imperial” e a não aceitar uma disputa realmente democrática, que trouxesse um verdadeiro revezamento no poder, como defendiam na teoria.

Daí, para desqualificar as oposições como indignas de serem consideradas como partidos era um passo lógico. Aceitavam apenas os que se mostrassem subservientes à oligarquia dominante, só estes eram seus “iguais”. Os demais eram desprezíveis e podiam ser descartados pelas regras viciadas do sistema eleitoral. Pensamos ser importante acompanhar

---

75 OS Partidos e ORDEM e Progresso, *OCX*, 2/11/1892 e 26/10/1892, respectivamente.

de perto algumas opiniões dos diversos grupos políticos sobre seus adversários, nas diferentes conjunturas por que passou a República em seus primeiros tempos, para entender por que o revezamento no poder era impossível.

Foi durante o Governo Provisório, quando a “frente política” que assumira o poder após a Proclamação da República no Rio Grande do Norte ainda estava unida, que se iniciou a construção do discurso de que “todos eram republicanos”, exceto os inimigos monarquistas, “subversivos” que estavam naturalmente desqualificados para se apresentarem “com seriedade” às eleições para o Congresso Constituinte republicano. Afinal, todos eram guardiães da pureza republicana contra os “sebastianistas restauradores”, restos da política corrompida da Monarquia.

No tempo do governo constitucional de Deodoro, os campos foram aos poucos se delimitando e tanto os vitoriosos do momento quanto os derrotados consideravam-se republicanos. Foi assim com os deodoristas do *Rio Grande do Norte* como com os pedrovelhistas que lhes sucederam. Para os que desfrutavam do poder, apenas o governo era republicano e não havia oposição, apenas “subversão monarquista”; para os que não desfrutavam desse poder, o governo é que não era republicano e deveria cair.

Elias Souto foi um dos primeiros a perceber e apontar o “impasse”. No final de 1892, já no governo de Pedro Velho, afirmava claramente que

quando a oposição profliga e condena os seus erros e os seus desmandos e lhe aconselha o bom caminho em defesa da causa santa do povo e dos são princípios republicanos [...] s. exc., em seu jornal oficial, ataca a oposição de desvairada e sem orientação na sua patriótica missão.<sup>76</sup>

---

76 O POVO Sempre Iludido, ONTT, 4/11/1892.

O próprio Amaro Cavalcanti, normalmente tão ponderado e criterioso, tornou-se um extremado partidário de Floriano à medida que a conjuntura política nacional foi se deteriorando, e desenvolveu a ideia de que “há oposição e oposição”, uma boa e outra má. Em agosto, às vésperas da eclosão da Revolta da Armada, quando, para ele, os tempos eram de “desvairamento da razão pública”, defendeu genericamente no Senado o primeiro tipo como “um bem para a causa pública [...] no seu justo terreno de combater pela legalidade, pela verdade das coisas”. O segundo tipo (no qual incluía os federalistas e logo, os revoltosos da Marinha), ao contrário, visava à perturbação de tudo, como meio de alcançar de modo mais pronto a posse do poder; ele era “um mal, uma desgraça comum [...]”, e a essa oposição ele sinceramente não podia respeitar ou aceitar legitimamente e como representante da nação era seu dever “[...] opor barreira a essa anarquia e apoiar, só e somente a causa das instituições e o respeito às autoridades legais constituídas”.<sup>77</sup> Por caminhos diferentes, Amaro Cavalcanti acabava chegando à mesma avaliação negativa sobre a oposição que tinham seus adversários no Rio Grande do Norte.

Para tentar garantir e democratizar o processo eleitoral, pelo menos formalmente, tornando os “desiguais” menos desiguais, a Constituição de 1891 estabeleceu, em seu artigo 28, a “representação da minoria”. Logo esse dispositivo se transformou numa nova maneira de manipulação eleitoral para eleger toda a chapa oficial e nenhum representante opositorista, como aconteceu no Rio Grande do Norte por ocasião da renovação dos deputados federais e do senador nas eleições que levaram Prudente de Moraes à presidência da República em 1º de março de 1894.<sup>78</sup> *O Caixeiro* respondeu irônica e displicentemente à crítica opositorista, referindo-se à divisão desta: “qual das

---

77 ASF, 1893, v. 4, sessão em 17/8, p. 8-9.

78 Ver o protesto opositorista em A ELEIÇÃO, RGN, 7/3/1894 e HUMILHAÇÃO, ONTT, 9/3/1894.

minorias, a do Caicó ou do *Rio Grande do Norte*?”. E sentenciava, na linguagem clara que demonstrava cabalmente o conceito que fazia de “oposição” e da “igualdade política” no novo regime republicano: “[...] Se conseguiu eleger todos é que lhe sobram [à situação] elementos que faltam aos dois grupos oposicionistas, conchavados ou não”.<sup>79</sup>

A interpretação do “terço das minorias” gerou inúmeras polêmicas no Congresso Nacional, uma das quais envolveu, muitos anos depois, um personagem importante da oligarquia Albuquerque Maranhão, o ex-governador e então deputado federal Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho. Sua opinião sobre o artigo constitucional da “representação das minorias”, devidamente depurada pela distância temporal, é lapidar para o entendimento do conceito que a elite política potiguar tinha sobre a “democracia republicana”, por parte de quem conhecera de perto os bastidores do poder estadual.

Em discurso de 1917 na Câmara dos Deputados, em meio ao “racha” que permitiu a quebra da hegemonia dos Maranhão no Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão admite sinceramente o que achava sobre o assunto.<sup>80</sup> No fundo, para o ex-governador, a discussão girava em torno do que o dispositivo constitucional dizia na realidade – “minorias” simplesmente ou “minorias representáveis”, como ele a entendia (o detalhe fazia toda a diferença!). Argumentava que a lei eleitoral garantia a representação das “minorias locais *toda a vez que essas minorias possam ser representadas*” (grifo no original). E acrescentava que, tanto ele quanto o então governador e agora desafeto Ferreira Chaves Filho haviam permitido a eleição de “oposicionistas sem eleitorado”: “o sr. Augusto Leopoldo foi eleito *porque permiti que o fosse*” (grifo nosso). Isto não fora possível, ainda segundo Alberto

---

79 ELEIÇÃO Federal, OCX, 14/3/1894.

80 A representação das minorias, discurso na sessão de 13/12/1917 da Câmara dos Deputados, reproduzido em Alberto MARANHÃO, *Na Câmara e na Imprensa*, 1918, p. 483-498.

Maranhão, na época em que Pedro Velho “fora o chefe único, indiscutível [quando] a oposição não pôde ser representada nesta Câmara (polêmica) [...] (mas) se não permitiu eleição de oposicionistas foi porque não os havia com eleitorado bastante para isso” e finalizava: “hoje não existe oposição em meu estado”.<sup>81</sup>

Assim, segundo a compreensão de um dos principais representantes da oligarquia que dominou o Rio Grande do Norte por cerca de 25 anos, as minorias só deveriam estar representadas quando “existissem politicamente”, o que o controle das mesas e da apuração há muito tempo não permitia. Fechava-se o círculo vicioso do aniquilamento das oposições na República Velha, que tornava impossível a igualdade de condições políticas necessárias entre situação e oposição para se alternarem no poder, como numa genuína democracia.

É o que *A República* pode afirmar definitivamente em junho de 1895, ao fazer a avaliação da primeira eleição direta para governador, um verdadeiro golpe de misericórdia para a oposição potiguar:

O pleito que acaba de ferir-se neste Estado é duplamente significativo: evidencia o nobre propósito do governo em garantir os sagrados direitos que a liberdade concretiza e faz o cotejo público de suas forças, hauridas nos mananciais da confiança e simpatias do Povo, com as forças minguadas de seus adversários, adquiridas em fontes bem opostas [...] Dolorosa lição aos inimigos da República, partidários da ditadura que morreu! Desvairados pela ambição do poder, sem outro programa conhecido além da oposição sistemática a tudo e a todos, eles não combatem em nome de um princípio, em nome de uma ideia!<sup>82</sup>

E concluía firmemente: “No Rio Grande do Norte não existe senão um partido digno de tal nome [o PRF]”. Não se cogitava dar igualdade de oportunidade para a oposição; afinal,

81 Ibid., p. 488, 491 e 495-496.

82 “Eleição do dia 14”, *AREP*, 20/6/1895.

ela não existia! Neutralizadas as “oposições significativas”, o campo estava livre para a consolidação da oligarquização do PRRN (agora Partido Republicano Federal) e do Rio Grande do Norte, tornados ambos domínio absoluto da família Maranhão e de seus apaniguados.

#### 5.4 *Fraternidade/Filhotismo*

Na verdade, o que imperou na política republicana do Rio Grande do Norte foi o clientelismo e o nepotismo, desfigurando o último princípio do lema francês, a *fraternidade*, compreendida de maneira toda particular pelos novos senhores do poder estadual. Para um regime que prometia iniciar-se sem sucumbir ao espírito de “represálias e ódios” das lutas partidárias imperiais e governar sob a bandeira da “paz e da concórdia”, como prometera Pedro Velho no manifesto ao povo, de 21 de novembro, a história das primeiras administrações republicanas no estado não poderia ter sido mais decepcionante.<sup>83</sup> Da Proclamação da República ao final de seu governo, as práticas do chamado “pessoalismo” ou “filhotismo”, já presentes no Império, continuaram pautando as relações políticas no Rio Grande do Norte, denunciadas em vão por uma oposição cada vez mais impotente diante da hegemonia avassaladora da dominação oligárquica e da força secular do compadrio.

Nesse sentido, em nosso entendimento, o outro “fetiche” da Revolução Francesa, a *fraternidade*, foi tomado ao pé da letra pelos republicanos no poder, no seu significado etimológico, de “corporação” que une parentes, amigos ou companheiros numa relação permeada por sentimentos e práticas de gratidão e lealdade entre os membros do grupo. Numa sociedade pequena, fundamentalmente rural e patriarcal como a norte-rio-grandense da época, eram as relações familiares e alianças entre chefes locais – na maioria das vezes seladas por casamentos

---

83 LIBERDADE, Igualdade, Fraternidade, in CASCUDO, HRRN, p. 278-279.

arranjados que os tornavam a todos parentes e compadres – que contavam infinitamente mais do que princípios teóricos e ideológicos da democracia liberal representativa.

Não por acaso, o uso generalizado da palavra “amigo” para designar o correligionário político, personalizando essa relação, trouxe uma consequência lógica, que não nos parece ser meramente retórica ou simbólica. Quem não é “amigo”, em relações em que estão em jogo domínio econômico, social ou político, torna-se “inimigo”, um designativo mais forte do que “adversário”. Este pode ser combatido nas arenas legais da imprensa e do parlamento, dentro de regras de polidez aceitas por todas as partes; o “inimigo”, ao contrário, como sugere sua acepção militar, deve ser combatido como numa guerra, em que todos os meios para derrotá-lo são válidos, pois de um inimigo não se pode ter compaixão, sob pena de sucumbir-se a ele. Daí o termo “amigo” remeter a um universo de relações “fraternais”, de amizade e lealdade, mais próprias de uma sociedade em que o parentesco, o compadrio e o clientelismo predominam sobre relações impessoais, nas quais supostamente aqueles elementos não contam tanto. Um “amigo” que rompe essa confiança mútua torna-se um “íngrato”, um “traidor” – para usar vocábulos bastante utilizados nos manifestos políticos da época – e não merece mais as benesses do pertencimento à “grande família oligárquica”, chefiada pelo “pai” generoso mas intransigente na obediência e lealdade de seus “afilhados”.<sup>84</sup>

Por essas razões é que divergências políticas ou mesmo de opinião, que em outros contextos sociais podem ser tidas como naturais, provocavam, dentro do ambiente oligárquico brasileiro, verdadeiras dissidências e inimizades pessoais, que não raras vezes terminaram em sangue. Esses rompimentos eram invariavelmente acompanhados de queixas contundentes

---

84 Sobre essa questão no contexto geral da sociedade e política brasileiras no séc. XIX, ver GRAHAM, op. cit., p. 304-310, que introduz uma breve discussão sobre a palavra “amigo”, a qual forneceu a matéria-prima para nossas reflexões; sobre “lealdade pessoal e familiar”, p. 214-220 e 324-326. Sobre a relação política entre doutores e “coronéis” e o fenômeno do “genrismo”, ver o clássico de V. N. LEAL, op. cit., p. 22-23.

contra a “ingratidão” e “traição” do antigo aliado e/ou parente, esquecendo-se, nessa hora as velhas relações “fraternais” do passado recente, para se atacar impiedosamente o trânsfuga. O fato de que também ocorressem casos de reconciliação entre “rompidos” (pois um bom “pai” também podia perdoar, eventualmente, quando interesses políticos maiores o aconselhavam a isso) apenas confirma que eram as relações pessoais de parentela e amizade que prevaleciam sobre quaisquer outras e se constituíram numa das características mais marcantes do Rio Grande do Norte no período estudado.

Como acompanhamos no segundo capítulo, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, desde sua fundação, foi essencialmente uma extensão dos Albuquerque Maranhão, formado em grande parte por parentes, agregados ou empregados da casa comercial, da fábrica de tecidos e dos engenhos da família. Desde então, Pedro Velho iniciou a montagem de uma estrutura partidária, com o claro objetivo de oligarquizá-la, bem como ao governo norte-rio-grandense. Era, na prática, o que a oposição logo chamou de “pedrovelhismo” ou, na linguagem direta de Elias Souto, uma tentativa de “enfeudar” o estado, antecipando a “política dos governadores” de Campos Sales: “É um fato sabido que nesta República, os Estados ou vivem sob o domínio de um feudo-oligárquico ou sob a pressão da mais ferrenha ditadura [...] governo não perde eleição [...]. Estamos em plena República quixotesca [...]. Aqui temos o Pedrovelhismo caricato feudal entronizado [...]”<sup>85</sup>

A obsessão de Pedro Velho pela oligarquização familiar do partido e do governo fez com que neutralizasse aos poucos todos os obstáculos que encontrou pela frente, “engolindo”, tal qual Cronos, aqueles que se interpunham em seu caminho, não só os adversários como antigos aliados ou o “amigo” da véspera,

---

85 DITADURA Estadual, ONTT, 27/6/1895, que chama Pedro Velho de “oligarca feudal”.

acusando-os de “não republicanos” e transformando-os em mais um “íngrato”.

Já logo após a Proclamação da República, em seu breve governo de “dezenove dias”, Pedro Velho inauguraria no Rio Grande do Norte republicano a velha prática monárquica das “derrubadas”, demitindo sumariamente os membros das facções que não haviam aderido e desafetos pessoais, e nomeando, em seu lugar, parentes e amigos mais próximos, numa perpetuação do nepotismo e clientelismo nada alvissareira para um regime do qual se esperavam novas práticas político-administrativas.<sup>86</sup> E é desde novembro de 1889 que se inicia a longa lista de ingratos e traidores do PRRN (ou melhor, de Pedro Velho) que não compactuavam com os métodos sutis de aliciamento do “pai generoso”. Tal lista engrossaria muito até o fim do período de que tratamos, quando o *Rio Grande do Norte* publicou um elucidativo (mas parcial) rol dos ex-correligionários que, em algum momento, haviam entrado no *índex* do “Chefe”, como o governador gostava de ser chamado:

[...] os acusados de *ingratidão* pelo governo? Hermógenes Tinoco, Olinto Meira, Carlos Manoel, José Ricardo, João Ferreira, Padre José Paulino, João Lindolfo, Tobias Monteiro, Ferro Cardoso, José Leão, Almino Afonso, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti e tantos outros [...] a verdade é esta: o sr. Pedro Velho vive sempre a perder amigos pela simples razão de não tratar senão de si e de sua família.<sup>87</sup>

Dominando o Partido Republicano através da Comissão Executiva e de seu órgão de imprensa, *A República*, Pedro Velho começou a pôr em prática a estratégia de dominação em todo o estado, colocando empregados seus como prepostos nos poucos municípios onde não dispunha do apoio dos chefes municipais, como denunciou o *Rio Grande do Norte* em janeiro de 1893, na

86 Ver PARA a História, GZN, 18/1/1890.

87 A ATITUDE delles, RGN, 24/1/1895, respondendo ao artigo A NOSSA atitude, AREP, 19/1/1895.

época em que a ânsia de consolidar seu domínio familiar no Rio Grande do Norte não encontrava mais limites. Ao fazer um balanço das atitudes do líder republicano desde a Proclamação, o jornal afirmava:

[...] procura-se inculir nos representantes das classes populares que republicanos são somente exclusivamente os que sustentam o predomínio e interesses da família maranhão a que pertence o governador do estado [...] ultimamente é manifesto o seu propósito de enfeudar a família na terra norte-rio-grandense, no fato de estar colocando nas localidades do estado os empregados da casa comercial de seu cunhado como chefes políticos, substituindo por esse modo, indigno e traiçoeiro, os velhos chefes locais, que ainda hoje são prestimosos e dispõe de influência extensa.<sup>88</sup>

Vale lembrar que muitos desses “velhos chefes” eram antigos monarquistas ou lucenistas que haviam apoiado o governo Deodoro, o que não invalida a intenção tácita de colocar elementos de confiança da família em postos-chave do interior, em detrimento de possíveis “quadros” partidários não ligados aos Maranhão. Em alguns casos, nas poucas cidades do interior onde não se conseguira o apoio do chefe político, os próprios agentes de *A República* tornavam-se chefes do Partido Republicano local.

O *Município*, jornal dos republicanos históricos de Ceará-Mirim que também haviam rompido com o governador por esse tempo, sintetizou bem o alcance do controle partidário do PRRN pela família de Pedro Velho:

[...] Aí tem eleitor: o partido *republicano* atual não é o mesmo que ergueu-se pujante e formidável no início da República. Os elementos considerados genuínos e puros foram substituídos pelos seus cruentos adversários e d’ele, do partido republicano, resta apenas o atual governador e sua ilustre família! Um homem nunca significou um partido, nem poderá jamais concretizar os princípios que a este servem de

---

88 ABUSO e Crime, *RGN*, 14/1/1893.

programa, nem pode seriamente erigir-se o nepotismo em princípio político. O atual governador, divorciando-se do Partido republicano, que trata de aniquilar, inventando o *Pedrovelhismo* e com a candidatura de seu ilustre irmão, veio desfazer as dúvidas acerca de seu nepotismo.<sup>89</sup>

Um depoimento esclarecedor acerca dos mecanismos de controle dos Albuquerque Maranhão sobre o PRRN, embora bem posterior, nos é fornecido em 1919 pelo então governador Ferreira Chaves, que fora um dos membros da Comissão Executiva do Partido Republicano durante a década de 1890. Esse depoimento foi escrito justamente no momento em que Ferreira Chaves rompia com a oligarquia que o fizera ascender ao mais alto grau da política estadual. Nada melhor do que um ex-aliado ferido para expor a verdadeira face de uma realidade:

Durante a chefia dos drs. Pedro Velho e Alberto Maranhão os correligionários do poderoso núcleo de que até ontem o sr. Dr. Tavares de Lyra era um dos marechais, só se lembravam de que havia nele uma Comissão Executiva quando esta aparecia assinando as deliberações dos dois chefes. Mesmo os grandes atos, aqueles de cuja eficiência se poderiam esperar modificações reais na estrutura do partido, como a organização de chapas para a eleição de governador e deputados federais e estaduais, obedeciam exclusivamente ao critério dos referidos chefes e do dr. Tavares de Lyra, acontecendo por diversas vezes que os mais íntimos, não raro diretamente interessados, desconheciam até a última hora o próprio destino pois isso convinha “aos seus interesses e aos de sua família (genro de um e sobrinho do outro)”<sup>90</sup>

---

89 Artigo transcrito pelo RGN, 14/6/1892 na seção PARA a História.

90 Joaquim Ferreira CHAVES FILHO, *Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte*, p. 4-6, em resposta à *Carta Aberta aos meus velhos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra. Para as razões do rompimento, ver Itamar de SOUZA, *O rompimento de Ferreira Chaves com os Maranhões, Vivência*, v. 2, n.1, p. 48-66.

Ainda que fruto de deliberada intenção de encontrar um pretexto para romper com os Maranhão e afastá-los da direção estadual do PRF, o trecho é significativo pela confissão de Ferreira Chaves de que aqueles procedimentos haviam sido “um dos traços da vida nacional no chamado período das oligarquias em quase todo o Norte do Brasil” – entre estas, considerava a de Pedro Velho “a mais perfeita ditadura familiar que já houve no país”. Censurava Tavares de Lyra não por tê-los praticado mas por “exprobar hoje o que fez e aprovou ontem”. Bela “mea culpa” de quem fora conivente na época, sucedendo ao próprio Pedro Velho em 1896 e reelegendo-se em 1914, ainda com o apoio dos Albuquerque Maranhão!

Dominando pessoalmente o PRRN e com o governo estadual em suas mãos, Pedro Velho pôde facilmente nepotizar o aparelho do estado e o próprio estado. Iniciara essa prática na época de suas administrações anteriores e mesmo a incentivava na de outros, como ao conseguir do governo Adolfo Gordo a concessão da construção da estrada Natal-Macaíba para o pai, Amaro Barreto, e o privilégio da construção da estrada de ferro de Ceará-Mirim para o irmão, Augusto Severo.<sup>91</sup> Logo no início do seu governo constitucional, nomeou o outro irmão, Alberto, então com 20 anos e ainda acadêmico de Direito, para secretário de Governo e mais tarde fez mudar a própria Constituição estadual para que este, aos 28 anos, sucedesse a Ferreira Chaves.

A insistência na indicação de Augusto Severo para a vaga de Pedro Velho na Câmara Federal, porém, foi a atitude que trouxe mais graves consequências políticas, pois, além de confirmar a obsessão nepotista, provocou quase de imediato o rompimento com o segundo homem na hierarquia do PRRN, o ex-governador Nascimento Castro. Mais significativo do ponto

---

91 Sobre o nepotismo no Império e início da República, visto como prática natural, corriqueira e não vergonhosa, R. GRAHAM, op. cit., p. 302-304. Sobre os casos citados, ver PRIVILÉGIOS, RGN, 14/1/1892; consultar tb. os DECRETOS do Governo do RN, 1ª parte (1889-91).

de vista eleitoral foi a perda do apoio do senador José Bernardo de Medeiros e seu grupo caicoense. Ambos engrossariam a lista dos “ingratos” para com o “Cronos potiguar”.<sup>92</sup>

Na verdade, Pedro Velho não inaugurou o nepotismo no Rio Grande do Norte republicano, embora tenha sido o primeiro que teve tempo suficiente para erigi-lo como norma de governo. A oposição deodorista, que agora criticava violentamente o “filhotismo”, também o fizera quando estava no poder em 1891: era prática antiga e considerada normal. O então governador Miguel Castro povoou de parentes e amigos sua curta administração: seu filho foi nomeado Procurador Fiscal da Tesouraria Estadual; seu irmão, Administrador das Rendas Estaduais; um primo, 1º Escriturário da Alfândega; e um sobrinho, Juiz de Direito de Martins, próximo às terras da família. À “amigos” e correligionários, continuou a conceder privilégios de exploração econômica, pelo critério único do clientelismo.<sup>93</sup>

A partir da administração Pedro Velho, a oposição pôde associar mais diretamente o pedrovelhismo, como uma política deliberada de domínio familiar sobre o estado, com o uso do poder público estadual para beneficiar interesses econômicos seus e de seus “clientes”, denunciando essa prática como antagônica aos princípios do regime republicano pelo qual se fizera o 15 de novembro. O *Rio Grande do Norte* assim caracterizava o “pedrovelhismo”, ao cabo de apenas seis meses de governo:

[...] é o pior dos despotismos porque é simplesmente o despotismo da especulação mercantil, da arqui- vaidade, do orgulho estulto, da ambição insaciável, explorando a boçalidade dos que não vêm diante de si mais do que o interesse privado, o lucro individual! [...] Apregoando-se republicano, mas de um republicanismo convencional [...] escandalosas concessões de privilégios, contratos de fornecimento

---

92 ELEIÇÃO de 22 de Maio, *AREP*, 30/4/1892.

93 Ver Itamar de SOUZA, op. cit., p. 224. A defesa de Castro está em ACD, 1892, v. 2, sessão em 14/1, p. 189-191.

e de arrecadação de impostos para parentes, sem a formalidade garantidora da concorrência da hasta pública; postergação da liberdade e direitos individuais como desabafo a ódios particulares e políticos, a violação das leis feitas pelo pseudo-congresso estadual [...] a violência e a fraude no processo eleitoral [...] eis em síntese o que é o ‘pedrovelhismo’.<sup>94</sup>

Inúmeros exemplos de desperdício do dinheiro público para beneficiar clientes e parentes, perpassam todo o nosso período: a verba para as obras de desobstrução da barra do porto de Natal; contrato do governo com *A República*, sem concorrência; montepio dos funcionários públicos estaduais; compra de objetos para a casa particular de Pedro Velho sem notas referentes ao negócio; gastos excessivos com telegramas, Hospital da Caridade, Corpo Militar de Segurança, “sindicato” da arrematação dos gados, loterias etc. A lista é interminável.<sup>95</sup>

O exemplo modelar de mistura entre interesses públicos e privados permeados pelo nepotismo e pelo clientelismo no Rio Grande do Norte, durante o governo de Pedro Velho, foi o caso da verba destinada à implantação de colônias de imigrantes em todos os estados da federação, aprovada pelo Congresso Nacional em 1892.<sup>96</sup> Elias Souto tem outro de seus momentos de inspiração, ao apontar os “motivos óbvios” da escolha de Canguaretama como local para a implantação do primeiro núcleo de imigrantes no território potiguar: pura manifestação de “filhotismo”, pois “lá é chefe político um irmão do governador, embora distinto cavalheiro”. E concluía ironicamente: “Vê-se logo que isso é

---

94 AGONIIA social... O pedrovelhismo desacreditando a República - I, *RGN*, 8/10/1892; o II foi publicado a 20/10 e o III, o mais desenvolvido, a 14/1/1893.

95 Sobre o que a oposição considerava “desperdício de dinheiro público”, ver *DESPERDÍCIO*, *RGN*, 13/3 e 30/3/1895; tb. *A CRISE e CONTRATO* em formação, *ONTT*, 25/1 e 18/4/1895.

96 *ACD*, 1892, v. 1, sessão extraordinária de 13 a 31/12/1891, p. 5.

um Patrimônio de família que se quer ali constituir; [...] não é honesta a infeliz lembrança de entregar grandes somas de dinheiros públicos aos familiares do Governador do Estado [...].<sup>97</sup>

Não é preciso dizer que a verba veio, contratou-se um capataz para cuidar do terreno da futura colônia, mas nem um único imigrante estrangeiro ou nacional foi estabelecido no Rio Grande do Norte. Cada vez mais, para a oposição, o estado (como acontecera com o Partido Republicano) se tornava uma espécie de extensão da família Maranhão, que o transformava num “domínio feudal”, como o mesmo Elias Souto apontou no início de 1893: “O dr. Pedro Velho não tem que dar satisfação a ninguém, porque entende s. exc. que o Estado é *uma fazenda sua*, uma feitoria dos seus e que o povo rio-grandense não deve superintender nos negócios públicos em que s. exc. tem mando absoluto e dispõe a seu talante!”<sup>98</sup>

A anulação da primeira eleição de Augusto Severo pela Câmara dos Deputados deu breves esperanças a Elias Souto de que alguma coisa poderia mudar. Pelo menos, ofereceu ao incansável jornalista mais uma oportunidade para dissecar o que considerava a essência do governo Pedro Velho:

[...] essa eleição apenas exprimia a perversão do ideal da República, a entronização de um filhotismo desbragado e impudente, de uma política de família [...] S. Exc. até hoje nada tem feito pela República, e apenas se tem esforçado em fazer uma política pessoal, de arranjos domésticos, elegendo a altos cargos e cobrindo de privilégios quer a si e aos seus irmãos, honras e privilégios que se acumularam e deram em resultado o desprestígio de S. Exc. no seio de uma câmara cuja maioria partidária pertence aos seus próprios amigos políticos!<sup>99</sup>

---

97 SECÇÃO editorial: Colonia de Imigração, ONTT, 10/6/1892.

98 RÉU Confesso, ONTT, 17/2/1893.

99 PELA República, ONTT, 29/7/1892.

*O Rio Grande do Norte, na mesma época, fez arguta síntese sobre a natureza do pedrovelhismo:*

[...] como pretendo governador eleito, procurando implantar no estado uma política de família, nomeando seu próprio irmão e caixeiro de seu cunhado, para o lugar de deputado federal [...] temos o senhor Pedro Velho conhecedor de todo o pessoal do estado, praticando as mais clamorosas injustiças, deixando de aproveitar empregados dos mais antigos das repartições, cobertos de serviços, de honestidade e habilitações comprovadas em longo período de exercício, para dar lugar aos *calafanges e cromácios*, aos protegidos de seus irmãos, como também aos fregueses da casa comercial de seu cunhado, que são aproveitados para exercer os cargos mais importantes, porque se trata de lugares de rendosa e avultada arrecadação do Estado!! [...] mais acentuando a oligarquia que pretende implantar nesta terra infeliz e que não vingará, estamos certos.<sup>100</sup>

Os acontecimentos mostrariam que as esperanças de Elias Souto e a certeza do jornal da oposição autonomista, ainda que fossem apenas retóricas, não se concretizariam. Como temos acompanhado desde o início, apesar da pressão federal e da intransigente oposição estadual, Pedro Velho superou habilmente os piores momentos e pôde ampliar e consolidar seu domínio familiar e clientelístico sobre o PRRN, os chefes locais e os três poderes do estado. A verdade é que, quando Pedro Velho se retira do governo, em março de 1896, toda a máquina partidária e governamental está tomada por seus parentes ou correligionários fiéis. Um ano antes, às vésperas da eleição a governador, o *Rio Grande do Norte* resumira bem a situação:

[...] Hoje na administração do estado tudo é irmão, tio, cunhado, primo &. O secretário é *irmão* do governador [Alberto Maranhão], o vice-presidente do congresso é irmão do governador [Fabrício Maranhão], o presidente da Intendência é primo e cunhado do governador [Fabrício Pedrosa II], o comandante superior da guarda nacional é cunhado do governador [Juvino Barreto], o ex-chefe da mordomia e tenente-cel. Comandante de

---

100 POLÍTICA do Estado, RGN, 8/7/1892.

um regimento de cavalaria a pé também é ‘cunhado do governador’, dos deputados federais um é irmão e outro primo do governador [Augusto Severo e Tavares de Lyra] [...] Não tem fim, é como se fosse o rosário do *filhotismo*.<sup>101</sup>

Dessa maneira, Pedro Velho pôde montar uma oligarquia familiar e mantê-la mesmo após sua saída do Poder Executivo: seu primo, Fabrício Gomes Pedrosa II, dono dos armazéns de Guarapes, foi presidente da Intendência de Natal de fevereiro de 1890 a dezembro de 1895 (à exceção do curto período luce-nista), sendo sucedido por outro primo, João Avelino, que tinha Juvino Barreto, cunhado de Pedro Velho e dono da fábrica de tecidos, como vice. No final do século, os Albuquerque Maranhão dominavam diretamente as importantes intendências de Natal (que presidia a junta apuradora das eleições estaduais) e Canguaretama, o Correio Central, o Poder Legislativo e a bancada potiguar no Congresso Nacional, além do estratégico cargo de engenheiro da comissão de melhoramentos do porto da capital, verdadeiro sorvedouro de verbas nunca aplicadas no seu destino (entregue a Afonso Maranhão Filho, que nem ao menos era engenheiro formado). Segundo um ditado popular da época, havia ali “mais protegido da oligarquia Maranhão do que grãos de areia nas dunas da Redinha”.<sup>102</sup>

Assim, para os vários opositores do regime dominado por Pedro Velho e sua família, os políticos republicanos não passavam de “farsantes que representam a mais ínfima das comédias – o canalhismo eleitoral e financeiro”, nas palavras de Elias Souto.<sup>103</sup> A não aplicação dos princípios republicanos na administração pública, pautada pela coerção, pela desigualdade e pelo nepotismo, proporcionou aos saudosistas da Monarquia a possibilidade de comparar o Império com a República, sempre com evidente vantagem para o primeiro.

101 IMMORALIDADE, RGN, 6/5/1895 (grifos no original).

102 Itamar de SOUZA, op. cit., p. 119-120 e 123.

103 O TERÇO e o Voto Descoberto, DN, 10/12/1895.



## CAPÍTULO 6 – ECOS DA MONARQUIA

A política praticada pelos novos governantes do Rio Grande do Norte republicano, caracterizada pela coerção, desigualdade e nepotismo da oligarquia Albuquerque Maranhão, desiludiu a muitos republicanos da propaganda. Mais do que isso, por algum tempo, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada (1893-94) deram esperanças a antigos monarquistas mal aderidos ao novo regime de que seria possível uma restauração pela força ou, pelo menos, uma reviravolta parlamentarista dentro do sistema republicano, que lhes proporcionasse recuperar o espaço perdido desde a Proclamação da República. Frustradas as suas expectativas, os líderes mais atuantes dos ex-partidos imperiais no estado preferiram conformar-se ao fato, que acreditavam irreversível, da consolidação da República, reagindo com ceticismo às iniciativas dos monarquistas da capital federal e de São Paulo para a reorganização partidária de seu movimento em nível nacional, em fins de 1895 e inícios de 1896.<sup>1</sup>

A maioria deles, no Rio Grande do Norte, quando não francamente adesta, limitou-se a fazer coro na imprensa de oposição às críticas à política de Pedro Velho, em artigos de denúncia, com forte conotação saudosista: os próprios erros da República levariam, algum dia, o povo a reclamar a volta do regime imperial, o único que fora capaz de dar paz e estabilidade à nação. Por toda a Primeira República, esses saudosistas do antigo regime continuariam a demonstrar, pela imprensa ou em

---

1 Para uma importante análise historiográfica do movimento monarquista nacional após a Proclamação da República, ver M. de Lourdes M. JANOTTI, *Os subversivos da República*.

ambientes anódinos, como os Institutos Históricos e Geográficos, a superioridade da Monarquia sobre a República, recordando às novas gerações a época de ouro que o Brasil vivera, sob a sábia direção do velho imperador-estadista D. Pedro II. Essa versão, purificada de seus aspectos mais “monarquistas”, passaria a ser a oficial nos manuais escolares republicanos e, como tal, chegaria quase até o presente.<sup>2</sup>

No Rio Grande do Norte, a maioria dos políticos que vinham da militância partidária monarquista se havia tornado mais ou menos adesista de primeira ou segunda hora (ou se tinha retirado logo da vida pública, como o último presidente da província, Antônio Basílio). Na condição de adesistas, uns cedo foram cooptados por Pedro Velho, como os ex-Conservadores da Botica; outros, como Oliveira Santos e Elias Souto, mantiveram-se, quase desde o início, na oposição ao líder oligárquico. Todos eles continuaram a intervir intensamente na política estadual, criticando os desmandos do novo regime, sempre comparado desvantajosamente com a Monarquia, durante a qual consideravam que o povo vivera melhor. No Rio Grande do Norte, não houve propriamente um movimento monarquista organizado, nem mesmo restauradores isolados, mas, mais precisamente, ex-políticos do Império ou admiradores do Segundo Reinado, que podemos classificar, segundo Maria de Lourdes Janotti, como afetivos e/ou saudosistas. Na imprensa, ao criticar a política republicana estadual e nacional, essas vozes realçavam as qualidades do regime deposto.

Esse sentimento saudosista, muitas vezes difuso e camuflado, perdurou intenso e intermitente na elite política potiguar que vinha do Império, por todo o período que estudamos. Teve como principais representantes no Rio Grande do Norte: Oliveira Santos, na *Gazeta do Natal* (até 1890) e depois no primeiro *Diário*

---

2 JANOTTI, op. cit., p. 10, distingue os monarquistas pós-15 de novembro em quatro tipos: afetivos, saudosistas, intelectuais e ativistas, alertando que “evidentemente, esses tipos não existiam de forma pura, mesclando-se, na maioria das vezes, na mesma pessoa”.

do Natal, em 1893; o antigo grupo da Botica, no Rio Grande do Norte, redigido por José Gervásio e Antônio do Amorim Garcia, além do cunhado deles, Amintas Barros; por fim, Elias Souto, o representante mais típico no Rio Grande do Norte do saudosismo monárquico, mas que se dizia adepto da República unitária e parlamentarista – no seu *O Nortista* e, após 1895, no *Diário do Natal*. Foram essas correntes de opinião, suas visões sobre República e Monarquia, suas posturas diante da Revolução Federalista e da Revolta da Armada que, soando como ecos do antigo regime, incomodavam os ouvidos dos republicanos potiguares mais sinceros. A elas acompanharemos neste último capítulo.

A despeito de a história oficial republicana ter conseguido cristalizar a imagem de que após a Proclamação só havia republicanos no Brasil, no Rio Grande do Norte houve bastante dificuldade para se desenvolver um sólido movimento ideológico republicano, antes e mesmo depois de 1889.<sup>3</sup> Republicanos pioneiros, como João Avelino, acreditavam que o sentimento monarquista era forte tanto no interior quanto em Natal. A breve visita de dois dias do conde d’Eu, em agosto de 1889, foi muito esperada e provocou manifestações calorosas por parte do povo comum, segundo Câmara Cascudo.<sup>4</sup> O mesmo aconteceu com a Guarda Negra, que funcionou regularmente em Natal desde fevereiro de 1889, e tinha entre seus próceres o Comendador Joaquim Guilherme, um dos redatores da *Gazeta do Natal*.<sup>5</sup>

---

3 JANOTTI, op. cit., p. 264-265; CASCUDO, *HRRN*, p. 32.

4 Para CASCUDO, “a cidade inteira estava esperando-o”, O Conde d’Eu em Natal, in *LVE*, v. 1, p. 138-140. Mesmo que muito desse sentimento possa ser forjado pelo oficialismo, não se deve menosprezar a “mística” da Coroa e a fascinação pelos aspectos pomposos e misteriosos inerentes aos regimes monárquicos.

5 Fundada oficialmente como Clube da Guarda Negra, chegou a ter cerca de 500 alistados, número razoável para a época. Segundo CASCUDO, nela se vivia um “ambiente de excitação monarquista e de ódio ao movimento republicano. Ao redor do trono, por gratidão, os negros deviam defender a Coroa Imperial a pau, navalha e capoeira”, *HCN*, p. 353.

A Proclamação da República na província pegou monarquistas e republicanos de surpresa, pois era um acontecimento que se previa para um futuro não muito definido e, portanto, para aquele instante, repentino e inesperado. O antigo porta-voz do Partido Conservador ainda avaliava assim a mudança do regime, um ano depois da Proclamação: “[...] já que não se pôde organizar um novo governo [...] o Império transformou-se em *REPÚBLICA* com uma rapidez que causou assombro ao mundo, surpreendendo ao mesmo tempo os povos mais civilizados [...]”.<sup>6</sup>

A adesão formal foi geral. Quase todas as lideranças Liberais ou Conservadoras apressaram-se em divulgar manifestos de apoio ao novo governo e algumas delas participaram já do primeiro governo provisório organizado por Pedro Velho. Vale citar, como exemplo de adesão protocolar, o chefe Liberal ouropretista Amaro Bezerra, que, em telegrama de 17 de novembro, aconselhou seus correligionários a aderirem à República, “franca e incondicionalmente”, embora não poupasse esforços dali em diante para aproveitar-se da nova situação no Rio de Janeiro e organizar a oposição a Pedro Velho, da capital federal.<sup>7</sup> As autoridades militares, mais do que não esboçar nenhuma reação, procuraram “explicar” o que ocorrera para seus subordinados como se fosse uma passagem natural de um regime político a outro, como foi o caso do comandante do Corpo de Linha da província, Capitão Felipe Bezerra Cavalcanti, em ordem do dia de 18 de novembro, “às forças sob meu comando”:

Vós, que não conheceis e talvez nem façais ideia do que seja um Governo Republicano, educados que fostes no sistema monárquico, deveis ter ficado sobressaltados por semelhante e tão repentina transformação; porém, este vosso velho camarada que, contanto nunca tivesse manifestado tais ideias, mas que todavia, não era a

---

6 SALVE 15 de Novembro de 1889, 1º aniversário da República, GZN, 15/11/1890.

7 CASCUDO, *HRRN*, p. 131.

elas indiferente, vos declara que o sistema de governo que acaba de adotar o Brasil é são, progressivo e de grande utilidade para o bem-estar de cada cidadão no número dos quais estais incluídos; sistema este que rege os povos mais civilizados do Universo.<sup>8</sup>

Observe-se, particularmente, a preocupação do militar em manter a tropa sob controle, evitar possíveis mas improváveis sedições e tranquilizá-la a respeito do novo regime, do qual nada deviam temer, pois ele era a tendência do mundo moderno e já uma realidade no Brasil.

Com o mesmo espírito “educativo”, a *Gazeta do Natal* reapareceu a 4 de dezembro, depois de quase vinte dias de silêncio, ocupados em se refazer do susto e dar tempo para a situação assentar-se e, mais informada, poder posicionar-se melhor. O artigo editorial, transcrito do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, extremamente didático, é bastante significativo da forma como a maioria dos monarquistas reagiu à República: como um fato que não esperavam para tão cedo, mas que lhes parecia já consumado e irreversível em curto prazo. Não se furtava, contudo, desde o princípio, em tecer críticas aos novos governantes, que foram aumentando com o tempo. Entendendo também, como o capitão Felipe Bezerra, que o funcionamento de um regime republicano era desconhecido da maioria da população, os redatores do ex-órgão Conservador procuraram esclarecer a opinião pública, “no intuito de dar aos nossos leitores uma ideia do regime republicano, sob o qual vamos ser dirigidos com a forma federal”, baseada no “sufrágio direto e indiretamente exercido pelos cidadãos”. Passava, imediatamente, a criticar sub-repticiamente a fórmula política escolhida, delineada na “ideia de governo federativo que, se não nos parece a forma preferível para a adotarmos, é contudo aquele que nos convém

---

8 Reproduzida por José Moreira Brandão CASTELO BRANCO, A Proclamação da República no Rio Grande do Norte, *RIHGRN*, v. 51, p. 107-108.

quanto antes estudar, desde que já foi proclamada e é hoje para nós mais do que uma promessa”.<sup>9</sup>

Ou seja, melhor teria sido continuar na Monarquia mas, já que um golpe militar implantara a República, restava “estudá-la”, “conhecê-la” para, a partir de então, conviver com ela, ainda que apontando seus aspectos negativos. A contragosto, a *Gazeta do Natal* reconhecia que a República tornara-se o sistema político dos “povos civilizados” e, uma vez que tinha de posicionar-se, preferia a forma parlamentarista, mais próxima às “tradições políticas brasileiras”. Os mesmos argumentos “civilizados” de Oliveira Santos foram invocados pelo outro redator do jornal, Antônio do Amorim Garcia, ao explicar sua adesão, em carta na qual deixava claro que aceitava os fatos como prova de que o país “atinge o período mais ativo de desenvolvimento de sua marcha evolutiva”.<sup>10</sup>

De fato, essa “envergonhada” adesão à República, por parte da maioria dos ex-monarquistas potiguares, demonstra a permanência de um forte sentimento saudosista entre essas correntes políticas, o qual se manifestará ao longo de todo o período estudado, mas atingiu seu auge por ocasião da Revolução Federalista e da Revolta da Armada.

### 6.1 Oliveira Santos e a Monarquia representativa

Após a saída de Amorim Garcia da redação, o antigo jornal do padre João Manuel de Carvalho tornou-se cada vez mais “feição” do cunhado, Oliveira Santos e, em menor grau, de Joaquim Guilherme, assumindo firmemente uma posição crítica em relação ao novo regime. Cautelosamente, porém, mudaram o subtítulo do periódico para *Ordem e Progresso* e não apontaram mais os seus redatores, medida preventiva para evitar possíveis constrangimentos legais com o Governo Provisório. Por

---

9 A REPÚBLICA, GZN, 4/12/1889.

10 A ÚLTIMA evolução, carta publicada na GZN de 1º/12/1889.

conta dessa oposição de princípios e da conjuntura nacional desfavorável a opiniões “suspeitas” de monarquismo, especialmente após o ataque à *Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro, a *Gazeta* sofreu constrangimentos das novas autoridades republicanas, deixando de circular no final de 1890. Oliveira Santos só voltou ao jornalismo em 1893, aceitando ser um dos redatores do efêmero *Diário do Natal*, no qual sistematizou um pouco mais suas opiniões acerca da superioridade do regime monárquico sobre o republicano.<sup>11</sup>

Não se poderia esperar outra atitude de um magistrado, político e jornalista que, apenas três meses antes da Proclamação da República, fizera veemente profissão de fé na Monarquia, como candidato Conservador às eleições gerais de agosto de 1889. Na ocasião, Oliveira Santos afirmara taxativamente que

[...] queiram ou não os partidários da República, esta forma de governo foi e sempre será menos favorável à liberdade do que a Monarquia constitucional. A Monarquia, tal como a temos em princípio na Constituição Política do Império, é a mais delicada das formas de governo e daí sua excelência embora com o inconveniente da dificuldade de ser praticada entre nós, como atualmente se pratica na Inglaterra e praticou-se na Bélgica no tempo de Leopoldo Iº [...].<sup>12</sup>

Adepto da Monarquia representativa britânica, defendia na República o parlamentarismo, que lhe parecia mais próximo do caráter político nacional desde a independência e estava

---

11 O *Diário do Natal* era de propriedade do comerciante Ângelo Roseli, dono de armazém de “secos e molhados” na Ribeira e sócio majoritário da Cia. Libro-Typographica Natalense, que imprimia o jornal. De origem italiana, sempre foi oposição à oligarquia Maranhão. O jornal circulou de julho a setembro de 1893, sempre acusado pelos governistas de simpático à Monarquia. Em 1895 a maioria das ações da Companhia foi comprada por Elias Souto, que passaria a editar o jornal, em substituição a *O Nortista*.

12 AO Eleitorado do 2º districto da Província, *GZN*, 3/8/1889.

sendo desfigurado pelo presidencialismo militarista de Floriano Peixoto.<sup>13</sup>

Inicialmente único órgão de imprensa que criticava a recém-proclamada República no Rio Grande do Norte, numa época de exceção como a do Governo Provisório, quando qualquer opinião dissonante era imediatamente associada a monarquismo, é compreensível que a *Gazeta do Natal* se tenha tornado intérprete de um sentimento, a princípio de estupefação e a seguir de oposição, latente na elite política que viera do Império e que havia recebido a República com frieza e incredulidade. Essa postura oposicionista causou dissabores ao redator da *Gazeta*, que chegou a ser intimado pelo Chefe de Polícia do governador Xavier da Silveira Jr. a explicar-se. O incidente serviu de pretexto para que Oliveira Santos denunciasse mais essa pressão do governo republicano sobre a liberdade de imprensa, o que, segundo ele, jamais acontecera no Império.<sup>14</sup>

Desde o início, a *Gazeta* chocara-se com Pedro Velho, reproduzindo velhas antipatias do tempo do Império, e elegera o porta-voz do PRRN, *A República*, como seu interlocutor adversário preferido, alimentando polêmicas acérrimas com os governistas. Logo na primeira administração de Pedro Velho, seus atos já mereciam a reprovação de Oliveira Santos e Joaquim Guilherme. Este se incumbira, numa coluna denominada *Marroadas*, das polêmicas mais virulentas e críticas mais desabridas, enquanto

---

13 A SITUAÇÃO, GZN, 4/1/1888 e CONFRONTEMOS, DdN, 16/7/1893, onde compara a República “positivista de Benjamin Constant” no Brasil com a “república puritana de Cromwell” na Inglaterra (1649-60); também O MILITARISMO, DdN, 18/7/1893, contrário à participação dos militares na política.

14 AO Público, GZN, 176, 19/7/1890. A respeito de uma postura cética quanto à liberdade de imprensa na República, ver o ensaio Imprensa, de Carlos de LAET, na publicação monarquista DÉCADA Republicana, v. 1, p. 250, que cita o caso da *Gazeta do Natal*. Laet comenta também o projeto de lei de Miguel Castro contra a “liberdade de imprensa”, p. 252.

o magistrado alagoano redigia os artigos de fundo, mais teóricos e eruditos. Em fevereiro de 1890, o jornal já se sentia autorizado a atacar asperamente a nova política republicana de Pedro Velho no estado. Num tom de desilusão que lembra muito o dos republicanos dissidentes, mas que, implicitamente, deixa transparecer que na Monarquia não era assim – pois nela, “acima dos ressentimentos pessoais estavam os interesses da pátria” – Oliveira Santos externava seu conceito sobre a “política republicana”, que agora se tornara “a arte de iludir o povo, o objeto da exploração de um grupo de ambiciosos que, guindados pelo acaso ao poder, tudo sacrificaram em proveito próprio”.<sup>15</sup>

Para ele, os novos donos do estado só haviam chegado ao poder por “acaso”, através do golpe militar republicano, visão que será repetida dali por diante à exaustão, pelo discurso de viés monarquista. Em março, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte já era “uma oligarquia política danosa e prejudicial aos interesses do Estado”.<sup>16</sup> A aproximação da *Gazeta do Natal* com os desafetos do republicanismo oficial foi uma consequência natural da conjuntura política imediatamente posterior à Proclamação da República e a continuação da prática dos partidos políticos imperiais de aproximar-se, quando na oposição, dos republicanos, desde 1870. Oliveira Santos fazia, na prática, o que tanto condenava em teoria e, para contrapor-se ao inimigo comum, juntava-se a velhos e tenazes adversários.

Os antigos monarquistas, que após a Proclamação continuaram na oposição, aproveitaram-se, é claro, das divergências entre os grupos que haviam aderido à República e procuraram participar dos novos blocos político-eleitorais que se formavam para disputar a primeira eleição republicana, a do Congresso Constituinte. A *Gazeta* ofereceu espaço cada vez maior a essa “oposição republicana” e juntos, fundaram, em 16 de março de 1890, o “Centro Republicano 15 de Novembro”, que, num

15 TUDO pela Pátria, *GZN*, 8/2/1890.

16 ENGANAM-SE, *GZN*, 1/3/1890.

manifesto assinado por Hermógenes Tinôco em janeiro, tinha o firme propósito de “refundir o partido [republicano dissidente] com antigos elementos dos partidos monárquicos que aderiram”.<sup>17</sup> A reunião de fundação do Centro transformou-se numa significativa manifestação anti-Pedro Velho, pois conseguiu juntar desde republicanos históricos, como Hermógenes e o padre José Paulino, até notórios monarquistas, que tinham aderido à República apenas por conveniência, como o comendador Joaquim Guilherme. Guardadas as devidas reticências pela parcialidade óbvia da *Gazeta*, era a primeira vez que uma parcela de chefes ou quadros dos antigos partidos monárquicos voltava à cena depois da Proclamação, alguns chegando a fazer parte do diretório do Centro Republicano.<sup>18</sup>

Apesar dos inúmeros e previsíveis desmentidos da *Gazeta do Natal* de que não alimentava intuítos de restauração monárquica, seu discurso, travestido de desilusão republicana, deixa margem para que se possa ler outra coisa nas entrelinhas:

Por mais que observemos aos nossos contendores que não defendemos o regime passado, que dele nos não temos ocupado de 15 de novembro para cá; por mais que reconheçamos e confessemos os vícios e defeitos desse regime, cuja responsabilidade pesa igualmente sobre ambos os partidos extintos, não estão por isso os nossos colegas da *República* [...].<sup>19</sup>

Afirmavam-se republicanos sinceros, mas sua oposição intransigente em relação a Pedro Velho não facilitava qualquer aproximação, pelo contrário. A partir de então, a comparação

---

17 PARA a História, *GZN*, 18/1/1890.

18 Uma descrição da reunião oposicionista está em CENTRO Republicano 15 de Novembro, *GZN*, 22/3/1890. A escolha dos delegados do Centro na capital federal mostrava claramente a junção dos “históricos” de 1870 com os monarquistas recém-aderidos à República: José Leão e Ferro Cardoso ao lado de Amaro Bezerra. Consultar também, sobre os bastidores da reunião do Centro 15/11, *CASCUDO*, op. cit., p. 145-147.

19 *CHRONICA Política*, *GZN*, 22/21890.

entre o presente republicano e o passado monárquico sempre estará no centro das discussões sobre o sistema de governo mais adequado ao país. Em breve, qualquer opositor dos vencedores, fosse realmente um monarquista (convicto ou mascarado) ou simplesmente um republicano desiludido, seria imediatamente rotulado por *A República* ou *O Povo* de “sebastianista”.<sup>20</sup> Daí por diante, *sebastianismo*, como sinônimo de monarquismo disfarçado, virou o chavão preferido para caracterizar o adversário, qualquer que fosse este. No sentido utilizado pelos republicanos radicais (jacobinos), o sebastianismo significava a ameaça de restauração monárquica e, portanto, era o fácil “bode expiatório”, contra o qual todos se voltavam, responsável por todos os males, presentes e futuros. Ao mesmo tempo, ao (des)qualificar os adversários como “sebastianistas”, os republicanos iam ao cerne da questão, impingindo-lhes a pecha de “visionários”, combatentes de uma causa sem esperança de vitória, adeptos de uma restauração que não viria. Pelo menos até o início do século XX, por conta do “efeito Canudos”, os “sebastianistas” jamais terão um minuto de trégua.

Assim, a vinculação entre “históricos” e a *Gazeta* foi logo denunciada pelos governistas como uma “articulação sebastianista”, por mais que fosse difícil, a princípio, colocar no mesmo plano saudosistas da Monarquia, como Joaquim Guilherme e Oliveira Santos, e republicanos, como José Leão e Ferro Cardoso, a não ser em situações conjunturais particularíssimas, como a das eleições de setembro de 1890. À medida que os grupos se

---

20 Ver, por exemplo *OPV*, de 3/8/1890 e 15/3/1891 e *AREP*, 22/8/1891 e 9/1/1892. Vale a pena citar a definição de Joaquim Nabuco para sebastianismo: “Assim como os portugueses, tendo perdido a sua independência em 1580, simbolizaram na pessoa do jovem rei morto na África, enquanto combatia os fiéis, suas mágoas do passado e suas esperanças no futuro, também os brasileiros, tendo perdido as suas liberdades, voltam os olhos desesperados em direção ao imperador morto no exílio e só concebem a felicidade no restabelecimento de sua sucessão”, reproduzida em OLIVEIRA LIMA, Sete anos de República no Brasil, in: Campos PORTO, op. cit., p. 47, nota 11.

definiam para as eleições constituintes, os ataques recíprocos se tornavam mais frequentes e pesados. Em maio, *A República* se dirigia aos adversários gazetistas como “o insignificante grupo *sebastianista* [...] (que) debate-se nas agonias do esfacelamento. O povo não os quer, compreendendo que eles nada representam”.<sup>21</sup>

Para diminuir a possível força local dessa oposição coligada, os governistas atribuíam-na aos monarquistas da capital federal, como faz Diógenes da Nóbrega, em *O Povo*:

[...] Está na ordem do dia nesta insípida e estúpida cidade [Natal] o Sebastianismo, mas o Sebastianismo conspirador, insolente, ameaçador como uma espécie de perturbação à boa e correta marcha da administração pública [...] Uma parte do programa é produção do Sebastianismo, que lá do Rio transmite a senha [...].<sup>22</sup>

Daí para a denúncia de supostas conspirações atribuídas a monarquistas restauradores foi um passo, como na curta e atribulada gestão do republicano histórico alagoano João Gomes Ribeiro, como governador provisório no final de 1890, demitido após intervenção direta de Pedro Velho junto ao Provisório, sob o pretexto de manter relações amistosas com os “monarquistas do estado”.<sup>23</sup> *A Gazeta do Natal* tomou imediatamente a defesa de João Ribeiro, devolvendo a tacha de “sebastianista” a Pedro Velho e dedicando, logo após a saída do governador, nada menos do que duas páginas ao relato das “manifestações patrióticas” de que aquele fora alvo a 1º de dezembro em Natal.<sup>24</sup> Com o acirramento das disputas ideológicas após o ataque de republicanos radicais à *Tribuna Liberal* no Rio de Janeiro, órgão dos monarquistas de Ouro Preto e então de todos os monarquistas, a pressão contra os suspeitos de “sebastianismo” aumentou e

---

21 O PARTIDO Republicano no Estado do Rio Grande do Norte, *AREP*, 21/5/1890.

22 Carta publicada na seção CORRESPONDÊNCIA: Do Natal, *OPV*, 29/6/1890.

23 GOVERNADOR do Estado, *OPV*, 21/12/1890.

24 MANIFESTAÇÃO Patriótica, *GZN*, 6/12/1890.

Oliveira Santos foi obrigado a suspender a publicação da *Gazeta*, no final de 1890, dedicando-se à sua carreira de magistrado, embora continuando na oposição a Pedro Velho. Só voltou ao jornalismo em 1893, quando se tornou um dos redatores do *Diário do Natal*, a primeira e curtíssima experiência de jornalismo diário no Rio Grande do Norte.

É exatamente no *Diário*, na conjuntura nacional particularmente difícil vivida pelo país no governo de Floriano Peixoto, com a eclosão da Revolução Federalista no sul e, poucos meses depois, da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, elevando ao máximo os atritos entre republicanos jacobinos e monarquistas irredutíveis, que Oliveira Santos pode desenvolver de maneira mais acurada seu pensamento sobre regimes políticos e sistemas de governo, sobre República ou Monarquia, presidencialismo ou parlamentarismo.<sup>25</sup> Numa série de artigos que recordam, no estilo e na erudição, as “Questões Sociais” que escrevera na antiga *Gazeta*, o ex-Conservador comparou os dois regimes e as duas formas de governo, decidindo-se pela República parlamentarista. Consagrando os principais mitos que seriam reproduzidos posteriormente não só pela oposição monarquista mas também, ao longo do tempo e depurada de seu antirrepublicanismo mais exacerbado, por setores importantes do novo regime, essa visão se tornaria a versão oficial veiculada pelos livros de História no Brasil até recentemente.<sup>26</sup>

Para Oliveira Santos, a República no Brasil não tinha raízes populares, fora “malnascida, mal-inspirada e mal-orientada”,

---

25 Sua posição sobre a Revolução Federalista, de simpatia moderada, em Rio Grande do Sul, *DdN*, 4/7/1893, declarando que reconhecia “os princípios justos” dos revoltosos.

26 Os artigos são os seguintes: *Hontem e Hoje*, *Passado e Presente*, *Presidencialismo*, *Presidencialismo e Monarquia*, *Confrontemos e O Militarismo*, respectivamente de 2, 12, 13, 15, 16 e 18/7/1893. Seu “parlamentarismo unitário” também era defendido por Elias Souto e podia ser aplicado em regimes republicanos, como a experiência francesa mostrava naquele instante, cf. C. NICOLET, *op. cit.*, p. 159-186.

só vingando por força “pura e simples de um levante num só ponto do país”, um golpe militar que instituía um governo “reconhecidamente intransigente, opressivo e desorientado”.<sup>27</sup> O regime republicano fora implantado prematuramente, sem “estudo e reflexão” e, como tal, os republicanos haviam desprezado “as lições da experiência”. O *Diário* começava a dar foros de verdade à opinião de que a República era pior do que a Monarquia.

Reproduzindo o velho e arraigado sentimento civilista de grande parte da elite política potiguar que fazia oposição a Floriano, Santos culpava os militares pela guerra civil que ensanguentava a nação, acusando o “poder pessoal”, que não concretizava nem exprimia a “vontade nacional”.<sup>28</sup> Para ele, a “ditadura republicana” só provocara crise financeira e política, corolário da crise social, e produzira o descrédito da nação no estrangeiro. Devido aos erros do governo, estava-se pior do que antes da Proclamação da República, afirmando taxativamente: “Pior do que o passado é o presente que nos acabrunha, que nos asfixia, que nos esmaga e que nos entristece!”.<sup>29</sup>

A partir dessa crítica ao “poder pessoal” inerente ao militarismo (lembremo-nos de que uma das principais queixas da propaganda republicana era justamente contra o “poder pessoal irresponsável” do Imperador), Oliveira Santos passa a defender abertamente a superioridade do parlamentarismo sobre o presidencialismo. Retomando a ideia que já expusera na *Gazeta do Natal*, logo após a Proclamação, o grande erro dos revolucionários de 15 de novembro fora a adoção da República federativa, “temerária e irrefletidamente transplantada dos Estados Unidos da América [...] contra todos os princípios e

---

27 PASSADO e Presente, *DdN*, 12/7/1893, o primeiro obviamente melhor do que o segundo.

28 PRESIDENCIALISMO e PRESIDENCIALISMO e Monarchia, *DdN*, 13 e 15/7/1893.

29 PASSADO e Presente, 12/7/1893.

regras do direito público moderno em país constitucional como o Brasil”. Ela fizera prevalecer a opinião da minoria sobre a da maioria da nação, contrariando o princípio da democracia pregado na propaganda. Pessoalmente, inclinava-se ao “parlamentarismo unitário”, regime mais de acordo com “as nossas tradições, hábitos e costumes”.<sup>30</sup>

Por fim, comparando diretamente o presidencialismo republicano com a Monarquia, Oliveira Santos manifestava-se contrário ao primeiro porque era “planta inaclimável [sic] e exótica no país, sem a menor atenção às tradições, usos e costumes, condições etnológicas e etnográficas do povo brasileiro”, invertendo o argumento republicano de que a Monarquia é que era a “planta exótica” na América. Reafirmava sua concepção negativa de “povo”, ao lamentar que o presidencialismo fora adotado “entre um povo ignorante do que fosse qualquer sistema de governo”, que não tinha suficiente “caráter nacional”, para que a República se consolidasse no país, e sentenciava:

Ele [o presidencialismo] tem, em menos tempo, acarretado maiores males, ruínas e infortúnios do que os 67 anos que tivemos de Monarquia! Acreditamos, por isso, que ou ele é substituído (quando não nos é dado prever) ou a República tende a afundar-se em abismo insondável, aberto pelos erros inumeráveis desse mesmo regime!<sup>31</sup>

Não assumia, porém, os “intuitos restauracionistas” que a situação republicana queria atribuir-lhe, mas insistia em sua opção saudosista pelo regime deposto, ao descrever, muito idealmente, os velhos tempos do Império, quando o povo vivera feliz:

[...] por tudo isso bem se vê que passou o tempo em que a população do estado, com os meios de que dispunha, tinha não só o estritamente preciso, como até a abundância do necessário para se alimentar, vestir

---

30 PRESIDENCIALISMO, *DdN*, 13/7/1893 e PRESIDENCIALISMO e Monarchia, *DdN*, 15/7/1893.

31 PRESIDENCIALISMO e Monarchia, *DdN*, 15/7/1893.

e satisfazer outras necessidades da vida, constantemente aumentadas pela civilização. Desse tempo, apenas resta hoje uma lembrança [...].<sup>32</sup>

Essa visão idealizada, recorrendo frequentemente ao passado monárquico como um paraíso perdido pelo povo brasileiro com a Proclamação da República, no entanto, será incorporada pela oposição republicana e tornar-se-á parte integrante da ideologia conservadora oficial durante boa parte do século XX.

## 6.2 O Rio Grande do Norte, o “Lucenismo” e o “Sebastianismo”

Com o desaparecimento da *Gazeta do Natal*, em fins de 1890, o *Rio Grande do Norte* tornou-se o principal órgão partidário de oposição a Pedro Velho. O jornal aglutinava o antigo grupo Conservador da Botica, que, apesar de se dizer convertido ao republicanismo presidencialista da Constituição de 1891, baseada no modelo norte-americano, frequentemente teve de responder, em veementes artigos, às acusações assacadas diuturnamente por *A República* e *O Povo*, de serem seus membros “sebastianistas” e adeptos do “lucenismo”, o que equivalia a dizer adeptos da volta da Monarquia.

De fato, o período do governo Deodoro e de seu ministro e “compadre” Barão de Lucena proporcionou ao grupo do *Rio Grande do Norte*, por cerca de nove meses, o seu momento áureo na política potiguar e nacional, ao exercer o poder no estado. O “lucenismo”, com toda sua conhecida carga de monarquismo, ressuscitou nos arraiais radicais o fantasma da restauração monárquica, acirrando o embate ideológico entre republicanos

---

32 EVIDÊNCIA dos Factos, *DdN*, 17/8/1893. Para tanto, pedia o auxílio de uma “opinião congenitamente republicana” (a do político republicano francês Leon Say) a justificar seu saudosismo: “A monarquia não é hoje mais que uma lembrança e uma mordaza. Ela tem uma história longa e brilhante que é a de nosso paiz. É preciso saudá-la com o respeito devido às grandes cousas que não existem mais”.

históricos, de um lado, e adesistas, de outro, e monopolizou as discussões durante todo o ano de 1891.<sup>33</sup> Tanto que *A República* chegou a considerar a data da queda do governador lucenista Miguel Castro (28/11/1891) como o verdadeiro início da República no Rio Grande do Norte e assim a comemorará nos anos seguintes.

Órgão oficial da nova situação no estado, o *Rio Grande do Norte* se encarregou da defesa de Deodoro-Lucena, com o cuidado de negar que fossem partidários da restauração monárquica, ainda que manifestassem, sempre que surgia uma oportunidade, opiniões simpáticas ao regime deposto, especialmente em matéria eleitoral, liberdade de imprensa e instrução pública.<sup>34</sup> É nesses momentos que se pode apreender o difuso saudosismo monárquico do jornal, sentimento que era mais forte nele do que eventuais profissões de fé presidencialistas. No Congresso Nacional, por exemplo, os deputados Amorim Garcia e Miguel Castro, articulados à minoritária bancada governista, fizeram transparecer suas antigas convicções em votações de princípio, como a do projeto de lei que permitiria, na República, a utilização dos antigos títulos nobiliárquicos do Império por seus detentores.<sup>35</sup>

---

33 Uma síntese histórica do período encontra-se em CARONE, op. cit., v. 2, p. 52-68 e JANOTTI, op. cit., p. 42-48. Para uma avaliação do lucenismo no Rio Grande do Norte, VICE-Rei e Sargento-Mor, *ONTT*, 15/7/1892, importante para a posição de Elias Souto sobre “restauração”. Contra Lucena, *UM novo partido e O RESTABELECIMENTO da República*, *AREP*, 3/3 e 5/12/1891.

34 Para a posição do jornal sobre liberdade eleitoral, de imprensa e situação da instrução pública na Monarquia, consultar *MONARCHISTAS, nós?*, 16/3/1893; *A ELEIÇÃO*, 1/3/1894; *A IMPRENSA*, 19/10/1894 e *O ENSINO público*, 8/10/1892. Para um elogio do 2º Reinado, “sem nostalgia”, *AS três épocas*, *RGN*, 7/11/1894.

35 Para os discursos de Amorim Garcia, *ACD*, 1891, v. 2, sessão de 7/8, p. 130 e 1893 e v. 2, sessão de 19/7, p. 323-4 (neste último ele expõe sua posição política, na homenagem à memória de Deodoro: “republicano convencido, nem aderente nem adesista, republicano conservador,

De qualquer forma, a associação do grupo do *Rio Grande do Norte* com Lucena era óbvia e assumida. Além de colega de turma de Miguel Castro no Recife, Lucena fora presidente da província no início dos anos 70 e mantivera alguns de seus contatos, como a sua correspondência particular permite inferir. Essa ligação, obviamente, não passou despercebida pelos então opositores de *A República*, que passaram a designar os ex-aliados como “cristinos” e o jornal opositorista como “folha sebastianista”. Ao órgão do Partido Republicano vieram juntar-se logo os “radicais” de *O Povo*, ambos criticando não tanto Deodoro, ainda respeitado como o proclamador da República, mas sua fraqueza por deixar-se influenciar e manipular pelo Barão, cada vez mais influente nos negócios do governo. Associados naturalmente a monarquismo, o lucenismo e o sebastianismo no Rio Grande do Norte passaram a ser tratados como sinônimos e o jornal da Botica tornou-se um dos alvos preferidos dos republicanos na oposição. *A República* começou a defender uma nova postura para enfrentar o que consideravam uma espécie de “restauração branca” da Monarquia, voltando à retórica da propaganda: “[...] vamos para a oposição continuar a propaganda que já fazíamos antes de 15 de novembro. A República há de voltar [...]”.<sup>36</sup>

Por essa época se iniciou o hábito de encontrar em todo lugar um adepto da restauração monarquista e qualquer um cuja atitude fosse contrária às posições do grupo de Pedro Velho era logo tachado de “traidor”, de “judas” da República. De qualquer forma, para os antilucenistas do estado, a República no Rio Grande do Norte encontrava-se ameaçada pela nova situação. Pedro Velho e José Bernardo haviam dado como uma das razões para o voto em Prudente o protesto contra “a falta de orientação republicana nas altas regiões governamentais” e

---

como fui conservador no regime abolido”). Para a defesa do governo Lucena e da ideia de que a República viera “cedo demais”, Miguel Castro, ACD, 1891, sessão em 11/8, p. 162.

36 ASSIMILADOS ou absorvidos e POLÍTICA Larga, *AREP*, 3/3 e 11/4/1891.

*O Povo* criticou veementemente as demissões e arbitrariedades da nova Intendência de Caicó, acusada de “monarquista, como o bacharel Amintas”.<sup>37</sup>

*O Povo* criticava o governo deodorista por se dizer republicano mas desiludir a nação, traindo os princípios da propaganda, de cuja campanha seus membros não haviam participado. Em longo artigo, o jornal analisava os últimos acontecimentos, descrendo dos intuitos republicanos do novo governo, pois

os agentes do atual governo no Brasil nunca foram republicanos, nem por fatos, nem por ideias ou sentimentos; viveram sempre das intrigas e dos subsídios da Monarquia [...] querem fazer crer ao povo que a República é algo pior que a Monarquia. Mas eles são suspeitos à democracia, são os pseudo-republicanos. O povo podia fazer às vezes de Cristo, expulsando os falsos apóstolos do templo da liberdade.<sup>38</sup>

Por fim, *O Povo* eximia-se de qualquer crítica ao regime republicano pelos erros do atual governo deodorista, considerado monarchista (“os males não são do sistema, mas dos homens que o representam”). Mas advertia para o perigo de que tal orientação contribuísse para avivar no povo “lembranças” da Monarquia, pois “alonga as suas vistas repassadas de saudades para o regime decaído, enojado já de tanto filhotismo e desperdício por parte de um governo perdulário”.<sup>39</sup>

Embora a caracterização do jornal seridoense para com os novos (e efêmeros!) donos do poder estadual seja em geral correta, ela precisa ser nuançada. Se era verdade que o grupo da Botica e Miguel Castro vinham da militância partidária monarchista, também é certo que, após aderirem de imediato à República, nunca manifestaram as pretensões restauradoras que lhes impingiam os adversários, adotando o presidencialismo

---

37 UM novo partido, *AREP*, 3/3/1891 e *IMORALIDADE, OPV*, 2/5/1891.

38 *IMORALIDADE, OPV*, 2/5/1891

39 *ECHOS Rio-Grandenses: Pseudo-republicanos, OPV*, 19/7/1891.

norte-americano como a forma mais adequada aos tempos que viviam. Durante todo o Governo Provisório foram leais aliados de Pedro Velho, como se pode ver nos artigos do *Rio Grande do Norte*, fundado, aliás, num simbólico 21 de abril de 1890.<sup>40</sup> Sim, o grupo era saudosista em relação a alguns aspectos do regime deposto e adversário empedernido do pedrovelhismo, mas restaurador não.

Alçados ao poder estadual pela conjuntura pós-eleição de Deodoro, os ex-Conservadores foram forçados a refazer o discurso. Acusados de monarquistas, de “fazerem o jogo dos sebastianistas”, tendo realmente um passado de bons serviços prestados à política imperial, os redatores do jornal foram obrigados a devolver a acusação na mesma moeda, denunciando o próprio Pedro Velho como monarquista, ao lembrar dos cargos ocupados por ele na administração imperial, e questionando até mesmo sua condição de abolicionista histórico, reconhecida por todos. Valia tudo para desqualificar moralmente o adversário que,

[...] desesperado por nunca ter podido ser cousa em nenhum dos partidos do passado regime, em 1889 declara-se republicano e em meados do mesmo ano *bota na rua* um jornaleco denominado *República*: [...] Se a República não vem depressa, se em vez de 15 vem a 30 de novembro talvez, já encontrasse esse *histórico* na bagagem da Monarquia, onde sempre foi seu lugar.<sup>41</sup>

Assim, tanto os deodoristas quanto os pedrovelhistas, sem serem “geneticamente” republicanos, colocavam-se como defensores intransigentes da República, atribuindo ao oponente o humilhante epíteto de “sebastianista”, o que equivalia a dizer adepto da Monarquia e desde sempre desejoso de restaurá-la.

---

40 Ver, por exemplo, os artigos, GOVERNO democrático, 26/7/1890; RIO Grande do Norte, editorial de avaliação do Governo Provisório, 2/9/1890 e POLÍTICA Republicana, 20/1/1891.

41 LUZ nas Trevas, RGN, 20/4/1891 (grifos no original).

Dá a forma como a queda de Miguel Castro foi encarada pelos pedrovelhistas e pelos vencidos. Para os primeiros, um ato salvador do regime republicano, comprometido “pelas últimas violências do Governo, dirigido e incitado pelo Barão de Lucena”; para os segundos, um “golpe inconstitucional”. *A República* dava um voto de confiança a Floriano Peixoto, do qual “tudo temos a esperar [pois] vem salvar a Pátria em nome da República”.<sup>42</sup>

Será precisamente no governo Floriano Peixoto, particularmente por ocasião da Revolução Federalista e da Revolta da Armada que se radicalizará a postura dos deodoristas do *Rio Grande do Norte*, que consideravam o vice-presidente um verdadeiro déspota militar. Por essa época, os monarquistas assumidos ou os adesistas mascarados viram nos dois movimentos armados, com ou sem razão, a grande chance, no mínimo, de uma reviravolta parlamentarista da República que lhes ampliasse o espaço político que vinham perdendo desde a Proclamação. Com sorte, os mais radicais dentre eles vislumbraram a possibilidade de uma restauração através das lideranças de notórios monarquistas, como Gaspar da Silveira Martins, no sul (que se dizia agora adepto da “República unitária parlamentarista), e do Almirante Saldanha da Gama, que propunha um “plebiscito à nação”, para que se decidisse a forma de governo a ser adotada.<sup>43</sup>

---

42 OS últimos acontecimentos, *AREP*, data cortada, entre 21/11 e 5/12/1891; para a avaliação dos deodoristas, *AO Povo Rio-Grandense*. Ao Paiz, manifesto de Amorim Garcia, publicado no *RGN*, 2/12/1891; também *SITUAÇÃO Política*, 1/1/1892.

43 Para uma análise historiográfica sobre a participação dos monarquistas nos dois movimentos, ver JANOTTI, op. cit., p. 62-77. No caso da Revolta da Armada, há o próprio testemunho de Custódio José de MELLO, *O governo provisório e a revolução de 1893*, v. 1, t. 2, p. 301, admitindo que recebera dinheiro dos monarquistas para seu movimento armado, embora em pequena quantidade e sem compromisso além do de “aproveitar os elementos mais capazes do regime decaído na administração republicana”.

Os lucenistas, apeados do poder estadual desde o final de 1891, aproximam-se da oposição antiflorianista no Congresso Nacional, na qual tinha ascendência o líder “autonomista” pernambucano José Mariano. Defendendo a não interferência dos militares na política, reivindicavam a convocação de eleição para a vaga de Deodoro, segundo eles, ocupada “inconstitucionalmente” pelo vice em exercício. Apesar de criticarem o “parlamentarismo” dos federalistas e o “personalismo” de Custódio, os Amorim Garcia e Amintas Barros resolveram apoiar os dois movimentos para esposar “a causa nacional, defendida de há muito pela oposição em todos os estados, em toda parte, em todos os terrenos, contra a ditadura ferrenha e sangrenta do onipotente marechal [...]”.<sup>44</sup> Limitaram-se, no entanto, a defender os aspectos “constitucionalizantes” dos dois movimentos, negando veementemente maiores pruridos restauradores.

Na verdade, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, por suas vinculações mais ou menos reais com o movimento restaurador nacional, fizeram muitos republicanos, mesmo não jacobinos, como Amaro Cavalcanti, cerrar fileiras em torno de Floriano, considerado o único capaz de “salvar” a República em perigo, da ameaça de volta à Monarquia. Nos anos de 1893-94, guardadas as proporções, o Rio Grande do Norte também viveu o seu momento “mítico”. A repercussão dos dois movimentos armados na política interna potiguar fez do período um campo fértil de comparação entre os dois regimes rivais. A adesão explícita de Saldanha da Gama à Revolta da Armada e sua posterior ida ao sul para juntar-se aos federalistas forneceu combustível para o receio dos republicanos históricos sobre a possibilidade real de rearticulação monarquista. Ela tornava praticamente

---

44 A REVOLUÇÃO, *RGN*, 24/11/1893. Sobre a posição do jornal diante dos federalistas, ver RIO GRANDE DO SUL: Graves acontecimentos, 19/2/1893 e segs., chegando a organizar listas de coleta de víveres para os federalistas, enviadas à Cruz Vermelha na capital federal, SUBSCRIÇÃO, *RGN*, 1/7/1893.

indefensável o não monarquismo dos movimentos, ensejando a Pedro Velho, que se mantivera ao lado da “legalidade”, a publicação de intransigente manifesto em defesa da República ameaçada pela “nova feição monarquista” da revolta, e voltar a acusar os antiflorianistas de “sebastianistas”.<sup>45</sup> Seguindo a tendência nacional de radicalização purista republicana, o governador criou, nesse mesmo mês, o Batalhão Patriótico “Silva Jardim”, composto por civis comandados por um militar, que recebiam treinamento para uma eventual necessidade, caso a revolta se generalizasse mais e realmente colocasse em perigo a sobrevivência das instituições republicanas. A oposição, como seria de esperar, atacou a iniciativa do “Silva”, mostrando-a como “dispendiosa”, verdadeiro “sorvedouro” de verbas.<sup>46</sup>

A avaliação do desfecho da Revolta da Armada pelos dois lados envolvidos indiretamente no Rio Grande do Norte é interessante como mais um exemplo de como se constroem versões diferentes sobre o mesmo fato e significativa para apreendermos como viam o espectro da Monarquia nesse movimento. Primeiro os pedrovelhistas d'A *República*:

[...] podemos hoje considerar fechado aquele ciclo mal fadado e trágico, durante o qual brasileiros esquecidos dos seus mais altos deveres, soldados desvairados pela embriaguez do poder procuraram arrastar o país à voragem da anarquia, de cujas águas turvas os abutres da restauração, infames e nostálgicos, esperavam ver emergir o cetro dos Braganças [...].<sup>47</sup>

---

45 O GOVERNO do Rio Grande do Norte aos seus Coestadanos, Natal, 17/12/1893, *AREP*, 23/12/1893; O SEBASTIANISMO, 16/12/1893 e *OCX*, 8/3/1893.

46 Sobre a criação e composição social dos “batalhões patrióticos” no Rio de Janeiro e outros estados, ver Suely Robles de QUEIROZ, *op.cit.*, p. 83-85; no Rio Grande do Norte, ver BATALHÃO Silva Jardim, *AREP*, 23/12/1893. Sobre a reação da oposição, BATALHÃO Silva Jardim, *RGN*, 6/1/1894.

47 A REVOLTA, *AREP*, 19/5/1894.

Para o *Rio Grande do Norte*, o processo não se encerrara e a luta continuava em outras bases:

[...] A ideia não se suplanta; não morre. O direito e a justiça são imutáveis; e, o que está em jogo no atual momento pátrio é a causa do povo, do direito e da justiça, inseparáveis da República. O florianismo [...] é apenas o incêndio da guerra civil – uma desgraça que há de passar, dominada pelo patriotismo perseverante da revolução. A revolução deslocou apenas o seu centro [...].<sup>48</sup>

A Revolta da Armada provocou os mais diferentes sentimentos entre os atores políticos, tendo a restauração da Monarquia como divisor de águas. Para os republicanos no poder, a derrota de Custódio e a perspectiva de acordo com os federalistas no sul proporcionavam a expectativa de uma nova era de consolidação pacífica do regime, com a ascensão próxima do paulista e civil Prudente de Moraes à presidência da República, o que deveria, para os situacionistas, pôr fim aos levantes e sublevações militares, levando-os de volta aos quartéis. Para aqueles que haviam apostado nos movimentos armados contra Floriano restavam dois caminhos. Os líderes monarquistas não adesistas, que vinham da militância nos partidos imperiais, optaram pela reorganização político-partidária do movimento monarquista, que seria levada a cabo no Rio de Janeiro e São Paulo. No caso do Rio Grande do Norte, os adesistas da oposição (“nostálgicos”, segundo a caracterização de *A República*) preferiram conformar-se com o fato da consolidação do regime republicano, que vinham aceitando desde algum tempo, e continuaram ao mesmo tempo a realçar na imprensa partidária a superioridade da Monarquia sobre a República e a lembrança – idealizada – de que no Império o Brasil vivera sua “idade de ouro”.<sup>49</sup>

---

48 A REVOLUÇÃO, RGN, 25/4/1894.

49 Sobre as expectativas do jornal a respeito da conjuntura nacional, ver 1895, RGN, 6/1/1895.

É assim que deve ser entendida, segundo nosso ponto de vista, a tentativa de incorporar no discurso adesista o republicanismo desiludido, que, no limite, não conseguia convencer ninguém: se não fosse pela própria trajetória política pregressa e biografia de seus principais mentores, seria pelo próprio texto de seus artigos. Já mencionamos como os articulistas do *Rio Grande do Norte* se traíam ao elogiar a liberdade eleitoral e de imprensa que se gozara no Império, para eles, infinitamente maior do que na República. Em junho de 1895 o jornal publicou interessante artigo, no qual todo parágrafo iniciava-se com um taxativo “não somos monarquistas”, invariavelmente seguido por um “mas...”, que, para um leitor atento, é muito significativo para desvendar a intenção do autor. No final do artigo, negando-se mais uma vez, assumiam-se: “Não somos monarquistas; também não batemos palmas a essa democracia falsificada. Neste sentido, somos *sebastianistas*”.<sup>50</sup>

### 6.3 *Elias Souto, a “República unitária” e o “saudosismo monárquico”*

No Rio Grande do Norte, o representante mais típico da “nostalgia pela Monarquia” foi o professor e jornalista Elias Antônio Ferreira Souto. Nascido no Açu, região sertaneja do estado, filho de um proprietário de terras da região, era irmão mais novo do magistrado Luís Antônio Ferreira Souto e do republicano histórico radicado na Corte, José Leão Ferreira Souto. Desde cedo, Elias Souto dedicou-se ao magistério primário e principalmente ao jornalismo, tornando-se famoso por fundar um jornal em cada cidade onde se estabelecia. Paraplégico, locomovia-se com dificuldades em uma cadeira de rodas, o que jamais foi empecilho para afrontar os poderosos dos lugares em que viveu, com sua postura política ativa e

---

50 ELEIÇÃO do dia 14, *RGN*, 28/6/1895. Assumiam-se, cremos nós, no sentido de “combatentes de uma causa sem esperança de vitória”, na linha do comentário de Oliveira Lima a Joaquim Nabuco.

independente, apesar de filiado ao Partido Conservador da província. Abolicionista histórico, entusiasta da Monarquia e do Imperador, anatematizado pelos viscerais inimigos de todas as correntes políticas que colheu pela vida, sua figura hoje esquecida merece ser resgatada.

Ao contrário de um Oliveira Santos, demasiado identificado com uma das correntes Conservadoras da política imperial (a do conselheiro de João Alfredo), Elias Souto era naturalmente de espírito independente e pouco dado a tergiversações. Não participava da dinâmica de seu partido, embora tenha chegado a ocupar um cargo de confiança como o de Administrador da Mesa de Rendias Provinciais, em Macau, entre 1886 e 1889. Praticamente não disputou nenhum mandato eletivo durante toda a sua vida, preferindo usar a tribuna da imprensa para destilar a língua ferina temida por todos, inclusive por Pedro Velho, de quem foi admirável oponente. As ideias de Elias Souto, portanto, são essenciais para completarmos o quadro das “visões de mundo” da elite política norte-rio-grandense no início da República, na medida em que ele se manteve equidistante dos diferentes grupos de oposição aos Albuquerque Maranhão, frequentemente censurando-os pelas picuinhas que raramente os levavam a se unir contra o inimigo comum. É principalmente através das páginas dos vários jornais de que foi proprietário ao longo da vida – restaram-nos *O Macauense*, *O Nortista* e *Diário do Natal* – que encontramos uma impiedosa mas acurada análise dos primeiros anos republicanos no Rio Grande do Norte (subtraídos os costumeiros ataques pessoais camuflados por uma polidez artificial próprios da cultura política de seu tempo). Continuando a tradição de Oliveira Santos na *Gazeta do Natal*, em artigos cheios de verve, Elias Souto comparava a República militarista da época com a querida e idealizada Monarquia constitucional de D. Pedro II. É sua visão de Monarquia e República que apresentaremos na parte final deste capítulo.

Em abril de 1892, ao avaliar os 70 anos de Monarquia no país, em artigo intitulado “O Imperialismo do Brasil”,<sup>51</sup> Elias Souto já apresentava os principais pontos daquela que seria a visão cristalizada e oficial sobre o Segundo Reinado, dirigido pela figura simpática, sábia e neutra do imperador, visão que, consolidada nas décadas seguintes através do ensino de História nas escolas secundárias, passaria às gerações futuras. Segundo ela, o regime monárquico sagrara o Brasil como “nação livre e independente”, constituindo-a e consolidando-a. Sob a liderança de Pedro II, “monarca generoso e patriota”, o país atravessara “um longo período de paz e prosperidade, de grandeza e civilização, de atividade e progresso”, pelo qual o povo brasileiro deveria agradecer eternamente ao velho imperador.<sup>52</sup> Aliás, mesmo após a Proclamação da República, Elias Souto fazia questão de lembrar as datas comemorativas do Império, da família imperial e, especialmente, o aniversário e morte de D. Pedro II.<sup>53</sup>

Embora ressaltando que naquele momento a volta ao regime imperial seria um “anacronismo”, Souto retoma a crítica, inicialmente levantada pelos círculos monarquistas do sul (no Rio Grande do Norte, por Oliveira Santos), de que a República no Brasil não tinha raízes históricas e populares, só vingando por força do golpe militar de 15 de novembro. Opinião compartilhada por muitos republicanos civilistas, que imputavam ao militarismo dos dois primeiros governos da República as dificuldades por que passava o novo regime. Elias Souto a reproduz:

- 
- 51 O artigo, na verdade, é o primeiro de uma série de quatro, intitulados *Esquifes*, publicados na Seção Editorial de *O Nortista*, a partir de 29/4 até 20/5/1892, importante balanço dos primeiros anos da República no Brasil e no Rio Grande do Norte.
- 52 ESQUIFES I - O Imperialismo do Brasil, *ONTT*, 29/4/1892. Ver seu emocionado elogio à Monarquia em SETE de Setembro, *OMC*, 7/9/1886.
- 53 *O Nortista* de 29/1/1892 noticia missa ocorrida a 9/1 em São José do Mipibu pela alma de Pedro II.

A República veio pelas armas a 15 de novembro e não pela vontade do povo [...] a desilusão foi-se fazendo pouco a pouco [...] Isto não é República. Deus queira que desse horrendo caos que enegrece o sol da pátria brasileira, venham dias melhores, em que o povo possa livremente manifestar a sua soberania e fazer a verdadeira República.<sup>54</sup>

O “republicano unitário” defende a ideia de que não havia republicanos na República brasileira, pois todos “vinham do serviço do Rei”, invertendo a versão oficial de que após a Proclamação, “só havia republicanos no Brasil”. Elias Souto achava que isso ocorria porque as “raízes do partido republicano histórico neste país nasciam d’um terreno pútrido, e é por isso que ainda hoje em plena República não há republicanos no Brasil” e os que assim se diziam o faziam por puro despeito.<sup>55</sup> Desde o início do governo de Pedro Velho o jornalista já pintava um quadro negativo da República, ao comparar a prática político-partidária desta com a do regime imperial, idealizando a deste último:

[...] porque nessa época, que não vai longe, as influências políticas se faziam pelo merecimento próprio do cidadão, pelo valor cívico e por serviços pacientemente prestados à causa dos partidos – e nunca o acaso imprevisto elevava de momento a ninguém ao fastígio de um poder discricionário ou ao mando absoluto de um partido político [...].<sup>56</sup>

Aliás, o próprio governador era desqualificado como republicano, pois “sua índole, os instintos, os costumes e as evoluções monarquistas do caráter e vida política do homem que declarou-se republicano à força e aos empurrões do nosso

---

54 CONVERSEMOS, *ONTT*, 29/9/1893, em plena Revolta da Armada.

55 O IMPERIALISMO do Brazil, *ONTT*, 29/4/1892. O artigo seguinte da série, saído a 6/5/1892, é um vigoroso ataque ao federalismo republicano e uma veemente defesa do unitarismo político. Ver também o primeiro número do jornal, de 29/1/1892.

56 UMA Ilusão Desfeita”, *ONTT*, 9/12/1892.

digno pátrico José Leão” não o autorizavam moralmente a reivindicar-se paladino do republicanismo histórico, tampouco “por sua natureza moral, por sua educação, por sua organização física até, o Sr. Pedro Velho não pode ser republicano, nunca o foi. É monarquista nato, homem nascido para o regime dos privilégios das castas dos europeus e etiquetas imperiais – criatura que não pode viver sem côrte”.<sup>57</sup>

Com o passar do tempo e o fortalecimento do militarismo no poder republicano central com Floriano, Elias Souto foi desenvolvendo mais a visão idílica e idealizada de que a Monarquia fora superior à República, embora já não correspondendo aquela ao espírito do século:

No regime monárquico, nunca o Brasil viu de rojo, calcados à pés de tiranos reguletes, as suas instituições fundamentais, porque, apesar do anacronismo do sistema, havia mais respeito e obediência à lei, mais escrupulo e mais critério nas coisas públicas [...]. Tínhamos mais garantidas as liberdades públicas – o voto nas urnas mais de uma vez derrotou ministros de Estado; – as eleições não eram a expressão do canalhismo como hoje [...].<sup>58</sup>

A propósito do governo Floriano, Elias Souto apoiou firmemente a Revolução Federalista, por esta defender, como ele, o “parlamentarismo unitário”, sendo o jornalista o seu maior entusiasta no Rio Grande do Norte. *O Nortista* passou a destacar o noticiário da Revolução na primeira página, apoiando, junto com o *Rio Grande do Norte*, listas de ajuda humanitária aos feridos do “exército libertador federalista que se debate no campo de batalha pela mais sagrada das causas – a causa da liberdade”, negando igualmente seu caráter restaurador, de que a acusavam tanto os pedrovelhistas quanto os florianistas de José Bernardo.<sup>59</sup>

57 O MANIFESTO do Sr. Pedro Velho”, *ONTT*, 19/1/1894.

58 CONVERSEMOS, *ONTT*, 29/9/1893.

59 PELOS Federalistas, *ONTT*, 23/6/1893.

Em relação à Revolta da Armada, defendeu-a constrangido, por causa dos objetivos “constitucionalizadores”, como haviam feito os autonomistas do *Rio Grande do Norte*, mas não simpatizava com Custódio de Melo, considerado por Souto apenas “um ambicioso vulgar”. Mas “fazer o quê?”, diante da circunstância de ser o movimento mais uma maneira de tirar Floriano do poder.<sup>60</sup> No início de 1894, logo depois de Pedro Velho criar o “Batalhão Patriótico Silva Jardim”, Elias Souto não perdeu a oportunidade de criticar ironicamente a iniciativa como uma tentativa do governador “bater a *restauração* sonhada da Monarquia” e que, na realidade, a medida era apenas para “fazer calar a oposição”. Na oportunidade negou, mais uma vez, que os revoltosos tivessem intuítos restauradores, insinuando que Pedro Velho apoiava Floriano por pura “sobrevivência política”. Na verdade, Elias Souto não teve pela revolta da Armada o mesmo entusiasmo que manifestara antes pelos federalistas, mais próximos politicamente do parlamentarismo unitário que defendia.<sup>61</sup>

Frustradas as esperanças de vitória armada ou deposição violenta contra Floriano e Pedro Velho, Elias Souto mudou o tom de seu discurso. À medida que o governador foi fortalecendo-se no estado, cresceram as denúncias contra sua oligarquia familiar e se cristalizou a ênfase crítica dos artigos de *O Nortista* na nostalgia em relação ao regime deposto. Depois do fim da Revolta da Armada, em março de 1894, o jornalista também começou a abandonar o ataque político mais contundente e violento para dedicar-se mais aos problemas urbanos da capital e – o que nos interessa aqui – a intensificar a propaganda da superioridade da Monarquia sobre a República, num tom claramente saudosista. Para ele, na época da Monarquia,

---

60 Para a posição de Elias Souto sobre Custódio de Melo, ONDE está o gato?, *ONTT*, 13/10/1893.

61 MÁSCARAS abaixo, *ONTT*, 19/1/1894; sobre sua posição na conjuntura local, *CASCUDO*, *HRRN*, p. 238.

[...] tinha, enfim, a Nação uma organização regular e construído um monumento constitucional que vinha de séculos e ia em marcha progressiva, embora lenta [...]. Hoje, porém, a caudilhagem republicana destruiu tudo isto, entre nós o governo do Estado, a administração pública, atingiram ao maior desprestígio e tornaram-se centro de negociações, ou antes, de explorações em que um governador desbragado põe em almoeda lucrativa para si e para os seus as rendas públicas do Estado.<sup>62</sup>

Quanto mais a República no Rio Grande do Norte se firmava e se oligarquizava, mais a comparação com a Monarquia, como uma idade de ouro da política nacional, se fazia frequente. O discurso saudosista tornou-se a tônica da oposição antiflorianista quando criticava tanto o governo central quanto o estadual. Sempre enaltecendo os queridos anos do passado recente, no qual o povo vivera feliz, a comparação com o presente republicano era totalmente desfavorável a este. Cheio de nostalgia, Elias Souto fustigava o Congresso Nacional republicano, quase nos mesmos termos do Padre João Manuel, como uma “perfeita babel”, em que interesses particulares predominavam sobre os públicos. Recordava-se, saudoso, de que “já lá se vai o tempo em que a representação nacional cuidava da grandeza da Pátria e, no seio do parlamento ouvia-se a voz de notáveis oradores em prol dos legítimos interesses da Nação”.<sup>63</sup>

O discurso saudosista de Elias Souto articulava-se com a tática oposicionista de negar suas simpatias pelo regime deposto, atacando o governo de Pedro Velho por seus erros, por sua falta de republicanismo. Mas, ao fazê-lo, acabava, sintomaticamente, por dar razão àqueles que o acusavam de monarquismo. Assim,

---

62 A SUBVERSÃO, *ONTT*, 11/5/1894, onde se refere com saudade às leis, costumes e administração pública do tempo do Império. A partir do momento em que adquiriu o *Diário do Natal*, em meados de 1895, Elias Souto começou a preocupar-se menos com a política partidária e mais com assuntos ligados à vida urbana da capital.

63 CONGRESSO Nacional, *ONTT*, 1/6/1895 e LEIS Municipais, *DN*, 5/11/1895.

como acontecera com Oliveira Santos e os autonomistas do *Rio Grande do Norte*, para deixar clara sua posição, ao lembrar em 1893 os primeiros números do jornal, em que afirmara a superioridade da Monarquia sobre o regime republicano e era chamado de “visionário”, Souto se apressava em esclarecer que “não somos monarquistas [...] não é por amor ou saudade do velho sistema que temos malsinado esta República, que achamos pior que a Monarquia, tão somente pelo modo por que tem sido levada e pela orientação que lhe tem sido dada”.<sup>64</sup>

Em maio de 1895, porém, em outro artigo cheio de elogios ao sistema eleitoral do Império, confessava: “Não desejamos de modo algum voltar à Monarquia, *mas com certeza*, achamos os atuais tempos, muito mais ominosos do que a época chamada de *nefanda* [...]”.<sup>65</sup> Ou seja, o eterno admirador de D. Pedro II não queria a volta da Monarquia *mas* (e esta conjunção explica mais do que mil afirmações) que se vivera melhor nela era fora de dúvida. Novamente aparece aqui a recorrente alusão ao passado imperial como o paraíso perdido pelo povo brasileiro com a Proclamação da República, especialmente aquela dominada pelos militares.

Em fins de 1895 e inícios de 1896, quando os ex-chefes monarquistas de São Paulo e Rio de Janeiro que não haviam aderido à República começaram a se reorganizar partidariamente, a notícia foi recebida com ceticismo e sem entusiasmo pelos ex-círculos monarquistas potiguares, numa atitude, aparentemente paradoxal, de franco conformismo ao regime republicano.<sup>66</sup> O *Rio Grande do Norte*, porta-voz do grupo de políticos Conservadores que mais cedo aderira ao novo regime,

---

64 CONVERSEMOS, *ONTT*, 29/9/1893, fundamental para o estabelecimento mais preciso de sua posição.

65 CANDIDATURAS, *ONTT*, 5/5/1895.

66 Sobre a rearticulação partidária dos monarquistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, JANOTTI, *op. cit.*, p. 96-108; para o RN ver PARTIDO Monarchico, *RGN*, 6/11 e MONARCHIA, *DN*, 31/10, entre outros.

comentou a iniciativa dos monarquistas do sul argumentando que, àquela altura, a restauração da Monarquia representava um retrocesso a um regime centralizador, pois a “experiência republicana” mal fora “ensaiada” no Brasil.<sup>67</sup>

A respeito da manifestação monarquista ocorrida no Rio de Janeiro a 15 de novembro de 1895, primeiramente o *Rio Grande do Norte* elogia a coragem dos organizadores e repele qualquer tentativa de reprimi-la. Em seguida, procura desvincular esses monarquistas (não adesistas) dos republicanos opositoristas “de novembro de 1891” e dos “revolucionários de 1893”, como *A República* insistia em fazer.<sup>68</sup> Por fim, o jornal assumia de vez o discurso adesista, criticando os “impatrióticos pruridos restauracionistas” da manifestação, num momento de dificuldades para o primeiro governo republicano liderado por um civil. Reproduzia agora, inclusive, o velho argumento da propaganda de que o regime monárquico não deitara “raízes” na América, era “planta exótica”, embora ainda mais uma vez isentasse D. Pedro II de maiores culpas, já que “não era que o povo brasileiro não se sentisse bem no 2º reinado, onde vivia socegradamente, livremente, [...] é que a ideia do 3º reinado não encontrava apoio [...]”.<sup>69</sup>

Nada que autorizasse, portanto, pensar que esperassem uma restauração para breve, ou mesmo para algum dia num futuro próximo, apesar de continuarem a insistir nos aspectos positivos do antigo regime. Como o jornal de Elias Souto, o *Rio Grande do Norte* também vai se tornando cada vez mais dedicado a questões locais, como barra do porto, saneamento e lixo nas ruas da capital. Com a venda da Botica de José Gervásio e a mudança deste para Recife, o jornal encerrou suas atividades em abril de 1896.

---

67 PARTIDO Monarchico, *RGN*, 6/11/1895.

68 PRURIDO Restauracionista, *RGN*, 6/12/1895; 15 de Novembro, *AREP*, 15/11/1895.

69 AINDA o 15 de Novembro, *RGN*, 19/11/1895.

Por sua vez, a propósito do banquete monarquista em homenagem aos 20 anos do príncipe D. Pedro de Alcântara, o *Diário do Natal* de Elias Souto assinalou que o fato produzira “dolorosa sensação” na opinião pública, e elogiou “a nobre e digna” atitude dos monarquistas em definir-se “desassombadamente”, à luz do dia, com franqueza. Ressaltava, no entanto, que o recrudescimento dos restauradores não se devia a seus próprios méritos, mas era uma consequência lógica dos “erros desta desgraçada República”, um “desarranjo no mecanismo administrativo”, desviado no primeiro período da República militar; não era culpa do regime republicano em si, que ainda “nem foi praticado por completo”. Seguiu, portanto, a mesma linha do *Rio Grande do Norte*.<sup>70</sup>

Sintomaticamente, quando o movimento monarquista nacional procurava rearticular-se partidariamente, os ex-monarquistas do Rio Grande do Norte não quiseram assumir riscos engajando-se num movimento no qual não vislumbravam possibilidade de sucesso: parece que se conformavam a um fato consumado que não viam condições de modificar em curto prazo, preferindo limitar sua ação política a uma oposição local e estadual cada vez mais inócua.<sup>71</sup> A volta do regime imperial se lhes afigurava cada vez mais impossível, até mesmo anacrônica, e logo pareceu sumir do imaginário de seus admiradores no estado, tornando-se aquele falecido ente querido lembrado somente em determinadas datas.

No entanto, o “espectro sebastianista” foi intensamente utilizado pelos republicanos situacionistas potiguares, porque lhes interessava manter vivo o “inimigo” sempre pronto a servir

70 RESTAURAÇÃO, DN, 31/10/1895, reproduzindo noticiário do *Democrata Federal*, do Rio de Janeiro, e MONARCHIA, DN, 1/11/1895.

71 Em novembro de 1895, o RGN explicava que não apresentaria candidato à vaga de deputado estadual porque “vários amigos consultados recusaram-se” e, excetuando os “empregados públicos e pretendentes”, o eleitor “deixa-se ficar em casa”, a abstenção era grande, ELEIÇÃO, RGN, 6/11/1895.

de “bode expiatório”. Parecia desejarem dar fôlego extra aos nostálgicos da Monarquia, ao mesmo tempo em que reafirmavam que esta nada poderia fazer contra o novo regime que, segundo eles, se consolidava a olhos vistos. É o que se depreende da repercussão da rearticulação monarquista na imprensa governnista.<sup>72</sup> *A República*, no balanço que fez dos seis anos de República, no mesmo dia da manifestação “sebastianista” na capital federal, reconhecia que “vão surgindo [...] vozes de protesto, dir-nos-ão. Vozes raras, é certo, mas que ousam preconizar a excelência do regime deposto”.<sup>73</sup> Os ecos da Monarquia ainda ressoavam nos ouvidos sensíveis de setores do republicanismo, particularmente de suas alas mais radicais, nas quais chegariam a provocar verdadeira histeria por ocasião dos acontecimentos de Canudos, dois anos depois.

Naquele momento, porém, neutralizada politicamente, a alternativa dos saudosistas da Monarquia no Rio Grande do Norte foi recorrer ao seu passado glorioso mas que dificilmente voltaria, exaltando o paraíso que a República parecia ter enterrado para sempre. Nesse sentido, a definição de Joaquim Nabuco para “sebastianismo” – paladinos de uma causa perdida – mostrou-se perspicaz e correta. Foi, segundo Oliveira Lima, “uma bela confissão de impotência”.<sup>74</sup>

Não obstante, incorporada pela ideologia republicana oficial, a imagem favorável que os saudosistas construíram a respeito de D. Pedro II e do Segundo Reinado acabou, ironicamente, tornando-se vitoriosa. Essa imagem idealizada do Império será consagrada pelos estudos realizados pelos Institutos Históricos e Geográficos espalhados por todo o país, onde se refugiaram muitos monarquistas, em convívio harmônico com republicanos

---

72 O MANIFESTO Monarquista do Rio de Janeiro, *AREP*, 31/1/1896, que repetia chavões de profissão de fé genérica na República tais como “o país é eminentemente republicano”.

73 5 DE NOVOEMBRO, *AREP*, 15/11/1895.

74 OLIVEIRA LIMA, Sete anos de República, in PORTO, op. cit., p. 47, nota 11.

que os haviam apeado do poder. Cristalizada, ela se tornou a versão oficial dos detentores do poder no Brasil oligárquico da Primeira República e assim foi ensinada a gerações de brasileiros nos manuais escolares de História, até pouco tempo atrás.<sup>75</sup> O espectro fossilizado da Monarquia retornou à mídia nacional, por brevíssimo instante, por ocasião do plebiscito de 1993 sobre a forma de governo (como quisera, e por que lutara e morrera Saldanha da Gama cem anos antes). No final do século XX, porém, o fantasma não assustava mais ninguém.

---

75 JANOTTI, op. cit., p. 7-12 e conclusão, p. 259-265.

## Conclusão

A morte do velho liberal Moreira Brandão em junho de 1895, três dias depois de sua derrota na eleição para a sucessão de Pedro Velho, marca simbolicamente o fim da “oposição significativa” no Rio Grande do Norte. A partir daquele momento e pelos vinte anos seguintes, candidato oposicionista só seria eleito quando a oligarquia Maranhão permitisse. Terminava o período “mítico” da implantação do regime republicano em terras potiguares, cujas ideias e práticas políticas procuramos estabelecer e analisar neste livro.

A hipótese da qual partimos – a reprodução no Rio Grande do Norte da divisão ideológica existente no movimento republicano nacional às vésperas da República – comprovou-se em grande parte, embora não da maneira como havíamos pensado inicialmente. Na sociedade rural e patriarcal da época, os princípios republicanos mais caros, herdeiros da tradição revolucionária francesa do século XIX, foram logo esquecidos ou pervertidos pelos novos senhores do Rio Grande do Norte oligárquico. Janúncio da Nóbrega e Braz de Melo, os paladinos do republicanismo purista, nunca conseguiram libertar-se das teias que os prendiam ao mundo clientelista em que viviam. Como Silva Jardim, seu mestre na política nacional, esses adeptos do evolucionismo cientificista logo se desiludiram com a República que, mais do que ninguém, tinham ajudado a tornar conhecida; morreram jovens e doentes, como a cumprir o destino de todos os “românticos”!

Princípios que tinham sido consagrados na luta contra a Monarquia, como o de “soberania popular” acima dos privilégios de casta, foram relegados à mera retórica formal das eleições a “bico de pena”. O Partido Republicano do Rio Grande do Norte, dominado por Pedro Velho e seus parentes e amigos, desvirtuou o lema que tanto inspirara a propaganda. O governo da “liberdade, igualdade e fraternidade” tornou-se o regime da “coerção, da desigualdade e do nepotismo”, espelho de uma “sociedade do compadrio”, na qual as relações familiares e pessoais mediadas pela lealdade aos chefes contavam mais do que a crença em ideias abstratas, de resto pouco praticáveis nas condições do Brasil de então.

Na especificidade do Rio Grande do Norte, a dominação oligárquica republicana efetuiu-se em consonância com um sentimento nativista fortemente arraigado em suas elites, desde o Império. A concepção de federalismo subjacente a esse nativismo caracterizava-se, particularmente, por um discurso apaixonado de defesa intransigente da “pátria norte-rio-grandense” contra o descaso dos ricos estados sulistas, e moldou as relações entre o Rio Grande do Norte e a União Federal por todo o período estudado neste livro. Esse entendimento de federalismo também permeou a prática política dos representantes potiguares no Congresso Nacional, especialmente nos discursos lamuriosos de Almino Affonso contra o abandono de sua terra natal pelo poder legislativo republicano, dominado pelos “paulistas”. Nesse sentido, a oligarquia Maranhão permaneceu “republicana histórica”, na medida em que soube continuar o nativismo da propaganda, ao defender a visão de “estado” como membro soberano – e não apenas autônomo – da (con)federação republicana que deveria substituir o Império. Internamente, esse discurso materializou-se no controle absoluto dos Albuquerque Maranhão sobre o Partido Republicano e o governo estadual: quem se colocava contra eles estava contra a própria República e, principalmente, contra o Rio Grande do Norte.

Aos grupos que haviam combatido Pedro Velho restaram poucos caminhos depois de 1896, já que não podiam chegar ao poder através do viciado sistema eleitoral republicano e não nutriam mais esperanças em soluções golpistas. Com a cisão nacional do Partido Republicano Federal em 1897, o grupo seridoense do senador José Bernardo de Medeiros se rearticulou com Pedro Velho (ambos ficando fiéis a Glicério e em oposição a Prudente de Moraes e Campos Sales). Manoel Dantas, o antigo Liberal Radical, tornar-se-á, inclusive, o “grande quadro intelectual” das oligarquias norte-rio-grandenses durante a Primeira República.

As oposições vindas da Monarquia, civilistas, antipositivistas e antijacobinas, desarticularam-se aos poucos: os irmãos Amorim Garcia abandonaram o estado em que viviam há mais de trinta anos, estabelecendo-se em Recife; atitude também tomada por Oliveira Santos, mudando-se para a capital federal. Do velho grupo Conservador da Botica, apenas Augusto Leopoldo Raposo da Câmara continua na oposição aos Maranhão.

Não obstante, Elias Souto ainda merece um destaque final. O indomável professor paraplégico, embora desiludido com a política, ainda destilou por vários anos sua impiedosa verve contra Pedro Velho e a oligarquia Maranhão, no segundo *Diário do Natal*. Jamais deixou de defender a “República unitária e parlamentar”, que mais parecia o panegírico do querido e saudoso Império. Aliás, seu jornal continuou sendo a trincheira mais autêntica do discurso nostálgico, recordando com carinho os bons tempos da Monarquia, a que o Brasil não voltaria mais. É um discurso, porém, que os novos donos do poder republicano já podiam assimilar e com o qual, de certa forma, podiam concordar, depois de afastado o perigo da incômoda interferência dos militares na política.

Passados mais de cem anos não se pode dizer que a situação da República no Brasil e no Rio Grande do Norte se modificou em essência. Se, no início do século XXI, a população conquistou

mais direitos políticos e civis, mais consciência de se reivindicar verdadeiramente cidadãos de um regime político que se define por ser “do povo, pelo povo e para o povo”, o noticiário cotidiano está repleto de casos de nepotismo, clientelismo e corrupção, a demonstrar que o governo do “interesse público” oposto aos “interesses privados”, como Pedro Velho caracterizara a República em 1889, está longe de atingir os ideais pregados na propaganda. Por outro lado, os impasses ainda vividos pelo federalismo brasileiro sugerem que os vícios de origem ainda carecem de solução mais duradoura, que ultrapasse a mera retórica a favor de um novo, mas vago, “pacto federativo”.

## Fontes utilizadas e bibliografia citada

### Jornais

*O Caixeiro*, Natal/RN, ago.1892/mar.1894.

*O Estado*, Natal/RN, out.1894/mar.1895.

*O Nortista*, São José do Mipibu/Natal-RN, jan.1892/set.1895.

*A República*, Natal/RN, jul.1889/mar.1896.

*Rio Grande do Norte*, Natal/RN, abr.1890/mar.1896.

### Bibliografia geral

ANNAES da Câmara dos Deputados, 1891-1897, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, 1894, 1896 e 1898.

ANNAES do Congresso Nacional Constituinte, 1890-91, Brazil: Imprensa Nacional, 1891-1897.

ANNAES do Senado Federal, 1891-1897, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, 1893, 1895, 1897.

ARQUIVO Particular Floriano Peixoto (AFP), (1887-1895), Arquivo Nacional/RJ.

BELLO, José Maria. *História da República* (1889-1954). 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da População Recenseada em 31 de Dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1898. (edição bilingue português/francês, complementada em 1901).

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Recife: UFPE, 1999. (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos Militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 2. ed. São Paulo: Difel, 1977, t. 3, v. 2, p. 15-50.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. 2 v.

CARVALHO, João Manuel de. *Reminiscências sobre vultos e factos do Império e da República*. Amparo-SP: Typ. do Correio Amparense, 1894.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 2. ed. São Paulo: Difel, 1977, t. III, v. 2, p. 183-234.

CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

CASCUDO, Luís da Câmara (Org.). *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed., Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CAVALCANTI, Amaro. *Regime Federativo e República Brasileira*. 2. ed., Brasília: EdUnB, 1983. (1. ed. 1900).

CONSTITUIÇÃO Política do Estado do Rio Grande do Norte, promulgada pelo Congresso Estadual em 7 de Abril de 1892. Natal: Typ. d'A República, 1892.

DECRETOS do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. 1ª parte: 7 de Dezembro de 1889 a 6 de Junho de 1891; 2ª parte: 17 de Dezembro de 1891 a 3 de Dezembro de 1895. Natal: Typ. de Renaud, 1896.

FLORIANO: memórias e documentos. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1939-1941. 6 v.

FREIRE, Felisbelo. *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1982. (1ª ed. 1894).

GUARDA Nacional/Rio Grande do Norte (1890 e 1894) (Ig<sup>13</sup>)/ Arquivo Nacional/RJ.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985, t. 2, v. 5.

- JANOTTI, Maria de Lourdes M.. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEIS do Congresso Legislativo Estadual do Rio Grande do Norte, de 1892 a 1895. Natal: Typ. d'A República, 1896.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da 1ª República Brasileira*. São Paulo: Vértice: Ed. dos Tribunais; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Sete anos de República no Brasil. In: PORTO, Manoel Ernesto de Campos. *Apontamentos para a história da República: um registro centenário*. São Paulo: Brasiliense: MCT/CNPq, 1990, p. 11-49.
- MELLO, Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 2 v.
- PEIXOTO, Sílvio. *No tempo de Floriano*. Rio de Janeiro: A Noite, 1940.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SILVA, Cyro. *Floriano Peixoto: o consolidador da República*. São Paulo: Edaglit, 1963.
- SILVA, Janice Theodoro da. *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste, 1889-1930*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e Federalismo, 1889-1902: um estudo da implantação da República no Brasil*. Brasília: Senado Federal; João Pessoa: UFPB, 1978.
- SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 1989.
- WANDERLEY, Rômulo. *História do Batalhão de Segurança - a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968*. Natal: Walter Pereira, 1969.
- WITTER, José Sebastião. *A 1ª tentativa de organização partidária na República: O Partido Republicano Federal (1893-1897)*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1971. Tese de Doutorado.



## Anexos

**Quadro 1 – Comparativo entre os signatários das manifestações republicanas de 30/11/1871 e 27/01/1889 no Rio Grande do Norte**

	<b>1871</b>	<b>1889</b>
Acadêmicos	-	01
Advogados	01	02
Agricultores	05	-
Criadores	01	-
Empregados de Fabrício Pedrosa	-	08
Empregados públicos	-	01
Família Albuquerque Maranhão	-	10
Fazendeiros	01	-
Médicos	-	01
Militares	01	-
Negociantes	06	-
Oficiais da Guarda Nacional	02	-
Padres	-	01
Políticos (Presidentes da província e/ou chefes locais)	03	01
Professores	01	04
Proprietários	11	-
Senhor de engenho	-	01
Sem profissão apontada/ não identificados	01	114
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>144</b>

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 267-8 e 273-4.

**Quadro 2 – Número de eleitores por partido após as eleições de agosto de 1889 nas províncias do Norte (do Ceará à Bahia)**

	<b>Liberais</b>	<b>Conservadores</b>	<b>Republicanos</b>	<b>Total</b>
CE	4.080	2.872	25	6.977
RN	2.326	930	67	3.323
PB	2.945	1.341	26	4.312
PE	7.955	3.330	457	11.742
AL	2.387	1.247	07	3.641
SE	1.787	482	80	2.349
BA	8.076	3.757	68	11.901
<b>TOTAL</b>	<b>29.556</b>	<b>13.959</b>	<b>730</b>	<b>44.245</b>

Fonte: Política do Brazil, *O Povo*, 12/10/1889.

**Quadro 3 – Exportação dos principais produtos do Rio Grande do Norte em 1890 (em quilos)**

	<b>Por Natal</b>	<b>Por Canguaretama</b>	<b>Por Macau</b>	<b>Por Mossoró</b>
Açúcar	13.287.267	686.750	-	-
Algodão	11.190.567	15.610	238.235	1.026.505
Sal	-	12.000	46.656.794	12.914.176
Couros Salgados	68.564	4.531	22.638	25.608

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 387.

**Quadro 4 – Receita e Despesa da Província  
do Rio Grande do Norte (1876-1889)**

<b>Exercícios</b>	<b>Receita arrecadada</b>	<b>Despesa realizada</b>	<b>Saldo</b>
1876-77	332:258\$936	277:288\$919	superávit
77-78	300:130\$765	317:733\$974	déficit
78-79	338:525\$656	331:534\$506	superávit
79-80	328:491\$388	306:341\$747	superávit
80-81	319:405\$290	287:279\$403	superávit
81-82	322:155\$383	390:046\$631	déficit
82-83	470:420\$257	426:211\$933	superávit
83-84	371:158\$812	423:327\$105	déficit
84-85	385:044\$695	408:823\$236	déficit
85-86	410:281\$039	456:429\$520	déficit
86-87	459:434\$748	479:196\$000	déficit
87-88	263:459\$259	211:436\$509	superávit
1888	406:058\$891	425:147\$775	déficit
1889	321:967\$448	370:720\$451	déficit

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 435-437.

**Quadro 5 – Total de votos recebidos por candidato nas eleições de 15/9/1890 (por ordem decrescente de votação)**

**Senado**

José Bernardo de Medeiros	PRRN	8.107
José Pedro de Oliveira Galvão	PRRN	7.919
Amaro Cavalcanti	PRRN	7.811
Amaro Bezerra	CR-GZN-PCAT	3.175
Antônio R. Bezerra	CR-GZN	2.786
Teotônio Coelho	GZN	2.225
Tarquínio de Sousa	PCAT	1.466
Olinto José Meira	PCAT	1.319
Hermógenes Tinôco	CR	717

**Câmara dos Deputados**

Almino Álvares Affonso	PRRN-CR-GZN	10.002
Pedro Velho de Albuquerque Maranhão	PRRN	8.550
Miguel Joaquim de Almeida Castro	PRRN	8.225
Antônio de Amorim Garcia	PRRN	8.222
Daniel Pedro Ferro Cardoso	CR-GZN	3.266
Manoel Porfírio de Oliveira Santos	CR-GZN-PCAT	3.251
José Calistrato Carrilho de Vasconcelos	PCAT	2.399
Hermógenes Tinoco	GZN	1.521
Horácio Sales	PCAT	1.005
José Moreira Brandão Castelo Branco	CR	618
Antônio Soares Macedo	PCAT	483

Fonte: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 157-158.

Legenda: PRRN – Partido Republicano do Rio Grande do Norte; CR – Centro Republicano 15 de Novembro; GZN – Gazeta do Natal; PCAT – Partido Católico.

## Lista de siglas e abreviaturas

- ACD – Anais da Câmara dos Deputados (1890-1895)  
AFP/AN – Arquivo Particular Floriano Peixoto - Arquivo Nacional/Rio de Janeiro  
APEPE – Arquivo Público Estadual de Pernambuco  
APERN – Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte  
APESP – Arquivo Público Estadual de São Paulo  
APT – A Pátria  
APV – Antologia de Pedro Velho  
AREP – A República  
ASF – Anais do Senado Federal  
BdCs – Brado Conservador  
CM – Ceará-Mirim  
CNC – Anais do Congresso Constituinte (1890-91)  
DdN – Diário do Natal (1893)  
DN – Diário do Natal (1895-96)  
GZN – Gazeta do Natal  
HCN – História da Cidade do Natal  
HRN – História do Rio Grande do Norte  
HRRN – História da República no Rio Grande do Norte  
LVF – O Livro das Velhas Figuras  
OCX – O Caixeiro  
OMC – O Macauense  
ONTT – O Nortista  
OPV – O Povo  
PRRN – Partido Republicano do Rio Grande do Norte

PTG – Potiguarânia

RGN – Rio Grande do Norte (jornal)

STM – O Santelmo

TJ – Tribuna Juvenil

VPV – Vida de Pedro Velho





Este livro foi projetado pela equipe  
editorial da Editora da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte.  
Foi impresso em agosto de 2016.